



**UFC**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**

**CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS**

**MESTRADO PROFISSIONAL EM AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

**FRANCISCO ODENIR MONTEIRO DE OLIVEIRA**

**AVALIAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DE HABITAÇÃO NO MUNICÍPIO DE  
AQUIRAZ (CE): ENTRE AS CONDIÇÕES DE MORADIA E O DESEMPENHO  
ESCOLAR, À LUZ DE *QUARTO DE DESPEJO: DIÁRIO DE UMA FAVELADA*, DE  
CAROLINA MARIA DE JESUS**

**FORTALEZA**

**2025**

FRANCISCO ODENIR MONTEIRO DE OLIVEIRA

AVALIAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DE HABITAÇÃO NO MUNICÍPIO DE  
AQUIRAZ (CE): ENTRE AS CONDIÇÕES DE MORADIA E O DESEMPENHO  
ESCOLAR, À LUZ DE *QUARTO DE DESPEJO: DIÁRIO DE UMA FAVELADA*, DE  
CAROLINA MARIA DE JESUS

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará– UFC, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre. Área de concentração: Avaliação de Políticas Públicas

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Adriana de Oliveira Alcântara.

FORTALEZA

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

O47a Oliveira, Francisco Odenir Monteiro de.

Avaliação da política pública de habitação no município de Aquiraz (CE) : Entre as condições de moradia e o desempenho escolar, à luz de Quarto de despejo: diário de uma favelada, de Carolina Maria de Jesus / Francisco Odenir Monteiro de Oliveira. – 2025.

216 f. : il. color.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências Agrárias, Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas, Fortaleza, 2025.

Orientação: Profa. Dra. Adriana de Oliveira Alcântara.

1. Políticas Públicas. 2. Moradia inadequada. 3. Programa Aluguel Social. 4. Desempenho escolar. I. Título.

CDD 320.6

---

FRANCISCO ODENIR MONTEIRO DE OLIVEIRA

AVALIAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DE HABITAÇÃO NO MUNICÍPIO DE  
AQUIRAZ (CE): ENTRE AS CONDIÇÕES DE MORADIA E O DESEMPENHO  
ESCOLAR, À LUZ DE *QUARTO DE DESPEJO: DIÁRIO DE UMA FAVELADA*, DE  
CAROLINA MARIA DE JESUS

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará – UFC, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre. Área de concentração: Avaliação de Políticas Públicas.

Aprovada em: 11/04/2025

BANCA EXAMINADORA

---

Profa. Dra. Adriana de Oliveira Alcântara (Orientadora)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Profa. Dra. Milena Marcintha Alves Braz  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Profa. Dra. Terezinha de Jesus Campos de Lima  
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA)

## AGRADECIMENTOS

Na minha condição de finitude, agradeço primeiramente ao artífice do Universo (Deus), ser supremo e regente de todas as coisas, que em sua infinita misericórdia deu-me força e coragem para eu chegar até aqui.

Sou grato à Prefeitura Municipal de Aquiraz por ter disponibilizado este mestrado aos/às suas profissionais da educação em parceria com a Universidade Federal do Ceará (UFC), no ano de 2022.

De modo mais restrito, gratidão também ao Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas (MAPP), por me apresentar novas perspectivas para enxergar a realidade, ao mostrar-me que mais relevante do que conseguir respostas é ser questionador, algo que devo levar para o resto da minha existência.

Aos/às docentes com quem tive a honra de aprender e compartilhar ensinamentos valiosos, nas noites de terças-feiras e quintas-feiras, no prédio da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará. O meu muito obrigado!

E quanto aos/às participantes da pesquisa, todo o meu reconhecimento aos/às estudantes que abriram as portas de suas casas e de seus corações para me acolher e terem a coragem de narrar um pouco de suas experiências, em suas moradias inadequadas, e no ambiente escolar. Ainda no território do Gaipó, gratidão também a duas mulheres: Joaquina e Leninha, mãe e filha, que com muita sensibilidade, souberam conduzir-me até as residências desses/as interlocutores/as.

Grato também à coordenadora pedagógica da Escola Municipal de Ensino Fundamental Maria Soares de Freitas por ter colaborado em seu depoimento ao falar do grande desafio de trabalhar todos os dias em meio às ausências de todo tipo na vida desses/as discentes.

Em especial, agradeço imensamente à orientadora desta dissertação, professora Dra. Adriana de Oliveira Alcântara que, com dedicação, humanidade, maestria, e muito conhecimento, gentilmente me conduziu na árdua tarefa do aprendizado. É maravilhoso ser orientado por uma educadora freiriana.

Ainda no corpo docente do MAPP, estendo os meus agradecimentos à professora Dra. Milena Marcintha Alves Braz, por ter me encorajado a escrever artigos e também por me apresentar a Jornada Internacional de Políticas Públicas (JOINPP), que neste ano de 2025, irei participar pela segunda vez. Acredito que a parceria do nosso artigo apresentado em 2023, no evento, e a insistência da

professora Adriana, também tenham colaborado para ser a escolhida como examinadora interna deste trabalho.

E para fechar os agradecimentos à banca examinadora, muita gratidão à professora Dra. Terezinha de Jesus Campos de Lima, residente em São Luís, capital do Maranhão. Saiba que seus apontamentos foram muito precisos e valiosos para a grandeza do texto.

Aos/às meus/minhas discentes das turmas do 4º e 5º anos da Escola Municipal de Ensino Fundamental Coronel Francisco Gomes Farias, que ao longo desse tempo deram um pouco de atenção às minhas leituras do mestrado. Toda vez que eu lia um livro ou algum artigo, eu tinha o prazer de compartilhar com eles/elas sobre a importância das políticas públicas na vida das pessoas.

Ainda dentro da escola, agradeço aos/às meus/minhas companheiros/as de profissão no magistério por todos os dias acreditarmos em um mundo mais fraterno e humano. Obrigado também ao núcleo gestor, à professora diretora Ana Lúcia e à professora coordenadora pedagógica Elisandra Maria pela compreensão das vezes que tive de me ausentar devido a pesquisa de campo.

Agradeço à família Monteiro, sobretudo à minha mãe que se chama Luiza, uma mulher não alfabetizada, mas que nem por isso, deixou de me dizer que o estudo fazia diferença na vida de qualquer ser humano. Em seguida, às minhas três irmãs: Elisângela, Edilene e Valdilene, uma professora e as outras duas, enfermeiras, que juntos/as durante nossa infância, soubemos suportar e a lidar com a moradia inadequada.

Agradeço à família que decidi formar, minha esposa Jadely Chaves, e meus/minhas três filhos/as: Amanda Íris, estudante do curso de Gestão de Políticas Públicas, Ângelo Miguel, discente do curso de Agronomia, ambos na Universidade Federal do Ceará, e a caçula, Ana Sophia, estudante do 9º ano. Vocês são o esteio da minha vida.

Por fim, agradeço a todas as pessoas que acreditam que é possível vivermos em uma sociedade mais pacífica, justa e solidária. Não se constrói sozinho um ideal e, se hoje sonho com um mundo melhor, é porque muitos lutaram e continuam a lutar.

[...] Quem deve dirigir é quem tem capacidade. Quem tem dó e amizade ao povo. Quem governa o nosso país é quem tem dinheiro, quem não sabe o que é a fome, a dor, e a aflição do pobre. Se a maioria revoltar-se, o que pode fazer a minoria? Eu estou do lado do pobre, que é o braço. Braço desnutrido. Precisamos livrar o país dos políticos açambarcadores.

(Carolina Maria de Jesus, 21 de maio de 1958)  
*Quarto de despejo: diário de uma favelada*

## RESUMO

O objetivo geral desta pesquisa de Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas, da Universidade Federal do Ceará (MAPP/UFC) foi avaliar os efeitos da fragilidade da política pública de habitação no desempenho escolar de estudantes que vivem em moradias inadequadas no município de Aquiraz (CE). Os objetivos específicos compreenderam caracterizar as condições de moradia de estudantes do povoado de Gaipó (Aquiraz, CE), e suas vivências escolares e familiares; relacionar as condições de moradia e o desempenho escolar à luz da realidade dos/as discentes; avaliar o *Programa Aluguel Social (PAS)* em face aos resultados da pesquisa, haja vista a ausência de políticas habitacionais efetivas no povoado do Gaipó. A pesquisa é de base bibliográfica, documental e de campo, de abordagem qualitativa, com base na Avaliação em Profundidade (Rodrigues, 2008, 2016) somada à Pedagogia Histórico-Crítica (Saviani, 2021; (Saviani; Duarte, 2021). No campo, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com seis interlocutores/as, cinco estudantes e a coordenadora pedagógica da escola onde estudam. Dentre eles/elas, três são do 8º ano, e dois do 9º ano, todos/as residentes no povoado do Gaipó, de ambos os sexos e de idades diversificadas. Foi constatado que a moradia inadequada interfere de maneira direta no desempenho escolar, uma vez que não conseguem ter um sono tranquilo durante a noite e, conseqüentemente, a indisposição durante o dia para os afazeres escolares, além dos ambientes inapropriados para a concentração e uma rotina de estudos. Esta relação da moradia inadequada com o desempenho escolar encontrada no campo se fundamentou nos estudos de Kohara (2009), Alves; Meda (2018), Saviani (2021b), Saviani; Duarte (2021), dentre outros/as. Por fim, diante desse cenário, faz-se mister o aprimoramento de políticas públicas de habitação de forma permanente para os povoados mais distantes do centro de Aquiraz, como é o caso do Gaipó.

**Palavras-chave:** políticas públicas; moradia inadequada; Programa Aluguel Social; desempenho escolar.

## ABSTRACT

The general objective of this research for the Professional Master's Degree in Public Policy Evaluation at the Federal University of Ceará (MAPP/UFC) was to evaluate the effects of the fragility of public housing policy on the school performance of students living in inadequate housing in the municipality of Aquiraz (CE). The specific objectives were to characterize the housing conditions of students from the village of Gaipó (Aquiraz, CE), and their school and family experiences; to relate housing conditions and school performance in the light of the students' reality; to evaluate the Social Rent Program (PAS) in the light of the research results, given the lack of effective housing policies in the village of Gaipó. The research is bibliographical, documentary and field-based, with a qualitative approach, based on In-Depth Evaluation (Rodrigues, 2008, 2016) and Historical-Critical Pedagogy (Saviani, 2021; (Saviani; Duarte, 2021). In the field, semi-structured interviews were carried out with six interlocutors, five students and the pedagogical coordinator of the school where they study. Among them, three are in the 8th grade and two in the 9th grade, all living in the village of Gaipó, of both sexes and different ages. It was found that inadequate housing has a direct impact on school performance, as they are unable to sleep peacefully at night and are consequently unwell during the day for schoolwork, in addition to environments that are unsuitable for concentration and a study routine. This relationship between inadequate housing and school performance found in the countryside was based on studies by Kohara (2009), Alves; Meda (2018), Saviani (2021b), Saviani; Duarte (2021), among others. Finally, given this scenario, it is necessary to improve public housing policies on a permanent basis for the villages furthest from the center of Aquiraz, such as Gaipó.

**Keywords:** public policies; inadequate housing; Social Rent Program; school performance.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa do estado do Ceará.....	26
Figura 2 – Mapa do estado do Ceará com destaque para a cidade de Aquiraz.....	27
Figura 3 – Mapa de Aquiraz com a divisão de seus respectivos distritos .....	28
Figura 4 – Espaço de lazer no Gaipó – I .....	31
Figura 5 – Taxa de urbanização brasileira: 1940 – 2010.....	103
Figura 6 – Número de moradias construídas entre os anos de 1946 e 1964.....	106
Figura 7 – Construção de moradias populares na década de 1940 .....	107
Figura 8 – Evolução dos investimentos em moradias.....	121
Figura 9 – Número de moradias entre os anos de 2002 a 2010.....	122
Figura 10 – Edifício Alto da Prainha .....	131
Figura 11 – Cacimba de Joaninha.....	150
Figura 12 – Lixo Jogado em um terreno na localidade .....	151
Figura 13 – Alpendre da casa de Baltazar .....	153
Figura 14 – Frente da casa de Baltazar .....	154
Figura 15 – Parte interna da casa de Gaspar.....	155
Figura 16 – Banheiro da casa de Gaspar.....	156
Figura 17 – Quarto de Alberto I.....	158
Figura 18 – Quarto de Alberto II.....	159
Figura 19 – Sala da casa de Guadalupe .....	161
Figura 20 – Banheiro da casa de Guadalupe .....	161
Figura 21 – Quarto de Guadalupe.....	162
Figura 22 – Casa do avô de Guadalupe.....	164
Figura 23 – Frente da casa de Belchior.....	164
Figura 24 – Parte interna da casa de Belchior .....	165
Figura 25 – Programa Aluguel Social (PAS) 2014 – 2025.....	175
Figura 26 – Moradias entregues pelo PMCMV entre os anos de 2009 a 2019.....	176
Figura 27 – Espaço de lazer no Gaipó II .....	178
Figura 28 – Terreno baldio no Gaipó.....	179
Figura 29 – Estrada do Gaipó .....	180

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Participantes da pesquisa .....	146
--	-----

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIDS	Síndrome da Imunodeficiência Humana
ANA	Agência Nacional das Águas
AP	Avaliação em Profundidade
BC	Banco Central
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BNH	Banco Nacional de Habitação
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CAGECE	Companhia de Água e Esgoto do Estado do Ceará
CAP	Caixa de Aposentadoria e Pensão
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CE	Ceará
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CEF	Caixa Econômica Federal
CEPE	Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
CF	Constituição Federal
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CMN	Conselho Monetário Nacional
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
COHAB	Companhia de Habitação Popular
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar
CONSUNI	Conselho Universitário
COVID 19	Corona Vírus Disease (Doença do Coronavírus)
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CUFA	Central Única de Favelas
EC	Estatuto da Cidade
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EJA	Educação de Jovens e Adultos
E-SAGE	Sistema de Avaliação e Gestão Escolar
FCF	Faculdade Católica de Fortaleza
FCP	Fundação da Casa Popular

FGTS	Fundo de Garantia de Tempo de Serviço
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
FMI	Fundo Monetário Internacional
FMP	Fundo de Moradia Popular
FNRU	Fórum Nacional de Reforma Urbana
FUNAI	Fundação Nacional dos Povos Indígenas
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
FVG IBRE	Fundação Getúlio Vargas/Instituto Brasileiro de Economia
GSI	Gabinete de Segurança Institucional (GSI) da Presidência da República
IAP	Instituto de Aposentadoria e Pensão
IAPI	Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INAMPS	Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social
INPS	Instituto Nacional da Previdência Social
IPEA	Instituto de Pesquisa Aplicada
JK	Juscelino Kubitschek
JOINPP	Jornada Internacional de Políticas Públicas
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LGBTQIA +	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Intersexuais, Assexuais
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MAPP	Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas
MC	Ministério das Cidades
MCTI	Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação
MDU	Ministério do Desenvolvimento Urbano
MEC	Ministério da Educação
MM	Morar Município
MP	Medida Provisória
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
OGU	Orçamento Geral da União
ONG	Organização Não Governamental
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PACS	Programa de Agentes Comunitários de Saúde
PAIH	Plano de Ação Imediata para Habitação
PAISC	Programa de Assistência Integral à Saúde da Criança
PAR	Plano de Ações Articuladas
PAS	Programa Aluguel Social
PBF	Programa Bolsa Família
PBS	Programa Brasil Sorridente
PCB	Partido Comunista do Brasil
PDE	Plano de Desenvolvimento da Escola
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
PFP	Programa Farmácia Popular
PH	Política de Habitação
PHB	Programa Habitar Brasil
PIASS	Programa de Interiorização das Ações de Saúde e Saneamento
PIB	Produto Interno Bruto
PMCMV	Programa Minha Casa Minha Vida
PMDDE	Programa Municipal Dinheiro Direto na Escola
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PNDS	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNE	Plano Nacional de Educação
PNH	Plano Nacional de Habitação
PNS	Plano Nacional de Saúde
PP	Partido Progressista
PRONAF	Programa Nacional da Agricultura Familiar
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PSD	Partido Social Democrático
PSF	Programa de Saúde da Família
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista do Brasil

SAMU	Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
SASE	Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino
SBPE	Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo
SEAD	Secretaria Especial da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário
SECADI	A Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
SEDUC	Secretaria da Educação do Ceará
SFH	Sistema Financeiro de Habitação
SI	Substituição de Importações
SNS	Sistema Nacional de Saúde
STAS	Secretaria de Trabalho e Assistência Social
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUDS	Sistema Único e Descentralizado de Saúde
SUS	Sistema Único de Saúde
UDN	União Democrática Nacional
UFC	Universidade Federal do Ceará
UVA	Universidade Estadual Vale do Acaraú

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>16</b>
<b>2</b>	<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b>	<b>25</b>
2.1	O local da pesquisa	25
2.2	Perspectivas avaliativas	32
2.3	Definição da abordagem metodológica da pesquisa, estratégias e técnicas de coleta de dados	35
2.4	Análise de dados	36
2.5	O lugar da pesquisa e sua gente	36
2.5.1	<i>Os/as interlocutores/as</i>	41
<b>3</b>	<b>O ITINERÁRIO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS: SURGIMENTO E A PARTICULARIDADE BRASILEIRA</b>	<b>54</b>
3.1	O cercamento das terras comunais	56
3.2	As políticas públicas sociais no Estado social capitalista europeu a partir do século XIX	61
3.3	A renúncia ao Estado social e a escolha pelo neoliberalismo	63
3.4	O Estado brasileiro: da escravização aos dias atuais	65
3.4.1	<i>O Brasil colônia e império: antecedentes das políticas públicas</i>	67
3.4.2	<i>A gênese da proteção social brasileira</i>	71
3.4.3	<i>As políticas públicas sociais entre as décadas de 1960 a 1980: do autoritarismo ao processo de redemocratização</i>	77
3.4.4	<i>As políticas públicas no circuito do ajuste fiscal: da década de 1990 à primeira década dos anos 2000</i>	81
3.4.5	<i>As políticas públicas nos governos Lula</i>	86
3.4.6	<i>As políticas públicas nos governos de Dilma Rousseff</i>	92
3.4.7	<i>As políticas públicas no Governo Bolsonaro</i>	94
<b>4</b>	<b>AS POLÍTICAS PÚBLICAS HABITACIONAIS: CONSIDERAÇÕES SOBRE UM DIREITO SOCIAL À DERIVA</b>	<b>99</b>
4.1	A questão da moradia na Revolução Industrial	99
4.2	Gênese e desenvolvimento da política habitacional brasileira: da Fundação da Casa Popular ao governo Fernando Henrique Cardoso (FHC)	102
4.3	Políticas Federais de Habitação: governos petistas (Lula e Dilma),	

Temer e Bolsonaro .....	117
4.4 Redefinições do <i>Programa Minha Casa Minha Vida</i> no governo de Dilma Rousseff: atores/atrizes e interesses.....	124
4.5 Governo Temer: direitos a menos refletidos na habitação popular.....	125
4.6 Os tons de cinza do <i>Programa Casa Verde e Amarela</i> no governo Bolsonaro.....	127
4.7 A retomada do <i>PMCMV</i> no governo Lula 3: quais perspectivas? .....	129
4.8 A política habitacional em Aquiraz, Ceará: Programa Aluguel Social (PAS) .....	130
4.9 Os movimentos sociais na defesa das políticas de habitação.....	137
5 ENTRE MORADIAS INADEQUADAS E O DESEMPENHO ESCOLAR: AS VOZES VELADAS FACE A UMA REALIDADE PUJANTE .....	146
5.1 Condições de moradia .....	147
5.2 Desempenho escolar.....	167
5.3 A ausência de uma política pública de habitação no território do Gaipó: conexões com quarto de despejo .....	173
5.4 Sonhos de um povoado: nada além das necessidades básicas.....	181
6 Considerações finais.....	184
REFERÊNCIAS .....	190
APÊNDICE A – IDENTIFICAÇÃO E PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS/AS ESTUDANTES RESIDENTES DA COMUNIDADE DO GAIPÓ, AQUIRAZ, CEARÁ .....	209
APÊNDICE B – ENTREVISTAS COM OS/AS ESTUDANTES .....	210
APÊNDICE C – ENTREVISTA COM A COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA DA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL MARIA SOARES DE FREITAS .....	212
APÊNDICE D – TERMO DE CONSENTIMENTO.....	214

## 1 INTRODUÇÃO

Cursar o Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas de Públicas (MAPP), possibilitou, sobremaneira, compreender o Estado, principalmente no que concerne à primazia de sua responsabilidade frente às políticas públicas na vida da população, sobretudo numa conjuntura em que o Brasil se adequa ao receituário neoliberal, isto é, firma-se como Estado mínimo para o social e um instrumento de grande valia ao mercado.

Ao ler a realidade brasileira, vem-me a lembrança de um tempo em que ocupei o lugar de beneficiário minimamente dessas políticas. Eu sou um homem que me identifico com o gênero conforme eu nasci, pardo, 46 anos e estou no magistério desde 2002. Minha trajetória como professor acontece logo depois da minha saída do Seminário Arquidiocesano de Fortaleza, que preparava jovens seminaristas para se tornarem padres/sacerdotes, e nesse contexto religioso, obtive a minha primeira graduação: o curso de Filosofia pela Faculdade Católica de Fortaleza (FCF), no final do ano de 2001.

Em 2002, fui contratado como professor de Ciências Humanas pela Secretaria da Educação do Ceará (SEDUC), sob o regime temporário para lecionar as disciplinas de Filosofia e Sociologia, em duas escolas de ensino médio, em Cascavel, Ceará, minha terra natal.

Naquele período, para poder completar minha carga horária em 200 horas, eu tinha que percorrer quase em todas as turmas das séries finais do ensino fundamental (8º e 9º anos) e ensino médio dessas escolas, entre os turnos matutino, vespertino e noturno, respectivamente.

Ainda em 2002, senti a necessidade de cursar uma segunda graduação que me desse mais embasamento teórico sobre as práticas pedagógicas, afinal de contas, eu lidava com turmas heterogêneas, a transitar entre adolescentes, adultos/as e idosos/as.

Ainda no primeiro semestre daquele ano, iniciei a licenciatura plena em Pedagogia sob o regime especial pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). Convém ressaltar que durante aquele tempo, o curso de Pedagogia era de exclusividade para professores/as que já estivessem em pleno exercício. Eis a razão para ser em caráter especial. Na década de 1990, e nos anos seguintes, com o intuito de formar professores/as, a UVA se expande por todo o estado do Ceará.

Em 2006, depois de quatro anos como professor temporário, fui aprovado no concurso público para professor do ensino fundamental, na rede municipal de Aquiraz, Ceará. Minha lotação, agora na condição de servidor estatutário, aconteceu no dia 07 de março de 2007, ao ser conduzido para a Escola Municipal de Ensino Fundamental de Batoque. Lá, eu trabalhava com as turmas do 3º e 5º anos, nos turnos manhã e tarde, com uma carga horária de 40 horas semanais.

Inicialmente, minha adaptação não foi tão fácil em trabalhar com as séries iniciais do ensino fundamental, haja vista que sempre ministrei aulas para os/as estudantes jovens e adultos do ensino médio, e agora eu me deparava com crianças, tendo que buscar uma metodologia totalmente diferente das anteriores. Cheguei a cogitar em abdicar deste trabalho por causa das dificuldades de adaptação. Entretanto, com o passar do tempo, tomei prazer ao ensinar as séries e estou até hoje.

Em 2010, depois de três anos em sala de aula, recebi o convite da secretária da educação, para assumir a gestão de uma das escolas do município: a Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Carmelita de Oliveira, na comunidade do Tupuiú, limítrofe com o município de Eusébio, Ceará.

Essa escola era muito pequena, tinha praticamente o formato de uma casa, com uma matrícula de aproximadamente 100 educandos/as, mas cheia de desafios a serem enfrentados com relação à aprendizagem. Inicialmente, eu, os/as professores/as e funcionários/as tivemos um grande trabalho para que a escola realmente fosse reconhecida pela comunidade como um bem público e espaço de aprendizagem por excelência, uma vez que ela era muito mal vista por todos/as.

No fim daquele ano, a escola já apresentava outro aspecto. Tanto pais/mães como toda a comunidade, enxergavam a instituição como um espaço de aprendizagem e de transformação social, naquele lugar tão pobre e cheio de desigualdades. No ano seguinte, em julho de 2011, recebi um novo convite da secretária da educação para assumir a direção de uma das maiores escolas do município.

Ao aceitar a proposta, fui designado para a Escola Municipal de Ensino Fundamental Plácido Castelo, na localidade de Tapera, com aproximadamente 1100 educandos/as, abrangendo as seguintes etapas: educação infantil, ensino fundamental (séries iniciais e finais) e educação de jovens e adultos (EJA), nos turnos matutino, vespertino e noturno.

Infelizmente, minha permanência na escola durou apenas seis meses em decorrência de um atentado que sofri com uma arma branca (estilete) por uma estudante do 9º ano, no dia 09 de novembro de 2011. Na época, esse episódio fatídico em minha vida profissional, foi noticiado nos mais diversos programas de televisão do estado do Ceará.

Por causa disso, tive que me afastar da escola por questões de segurança, porém as ameaças de morte ainda continuaram por praticamente uns dois meses após o acontecimento. A situação foi parar na justiça, de modo que, de novembro de 2011 a janeiro de 2012, tive que me preservar dentro de casa. Eu só saía quando tinha audiência no fórum de Aquiraz para os depoimentos a respeito do caso. Por fim, o caso foi arquivado.

Em 2012, último ano da gestão do prefeito Edson Sá, fui transferido para outra escola na condição de coordenador pedagógico com a permanência neste cargo por dois anos consecutivos (2012-2013), na Escola Municipal de Ensino Fundamental Henrique Gonçalves da Justa Filho, na localidade de Jacundá, limítrofe com Eusébio.

Entre os anos de 2014 e 2016, estive em sala de aula, na Escola Municipal de Ensino Fundamental Clarêncio Crisóstomo de Freitas, na localidade de Araçazinho do Biel, distrito de Tapera. Em 2016, mais uma vez, fui convidado para assumir a gestão escolar onde eu já estava desde 2014. Minha permanência nesta escola como gestor, deu-se entre os anos de 2017 e 2020.

Vale destacar que no município de Aquiraz, os cargos de gestão escolar e coordenação pedagógica sempre foram escolhas da própria secretaria da educação, sem um devido processo seletivo, como acontece na rede estadual de educação, e no município de Fortaleza. Entretanto, pela primeira vez na história do município, no ano de 2024, os cargos de gestores/as escolares e coordenadores/as pedagógicos/as foram através de processo seletivo.

Em 2021, fui reconduzido mais uma vez à sala de aula pela atual gestão municipal. Meu retorno ocorre em plena pandemia da COVID-19, por meio do formato remoto, e com seus grandes desafios para atender os/as estudantes e suas especificidades, na Escola Municipal de Ensino Fundamental Maria Soares de Freitas, na localidade de Patacas, como docente das turmas do 4º e 5º anos.

Nesse período, tive que aprender a gravar, editar e enviar todos os dias as aulas para os/as estudantes. Notei que as desigualdades só aumentaram, visto

que nem todos/as os/as discentes tinham um aparelho de celular, nem conectividade em suas casas. Pouquíssimos/as eram os/as discentes que enviavam as atividades diariamente. Muitos/as pais e mães trabalhavam fora e não podiam deixar o celular em casa para que os/as filhos/as pudessem realizar as demandas da escola.

Mediante este cenário desolador, milhares de crianças e adolescentes pobres foram prejudicados/as do ponto de vista da aprendizagem. Para se entender melhor, a pandemia da COVID-19 foi uma verdadeira exposição das desigualdades sociais, ou seja, ficaram mais nítidas as mazelas de pessoas impossibilitadas à alimentação, à educação, à saúde, ao emprego e à moradia (Zacharias, 2022).

Ao sintetizar os processos da pandemia, que constituem uma desigualdade extrema, Zacharias analisa:

De repente, o mundo todo teve de lidar com os estragos causados por algo invisível, sem estar devidamente preparado para isso. Um vírus fez colapsar o sistema de saúde até mesmo dos países mais ricos do mundo; descortinou o acesso desigual e/ou a falta de acesso aos recursos e à assistência médico-sanitário-hospitalar; impôs ao mundo o isolamento e o distanciamento como um novo modo de viver; revelou a falta da convivência e de relações mais próximas dentro de casa; obrigou a estabelecer novas relações e formas de comunicação fora de casa; promoveu forçosamente aos estudantes a autonomia e o protagonismo como os quais não estavam acostumados; deixou clara a terceirização dos pais com o aprendizado dos filhos; redefiniu o lugar físico do trabalho e mudou o significado de moradia; escancarou a falta de recursos básicos dentro de casa para a aprendizagem remota; revoltou os que sentem dificuldade de admitir que algo externo imponha restrições ao próprio estilo de vida e às próprias opções (Zacharias, 2022, p. 155-156).

Em janeiro de 2022, a Universidade Federal do Ceará (UFC) em parceria com a Prefeitura Municipal de Aquiraz lança o edital para o processo seletivo de Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas (MAPP) para os/as profissionais da educação.

Quando o edital saiu, fiquei muito feliz, pois sempre tive aspirações em cursar um mestrado. Participei do processo, e estou aqui nesta fase conclusa. Durante as aulas, assim como é de fato acontecer, mudei minha pesquisa que até então se direcionava para uma política municipal de Aquiraz: o *Programa Municipal Dinheiro Direto na Escola (PMDDE)*, que tem como finalidade auxiliar financeiramente as escolas no que diz respeito à infraestrutura com a realização de pequenos reparos, consertos de equipamentos, dentre outras ações.

Em novembro de 2022, durante as aulas da disciplina de *Fundamentos de Análise do Estado Brasileiro Contemporâneo*, a professora Adriana de Oliveira Alcântara, para enfatizar a ausência das políticas públicas em um tempo pretérito, mas nos provocando com as semelhanças da atualidade, ilustrou com a obra *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, de Carolina Maria de Jesus. A autora, por meio de relatos cotidianos, exemplifica a cidade de São Paulo como o ícone da exclusão social brasileira, principalmente quando retrata a questão dos problemas de moradia, na favela do Canindé.

Ao ser chamado atenção para essa expressão da questão social, pensei na temática da habitação e suas relações com o desempenho escolar. *Quarto de despejo* me fez repensar muito sob a condição de pesquisador social, uma vez que teria a oportunidade de investigar, profundamente, uma realidade da sala de aula. E, foi assim que meu projeto de pesquisa enveredou para o objeto referido.

Logo, a presente dissertação se intitula como: *Avaliação da Política Pública de Habitação no município de Aquiraz (CE): entre as condições de moradia e o desempenho escolar, à luz de Quarto de despejo: diário de uma favelada, de Carolina Maria de Jesus.*

Tornar-se sensível pela escolha de um objeto de estudo a ser investigado, geralmente surge através das experiências e/ou vivências do/a próprio/a pesquisador/a. Nesse sentido, afirma-se que nenhuma escolha é neutra, isto é, por trás de uma investigação há sempre uma carga de sentido, uma espécie de identificação com o objeto ao qual se pretende pesquisar (Paugam, 2015).

Dessarte, ao abordar sobre as moradias inadequadas e suas relações com o desempenho escolar, sinto-me muito acercado do meu objeto de pesquisa, em razão que durante toda minha infância e uma boa parte da adolescência, vivi com minha família em moradias nessas condições.

Minha casa, na década de 1980, se restringia apenas a dois cômodos: uma sala e uma cozinha para cinco pessoas: meu pai, minha mãe, eu e minhas duas irmãs. Nós, dormíamos em redes, e esses espaços eram muito apertados, sem o mínimo de conforto, segurança e privacidade. Por muitas vezes, chegávamos à escola com muito sono e sem disposição para os estudos.

A problemática de moradias no Brasil é recorrente desde a época quando ainda éramos colônia de Portugal, período em que os/as africanos/as trabalhavam

em regime de escravização, não tendo assim, as mínimas condições financeiras de adquirir a casa própria (Maricato, 1982).

Retomando, convém mencionar que, por mais aproximado e familiarizado com o contexto dos/as discentes, os/as interlocutores/as da minha pesquisa, não significa ainda, a atentar para todos os procedimentos, que se tenha alcançado, o conhecimento científico acerca da realidade, visto que meu ponto de vista corresponde apenas a uma interpretação das minhas experiências (Velho, 1978).

Ao apresentar o contexto das moradias inadequadas e suas relações com o desempenho escolar, observa-se que poderá haver inúmeras possibilidades de percepções através do estranhamento familiar, o que faz com que a pesquisa científica se torne grande e enriquecida (Velho, 1978).

Ao vivermos em sociedade, observamos a diversidade de grupos humanos e estes enxergam uma mesma coisa sob diferentes ângulos. Na minha condição de pesquisador/a, a compreensão que eu tenho do/a outro/a não pode partir das minhas concepções, mas a partir da própria concepção que os sujeitos carregam sobre si (Velho, 1978).

Assim, podemos afirmar que estranhamento familiar é o exercício constante de desnaturalizar as minhas concepções sobre o que já suponho ser conhecido e, por isso, desmerecedor de outros olhares e visões de mundo. Como exemplo, vale mencionar as pesquisas com as populações rurais (campeiros/as) no Brasil durante a década de 1970, realizadas por intelectuais, pertencentes à branquitude e habitantes dos grandes centros urbanos.

Os campeiros/as eram criticados porque suas famílias eram compostas por uma grande quantidade de filhos/as. No entendimento desses/as pesquisadores/as, o tamanho da prole era uma atitude meio que ilógica, impensada e irresponsável.

No universo camponês, justificava-se a existência de muitos/as filhos/as porque o número de enxadas seria bem maior para a realização do trabalho no campo. Daí o imperativo de sairmos do nosso mundo e compreendermos o sentido do olhar do outro e de seus valores. Conforme percebemos, nos grupos urbanos, uma família ampla passa uma compreensão diferente em relação à composição familiar dos/das campeiros/as.

Então, o/a investigador/a deverá exercer o enfrentamento do estranhamento daquilo que lhe é comum, peculiar todos os dias e torná-lo em uma realidade mais complexa e/ou densa (Santos, 2001).

As minhas vivências de magistério nestes 23 anos e minha situação de precariedade de moradia em tempos pretéritos, levaram-me a transcender as reflexões do desempenho escolar como uma inquietação para além dos muros escolares.

Vale salientar que, diante do levantamento bibliográfico, esta investigação sobre o desempenho escolar com as moradias inadequadas ainda apresenta pouquíssimos estudos no meio acadêmico, a exemplo da tese de doutorado em Arquitetura e urbanismo de Kohara (2009), somada à pesquisa de Alves; Meda (2018) quando trata a respeito da ampliação do conceito de moradia.

Eu, como professor, sempre percebi que o desempenho escolar foi e é tratado como o resultado de uma ação pedagógica direta entre professores/as e discentes, e na maioria das vezes, sem as devidas considerações acerca dos fatores externos que podem afetar a qualidade do ensino dos/as educandos/as, como: as condições nutricionais, situação de saúde e de moradia digna (Alves; Meda, 2018).

Para Gadotti (2010), a qualidade da educação, e conseqüentemente, o desempenho escolar não se constrói somente com políticas públicas de educação. É preciso que haja a intersetorialidade com outras políticas, como: saúde, assistência, e principalmente moradia.

Assim, o objetivo geral desta pesquisa foi avaliar os efeitos da fragilidade da política pública de habitação no desempenho escolar de estudantes que vivem em moradias inadequadas no município de Aquiraz (CE). Por sua vez, os objetivos específicos compreenderam: caracterizar as condições de moradia de estudantes do povoado de Gaipó (Aquiraz, CE), e suas vivências escolares e familiares; relacionar as condições de moradia e o desempenho escolar à luz da realidade dos/as discentes; avaliar o *Programa Aluguel Social (PAS)* em face dos resultados da pesquisa, haja vista a ausência de políticas habitacionais efetivas no povoado do Gaipó.

A pesquisa caracterizou-se como qualitativa. Quanto ao percurso metodológico, a coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas, gravadas com meu aparelho de celular, mediante o devido

consentimento dos/as interlocutores/as. Em seguida, estas falas foram observadas à luz da análise de dados do discurso de Orlandi (2009).

Nestas linhas propedêuticas ou simplesmente denominada como primeira seção, percorro alguns caminhos ora íngremes, ora serenos, todavia muito decisivos, na constituição/reconstrução de minha pessoa, seja pessoal ou profissionalmente. Ademais, destaco o problema de pesquisa, qual seja, as relações entre o desempenho escolar e as moradias inadequadas, bem como a apresentação das seções com seus enfoques.

Na seção 2 – *Percurso metodológico*, é caracterizado o local da pesquisa: a cidade de Aquiraz, mas especificamente o povoado do Gaipó com a história de vida dos/as moradores/as tão desprovidos/as de políticas públicas. Este município, em minha vida profissional, é muito expressivo pois foi nele que há 18 anos fui acolhido na condição de professor.

Também são reiterados os objetivos geral e específicos. Posteriormente, é pormenorizada a política habitacional de Aquiraz: o *Programa Aluguel Social (PAS)*, de maneira a ressaltar sua origem, execução, e principalmente, as dificuldades encontradas no tocante à ausência de informações pela própria prefeitura Municipal de Aquiraz.

Acerca das perspectivas avaliativas, amparo-me na Avaliação em Profundidade, proposta por Rodrigues (2008; 2016), somada à perspectiva da Pedagogia Histórico-Crítica reivindicada por Saviani (2021b). Com o intuito de conhecer melhor os/as estudantes das séries finais do ensino fundamental (8º e 9º anos), bem como responder à pesquisa, realizei entrevistas do tipo semiestruturada (Apêndices A e B). Em seguida, na Escola Municipal de Ensino Fundamental Maria Soares de Freitas, ambiente escolar desses/as educandos/as, entrevistei a coordenadora pedagógica (Apêndice C) que relatou com propriedade não só as experiências de aprendizagem dos/as mesmos/as, mas também as mais diversas desigualdades.

Na seção 3 – *O itinerário das políticas públicas sociais: surgimento e a particularidade brasileira*, a centralidade da discussão se direciona à gênese do Estado social, a começar no cenário europeu, mas especificamente na Inglaterra, em meados do século XVI, quando os/as camponeses/as são expulsos/as de suas terras e vão em busca de trabalho nas cidades.

Tal conjuntura mostra que as políticas públicas sociais eclodiram perante conflitos/tensões entre a classe trabalhadora e o sistema capitalista industrial. Nessa reconstrução histórica, a formação sócio-histórico brasileira também é refletida, na intenção de apontar as relações sociais a partir de lugares e contextos específicos, consideração essencial para entender as conquistas e retrocessos em torno do acesso às políticas públicas sociais.

Na seção 4 - *As políticas públicas habitacionais: considerações sobre um direito social à deriva* se volta à análise de como a moradia se tornou política pública diante das mudanças ocorridas no Brasil a partir de 1930, período em que milhares de brasileiros/as se deslocaram do campo e foram para as cidades em busca de emprego (Bonduki, 1998).

Em decorrência do êxodo rural, tardiamente, houve uma preocupação por parte do governo em criar políticas públicas de habitação. Como prova disso, temos o surgimento das primeiras favelas, especificamente na cidade de São Paulo, durante a década de 1950 (Farias, 2018).

Na seção 5 - *Entre moradias inadequadas e o desempenho escolar: as vozes veladas face a uma realidade pujante*, esta relação é analisada com os/as estudantes residentes no povoado do Gaipó. Nestas moradias, eles/elas vivem em situação de extrema pobreza, os espaços são muito pequenos, sem ventilação, iluminação ou reboco, além dos banheiros inapropriados.

A par deste concreto pensado, isto é, de um péssimo retorno do poder público ou mesmo da ausência das políticas de habitação, essas moradias afetam a saúde desses/as discentes, haja vista as péssimas condições, a exemplo das noites mal dormidas e, conseqüentemente, a falta de concentração e indisposição para a realização das atividades escolares.

## 2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Diante das necessidades de moradia, é preciso que dentro da própria casa dos/as estudantes haja um espaço adequado/apropriado para a realização das atividades escolares e domiciliares.

Além disso, precisam de um quarto adequado para o repouso, e conseqüentemente, disposição para os estudos. Não é novidade que a precariedade da moradia é recorrente na vida dos/as estudantes, filhos e filhas da classe trabalhadora brasileira (Kohara, 2009).

Ressalto também que as inquietações oriundas da minha proximidade com o universo precário de moradia e o meu convívio com os/as discentes originários/as de baixas condições socioeconômicas foram potencializadas por meio do livro de Carolina Maria de Jesus *Quarto de despejo: diário de uma favelada*.

O foco desta obra se volta às mazelas cotidianas da autora, especialmente no tocante à moradia e à fome, na favela do Canindé. Daí a conexão com a análise de Kohara (2009) ao afirmar a importância da moradia na vida das pessoas como direito social.

Ao observar este hiato, senti-me curioso para entender a relevância da moradia no desempenho escolar, tendo como estudo a não efetivação da política habitacional de Aquiraz, na vida desses/as educandos/as que residem em moradias inadequadas, mas especificamente, no Gaipó.

Afinal, política pública também é entendida como aquilo que um governo escolhe fazer ou não fazer (Dye, 1984). Pesquisar a temática das moradias inadequadas e suas relações com o desempenho escolar me faz repensar como a educação é complexa, cheia de elos, uma situação que não depende somente de si para seu êxito.

### 2.1 O local da pesquisa

O estado do Ceará, circunscrito na região Nordeste, possui uma extensão territorial de 148.894, 447 Km<sup>2</sup>, composto por 184 municípios e com uma população de 8.794.957 habitantes. Em 1989, foi dividido em mesorregiões, e em 2017, passou por uma nova revisão com as seguintes regiões geográficas intermediárias: Fortaleza, Quixadá, Iguatu, Juazeiro do Norte, Crateús e Sobral (IBGE, 2022).

Figura 1 – Mapa do estado do Ceará



Fonte: Prefeitura Municipal de Aquiraz – 2020.

Antes de se falar acerca da política que está sendo pesquisada, convém apresentar as características geográficas e demográficas do município de Aquiraz, no estado do Ceará, de acordo com o último censo de 2022 do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Figura 2 – Mapa do estado do Ceará com destaque para a cidade de Aquiraz



Fonte: Prefeitura Municipal de Aquiraz – 2020.

A primeira capital do Ceará, como é tão bem expressa no hino municipal de Aquiraz<sup>1</sup>, está situada na região intermediária (metropolitana) de Fortaleza, no

<sup>1</sup>O "Hino de Aquiraz" é uma verdadeira poesia à cidade, localizada no estado do Ceará, Brasil. A letra do hino tem como destaque a parte histórica, sendo a primeira capital das terras cearenses, e a riqueza cultural e natural que ela possui. A música é permeada por metáforas que compara o município a um canto de ave e a uma teia de vida iluminada, ao sugerir a beleza e a harmonia que emanam do local e de seu povo. Foi criado no ano de 2001, por Luciano Miranda, que na época, era secretário da Cultura, na gestão da prefeita Ritelza Cabral (2001-2008). A seguir, eis o hino: *És o canto da ave que norteia/És da vida a fina teia/Que a luz semeia/Em cada coração/Primeira capital das terras do Ceará/És nau capitânia/Lembrança imortal/Que cada filho teu/Pra sempre guardará/Primeira capital do Ceará/Serenai verdes mares do Aquiraz/Para que as árvores mostrem o seu verde/Serenai verdes mares do Aquiraz/E todo o povo também mostre a sua paz/Aquiraz/Tua história/É a memória/ de uma etnia viva/De belas raças que o tempo soube guardar/De uma gente que o tempo soube guardar/Em tuas praças o passado/ Brinca de presente/Alegre encontro de uma gente/Que luta pro futuro conquistar/Teus rios, campos e lagoas/Sereno canto de amor tecendo loas/Ao guerreiro, herói obstinado/Que lavra a terra neste chão nordestinado/E lá no horizonte/Infinito mar/Branças asas trazem homens peixes/Que nas ondas vivem a pescar/Serenai verdes mares do Aquiraz/Para que as árvores mostrem o seu verde/Serenai verdes mares do Aquiraz/E todo o povo também mostre a sua paz/Serenai verdes mares do Aquiraz/Para que as árvores mostrem o seu verde/Serenai verdes mares do Aquiraz/E todo o povo também mostre a sua paz.*

litoral leste com uma área de 480,236 quilômetros quadrados, e é limítrofe com os seguintes municípios: Cascavel, Pindoretama, Eusébio, Fortaleza, Horizonte e Itaitinga. Atualmente, Aquiraz possui uma população de 80.645 habitantes, com uma densidade demográfica de 167,93 habitantes por quilômetro quadrado (IBGE, 2022).

O município está dividido em 9 distritos: Assis Teixeira, Sede, Camará, Caponga da Bernarda, Jacaúna, João de Castro, Justiniano de Serpa, Patacas e Tapera. Em cada distrito, localizam-se as diversas comunidades.

Dentro da Região Metropolitana de Fortaleza, Aquiraz é um município muito grande, todavia com muitas desigualdades a serem encaradas pelo poder público. Não diferentemente das outras cidades brasileiras, sejam elas pequenas, médias ou grandes, como as capitais, a cidade também não se exime dos problemas que circundam em torno de moradias, como veremos.

Figura 3 – Mapa de Aquiraz com a divisão de seus respectivos distritos



Fonte: Prefeitura Municipal de Aquiraz – 2020.

A comunidade do Gaipó, *locus* da minha pesquisa, está localizada no distrito de Patacas, com uma distância de aproximadamente uns 20 quilômetros até a sede do município, porém mais perto de Pindoretama, em torno de uns 2

quilômetros. Quem chega ali, já percebe de imediato o desprezo por parte do Poder Público.

Todas as informações obtidas sobre a comunidade, foram por meio de uma conversa entre mim, Joaquina, a mulher mais velha do lugar, e uma de suas filhas: Leninha. Em busca de mais informações, procurei o site da Prefeitura, mas nada de registros.

Ao adentrar naquele ambiente, no dia 22 de agosto de 2024, às 14 horas, veio em minhas lembranças a favela do Canindé, um lugar tão bem retratado do ponto de vista das mazelas sociais vividas na década de 1950, por Carolina Maria de Jesus, uma mulher negra, pobre, mãe solo e catadora de papelão.

Toda a favela do Canindé foi construída por restos de madeira descartados pelas novas empreiteiras que seriam designadas para a construção dos novos modelos de moradia para as classes mais elevadas de São Paulo. A catadora de papelão menciona várias vezes que não residia em uma casa, mas em barracão, à mercê a todas as intempéries da natureza.

Em *Quarto de despejo*, percebe-se que a favela é um lugar de amargura, descuido e desamparo, ou seja, totalmente desprovida da ação estatal. Em uma de suas várias indignações, descreveu: “Eu classifico São Paulo assim: O Palácio, é a sala de visita. A Prefeitura é a sala de jantar e a cidade é o jardim. E a favela é o quintal onde jogam os lixos” (Jesus, 2014, p. 32).

Sob essas condições, compara-a ao inferno e a um chiqueiro de porcos. Ao se referir dessa maneira, a catadora de papelão reafirma que ali é um lugar desprovido/ausente dos serviços básicos de saúde, e tem por demais pessoas que sofrem algum tipo de insegurança alimentar, sem saneamento básico, e principalmente a falta de moradia.

Além disso, Carolina de Jesus percebeu no meio da vizinhança a presença da violência de gênero, sobretudo de maridos que se acham donos dos corpos de suas esposas, o roubo da infância através de abuso sexual e problemas de alcoolismo. Toda a cidade de São Paulo vê a favela como um lugar de pessoas perigosas, delinquentes, marginais, e é por isso, que estão num quarto de despejo.

Sobre as condições de residir na favela, Jesus (2014, p. 54 e 55) continua com as suas necessárias e pungentes provocações

Nós somos pobres, viemos para as margens do rio. As margens do rio são os lugares do lixo e dos marginais. Não mais se vê os corvos voando as margens do rio, perto dos lixos. Os homens desempregados substituíram os corvos. [...] Os vizinhos de alvenaria olha os favelados com repugnância. Percebo seus olhares de ódio porque eles não quer a favela aqui. Que a favela deturpou o bairro. Que nojo da pobreza. Esquecem eles que na morte todos ficam pobres.

A descrição de Carolina de Jesus, remonta às palavras de Alcântara (2023, p. 135) ao considerar como a forma de estrutura da organização social influencia na “satisfação das necessidades básicas da família, que é ordenada através do trabalho da produção, interferindo no espaço familiar, no modo de viver. Assim, sendo, a casa é determinada politicamente”. Portanto, dentre tantas Carolinas, Marias, Antônias, Joanelhas... o sistema capitalista não as oportuniza o usufruto de um direito humano – uma casa de alvenaria.

O drama de moral mal vivenciado por Carolina de Jesus é também exposto por uma interlocutora, residente no Gaipó. Joanelha é uma mulher de 55 anos, não alfabetizada, declarada como parda, doméstica, mãe de 11 filhos/as vivos/as, 2 mortos ainda quando eram pequenos, 2 abortos espontâneos e avó de 30 neto/as, sendo que o mais velho morreu recentemente atropelado por um carro ao descer do transporte escolar. Por causa desse episódio fatídico, a comunidade ainda estava muito triste.

Ao contrário de Carolina de Jesus, Joanelha já está em um segundo casamento. Falou que quando sua primeira filha nasceu, ela tinha 16 anos. Em nossa conversa, percebi que ela não tinha muita firmeza a respeito das datas, inclusive acerca das idades de todos/as seus/suas filhos/as.

Segundo Joanelha, por volta do final da década de 1980, a Prefeitura de Aquiraz tinha muitas terras públicas espalhadas pela comunidade e um senhor com o nome de José Nunes, era o encarregado de distribuí-las para as pessoas que precisavam de um lugar para morar.

Quanto sua origem, Joanelha nasceu em Pindoretama e chegou ao povoado por volta do ano de 1988, sem saber ao certo sua idade, trazendo consigo apenas uma trouxa de roupa e seus/suas três filhos/as do primeiro casamento. Na época, o Gaipó se restringia a uma grande mata e poucas casas com construções do formato taipa, tipo de moradia muito comum na região Nordeste entre as décadas de 1970 e 1980.

Além disso, não havia energia elétrica, nem água tratada como acontece até hoje. Os televisores, para quem podia comprar, eram em preto e branco, carregados com bateria de carro, um verdadeiro luxo para aquele tempo. Pelos seus relatos, notei que Joaquina falava sempre com muita indignação sobre os governantes, visto que a comunidade foi esquecida por todos os prefeitos que passaram pela gestão municipal.

Por lá, a ausência de políticas públicas é muito grande, pois tudo falta para aquelas pessoas: saneamento básico, lazer e principalmente, moradia.

Joaquina com os olhos lacrimejantes, falou que o único ambiente de lazer que as crianças têm é um terreno baldio da prefeitura que divide espaço com os animais, como: cachorro, gato, cavalo e jumento, em conformidade com a figura 4.

Figura 4 – Espaço de lazer no Gaipó



Fonte: Francisco Odenir Monteiro de Oliveira (22/08/2024).

Desse modo, a presente pesquisa contempla algumas questões que servirão como fundamentos e/ou pontos de partida:

1. Qual é a realidade de moradia dos/as estudantes que residem na comunidade do Gaipó?

2. Como a avaliar a relação entre moradias inadequadas com o desempenho escolar?

3. Qual a visão dos/as educandos/as a respeito da moradia como um direito social?

A partir dessas indagações, o objetivo central é:

- Avaliar os efeitos da fragilidade das políticas públicas de habitação no desempenho escolar de estudantes que vivem em moradias inadequadas no município de Aquiraz (CE).

Em seguida, os objetivos específicos compreenderam:

- Caracterizar as condições de moradia de estudantes do povoado de Gaipó (Aquiraz, CE), e suas vivências escolares e familiares;

- Relacionar as condições de moradia e o desempenho escolar à luz da realidade dos/as discentes;

- Avaliar o *Programa Aluguel Social (PAS)* em face dos resultados da pesquisa, haja vista a ausência de políticas habitacionais efetivas no povoado do Gaipó.

A comunidade do Gaipó, *locus* da pesquisa, é um desses exemplos onde as políticas públicas não alcançam os/as agonizantes, os/as despossuídos/as de um sistema que inverteu a moradia em mercadoria. A seguir, menciona-se o *Programa Aluguel Social*, única política de habitação municipal, de caráter precário.

## 2.2 Perspectivas avaliativas

O Programa de Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas (MAPP) da Universidade Federal do Ceará (UFC) foi criado em 11 de setembro de 2000, com aprovação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE/UFC) e do Conselho Universitário (CONSUNI), de 14 de setembro do corrente ano, e tendo sua aprovação em 21 de dezembro de 2004, pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

De lá para cá, o MAPP traz uma proposta inovadora para as avaliações de políticas públicas através de uma abordagem interdisciplinar com articulação de muitas áreas do conhecimento, tais como: Ciências Sociais, Economia, Educação

dentre outras. As defesas das dissertações começaram a partir de 2005, logo após a aprovação da CAPES.

Ao longo dessas duas décadas de produção acadêmica, o mestrado propõe reflexões pertinentes no que tange aos paradigmas contra-hegemônicos de avaliação (Gussi, 2019).

Para a realização da presente pesquisa, optei pelas seguintes perspectivas avaliativas: Avaliação em Profundidade (AF), somada à Pedagogia Histórico-Crítica, vertentes contra-hegemônicas, visto que ambas refletem uma dimensão teórico-política, que sempre estão em construção e abertas às mais diversas complexidades enfrentadas pelos/as sujeitos/as (Carvalho; Moreira, 2020 e Saviani, 2021b).

A respeito da avaliação em profundidade, afirma-se que as matrizes tradicionais (paradigma positivista) são rompidas, em decorrência de ela procurar engajar os/as mais diversos/as interlocutores/as que estão nas periferias do capitalismo (Cardoso; Cruz; Bezerra, 2020).

Quanto a estes/as sujeitos/as, Rodrigues (2008; 2016) aloca para o centro da avaliação os mais diversos grupos/segmentos criminalizados, excluídos e segregados, como: LGBTQIA+, pessoas com deficiência, movimentos feministas, povos indígenas, quilombolas, comunidades ciganas, os sem-teto, população em situação de rua, dentre outros.

Desta maneira, a avaliação torna-se densa, detalhada, extensa e ampla ao permitir o envolvimento de mais pessoas em seu planejamento, execução, acompanhamento e avaliação (Rodrigues, 2008).

A seguir, apresento de forma sucinta os quatro eixos analíticos que norteiam a avaliação em profundidade (AP). O primeiro tem a preocupação com a análise de formulação do programa/política: objetivos, critérios e dinâmica de implantação, acompanhamento e avaliação (coerência) (Rodrigues, 2016).

O segundo eixo enfoca a análise de contexto. Nela, discute-se o cenário social em que essa política/programa foi feita, ao considerar os eventos dos momentos vividos pelos/as sujeitos/as. Observa-se também as necessidades do momento para implementação daquela política/programa em articulação com as esferas federal, estadual ou municipal (Torres Júnior *et al.*, 2020).

O terceiro fundamenta-se na trajetória institucional, que busca coerência da política/programa ao longo de suas vias institucionais (Rodrigues, 2008). O

quarto eixo trata a respeito do espectro temporal e territorial confronta as propostas e objetivos da política/programa com as especificidades locais onde a política/programa foi implementada. Há lugares em que as políticas não têm tanto êxito como se fosse talvez em outro lugar (Gussi; Oliveira, 2016).

Dentre os quatro eixos analíticos da avaliação em profundidade (AP) ora mencionados, o segundo e o quarto compreenderam o suporte para responder ao terceiro objetivo específico desta dissertação.

A respeito do segundo eixo, que trata sobre a análise de contexto, ou seja: em que cenário foi criado o programa habitacional, fiz uma análise do *Programa Aluguel Social (PAS)*, política em nível local em face ao *Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV)*, política de extensão nacional. Na comparação entre os dois programas de habitação, teço minhas críticas ao *PAS*, porque em seu escopo não há uma preocupação de resolver a situação de quem precisa de moradia permanente, no município de Aquiraz.

Sobre o quarto eixo, a crítica continua porque o *Programa Aluguel Social (PAS)* não chega aos territórios mais longínquos, como é o caso do povoado do Gaipó.

Ao observar a densidade e o detalhamento da avaliação em profundidade, propus conduzir a pesquisa em função deste paradigma de avaliação por possibilitar uma análise da política aqui já exposta, em sua totalidade.

Como exemplo desta proposta avaliativa de caráter contra-hegemônica, convém citar o trabalho de Sousa (2020), intitulado 'As trajetórias de jovens em situação de pobreza na universidade: uma avaliação da política de cotas na Universidade Federal do Ceará', que expressou um esforço da pesquisadora/avaliadora na análise de estudantes oriundos/as de famílias pobres que ingressaram nos cursos de graduação (Medicina e Direito) por meio da política de cotas, Lei Federal nº 12.711/2012.

Vale apontar que antes dessa lei, estes cursos eram de "exclusividade" da elite cearense que podia estudar nos melhores colégios de Fortaleza. Na contramão desse privilégio, a avaliação em profundidade configura-se como uma proposta inovadora, aberta e dinâmica que procura reforçar os direitos e a defesa da democracia, especialmente na dialética igualdade/diferença dos/as sujeitos/as que se apropriam de programas/políticas públicas.

A seguir, cabe explicitar como a pesquisa de campo foi desenvolvida, ou seja, a seleção dos/as participantes, os instrumentos utilizados para a coleta e os registros de dados.

### **2.3 Definição da abordagem metodológica da pesquisa, estratégias e técnicas de coleta de dados**

A referida pesquisa caracterizou-se de natureza qualitativa, visto que ela é uma maneira de entender o significado que os indivíduos ou os grupos atribuem para os problemas sociais ou humanos (Creswell, 2010).

A amostra dessa investigação foi composta por cinco estudantes que residiam em moradias inadequadas, no povoado do Gaipó, e que cursavam o 8º ano e 9º anos, do Ensino Fundamental da Escola Municipal de Ensino Fundamental Maria Soares de Freitas. Além deles/as, participou também a coordenadora pedagógica da referida instituição escolar.

Como o objeto se volta às relações do desempenho escolar com as moradias inadequadas, a localidade do Gaipó é onde estes/as estudantes moram. Por isso este lugar constitui elemento central no bojo da pesquisa.

Quanto à coleta de dados, realizei entrevistas semiestruturadas. Na avaliação em profundidade (AF), segundo as recomendações de Rodrigues (2016), as entrevistas precisam se distanciar das convencionais. É, preciso, portanto, que as perguntas sejam bem elaboradas e forneçam ao/à entrevistado/a um espaço que resulte em informações e reflexões novas, que na maioria das vezes sequer imaginadas pelo entrevistador/a.

Quanto ao registro dos dados, realizei em meu próprio celular, já que o aparelho tinha este suporte de gravador e previamente com o consentimento dos/as interlocutores/as. Além das gravações, o diário de campo sempre estava comigo, haja vista sua importância, pois é ali que foram feitos os apontamentos do cotidiano dos/as sujeitos/as (Minayo; Deslandes, 2002).

A grandeza da avaliação em profundidade faz o/a investigador/a rever velhas práticas de avaliação tidas como verdadeiras, inclusive o modo de coletar de dados em campo, como é caso da entrevista.

## 2.4 Análise de dados

No decurso das aulas da disciplina de métodos de análise de pesquisa quantitativa e qualitativa I, alguns métodos de análise de dados para a pesquisa qualitativa, foram debatidos, tais como: análise de conteúdo proposto por Bardin (2015), análise do discurso de Orlandi (2009) e análise de triangulação de métodos de Marcondes; Brisola (2014).

Diante dessas explicações, optei pela análise do discurso de Orlandi (2009) por abordar o discurso totalmente diferente das formas tradicionais. Segundo Caregnato; Mutti (2006), a análise do discurso tem como pretensão o sentido e não o conteúdo do texto.

Neste sentido, busca-se analisar a maneira como as pessoas se expressam, visto que as emoções e os sentimentos são materializados por meio do discurso. O *corpus* do discurso é carregado dos aspectos sociais e históricos dos/asinterlocutores. Nenhum discurso é neutro, visto que em sua produção é possível percebermos os elementos de ordem ideológica, política e simbólica.

## 2.5 O lugar da pesquisa e sua gente

Minha aproximação com o território do Gaipó não foi de agora. Já trabalhei na comunidade como professor, no ano de 2014, na Escola Municipal de Ensino Fundamental Ministro Jarbas Passarinho, às margens da CE 040, que liga a cidade de Fortaleza aos municípios do litoral Leste: Aquiraz, Pindoretama, Cascavel e Beberibe. Naquele tempo, a instituição de ensino tinha uma matrícula de aproximadamente 100 discentes, distribuídos/as desde a educação infantil até o 5º ano das séries iniciais do ensino fundamental.

Nessa escola, tive o desafio de pela primeira vez ministrar aulas para as turmas dos infantis IV e V (crianças com idade entre 4 e 5 anos) de forma multisseriada, ou seja: duas séries em um único espaço de aprendizagem concomitantemente. Para mim foi uma situação bastante delicada/complexa, e demorou um pouco para eu me acostumar, mas no final de tudo, deu certo.

Acredito que minha paternidade e os anos de magistério tenham colaborado para a devida adaptação em sala de aula naquelas condições por todo o

ano de 2014. Além dessas séries, minha carga horária de 40 horas semanais foi complementada com a turma do 4º ano.

Nesta circunstância de investigador/pesquisador, senti a necessidade de relatar estes acontecimentos porque alguns/algumas daqueles/as estudantes do Gaipó eram meus/minhas educandos/as. Passados esses dez anos, deparei-me com eles/elas no estado de interlocutores/as da pesquisa. Ao chegar ao povoado, algumas mães me reconheceram como ex-professor da escola.

Senti-me muito feliz ao reencontrá-lo/as, contudo muito triste ao constatar que aquele lugar ao longo desse tempo não mudou praticamente em nada quanto à melhoria de vida daquelas pessoas. Velhos problemas de moradia, abastecimento de água, saúde e segurança persistiram em prosseguir.

Enquanto trabalhei por lá, sempre notei que o povoado apresentava sinais de descaso por parte do poder público municipal, mas jamais nestas proporções como agora detectei. Não é de agora nem de dez anos atrás que o Gaipó apresenta estes traços, a chamada política da ausência, assim nomeia Santos (2023a).

No território, o sofrimento e a miséria ficavam em silêncio, isto é: tornavam-se privados/as de seus/suas próprios/as habitantes, pois aquela realidade não interessava a ninguém, nem estava sob os olhares do interesse público (Souza, 2021).

Depois de apresentar esse breve cenário do Gaipó e da minha história com este chão, senti-me no dever de falar um pouco da mulher que foi de suma importância para minha pesquisa: Joaquina, essa pessoa que desde sua infância, viveu e vive até hoje em torno da morosidade das políticas públicas. Em suas palavras, considerava-se assim: mãe, esposa, avó, parda, pobre e semianalfabeta.

No decurso das entrevistas, a casa de Joaquina foi para mim, um grande esteio. Na maioria das vezes, era de lá que eu partia para as residências dos/as estudantes. Ela conhecia e sabia onde moravam todas as pessoas do Gaipó. Mesmo com toda simplicidade, sua casa recebia muitas visitas dos/as vizinhos/as, desde crianças até os/as mais velhos/as, além de sua enorme família.

Em sua residência, as pessoas gostavam de falar sobre os acontecimentos do povoado, de Aquiraz, de Pindoretama, do Ceará e do Brasil que viam na televisão ou nas redes sociais. Apesar de todas as adversidades, ela sempre estava com um sorriso no rosto e muito esperançosa por dias melhores. Para mim, Joaquina é a porta-voz daquele povo.

Explicou-me que além de ser beneficiária do Programa Bolsa Família, vendia alguns produtos de material de limpeza (água sanitária e detergente) que eram fornecidos por um homem das adjacências, semanalmente. Me falou também que criava alguns porcos para o consumo da família, e quando sobrava alguma carne, vendia para a vizinhança.

Geralmente, nos territórios mais longínquos dos centros das cidades, é muito comum a prática deste tipo e comércio que ela executa. Países em via de desenvolvimento, como é a situação do Brasil, há uma predominância de pessoas que trabalham por conta própria, e muitas de maneira informal (Souza, 2021). Dentre estas profissões, destacam-se: pequenos/as comerciantes, vendedores/as ambulantes, atividades de consertos, biscateiros/as e catadores/as de papel/papelão.

A informalidade sempre esteve presente na vida dos/as negros/as deste país desde o final do século XIX, quando a Lei Áurea em 1888 os/as “libertou”. Com essa “liberdade”, sujeitaram-se aos piores trabalhos, na Nova República (Nakasone; Silva, 2023).

Nessa direção, é inevitável não retomar a favela do Canindé, ou seja, mais de 50 anos depois, durante a década de 1950, Carolina Maria de Jesus, mulher negra, pobre, mãe solo, se torna catadora papel/papelão sob todas as formas de humilhação, no meio das ruas de São Paulo para sustentar seus três filhos (Farias, 2018).

Vale mencionar que no Gaipó não há mercearia ou “bodega” para a compra de alimentos/produtos de higiene em pequenas quantidades. Quando alguém precisava comprar alguma coisa em maior quantidade durante a semana, era preciso se deslocar até Pindoretama, que ficava bem mais perto do que o próprio centro de Aquiraz.

Aos domingos pela manhã, os/as moradores/as também tinham a opção de ir à feira dessa mesma cidade que acontece ao ar livre para fazer as compras. Outra opção era a feira de Cascavel que ocorria aos sábados pela manhã.

No dia 31 de outubro de 2024, numa quinta-feira, antes de iniciar as entrevistas, fui até a Escola Municipal de Ensino Fundamental Maria Soares de Freitas, na comunidade de Patacas conversar com os/as estudantes a respeito da pesquisa. Em uma sala reservada, apresentei o cronograma que elaborei e

perguntei se poderia gravar as falas com meu aparelho de celular, e todos/as aceitaram prontamente.

A partir desse momento, minhas percepções não seriam mais como um olhar de professor de 10 anos atrás, mas como de um investigador/pesquisador, como diz Velho (1978) sobre a necessidade do familiar se tornar estranho numa pesquisa social. Eis é um cuidado que se justifica pela minha familiaridade com esta realidade latente no município de Aquiraz.

A primeira entrevista ocorreu numa quinta-feira, 07 de novembro de 2024, às 10 horas da manhã, em virtude de alguns/algumas estudantes realizarem atividades domésticas. Além disso, juntamente com seus familiares criam galinhas, porcos e cavalos. Nessas comunidades mais afastadas dos centros urbanos, animais como cavalo, burro, égua e jumento ainda servem como meios de transporte. No Gaipó, em algumas casas, havia a presença desses animais.

Logo no início das entrevistas, notei que as pessoas estavam muito curiosas com a minha presença, e perguntavam à Joaquina o que eu fazia por ali. Com muita prontidão, ela respondia que o professor Odenir desenvolvia “uns estudos” com os/as estudantes do povoado para a universidade.

A reação de espanto era de imediato entre homens e mulheres em razão que até então ninguém ainda tinha tido o interesse por aquele lugar para fazer uma pesquisa acadêmica. Sobre as formas de comunicação, me dissera que não sabia mexer em celular. Para eu falar com alguém de lá caso precisasse, peguei o contato de sua filha e mãe de um dos estudantes para algum imprevisto, tanto de minha parte quanto da parte deles/elas, como às vezes acontece.

Por via de regra, às quartas-feiras, um dia antes de cada entrevista, eu mandava uma mensagem via *whatsapp* para a mulher pedindo-a para lembrar ao/à próximo/a estudante o agendamento da entrevista, e assim acontecia. No território, percebi que os/as moradores/as são solidários/as, gostavam de ajudar a quem precisava, ou seja, havia uma rede de solidariedade.

Na residência de Joaquina, realizei duas entrevistas: uma, com seu neto Baltazar, primeiro entrevistando, e a outra, com seu próprio filho, Alberto. Por ser uma moradia bastante movimentada, alguns/algumas curiosos/as ficavam a observar o andamento dos colóquios. Nas outras três, todas foram realizadas nas casas dos/as próprios/as estudantes, e cada uma tinha duração de aproximadamente 30 minutos.

Acerca das informações obtidas através da identificação e perfil socioeconômico dos/as discentes, certifiquei-me que a maioria, com exceção do terceiro, nasceu em Aquiraz, cursavam 8º e 9º anos, estudavam no turno vespertino, se declaravam como pardos/as, e estavam numa faixa etária entre 13 e 15 anos de idade.

Sobre a escolaridade de seus/suas genitores/as, reitero que quase todos/as não chegaram nem a concluir o ensino fundamental, com exceção do pai de Guadalupe, que cursou até o 1º ano do ensino médio.

Além de Joaquina que se declarou como semianalfabeta, a avó de Gaspar, outro educando, se declarou como não alfabetizada, uma realidade ainda muito presente entre adultos/as.

No Brasil, o analfabetismo deixa marcas profundas de desigualdade. De maneira explícita, é uma grande humilhação, pois empobrece ainda mais a vida dessas pessoas, já que são impossibilitadas de acessarem os serviços públicos (Marquez; Godoy, 2020).

Como exemplo disso, temos a dependência de homens e mulheres nas filas de bancos que não sabem sacar dinheiro de caixa eletrônico, ida à consulta médica sozinhos/as ou até mesmo dificuldade para saber qual é sua linha de ônibus para locomoção, nas cidades.

Segundo o Censo de 2022, a taxa de analfabetismo no Brasil era de 7%, o que correspondia em números 11,4 milhões de pessoas com mais de 15 anos que não sabiam nem ler nem escrever. Entre esta população, destacavam-se as pessoas mais velhas, pretos/as, pardos/as e indígenas.

No que concerne à renda familiar, quatro mães eram assistidas pelo Programa de Transferência de Renda Bolsa Família (PBF) e a única avó da pesquisa recebia o Benefício de Prestação Continuada (BPC) pela questão da idade. No estado brasileiro, famílias de baixa renda que possuem pessoas com deficiência e/ou doenças incapacitantes e idosos/as com 65 anos ou mais que nunca contribuíram com a previdência social têm este direito.

Quanto à ocupação desses/as pais e mães, prestavam serviços de diarista em granja, servente de pedreiro, tirador de coco e faxineira. Todos/as trabalhavam sem nenhuma garantia trabalhista, isto é, sem carteira assinada, os chamados/as fazedores/as de “bico”.

Com esta forma de trabalho precarizado, eram-lhes negados/as os seguintes direitos: fim de semana remunerado, 13º salário, terço de férias, auxílio-doença, Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS) e aposentadoria.

Com a ausência de um diploma do ensino médio, talvez isto não tenha determinado a contratação desses/as pais/mães com emprego formal, pois as granjas exigiam em alguns cargos, pelo menos esse nível de estudo.

Atualmente, a manipulação de aves abatidas (frangos) e ovos, já se faz por meio de técnicas modernizadas, e assim requerem dos/as funcionários/as um certo conhecimento de computação para o manuseio de máquinas. Por meio da implementação das políticas neoliberais, esta realidade se torna cada vez mais visível, atinge diretamente as camadas mais pobres da sociedade, principalmente as populações periféricas e negras (Souza, 2024).

A respeito dessas condições, cria-se uma “ralé social” odiada e desprezada por todos/as, superexplorados/as pelas classes superiores por meio de serviços pessoais, domésticos e/ou em outros trabalhos, visto que maioria das vezes são mal pagos/as e muita força braçal (Souza, 2021). Através dessas formas laborativas, esses/essas pais e mães tornavam-se uma classe de humilhados/as, abandonados/as e marginalizados/as sem nenhum privilégio. É o chamado inferno social (Souza, 2024).

Ao fazer uma leitura sociológica dessa realidade, Souza (2021, p. 223) corrobora: “O negro permanece escravizado tanto no campo quanto nas cidades da agora nação que começa a crescer paulatinamente. Nas cidades, o negro irá ocupar as funções de escravo doméstico e de escravo de ganho”.

Depois de situar o chão da pesquisa e como sua gente se fazia e refazia nele, coube explicar a condução da pesquisa de campo, realizada no período de 07 de novembro de 2024 a 13 de janeiro de 2025, bem como apresentar cada participante, por meio de uma identificação mais geral (idade, sexo, escolaridade, ocupação) e um pouco de suas histórias.

### **2.5.1 Os/as interlocutores/as**

Todas as interlocuções com os/as discentes foram realizadas às quintas-feiras, em virtude de ser o dia do meu planejamento na escola em que trabalho. De acordo com a Lei do Piso, como também é conhecida Lei nº 11.738/08, que definiu

um período para que professores/as pudessem realizar atividades extraclasse: planejamento, estudos, dentre eles, a minha pesquisa de campo.

Este tempo do planejamento corresponde a 1/3 da jornada de trabalho. Aquiraz, diferentemente de outros municípios do estado do Ceará, já no primeiro ano em vigor, 2008, se preocupou em cumprir de imediato a referida lei.

A escolha dos/as participantes da pesquisa, partiu primeiramente de uma consulta que fiz ao secretário escolar da instituição onde eles/elas estudam, no dia 22 de agosto de 2024, para saber o quantitativo de residentes do Gaipó estavam matriculados/as, nos 8º e 9º anos.

Com estes números, nesta mesma tarde saí da escola rumo ao povoado. Ao chegar lá, procurei de imediato a casa de Joaquina para conversar com ela a respeito de mais informações sobre esses/as educandos/as, e se poderia me levar até suas famílias para o consentimento das entrevistas.

Naquela hora, ela ocupava-se com os afazeres domésticos: lavava uma enorme trouxa de roupa bem perto de sua cacimba na companhia de uma de suas noras. Para eu “não dar a viagem”, falou-me que ia pedir à sua filha Leninha para ir comigo até a essas casas, e assim aconteceu.

Ao chegar à cada residência, eu me apresentava como professor do município, e em seguida, como estudante do Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas. Falei da relevância da pesquisa, e todas autorizaram seus/suas filhos/as sem nenhum constrangimento.

Em seus rostos marcados pelo sofrimento do cotidiano, observei que ficavam “felizes” por saber que uma pessoa na condição de investigador teve a preocupação em escrever um pouco de suas histórias de vida através das moradias inadequadas. Quando cheguei à minha casa, fiz logo o mapeamento desses domicílios, e aguardei o tempo oportuno para o início das interlocuções.

Seus nomes não eram os verdadeiros, pois foram trocados com o intuito de garantir a privacidade. Pelas proximidades das festas natalinas, dei-lhes aos três primeiros, os nomes de Baltazar, Belchior e Gaspar, os reis magos que levaram ouro, incenso e mirra para o menino Jesus, nascido na gruta de Belém. Ao quarto, de forma aleatória, chamei-o de Alberto, e a única jovem, o nome de Guadalupe. A última, e sexta entrevistada, denominada de Marluce.

Antes de cada entrevista, eu fazia a leitura do termo de consentimento em conjunto com cada um/a. Depois disso, perguntava se tinha alguma dúvida quanto

ao que ali estava exposto. Em seguida, assinava o termo, e iniciávamos a interlocução.

Para efeitos de praticidade, optei primeiramente por entrevistar os/as estudantes por estarem mais disponíveis, em razão de apenas estudarem e não trabalharem formalmente, e por último, a coordenadora pedagógica. Com esta, o agendamento demorou um pouco em razão de seus afazeres escolares.

Depois destas apreciações no campo de pesquisa, fez-se mister apresentar individualmente os/as participantes, de forma a expor informações contundentes, como: faixa etária, cor, naturalidade, escolaridade, escolaridade e ocupação dos/as pais/mães/responsáveis.

Foi importante ressaltar também suas histórias de vida, a relação que faziam do desempenho escolar com suas moradias, o cerne da investigação, assim como o desenvolvimento das entrevistas, as opiniões e os registros.

## **1) BALTAZAR**

Baltazar era um adolescente de olhar baixo e tímido, como os/as demais estudantes da pesquisa, com exceção do terceiro, Gaspar. Tinha como característica um sorriso hesitante de quem parecia que sempre pedia por alguma coisa. Pelo seu tom de voz, deixava transparecer uma certa insegurança, e suas respostas me transmitiram uma aprovação em tudo o que falava.

Ele era filho do primeiro relacionamento de Leninha, sua mãe. Desta mesma união, houve uma irmã mais nova. Já do segundo conjúgio, ela teve mais dois filhos, num total de quatro.

O educando tinha 14 anos, e estudante do 9º ano. Considerava-se pardo, nascido na cidade de Aquiraz e residente no povoado do Gaipó. Hoje, na adolescência, não tem mais vontade de sair do lugar onde mora, mesmo a viver todas as dificuldades em seu cotidiano. Contudo, na infância, morava na localidade de Mirador, antes da separação de seus pais. Vale mencionar que Gaipó e Mirador são dois povoados circunscritos dentro da comunidade de Cajueiro do Ministro.

Atualmente, Baltazar reside com a mãe, o padrasto, seus irmãos e a irmã. Tanto Leninha quanto seu padrasto estudaram apenas até o 6º ano. Em decorrência disso, sempre tiveram dificuldade em conseguir um emprego mais digno, que desse conforto e segurança à família.

A mãe, de vez em quando, fazia faxina nas casas da circunvizinhança, e seu padraсто trabalhava de diarista em granjas da comunidade. Geralmente, a contratação de pessoas, nestes tipos de serviços acontece quando se tem muitos pedidos de frango e/ou ovos.

Sobre sua ida à escola, o jovem saia de casa a pé todos os dias por volta de meio-dia até a CE 040. Esse trajeto tinha um percurso de aproximadamente 300 metros, sob o sol escaldante ou embaixo de chuva, no tempo do inverno. Além disso, contava-se também com a precariedade da estrada e riscos de assalto constantemente, pois a mesma é rodeada de mata.

Na CE 040, pegava o transporte escolar que passa por volta de meio-dia e meia, que transportava todos/as os/as discentes do Gaipó, do Papoco, Mirador e Área Verde, povoados pertencentes ao Cajueiro do Ministro. Relatou-me que o ônibus não era nada confortável.

O transporte que utilizava era um ônibus já desgastado pelo tempo de uso, mas infelizmente, era o que se tinha. Da CE 040 até a escola, a condução levava aproximadamente uns 20 minutos.

Em Aquiraz, assim como acontece em todos os municípios do Brasil, uma grande quantidade de educandos/as é transportada em ônibus do Programa Caminho da Escola, política pública do governo federal, criada no ano de 2007. Em contrapartida, outra parte é conduzida em ônibus de empresas terceirizadas, contratadas pelas prefeituras, como é a situação de Baltazar.

A entrevista aconteceu, no dia 07 de novembro de 2024, às 10 horas da manhã, na área da casa de sua avó materna, Joaquina. Por ser o primeiro entrevistado dos/as discentes, sentiu-se muito acanhado diante das perguntas.

## **2) BELCHIOR**

Belchior era o único filho de Fernanda, uma mulher franzina, de meio sorriso e muito zelosa com os afazeres de casa. Já seu pai, Paulo, era ajudante de pedreiro/diarista em granjas da vizinhança.

Sua casa sempre foi simples, porém muito limpa e organizada, e o pouco dinheiro que seu pai conseguia dos “bicos” era destinado à família, de forma que, apesar de levarem uma vida modesta e cheia de dificuldades, nunca faltou comida na mesa.

Fernanda me disse que pobreza não era sinônimo de sujeira, mesmo sem ter a casa dos seus sonhos. O desejo de Belchior era que um dia seus pais pudessem conseguir um emprego de carteira assinada (trabalho formal), como se diz aqui no Ceará para ampliar a casa e comprar alguns móveis que faltava.

Esta entrevista, para mim foi muito especial, já que o adolescente, no ano de 2014, foi meu educando, na educação infantil, no infantil IV, aos 4 anos de idade. Apesar das dificuldades que encontro no magistério, são essas situações que me motivam a dar continuidade no ofício: o reconhecimento e a gratidão de alguns pais e mães desses/as estudantes.

Hoje, o rapaz possui 14 anos, estudante do 8º ano. A respeito de sua cor, considerava-se pardo, nascido na cidade de Aquiraz e residente no povoado do Gaipó, desde quando nasceu. O terreno onde se localizava sua casa foi uma doação de seu avô materno, já falecido, e deixado para Fernanda como herança ainda em vida.

Quanto aos afazeres de casa, tinha como tarefa se deslocar para pegar água até um chafariz improvisado pela prefeitura, em outubro de 2024. No povoado, nenhuma casa tinha água encanada. Falou-me que tinha uma paixão por animais. Em frente à sua casa, criava um cavalo e ajudava seu tio no cuidado de outros. Para ele, cuidar dos animais lhe fazia um grande bem.

Acerca dos estudos de seus genitores, o pai estudou somente até o 9º ano, e a mãe, até o 6º. Fernanda e Paulo nunca tiveram muita proximidade com os livros, todavia sempre o incentivaram a se dedicar aos estudos, pois faziam esforço para que alcançasse êxito na escola.

Em sua casa, como já mencionado, uma parte do sustento da família vinha dos “bicos” que seu pai fazia. Como complemento, Fernanda recebia o Bolsa Família, uma ajuda muito significativa para não passarem necessidade. Desse dinheiro, ela tinha costume de comprar alimentos e material escolar para o filho.

Infelizmente, por causa da alta dos preços dos gêneros alimentícios, a mulher me dissera que atualmente se compra muito pouco quando vai ao supermercado ou à feira de Pindoretama. A regra em casa era comprar somente o básico do básico. Isto dificulta a vida de quem é pobre.

A questão da inflação dos alimentos não é de agora. Carolina Maria de Jesus já falava que estava difícil para o/a pobre comer pelos menos arroz e feijão. Afirmava com muita veemência que a condição da pobreza era triste sobre a terra.

No dia 15 de julho de 1955, Carolina assim escreveu em seu diário:

Aniversário de minha filha Vera Eunice. Eu pretendia comprar um par de sapatos para ela. Mas o custo dos gêneros alimentícios no impede a realização dos nossos desejos. Atualmente somos escravos do custo de vida. Eu achei um par de sapatos no lixo, lavei e remendei para ela calçar. Eu não tenho um tostão para comprar pão (Jesus, 2014, p. 11).

Na minha interpretação, Carolina de Jesus foi de uma complexidade ao falar da ausência do pão (alimento). Assim como na oração do Pai Nosso, ele suprime todas as necessidades materiais do ser humano, principalmente o básico para se viver.

Na hora da entrevista, a mãe de Belchior cozinhava feijão, e aquele cheiro gostoso se misturava com as perguntas e respostas. Para mim, foi uma situação tanto inquietante, pois eu estava com muita fome àquela hora já bem perto do almoço.

A entrevista aconteceu no dia 21 de novembro de 2024, às 10 horas da manhã, em sua própria residência, na sala/cozinha ao lado de seu quarto. Quando eu fazia as perguntas, Belchior não respondia de imediato. Pensava um pouco e em seguida, falava. Seu lar era bastante propício para o exercício da concentração. Por lá, encontrei muita serenidade, calma e paz, mesmo sem estar dentro de uma casa de luxo.

### **3) GASPAR**

Dos/as entrevistados/as, Gaspar era o único que não morava com seus pais. Sobre isto, não quis entrar em detalhes. Disse-me apenas que seu pai e sua mãe moravam em Fortaleza. No Gaipó, sua família se restringia a ele e a sua avó materna, dona Dina, de 71 anos, muito simpática e cheia de vida, apesar da condição de pobreza.

Sobre a escolaridade dela, nunca estudou, e autodeclarada como não alfabetizada. Nos dias de hoje, este vocábulo foi utilizado para substituir a palavra analfabeto/a. Na condição de negra e pobre, desde muito cedo foi impedida de frequentar a escola para trabalhar como empregada doméstica nas casas de “madames”, nos bairros de Fortaleza.

Em decorrência disso, dona Dina era totalmente dependente de seu neto ou de um filho que morava em Pindoretama para resolver suas coisas, como por exemplo, sacar o Benefício de Prestação Continuada (BPC) que recebia mensalmente, única fonte de renda dos dois.

Quando trabalhava, aprendeu a fazer bolos, salgados e doces para seus/suas patrões/patroas. Era uma cozinheira de “mão cheia”, como se diz, mas devido às condições financeiras não fazia mais estas comidas dentro de casa.

No dia a dia, dava “graças a Deus” quando se tinha feijão, arroz, mortadela ou ovo para comerem. Afirmava que o salário que recebia, mal dava para se alimentar, pagar a energia elétrica e a *internet*. Quando cheguei à casa de Gaspar para a entrevista, dona Dina tomava café com tapioca recheada com mortadela, e me ofereceu. Disse-lhe que após a conversa com seu neto, tomaria sim.

Ao tomar aquele café cheio de sabor, cheiro e significado, lembrei-me dos meus tempos de seminarista quando eu andava pelas comunidades das paróquias da Arquidiocese de Fortaleza, nos estágios em missão evangelizadora.

Gaspar era um jovem muito ciente do que é viver naquele lugar praticamente sem nada, isto é, no entorno da ausência do mínimo para uma vida digna. Afirmava que se encontrava muito isolado da vida social. Possui 14 anos, estudante do 9º ano, considerava-se pardo, natural de Fortaleza, Ceará, e residente da localidade desde criança, quando se mudou para lá com sua avó.

Quanto sua ida à escola, me relatou que geralmente saía de casa um pouco antes do meio-dia para a parada de ônibus. Sua moradia era uma das últimas do povoado. Nos dias ensolarados, chegava à parada bastante suado, sem contar que o transporte escolar também era muito quente.

Segundo o estudante, se a estrada fosse boa, o ônibus iria até ao Gaipó pega-lo/as, mas infelizmente não ia por causa dessas condições. Das vezes que o motorista tentava, ficou atolado. Essa estrada de barro batido que dava acesso à CE 040 não suportava carro pesado, e logo começava a fazer buracos, atrapalhando desta maneira os/as transeuntes.

Como atividade doméstica, tinha o hábito de pegar água no chafariz improvisado pela Prefeitura para o consumo de casa, e dela faziam uso na lavagem de louça, de roupa e para beber. Vale mencionar que esta água consumida por

todos/as os/as moradores/as não passava por uma análise rigorosa por parte do poder público municipal ou por um órgão de saúde do estado.

Água encanada e tratada no Gaipó era uma utopia, o que fazia lembrar a canção *Asa Branca* de Luiz Gonzaga e Humberto Teixeira (1947), “por que tamanha judiação?” Tal composição é vista como um hino sertanejo, pois retrata a vida árdua no sertão pela escassez de água, situação esta, infelizmente, atual.

Sobre o ambiente escolar, Gaspar não tinha muitos/as amigos/as. Seu círculo de amizade não chegava a cinco colegas. Relatou que não era muito de conversa durante as aulas. Considerava-se um pouco tímido diante dos/as demais. Havia momentos em que se tinha muita bagunça, entretanto, procurava se concentrar naquilo que os/as professores/as falavam. Nos finais de semana, sua rotina era a mesma de todos os dias: ficar em casa. Não saiam para lugar nenhum. Além de não terem um transporte, faltava o dinheiro.

A entrevista aconteceu, no dia 28 de novembro de 2024, às 10h da manhã, embaixo do alpendre de sua residência, ao lado de sua avó, que estava deitada em uma rede de corda e muito curiosa com as perguntas. Gaspar e eu ficamos sentados em uma cadeira plástica frente a frente.

#### **4) ALBERTO**

Alberto foi o primeiro filho do segundo casamento de Joaquina. Dessa mesma união, o rapaz ainda tinha mais um irmão e uma irmã. Do primeiro casório, sua mãe teve seis filhas e dois filhos, sendo no total, onze. Atualmente, o jovem mora com seus pais, seu irmão e a outra irmã.

O estudante possui 15 anos, matriculado no 8º ano, considerava-se pardo, nascido em Aquiraz, Ceará e residente do povoado do Gaipó, desde seu nascimento. Não diferentemente dos/as demais entrevistados/as, Alberto tinha um grande sentimento de pertença pelo território.

Quando cheguei à sua casa por volta das 9 horas e 50 minutos da manhã, ele já estava trancado no quarto e não queria conversa com ninguém. Naquele instante, creio que minha presença o incomodava. Nessa hora, a ajuda de Joaquina foi fundamental para que tudo desse certo. Ela o explicou que aquela conversa seria de muita importância para meu trabalho acadêmico.

Como conhecia bem seu filho, a mãe me pediu um pouco de paciência para mais uma vez conversar com ele. Enquanto isso, fiquei de prosa com algumas mulheres curiosas a respeito da pesquisa. Queriam saber em detalhes o que eu fazia ali, e se o trabalho iria ter alguma relevância para a comunidade.

Depois de quase uma hora de muita conversa entre mãe e filho, Alberto, finalmente resolveu conceder a entrevista, porém fez uma exigência: que fosse num canto reservado para ninguém observar sua fala.

Generosamente, Joaquina concedeu seu quarto. Perguntei se não causaria algum incômodo, constrangimento, e ela disse que não. Depois de todos esses impasses, a entrevista ocorreu num clima sereno e foi uma das melhores. Alberto mostrou-se muito seguro em suas respostas. Ainda bem que sua mãe e eu não desistimos.

Naquele dia, não tive muita pressa em ir embora, porque os/as estudantes não iriam para a escola. Motivo: o transporte escolar estava no “prego”, quebrado. Naquele período, acontecia nas escolas de Aquiraz as avaliações finais do 2º semestre, e infelizmente, iam perdê-las. Joaquina me falou que de vez em quando, estes problemas aconteciam e os/as discentes eram prejudicados/as.

Sobre a escolaridade de seus pais, Alberto afirmava que tanto o pai quanto a mãe estudaram apenas até o 4º ano. A leitura e a escrita de ambos eram escassas. Quando havia necessidade de se ler alguma coisa dentro de casa, era Alberto quem fazia este ofício. Seu ambiente familiar caracterizava-se como um espaço não cultural, sem a presença de livros.

Pela ausência talvez de um diploma, Zeca, pai de Alberto, não tinha um emprego formal. Ele trabalhava quando aparecia “bicos” com serviços de fazer cerca e tirar lenha pela comunidade quando alguém o chamava. No tocante às atividades domésticas, o educando tinha o costume de encher as vasilhas d’água para o consumo diário e cuidava dos animais da mãe.

No que se refere ao ambiente familiar, Alberto possuía uma relação muito boa com todos/as. Aos finais de semana, Joaquina tinha o costume de pegar sua carroça e ir tomar banho nas lagoas com seus/suas filhos/as, netos/as e o marido. Ela não abria mão desses momentos em família.

O rapaz me disse que tinha uma grande paixão por pescaria, inclusive já sabia até pescar de rede. Como no Gaipó não havia espaços de lazer, o jeito

mesmo era buscar outras alternativas de diversão que a natureza poderia proporcionar.

Quem ainda tinha alguma condição financeira e transporte, podia sair para passear nas praias de Aquiraz, em virtude de o município possuir sete. A praia mais perto do Gaipó é a do Batoque, muita calma e bonita.

A entrevista ocorreu, no dia 05 de dezembro de 2024, já quase às 11 horas da manhã. De todas, para mim, esta foi a mais difícil devido sua timidez, no entanto, instigante.

## **5) GUADALUPE**

Dos/as cinco estudantes entrevistados/as, Guadalupe era a única do gênero feminino. No território, existiam mais, todavia cursavam outras séries que não se enquadravam nesta pesquisa, em razão da escolha ser somente com quem cursava o 8º e 9º anos.

Na mesma casa, além de Guadalupe, moravam quatro irmãos menores, seu pai e sua mãe. Ela possuía 13 anos, estudante do 8º ano, considerava-se parda, nasceu no município de Aquiraz e habitante do Gaipó, desde sempre. Sentia-se atraída pelo lugar por questões de afetos familiares, ou seja, sua avó, seu avô, seus/suas tios/as, primos/as moravam ali também.

A respeito da escolaridade de seus pais, a mãe, Sandra, apenas cursou o 4º ano. Ao se “juntar” com Roberto, seu pai, e ainda muito nova, teve que largar os estudos. Ele cursou até o 1º ano do ensino médio. Parou de estudar porque teve que trabalhar para sustentar a família.

A mãe de Guadalupe era dona de casa. Ocupava-se no cuidar dos/as filhos/as, dos afazeres domésticos, e também era beneficiária do Programa Bolsa Família. Já seu pai, trabalhava em uma cooperativa de coco de modo informal.

O caminho que percorria de sua casa até a parada do transporte escolar já a deixava cansada e com muito calor. Para ela, não era fácil caminhar todos os dias ao meio-dia numa estrada batida de barro. No período chuvoso, o caminho ficava cheio de buraco e lama. Gostaria muito que o ônibus passasse no povoado para apanhar os/as estudantes, mas por causa desses percalços, não passava.

Assim como Baltazar, Guadalupe também era neta de Joaquina. No Gaipó, quase todos/as moradores/as tinham algum pertencimento familiar a esta

mulher, afinal, foi uma das primeiras moradoras e os/as seus/suas oito filhos/as já constituíram famílias, contribuindo desta maneira para o crescimento populacional do povoado.

Durante o colóquio, a jovem ficou a maior parte do tempo de cabeça baixa. Apresentava um semblante melancólico, uma certa vergonha talvez por viver naquelas condições de pobreza com sua família. Sua voz era muito baixa. Às vezes, eu pedia para repetir algumas respostas.

Em seus afazeres, Guadalupe costumava varrer a casa, arrumar o quarto que dormia, e levar as refeições para seu avô materno que morava numa casinha de taipa ao lado da sua residência. No dia da entrevista, Seu Maneco como o mencionei, estava muito doente. Quando terminei a entrevista, passei por lá e conversamos um pouco.

Devido às condições financeiras, a família não tinha momentos de lazer. Nos finais de semana e feriados, Guadalupe não saía de casa para canto nenhum, a não ser, fazer uma visita à Joaquina, que não era tão longe da sua casa. Essa era sua rotina praticamente o ano inteiro.

A entrevista aconteceu no dia 12 de dezembro de 2024, às 10 horas da manhã, dia de Nossa Senhora de Guadalupe, padroeira do México e da América Latina para os/as católicos/as. Eis aí a razão para o nome fictício da estudante.

Nesse dia, quando peguei a estrada que dava acesso ao povoado, Guadalupe caminhava sozinha ao dirigir-se para casa. Parei o carro e dei-lhe uma carona. Falou-me que tinha ido à escola, no turno da manhã para fazer uma prova que havia perdido. Perguntei-lhe se não tinha medo em andar sozinho por aquela estrada. Falou-me que sim, mas era o jeito. Não tinha outra opção, e assim fomos até sua casa.

## **6) MARLUCE (COORDENADORA PEDAGÓGICA DA ESCOLA)**

Marluce era a coordenadora Pedagógica da Escola Municipal de Ensino Fundamental Maria Soares de Freitas, instituição onde estudavam os/as interlocutores/as da pesquisa. Ela tem 63 anos, considerava-se parda, casada, mãe, avó e servidora pública da educação de Aquiraz há exatos 45 anos.

A educadora graduou-se em Pedagogia com especialização em Administração Escolar, e a oportunidade para a devida função surgiu quando fez o

curso do Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE), promovido pela Prefeitura Municipal de Aquiraz, em meados dos anos 2000, por sinal muito excelente, segundo ela.

Assim como os/as estudantes, em sua maioria, era uma cidadã nascida nas terras de Aquiraz, no distrito de Patacas. Começou a trabalhar como professora aos 17 anos de idade.

Por causa de sua agenda extensa de trabalho, me falou que entraria em contato comigo para marcarmos a interlocução. Quando terminei a última entrevista com Guadalupe, no dia 12 de dezembro de 2024, fiquei no seu aguardo.

Por mensagem de celular, manifestou que a entrevista seria melhor depois do período de recuperação que acontecia naquele período, e eu a entendi perfeitamente. No município, esse tempo de recuperação com os/as estudantes aconteceu de 20 de dezembro de 2024 a 06 de janeiro de 2025, em todas as escolas da rede.

Na sexta-feira, dia 10 de janeiro de 2025, enfim, sugeri para segunda-feira, dia 13 de janeiro, às 9 horas da manhã. Como eu estava de recesso escolar, a sua proposta foi excelente, momento para a redação deste trabalho.

No ambiente escolar, quando chegam os meses de novembro, dezembro e janeiro, há uma intensificação de trabalho tanto para o núcleo gestor quanto para o corpo docente, no que diz respeito ao encerramento do ano letivo. Nesse período, temos que elaborar as avaliações finais, aplicar, corrigir e passar as informações de notas para o E-SAGE<sup>2</sup>.

Quanto ao trabalho do/a diretor/a, do/a coordenador/a pedagógico/a e secretaria escolar, é intensificado um trabalho de acompanhamento das ações dos/as professores/as, além de constantes reuniões na secretaria da educação e prestação de contas de todos os recursos financeiros que a escola recebeu durante o ano.

Nesse íterim, a gestão da escola trabalhava sob forma de escala entre diretor/a, coordenador/a pedagógico/a, agente administrativo e secretário/a escolar.

---

<sup>2</sup>No ano de 2022, em substituição aos diários físicos, a Secretaria Municipal de Aquiraz (SME) adere ao Sistema de Avaliação e Gestão Escolar (E-SAGE). Em termos gerais, é uma plataforma direcionada para a integração e disponibilização de serviços digitais com professores/as, secretários/as escolares, gestores/as escolares, coordenadores/as pedagógicos/as e gestores/as das Secretarias Municipais da educação. Por meio dele, diariamente, nós, docentes, realizamos a frequência dos/as estudantes. Além disso, fazemos o registro das atividades desenvolvidas em sala de aula, planejamento, e controle de notas.

No dia 13 de janeiro, Marluce estava escalada para passar a semana na escola juntamente com o secretário escolar.

Para mim, professor Odenir, retornar à escola Maria Soares de Freitas foi e será uma grande satisfação. Nos dois anos que trabalhei por lá (2021 e 2022), sempre fui bem acolhido por todos/as. No acompanhamento pedagógico, Marluce e eu sempre nos dávamos muito bem, e ela ficou feliz quando falei que precisaria entrevistá-la para minha pesquisa de mestrado.

Ao chegar à escola, no dia 13 de janeiro, conforme combinamos, estava no meu aguardo. Antes do início, me falou um pouco do andamento da escola e já adiantava algumas falas de sua trajetória no magistério.

Marluce me recebeu na sala do núcleo gestor, como se diz em Aquiraz. Durante o ano letivo, ela dividia o espaço com a diretora e a supervisora educacional. Sentado em uma cadeira e embaixo de um ar-condicionado, a entrevista começou impreterivelmente às 9h, e terminou às 10h e 20 minutos. Seu jeito de falar era muito compassivo, de modo a explicar as coisas com muita transparência.

Com todo este tempo de trabalho, ela conhecia por nome a maioria dos/as educandos/as que estudavam e os/as que já estudaram na escola. Para seu trabalho, conhecer a “clientela” era questão mesmo de obrigação, visto que para resolver os problemas que surgiam, primeiro, Marluce procurava saber quem era a família e onde morava, principalmente.

Em seu relato final, disse-me que estar na função de coordenadora pedagógica requeria muita paciência, sabedoria e compromisso, pois lidar com professores/as, funcionários/as, pais/mães e alunos/as de todos os jeitos, de diversas opiniões, pensamentos e das diversas localidades e realidades sociais não era nada fácil.

Diante das entrevistas, agora tínhamos um cenário explícito das percepções que circundavam em torno das vivências em moradias inadequadas, e conseqüentemente, uma relação com o desempenho escolar.

Nas próximas seções, à luz da literatura, é mister discutir sobre o itinerário das políticas públicas sociais, a começar por sua gênese e a particularidade brasileira. Importa também refletir sobre uma política de habitação permanente no município de Aquiraz, especificamente, no território do Gaipó.

### 3 O ITINERÁRIO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS: SURGIMENTO E A PARTICULARIDADE BRASILEIRA

Não podemos apontar com exatidão um momento preciso acerca das primeiras ações tidas realmente como políticas públicas sociais, no contexto europeu. Algumas iniciativas pontuais de caráter assistencialista são mencionadas como protoformas dessas políticas, ao lado da caridade privada e de ações filantrópicas, em meados do século XVI (Behring; Boschetti, 2011).

Tais políticas foram gestadas diante da convergência dos movimentos introduzidos no capitalismo com a Revolução Industrial<sup>3</sup>, a despontar as lutas da classe trabalhadora e o desenvolvimento da intervenção do Estado. Nesse cenário, inaugurou-se a fase do capitalismo industrial com uma nova maneira de produção: a manufatura. Consequentemente, criaram-se também as primeiras leis de regulamentação do mundo do trabalho europeu.

Dizem que a origem das políticas públicas está relacionada diante do fortalecimento dos movimentos de massa social-democratas e ao estabelecimento dos países europeus, no final do século XIX. Todavia, é a partir da década de 1940, que as políticas públicas se expandiram por todo o mundo, na passagem do capitalismo industrial para o capitalismo financeiro, em sua fase tardia, logo após a Segunda Guerra Mundial (Behring; Boschetti, 2011).

A política pública como área de conhecimento e disciplina acadêmica surgiu nos Estados Unidos, na década de 1950, e apresentou divergências do contexto europeu. No cenário norte-americano, ela apareceu sem estabelecer as relações das bases teóricas acerca do papel do Estado, e analisou somente a ação dos governos (Souza, 2006).

Na Europa, também na década de 1950, os estudos sobre as políticas públicas passaram inicialmente com as teorias explicativas sobre o papel do Estado e o entendimento do governo como provedor por excelência dessas políticas.

Para elucidarmos o sentido de políticas públicas sociais, afirmamos que essa expressão, no entendimento de Souza (2006) e Pereira (2008), é polissêmica, isto é: não há uma definição precisa, pontual, todavia com vários sentidos. Diante

---

<sup>3</sup>Movimento ocorrido na Inglaterra, a partir de 1760, século XVIII, com inovações tecnológicas para o desenvolvimento industrial do próprio país, e posteriormente, por todo o mundo. Ressalta-se também que esse fenômeno fortaleceu todo o processo de formação do capitalismo.

desses sentidos, Secchi (2012) e Pereira (2008), classificam-nos como: estadocêntricas e multicêntricas.

Na visão estadocêntrica, o Estado é o único agente capaz de prover as políticas públicas e ele não sente a necessidade de acionar outros atores para solucionar os problemas sociais. Em outras palavras, é política pública somente aquilo que é executado pelo ator estatal. Autores como: Dye, Hecló e Howlett e Ramesh são defensores dessa proposta (Pereira, 2008) e (Secchi, 2012).

Quanto à dimensão multicêntrica, ao contrário da anterior, as políticas públicas não são executadas exclusivamente pelo Estado, visto que para sua existência, a sociedade precisa se posicionar, pois exerce papel ativo e decisivo (Pereira, 2008).

Filósofos e cientistas, como Karl Polanyi e Elimar Ostrom são defensores dessa linha de pensamento. Diante dessa visão, podemos entender que Estado e sociedade se articulam para solucionar os problemas públicos com outros atores não estatais (Pereira, 2008) e (Secchi, 2012).

No contexto brasileiro, configuram-se como políticas públicas as primeiras ações no campo econômico para tirar o Brasil da condição de um país agrário para industrial, a partir de 1930, em decorrência da grande recessão de 1929 (Araújo, 2003).

Ao contrário dos países europeus, o Brasil não teve a preocupação em criar políticas que promovessem o Estado de Bem-Estar Social. Essas políticas públicas implementadas a partir do governo de Vargas tinha um caráter exclusivo de cunho econômico e não social, como veremos nas páginas seguintes.

Depois disso, veremos como essas políticas transcorreram durante o golpe militar, no período de redemocratização, no circuito neoliberal a partir da década de 1990, durante os governos do PT e, por último, no governo Bolsonaro.

Portanto, é mister trazer à tona a origem e a particularidade brasileira das políticas públicas sociais para entender este fenômeno quão complexo e heterogêneo, uma vez que nasce para atender as classes contraditórias – por um lado assiste à classe trabalhadora e, por outro, propicia a manutenção da burguesia no poder, sem que suas bases se dissipem. Daí a necessidade de retomar o passado e refletir seus desdobramentos no tempo presente.

### 3.1 O cercamento das terras comunais

A transição do feudalismo para o capitalismo é marcada por muitos embates entre os comerciantes (detentores dos meios de produção) com o apoio do Estado e a classe camponesa (donos das terras) devido ao movimento denominado de cercamento das terras comunais a partir do final do século XV, e nas primeiras décadas do século XVI.

A retirada das terras dos/as camponeses/as por parte dos donos dos meios de produção significou o fortalecimento da indústria capitalista que teve a necessidade de mão de obra desses/as infelizes desprovidos/as para serem explorados/as nas fábricas. Portanto, o cercamento de terras foi a base fundante para o surgimento e o desenvolvimento do capitalismo industrial (Huberman, 1936).

Para Marx (1987), o cercamento das terras comunais foi a primeira expropriação, chamado de “prelúdio do revolucionamento”. Em linhas gerais, esse saque foi sinônimo de uma dissolução dos séquitos feudais, ou seja: a expulsão violenta do campesinato de suas bases fundiárias e a usurpação de suas terras.

Do ponto de vista da legalidade, como analisa Andrade (2018), o primeiro projeto de Lei de cercamento das terras foi aprovado em fevereiro de 1710. A maior incidência desse movimento ocorreu entre 1760 e 1820, com início na Inglaterra, França e, conseqüentemente, por toda a Europa. Assim, surgiam as primeiras concepções acerca da propriedade privada, na então nascente sociedade capitalista.

O autor disserta que a Revolução Francesa, ocorrida no ano de 1789, acabou com a “propriedade privada” feudal em favor da nova classe em ascensão: a burguesia. Nas sociedades pré-capitalistas, essas terras serviram para a produção de alimentos e para as necessidades básicas do cotidiano (Behring; Boschetti, 2011).

Na lógica capitalista, a propriedade perdeu o caráter de subsistência e assumiu a condição de acúmulo do lucro, do capital. Estas leis, segundo Napoleão, tinham inspiração divina, era como se Deus confirmasse a tomada dessas terras dos/ascamponeses/as para a burguesia. Após a Revolução Francesa, o código de Napoleão, promulgado em 20 de março de 1804, legitimou o domínio delas para a classe dominante francesa (Andrade, 2018).

No Reino Unido, porém especificamente na Inglaterra, pequenos/as trabalhadores/as moravam perto da floresta e dali retiravam seu sustento, ou seja: a terra não era compreendida como propriedade privada. Todos tinham o sentimento de pertencimento a ela, desde seus ancestrais (Harvey, 2013).

Seguindo o argumento de Hubermam (1936), ninguém em sã consciência iria sair de sua própria propriedade para ir à cidade trabalhar em uma fábrica úmida, perigosa e barulhenta com uma carga horária de 16 horas e correndo todos os riscos de vida para sobreviver.

Harvey (2013, p. 283), assim trata como foi o saqueamento sistemático das propriedades que pertenciam aos/às camponeses/as:

A violenta usurpação dessa propriedade comunal, em geral acompanhada da transformação das terras de lavoura em pastagens, tem início no final do século XV e prossegue durante o século XVI [...]. Marx escolhe um exemplo posterior, o caso espetacular da expulsão dos habitantes das Terras Altas escocesas, onde os camponeses foram expulsos pouco a pouco de suas terras até o fim do século XIX [...]. A questão sobre o que todas essas pessoas expulsas de suas terras fariam... Em geral não havia emprego para elas; então, ao menos aos olhos do Estado, tais indivíduos se tornavam vagabundos, mendigos, ladrões e assaltantes. O aparato estatal respondia de um modo que perdura até nossos dias: criminalizando e encarcerando, tratando-os como vagabundos e praticando contra eles a mais extrema violência.

Diante da expropriação das condições de vida, os/as camponeses/as foram expulsos/as de suas terras e se refugiaram nas cidades. Então o espaço rural foi usado na expansão do modo de produção capitalista: criação de ovelhas para o fornecimento de lã para as indústrias têxteis da época. Com isto, houve o florescimento da manufatura de lã (Andrade, 2018).

Na época, o preço da lã estava muito alto e os burgueses precisavam encher seus pastos de ovelhas para terem lucros exorbitantes, como afirma Andrade (2018). Marx (1987) pontua que o cercamento das terras não passou de um golpe de Estado que o parlamento inglês fez para tirar as terras dos camponeses e entregar aos burgueses.

Perante o êxodo, as cidades começaram a ficar cheias de pessoas paupérrimas. Não havia trabalho para todos/as e as indústrias não conseguiam abarcar esses/as trabalhadores/as. Como consequência disso, as ruas das cidades inglesas no final do século XV ficaram lotadas de homens, mulheres, crianças e

idosos/as perambulando sem saber o que fazer, é o que dizem Freire e Santos (2022).

Em concordância com o pensamento de Freire e Santos (2022), Andrade (2018) afirma que o capitalismo industrial só se tornou possível porque existia um contingente de mão de obra ocioso que não tinha nenhuma escolha, a não ser vender sua força de trabalho a qualquer custo para sobreviver.

A população era tratada com muita violência por parte do Estado e tida como vagabunda, mendiga, ladra e assaltante. O reinado de Elizabeth I, que se sucedeu entre os períodos de 1531 a 1601, reconheceu o processo de pauperização por toda a Inglaterra, mas nem por isso, foram criadas medidas protetivas para essas pessoas.

Ao contrário disso, penas muito duras e severas foram lançadas sobre elas, como por exemplo: o encarceramento dos pobres e sujeição a trabalhos muito forçados (Boschetti, 2020) e (Oliveira; Montefusco, 2017).

A respeito do cercamento das terras, dois filósofos: Thomas Morus e John Locke tratam sobre esse acontecimento. Na obra “Utopia”, mesmo sem ser socialista, Morus faz duras críticas ao Estado inglês e a burguesia por terem expropriado/a as terras do campesinato: “A Inglaterra é um estranho país onde as ovelhas devoram os homens” (Morus, 2001, s. p.).

Os carneiros, essas plácidas criaturas que antes exigiam tão pouco alimento, mas que agora aparentemente, desenvolveram um apetite tão feroz que se transformaram em devoradores de homens. Campos, casas, cidades, tudo lhes desce pelas gargantas. Naquelas partes do reino onde se produz a mais bela e mais clara lã, os nobres e fidalgos deixaram de contentar-se com os rendimentos que seus antepassados extraíam de suas propriedades. Não mais lhes basta levar uma vida de ócio e conforto que nada contribui para o bem da sociedade – precisam agora fazer-lhe mal e para isso cercam toda terra arável para convertê-la em pastagens, nada deixando para o cultivo (Morus, 2001, s. p.).

Já John Locke, filósofo contratualista, pensa de maneira diferente de Morus em relação ao cercamento das terras. Para ele, o Estado precisa sim se fortalecer economicamente por meio da produção em massa, expropriando e explorando os/as camponeses/as. Diante disso, a sociedade burguesa instituiu historicamente a separação entre quem realizava o trabalho e quem dominava a produção do trabalho (Medeiros, 2020).

Segundo Locke, a propriedade é uma instituição anterior à sociedade, ou seja: ela já existe no seu estado de natureza, sendo, portanto, sagrada e inviolável, que deve ser observada pela razão humana. Conforme seu pensamento, o conceito de liberdade estava condicionado à propriedade privada, aos bens materiais e à fortuna.

Com o cercamento das terras comunais, houve uma dissolução entre trabalho e propriedade. Nas sociedades pré-capitalistas, propriedade e trabalho eram uma coisa só. Na propriedade capitalista, o proprietário não trabalha, ele apenas explora o trabalho do trabalhador.

Em “O Capital”, no capítulo XXIV, Marx (1987) diz que a terra poderia se tornar mercadoria, podia ser vendida, penhorada e hipotecada. Ela se tornou um balcão de negócio. Fruto disso: o enriquecimento alarmante de um pequeno grupo e a pobreza em massa das pessoas. Com o fim do feudalismo, o trabalhador tornou-se livre e liberto para vender sua força de trabalho por qualquer preço.

Para Melhor elucidarmos o que se expôs até aqui, é pertinente mencionar a *Lei dos Pobres*, de modo a contar sobre a sua implementação a partir da chegada dos/as camponeses/as às cidades europeias, inicialmente, na Inglaterra.

Em 1531, na Inglaterra, criam-se as *Leis dos Pobres* e, conseqüentemente, outras leis com suas especificidades, mas também marcadas por algumas convergências. Dentre elas, destacamos: a fixação da ordem do trabalho, pois todos/as dependiam dele para sobreviver; a obrigação dos pobres a qualquer tipo de trabalho; o controle de remuneração do trabalho sem um acordo entre trabalhador/a e empregador/a e a inibição da vagabundagem/mendicância.

Todas essas leis, se configuraram como as primeiras formas de políticas públicas. Entretanto, possuíam características mais coercitivas que protetoras. A primeira Lei dos Pobres é denominada de leis elisabetanas, ocorridas entre os períodos de 1531 a 1601 (Behring; Boschetti, 2011).

No que concerne às primeiras ações no combate à vagabundagem, aos/às idosos/as era permitido que eles/as ficassem mendigando no meio da rua sem nenhuma pena. Para os/as vagabundos/as válidos/as, ou seja, aquelas pessoas que detinham a força de trabalho, mas sem ocupação, eram submetidos/as a severos castigos, como açoitamento e prisão (Boschetti, 2020).

Em 1547, as leis dos pobres elisabetanas estabelecem que se alguém se recusasse a trabalhar, deveria ser condenado a se tornar um/a escravo/a daquele/a

que o/a denunciou como válido/a. Em 1572, esmoleiros/as sem licença para pedir esmola e menos de 14 anos, eram açoitados/a e teriam a orelha esquerda marcada a ferro, caso ninguém o/a quisesse para realizar trabalho por um período de dois anos.

Em 1795, fixa-se a *Lei de Speenhamland*. Ela tinha um caráter menos repressor em relação às outras, visto que os/as trabalhadores/as tinham uma espécie de bonificação/compensação agregada aos salários baixos. Vale destacar que esse amparo estava atrelado ao preço do pão.

Diante dessa “bondade”, os/as trabalhadores/as eram obrigados/as a se fixarem no trabalho, ou seja: tinham que morar perto do local de trabalho. De acordo com essas determinações, entende-se que por muitos anos o trabalho ficou sem a livre circulação de mão de obra, visto que esses/as os/as trabalhadores/as não tinham muita opção de trabalho (Behring; Boschetti, 2011).

Ainda sobre a *Lei de Spenhamland*, permitia-se timidamente que os/as trabalhadores/as fizessem uma certa “negociação” em relação aos salários. Nas palavras de Marx (1987), essa lei foi também um modo de expropriação porque lançava os/as trabalhadores/as nas mãos dos/as empregadores/as para serem explorados/as até as últimas consequências. Em 1834, ocorre sua extinção com duras críticas, visto que impedia a competição de livre mercado (Boschetti, 2020).

No ano de 1834, é criada a última *Lei dos Pobres*, conhecida como lei revisora ou *Nova Lei dos Pobres*, já inserida no contexto da Revolução Industrial. Devido à demanda de mão de obra nas fábricas, esta lei foi capaz de permitir a circulação de mão de obra por causa das novas formas de produção. Esta lei, assim como as anteriores, continua com a obrigatoriedade do trabalho, principalmente no combate à vagabundagem (Huberman, 1936).

Os/as trabalhadores/as eram obrigados/as a se manterem pelo seu próprio trabalho, mesmo se estivessem na condição de explorados/as. As legislações que regulamentavam a vida dos pobres estabeleciam critérios entre os pobres “merecedores” e “não merecedores” da assistência que era dada pelo Estado (Freire; Santos, 2022).

Diante desse panorama, observamos que a Inglaterra se tornou um dos países mais ricos da Europa à custa de muita exploração da classe trabalhadora. O capitalismo industrial conduz cada vez os/as trabalhadores/as à pauperização (Marx, 1987).

Nas fábricas e nas minas de carvão, os acidentes e mortes desses/as trabalhadores/as eram recorrentes. Nesse cenário de miserabilidade, diversos foram os movimentos de luta por parte da classe trabalhadora em prol de direitos trabalhistas e melhores condições de trabalho (Boschetti, 2017; 2020).

Sim, miserabilidade, pauperismo, condição de vida deplorável, foi o estopim para que surgissem as políticas públicas sociais, uma vez que a organização social de então já estava insuportável, não só para a classe trabalhadora, frente à intensa exploração e expropriação, mas também para a classe dominante, que tinha toda a compreensão de que a manutenção do poder exigia o acolhimento de determinadas reivindicações. Neste sentido, a discussão seguinte se volta ao fundamento da consolidação de um novo Estado capitalista.

### **3.2 As políticas públicas sociais no Estado social capitalista europeu a partir do século XIX**

As políticas públicas no cenário europeu, a datar de 1834, são fruto das pressões exercidas pela classe trabalhadora diante das composições de força do Estado liberal. É nesse contexto que elas ganham visibilidade e obrigaram de certa maneira o Estado a criar um fenômeno histórico denominado de *Welfare State* (Estado de Bem-Estar Social).

Assim, o capitalismo se reconfigurou a partir da Revolução Industrial. Em linhas gerais, o capitalismo é um modo de produção que soma as forças produtivas, isto é, a capacidade de produzir algo com as relações de produção— o domínio do capital e a propriedade privada.

Nas palavras de Marx (1987), o trabalho tem que ser encarado como uma atividade humana resultante do gasto das forças físicas e mentais direcionadas para a produção de bens/serviços e contribuir para a reprodução da vida humana, tanto individual como coletivamente.

Behring e Boschetti (2011, p. 51) assim observam essa nova configuração do trabalho:

O sentido do trabalho, portanto, sofre profunda modificação com a instituição das relações capitalistas, pois assume o caráter de trabalho abstrato, produtor de valores de troca, [...] no contexto de plena subsunção do trabalho ao capital, provocando o pauperismo como fenômeno mais agudo decorrente da chamada questão social.

O pauperismo fundamentado na exploração do trabalho, baseava-se na mais-valia absoluta<sup>4</sup>. Nas fábricas, a jornada de trabalho durava em torno de 16 horas, todos os dias da semana, ininterruptos. Diante desse cenário, os/as trabalhadores/as queriam garantir melhores condições de trabalho, salários e jornada de trabalho adequadamente (Marx, 1987).

Diante dessa luta operária, o Estado foi leniente em relação às reivindicações. No Manifesto do Partido Comunista, Engels e Marx declararam o Estado como o comitê da classe burguesa. A luta da classe trabalhadora foi fundamental para que o Estado se preocupasse em adotar medidas que criassem as primeiras políticas públicas sociais em direção à conquista de os direitos sociais e a cidadania por toda a Europa (Pereira, 2009).

O surgimento dessas políticas não acontece simultaneamente em todos os países da Europa. Tudo depende de como as classes trabalhadores se organizaram em torno do Estado na luta por melhores condições de trabalho e salariais. É somente a partir do século XIX que ocorrem as primeiras ações públicas pelo Estado capitalista na tentativa da implementação do *Welfare State* (Estado de Bem-Estar Social) (Boschetti, 2017).

Para Pereira (2009), o Estado de Bem-Estar Social como uma criação do Estado liberal, baseava-se em produção, distribuição e consumo, além dos interesses do próprio Estado, do mercado e dos trabalhadores/as de uma maneira geral.

Em 1942, na Inglaterra, é lançado o Plano *Beveridge* o que abarcava algumas ações de caráter social, dando início ao Estado de Bem-Estar Social, e tinha como objetivo combater a fome

Através dele, o Estado teria o papel de financiar os sistemas que atendia os mais pobres por meio da arrecadação dos impostos. A contribuição seria de acordo com a renda de cada um/a. Tem como triunfo desse plano, a criação do serviço nacional de saúde. Dentre estas se inserem a responsabilidade do papel do Estado na promoção de vida digna das pessoas; a oferta de emprego com as devidas garantias trabalhistas e jornada de trabalho adequada.

---

<sup>4</sup>Processo de exploração da mão de obra assalariada por meio da desproporcionalidade entre os salários recebidos por estes/as trabalhadores/as em relação às jornadas de trabalho nas fábricas. Estes lucros não eram repartidos por parte dos capitalistas com a classe operária.

Foram contemplados ainda a prestação de serviços sociais universais, como educação, saúde, habitação, dentre outros. Por fim, a ampliação da rede de segurança de serviços de assistência aos mais necessitados (Oliveira; Montefusco, 2017).

Com o passar do tempo, essas ações deixam de focar somente nos mais pobres e atingem a todos os cidadãos e cidadãs. Posteriormente, os estados europeus passam a investir 3% de seu Produto Interno Bruto(PIB) na implementação dessas políticas a partir do início do século XX (Boschetti, 2020).

Conforme a autora, desde a Revolução Industrial, ocorrida na Inglaterra em 1760, que o capitalismo vem sofrendo crises. As crises de 1857, 1929 e 2008, são na verdade, uma grande manifestação por parte dos capitalistas na busca por superlucros e superacumulação. Estas crises surgem como manifestações das contradições inerentes aos modos de produção da atualidade em decorrência do capitalismo tardio (Mandel,1892).

### **3.3 A renúncia ao Estado social e a escolha pelo neoliberalismo**

Nas últimas décadas do final do século XX, a economia mundial passou por profundas mudanças. Dentre elas, podemos apontar o advento da tecnologia, especificamente a microeletrônica; o desenvolvimento de novas maneiras de produção, e conseqüentemente, novos produtos para um mercado mais seletivo e exigente; o predomínio das atividades financeiras, a conformação de oligopólios, dentre outros (Costa, 2002).

A partir de 1970 todas essas mudanças abalaram as estruturas do capitalismo de então. Assim, houve acumulação das mais diversas dificuldades do processo de valorização do capital que foram produzidas pela combinação de fatores econômicos, como o aumento da composição desse capital e a queda de juros. Ainda no amparo em Costa (2002), concomitantemente, destacamos fatores políticos, como o fortalecimento da luta de classes, nas décadas de 1960/1970 e os obstáculos crescentes à hegemonia econômica dos Estados Unidos.

No entendimento de Antunes (1999), tanto o fordismo como o keynesiasmo, fortaleceram o período de acumulação de capitais. Contudo, somente a partir da década de 1970, esse capital dá sinais de enfraquecimento com traços mais evidentes. Dentre esses traços, o autor elenca seis: a queda da taxa de juros, o

esgotamento do padrão taylorista/fordista, aumento da esfera financeira, a fusão de capitais, a crise do Estado de Bem-Estar Social, e por último, o incentivo às privatizações.

A respeito da queda das taxas de juros, o fato deu-se pelo elevado preço da força de trabalho devido a conscientização que esses/as trabalhadores/as foram tendo por meio das lutas e pela formação dos sindicatos, no período pós-guerra.

Em relação aos padrões de produção taylorista/fordista, já não faziam mais sentido, visto que a tecnologia adentrara nas fábricas, mudando completamente a maneira de se produzir em grande escala com menos operários/as ainda.

Quanto ao aumento da esfera financeira, constatava-se novas maneiras de acúmulo de capital pelos grandes bancos mundiais, o chamado capitalismo financeirizado como um campo prioritário para a especulação, na nova fase do processo de internacionalização (Carvalho, 2002).

No tocante a maior fusão de capitais, as grandes multinacionais foram abarcando as pequenas empresas no mercado numa competição desenfreada de compras e vendas de mercadorias. Neste sistema, somente as maiores se sobressaíram e as pequenas foram à falência em todas as partes do mundo.

Na análise sobre a crise do Estado de Bem-Estar Social, Dardot e Laval (2016), afirmam que o Estado diminuiu sua capacidade de ação nos gastos públicos, isto é: a diminuição das políticas públicas sociais em detrimento do fortalecimento do neoliberalismo via capital privado.

Segundo os autores, no capitalismo neoliberal, os Estados passam a ser guiados pela lógica empresarial através do acúmulo dos superlucros. Essa nova racionalidade tem a incumbência de ser a mediadora de todas as relações sociais: “O homem neoliberal é o homem *competitivo*, inteiramente imerso na competição mundial” (Dardot; Laval, 2016, p. 322).

Diante disso, o neoliberalismo tem a capacidade de englobar o Estado e todas as esferas da existência humana. A política neoliberal é contra ele, mas jamais pensa no seu fim, pois nos momentos de crise é o Estado que ampara o mercado e suas nuances (Chauí, 2013).

Por último, cabe mencionar as privatizações que tanto são defendidas pelo neoliberalismo. Incentiva-se, portanto, a venda das empresas públicas para o capital especulativo com o intuito de lucrar mais e diminuir a qualidade dos serviços

essenciais, como saúde, educação e saneamento básico (Araújo,1997) e (Carvalho, 2002).

No mundo contemporâneo, as crises acontecem não porque os capitalistas estão tendo prejuízos com a produção, mas acontece por justamente por quererem mais superlucros e superacumulação. Deste modo, as crises põem em xeque não só a vida humana, mas todas as formas de vida, sejam elas inseridas na flora ou na fauna, e a natureza como um todo (Boschetti, 2020).

Até aqui, examinamos que a expropriação de direitos é um instrumento atroz que empobrece cada vez mais a classe trabalhadora, favorecendo ao capital na desconfiguração da condição humana, haja vista a intensa exploração do trabalho. Observamos também que apesar dessas condições, vimos essa classe em busca de reconhecimento diante das mudanças sociais ocorridas durante o século XIX.

Postas essas questões sobre o surgimento das políticas públicas e suas expressões nos modos de vida da classe trabalhadora, desde seus primeiros movimentos por melhores condições na satisfação de suas necessidades básicas, convém agora, deslindar acerca das relações sociais de produção e reprodução no cenário brasileiro, a começar pelo processo de escravização, constitutivo da estrutura capitalista do Brasil, de modo que até hoje, o racismo é uma marca central desta sociabilidade.

### **3.4 O Estado brasileiro: da escravização aos dias atuais**

Evidentemente, a implementação das políticas públicas no Brasil não se realizou no mesmo ritmo da Europa, visto que não tivemos uma Revolução Industrial, nem tampouco, um Estado de Bem-Estar Social.

Antes de falarmos da gênese das políticas públicas no Brasil, é razoável referenciar a formação social e histórica do seu povo, mas especificamente a escravização. Por mais de duzentos anos, tivemos por aqui um colonialismo brutal, que não reconhecia as pessoas como seres humanos (Fernandes, 2008).

Infelizmente, o Brasil foi edificado sobre o seguinte tripé: sangue, suor e lágrimas. Através da exploração dos povos originários, tivemos uma economia sempre voltada para fora e não para dentro, sendo esse um dos motivos das políticas públicas tanto retardarem, conforme apontam Costa (2016) e Prado Júnior

(1995). Como fruto desse passado violento, carregamos até hoje marcas de um país desigual, racista e preconceituoso.

Nas abordagens de Costa (2016) e Gomes (2019), a condição de termos sido uma colônia de exploração e não uma colônia de povoamento, como aconteceu em boa parte das Américas nos levou a sermos um povo escravizado e dominado pela metrópole, sem o entendimento da edificação de um projeto de nação por meio do trabalho e do fortalecimento de luta pela classe trabalhadora.

Durante os tempos de colônia e império, o Brasil sempre esteve ligado às condições agrárias, com uma economia sempre voltada para fora e não para dentro, nutrida pela violência de corpos escravizados (Prado Júnior, 1999).

Sob a ótica de Holanda (1995) e Dantas (2012), esse sistema perverso não permitiu que os colonizadores, imperadores nem tampouco os primeiros presidentes da República dessem a devida importância às políticas públicas sociais,

Como já fora falado, é somente a partir do início do século XX que surgem as primeiras políticas públicas de caráter econômico durante o processo de industrialização, nos governos de Vargas, mas sem muita preocupação com o desenvolvimento social (Araújo, 2003).

Nesse período, as desigualdades aumentaram cada vez mais. Com o desenvolvimentismo no governo de Juscelino Kubitschek, os problemas de ordem social persistiram, sem maiores soluções (Kang, 2011).

Na fase da ditadura militar, as políticas públicas foram suprimidas em decorrência dos acontecimentos políticos, como a censura e prisões, na contramão dos movimentos sociais. Naquele tempo, o país também viveu uma situação de decréscimo industrial, e conseqüentemente, o aumento da inflação e a perda de confiança no mercado externo (Behring; Boschetti, 2011).

Em meados da década de 1980, o Brasil procura se reconstruir democraticamente, de maneira que os movimentos sociais se restabelecem, bem como se desponta o fortalecimento dos sindicatos, na esteira da consolidação das políticas sociais defendidas pela Constituição Federal de 1988 (Carvalho, 2002).

Paradoxalmente, neste momento, herdamos um país endividado, amarrado às políticas de Estado mínimo com a entrada definitiva no sistema neoliberal tardiamente a partir da década de 1990 (Ferreira; Lima Júnior, 2014).

Portanto, nas palavras de Anderson (1995), temos um Estado que é ajustado e se ajusta. A partir de 2003, as políticas públicas sociais se reconfiguram

durante os governos do PT, por meio de uma conciliação entre as políticas neoliberais e sociais (Fagnani, 2011).

O ano de 2019 inaugurou o governo de extrema-direita, cuja tratativa principal é abolir as políticas públicas, paralelo a um projeto negacionista em torno da proteção social, da ciência, dos mais diversos movimentos sociais, além de posturas preconceituosas para com as pessoas negras, LGBTQIA, mulheres, enfim, das chamadas minorias, não em quantidade, mas em direitos (Nacif; Silva Filho, 2019).

A história mostra que a inserção das políticas públicas no Brasil ocorre tardiamente com um viés economicista, como se fosse possível separar a dimensão econômica da social. Para sermos mais enfáticos, e sem a pretensão de uma análise mais aprofundada, é importante destacar as principais determinações sócio-históricas do Brasil, como uma forma de entender todo esse processo histórico e seus imbricamentos na contemporaneidade, ou seja, de quão reatualizado se apresenta o projeto reformista-conservador.

### ***3.4.1 O Brasil colônia e império: antecedentes das políticas públicas***

A chegada dos portugueses ao Brasil no ano de 1500, é para Portugal, nas palavras de Costa (2016), uma viagem meio que imprestável do ponto de vista comercial, mas ao mesmo tempo com algumas perspectivas prósperas. Ao compararmos o caminho para as Índias e para o Oriente, a viagem seria de fato, algo secundário, sem muitos fins lucrativos.

Dessa maneira, nos primeiros 50 anos, a colônia ficou completamente abandonada. Nas considerações de Costa (2016), Prado Júnior (1999) e Gomes (2019), o Oriente ao contrário do Brasil, já vislumbrava uma civilização e um comércio de grande valor. Na colônia, havia apenas uma população de indígenas que vivia em pleno estado de natureza, ou seja: não produziam nem vendiam nada. Não tinham, portanto, a ideia de comércio.

Face ao exposto, a terra se tornava infrutífera e muito frustrante para os portugueses. Nos primeiros contatos com os nativos, os exploradores perceberam que a viagem não fora tão perdida assim. Encontraram uma planta chamada pelos indígenas de ibirapitanga e, por eles, pau-brasil. Essa planta soltava uma tinta vermelha muito parecida com um corante produzido na Índia para tingir tecidos na

Europa. Tal descoberta foi a única maneira de saírem das novas terras com algum tipo de lucro (Costa, 2016).

A partir de 1549, com a instalação do Governo-Geral por Tomé de Sousa, vários foram os motivos pelos quais os portugueses tiveram a preocupação de se instalar de vez no Brasil. Ávidos pela exploração da colônia, os colonizadores não se contentaram somente pela exploração do pau-brasil, e assim, partiram para o investimento em outras riquezas abundantes da terra, como: cana-de-açúcar, ouro e café. De imediato, procuraram institucionalizar a produção de açúcar nos engenhos, um produto de grande valor comercial no mercado europeu.

Outro fator marcante para a permanência na colônia foi o achado de minas de prata em Potosí. A descoberta dos impérios Asteca, Maia e Inca pela Espanha, fez com que os portugueses começassem a acreditar que em terras brasileiras também pudessem haver ouro e prata pela questão da proximidade territorial (Costa, 2016).

Além desses fatores, destacamos as ameaças constantes de ataques por parte da França e da Holanda, na disputa pelas riquezas naturais. Nesse passo, Inglaterra e Holanda entraram em disputa de maneira acirrada por dois grandes negócios que até então pertenciam somente a Portugal: a produção e venda de açúcar e o tráfico de pessoas escravizadas.

Afinal de contas, esse tráfico sempre esteve presente nos negócios de Portugal. Até o final do século XIX, toda a produção oriunda do país estava centrada nas mãos de pessoas escravizadas (Holanda, 1995).

Segundo Prado Júnior(1999), os colonizadores perceberam de imediato uma certa indisposição por parte dos/as indígenas para o trabalho braçal diante de tantas terras férteis. Era preciso logo resolver o problema de trabalho.

A partir de 1570, há um entendimento entre os portugueses: proibir a escravização dos indígenas. Essa proibição não foi à toa, pois teve dois motivos. Primeiro, era preciso fomentar na colônia o tráfico de africanos escravizados. Em seguida, desestimular as entradas que eram feitas no sertão por parte dos colonizadores, pois era ali que eram realizadas a captura dos nativos (Fernandes, 2008) e (Ianni, 1987).

A respeito desse fenômeno, eis o que Costa (2016, p. 25) diz:

Nesse novo modelo de negócio, os europeus se livraram da necessidade de caçar os escravos com as próprias mãos e passaram a adquiri-los diretamente [...] dos mercadores africanos na Guiné, Costa da Mina, Congo, Angola, Luanda, Benguela, Cabinda, Moçambique, entre outros. [...] O uso do trabalho escravo no Brasil será generalizado. A princípio, nos engenhos de cana-de-açúcar, em especial na Região Nordeste (Pernambuco e Bahia). No final do século XVII e início do XVIII, será a descoberta do ouro em Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso que passará a demandar o trabalho escravo e, conseqüentemente, lançará lenha na fogueira do tráfico. Já no século XIX, o café substituirá o ouro na criação ou manutenção da demanda por escravos no interior de São Paulo e Rio de Janeiro.

Partia-se, portanto, para a ideia da introdução de africanos/as escravizados/as. Em 1550, o Brasil iniciou um tenso fluxo de mão de obra escrava via oceano atlântico dos mais diversos países do continente africano. A comercialização dessas pessoas era um negócio muito lucrativo (Gomes, 2019) e (Costa, 2016).

A respeito disso, Fernandes (2008), alude dois pontos bastante relevantes para uma melhor compreensão da escravização: primeiro, o Brasil foi o maior território escravista do hemisfério ocidental, em virtude do tráfico de quase 5 milhões de pessoas. O segundo ponto, por sua vez, se refere ao fato de que o Brasil foi o último país do ocidente a proibir o tráfico negreiro e abolir a escravidão, visto que os outros países das Américas já tinham feito isto.

Durante esse tempo, os países centrais, na lógica do mercado europeu, nos trataram sob condições de explorados, subordinados e dependentes, como mostram os estudos de Prado Júnior (1995) e Holanda (1995).

No início do século XIX, já no Brasil império, percebemos um declínio do antigo sistema fadado no pacto colonial com as metrópoles em decorrência de um modelo de produção no continente europeu, isto é: a passagem do capitalismo comercial para o capitalismo industrial (Gomes, 2010).

Sem esse potencial industrial, o Brasil não passa de um mero fornecedor de matéria-prima até os primeiros anos do século XX. Com a abolição da escravização em 1888, a população negra ficou isolada, visto que os imigrantes europeus tiveram mais possibilidades de mobilidade social (Fernandes, 2008). O autor afirma que os/as negros/as sempre foram remunerados/as com baixos salários e eram proibidos/as de frequentarem os espaços que os brancos frequentavam e submetidos à pauperização.

Em contraposição ao pensamento de Freyre (1984), Fernandes (2008) argumenta que nunca vivemos em democracia racial. Governos que se sucederam

após o fim da escravização jamais pensaram em políticas públicas visando à inclusão social dos egressos dos cativeiros e seus descendentes. Para Fernandes (2008) e Dantas (2012), brancos/as sempre tiveram privilégios e melhores condições sociais que os/as negros/as desde os primórdios da escravização.

Decorridos 525 anos de “colonização”, infelizmente ainda temos uma sociedade que se preocupa mais com a cor das pessoas e não com o caráter. A respeito disso, não faltaram evidências em nosso cotidiano de práticas racistas (Tenório, 2020).

No entendimento de Evaristo (2014), dá-se a entender que o racismo saiu do armário. Nesta mesma direção, Kilomba (2019) afirma que em pleno século XXI a sociedade capitalista continua criando condições muito favoráveis para a disseminação de comportamentos racistas.

Em parceria com a Central Única de Favelas (CUFA) e o IBGE, o Ministério do Planejamento e Orçamento contabilizou, no ano de 2023, 11.403 favelas, que representam 17,1 milhões de brasileiros/as. Desse quantitativo, 67% correspondem à população negra. Além disso, o maior símbolo de discriminação é a representação de baixos índices econômicos e a falta de políticas públicas sociais pelo simples fato de serem pobres e negros/as. Quer dizer, é o segmento que ganha de menores salários, estão mais suscetíveis ao desemprego, aos homicídios, estupros e menos acesso à escola.

No suporte em Tenório (2020), em nosso país, a população negra sempre foi tratada com desdém, capazes apenas de exercer atividades manuais, trabalho de força braçal, sendo, portanto, na contramão da realização de atividades intelectuais, a exemplo do exercício da escrita (Jesus, 2014) e (Evaristo, 2014).

A propósito, em sua obra *Quarto de despejo*, a própria Carolina Maria de Jesus relata o preconceito por ser uma escritora negra e favelada, na década de 1950. Em uma dessas passagens, disserta: “Eu escrevia peças e apresentava aos diretores de circos. Eles respondia-me: - É pena você ser preta” (Jesus, 2014, p. 64).

Carolina Maria de Jesus tinha muita lucidez quanto ao racismo ser desumano. Para ela, ele seria uma espécie de regressão que homens e mulheres faziam ao seu estado de natureza. Nesse sentido, critica: “Para mim o mundo em vez de evoluir está retornando à primitividade” (Jesus, 2014, p. 38).

Para Evaristo (2014) e Kilomba (2019), a favela é um novo tipo de senzala do século XX com as mesmas restrições daquelas que existiam nos tempos

da escravização. Segundo Jesus (2014), o racismo a fez se tornar um refugo, um objeto que não servia mais.

Eis um de seus apontamentos acerca dessa questão:

E quando estou na favela tenho a impressão que sou um objeto fora de uso, digno de estar num quarto de despejo. [...] Sou rebotalho. Estou no quarto de despejo, e o que está no quarto de despejo ou queima-se ou joga-se no lixo" (Jesus, 2014, p. 37).

De acordo com as menções da autora ora referida, o racismo descaracteriza o ser humano em sua totalidade, principalmente negros e negras, tirando-lhes a dignidade, o respeito e a utilidade (Almeida, 2019).

Carolina de Jesus expressava as profundas desigualdades sociais sofridas com seus três filhos na favela, através da escrita, um instrumento de alento. Para Adorno (2009), sofrimento é objetividade que pesa sobre cada pessoa, mas ao mesmo tempo é enfrentado de modo bem peculiar, de modo bem subjetivo.

Diante do exposto, urge a efetivação de políticas públicas afirmativas e assertivas para a promoção da igualdade racial, visto que as oportunidades ainda são discrepantes entre brancos/as e negros/as. A negritude precisa estar incluída na Ciência, na Política, no Direito, na Medicina, na Educação e em outros grupos da sociedade (Almeida, 2019).

Precisamos também reverter dentro dos ambientes escolares o velho paradigma da educação bancária para uma educação politizada, isto é: uma educação que disponibilize espaços para os questionamentos e posições contundentes diante das hierarquias sociais e dos sistemas de dominação e opressão (Freire, 2011).

Os processos de formação da população brasileira através da escravização, como vimos no decorrer desta subseção, fez com que as políticas públicas sociais não fossem prioridade, e como consequência, a implementação tardia da proteção social, como veremos a seguir.

### **3.4.2 A gênese da proteção social brasileira**

Até o ano de 1887, não havia nenhuma política de legislação social para os/as brasileiros/as. No ano seguinte, criou-se uma caixa de socorro para a

burocracia pública, intitulada como instituição de direitos que perdurou até os anos de 1960 (Yazbek, 2012).

Em 1889, ano da proclamação da República, os funcionários da Imprensa Nacional e os ferroviários conseguem o direito à pensão e a 15 dias de férias, estendendo-se também estes mesmos direitos aos trabalhadores do Ministério da Fazenda, no ano de 1890 (Fausto, 2008).

Em 1891, surge a assistência à infância, legislação a qual não coibiu a exploração do trabalho infantil que era tão comum nas fábricas. Em 1892, os funcionários da Marinha adquiriram o direito à pensão. Somente a partir de 1903, é que se formam os primeiros sindicatos para a agricultura, e nas indústrias rurais (Costa (2016).

Nos centros urbanos, esses sindicatos só vão aparecer a partir de 1907, por causa da influência dos/as imigrantes europeus que tinham sobre a luta de classe. Através desses movimentos, alguns direitos, como a redução da jornada de trabalho de 15 para 12 horas (Behring; Boschetti, 2011).

Em 1922, no campo político, a esquerda brasileira fez seus primeiros movimentos de emancipação: criou-se o Partido Comunista do Brasil (PCB) por meio de fortes influências da Revolução Russa de 1917 (Brito; Horta; Amaral, 2001).

Naquele mesmo ano, acontecia a Semana de Arte Moderna, em São Paulo com a máxima expressão da literatura modernista, mas também com viés político de seus artistas. Por meio das artes, esse movimento queria expressar indignação/repúdio aos acontecimentos da sociedade brasileira (Pierucciet *al.*, 1995).

Até 1930, o Brasil era um país agroexportador, ou seja: um grande produtor e vendedor de café para os países centrais capitalistas (Kang, 2011). Nas declarações de Costa (2016), o café representava 70% do PIB nacional. Com a crise, o país ficou sem mercado para absorver toda sua produção.

Diante disso, os movimentos operários se intensificaram diante de um país que ainda não tinha regido uma legislação voltada para o mundo do trabalho. A grande depressão de 1929/1932, traz para o Brasil uma mudança de configuração de forças entre as classes dominantes (Fausto, 2008).

Nessa situação, fazendeiros da pecuária (gado) e produtores de açúcar procuram diversificar a produção brasileira, visto que o café estava em declínio. No Rio Grande do Sul, os produtores de carne estiveram em evidência, tendo como

liderança, Getúlio Vargas para fortalecer e diversificar a economia brasileira (Pierucci *et al.*, 1995).

Essa crise reconfigurou todo o cenário político brasileiro, pois tirou do poder os presidentes da República que circundavam no eixo São Paulo – Minas Gerais, a conhecida República do *café com leite* (Costa, 2016).

Com a quebra dessa hegemonia, Vargas com o apoio dos militares, através de um governo provisório, chegou à presidência da República com uma agenda de modernização e com um espírito conservador. Diante disso, ele procurou tirar o Brasil da condição de um país meramente agrário para industrial (Behring; Boschetti, 2011).

Esse processo de industrialização teve seu início na década de 1930, através do Sistema de Substituição de Importações (SI). Por outro lado, os problemas de desigualdade se agravaram. Iamamoto (2008) afirma que a questão social surgiu exatamente nesse contexto.

As manifestações da questão social se refletiram na precariedade do trabalho, da substituição do trabalho humano pelas máquinas, por pessoas que estavam aptas para o trabalho, mas que não foram absorvidas pelo mercado. A marginalidade, nas palavras de Paulo Netto (2017), também foi uma expressão da questão social. Em muitas situações, o autor observou que ela foi tratada como questão de polícia, e não como questão de políticas públicas sociais afirmativas.

Diversos problemas de habitação, saneamento básico e segurança passaram a ser o cenário nas cidades devido à falta de um plano estratégico para receber tantas pessoas vindas dos campos em busca de emprego nas fábricas. Nesses ambientes, os/as operários/as trabalhavam em péssimas condições, com uma carga horária de trabalho muito elevada, causando acidentes, doenças e mortes (Pierucci *et al.*, 1995).

Assim, esses/as trabalhadores/as se sentiram incomodados/as com a situação e começaram a se organizar por meio de sindicatos, na busca de melhorias de trabalho e condições de vida. Como fruto desses movimentos, em 01 de maio de 1943, é criada a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) de forma a contemplar garantias até então desconhecidas (Yazbek, 2012).

Em 1930, é criado o Ministério da Educação e da Saúde Pública. Vale realçar que as ações desses ministérios ainda eram muito pequenas diante de tantos problemas diante da questão social (Kang, 2010).

No campo da educação, outro gargalo a ser enfrentado: a maior parte da população brasileira era composta de analfabetos/as. Na Era Vargas, a educação primária ficou sem um projeto sólido que pudesse resolver os impasses do analfabetismo. Os/as estudantes universitários/as reivindicavam a ampliação por mais vagas nas universidades (Saviani, 2021). Infelizmente, a educação só se voltou mais para as elites, cuja finalidade era preparar mão de obra qualificada para responder aos anseios da industrialização (Kang, 2011).

Dentre essas garantias, podemos destacar: décimo terceiro salário, férias, jornada de trabalho de 8 horas, fim de semana remunerado, pagamento de hora extra e licença maternidade/paternidade. Todos esses acontecimentos, foram na verdade, o desfecho dos “anos de ouro” das políticas públicas no Brasil, que se encerram com a Constituição Federal de 1937 (Draibe, 1990).

Na área da Infância e da Juventude, criou-se em 1941, o Código de Menor, quetinha mais caráter de punição do que de proteção aos menores infratores pobres e delinquentes. Ele não inibiu a violência nem os maus-tratos para essa população. Sua substituição aconteceu somente em 1990, pelo então Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (Behring; Boschetti, 2011).

No que concerne à Assistência Social, em 1942, foi criada a Legião Brasileira de Assistência (LBA) para dar auxílio às famílias dos militares que iam combater na Segunda Guerra Mundial, tendo na coordenação a primeira-dama do Brasil: a senhora Darci Vargas. Na visão de Yazbek (2012), esses projetos não passavam de práticas assistenciais e clientelistas.

Entre os anos de 1943 e 1945, período da ditadura, Vargas tornou-se um simpatizante do nazifascismo. Naquela ocasião, muitas foram as perseguições aos movimentos de esquerda que eram contrários ao seu governo (Pierucci *et al.*, 1995).

A partir de 1945, abriu-se um novo período no país com muitas turbulências na economia, na política, e nas expressões da questão social. Concomitantemente, as classes operárias também já estavam mais organizadas no que tangia às pautas trabalhistas (Brito; Horta; Amaral, 2001). O período de 1946-1964 foi marcado pela ascensão dos movimentos sociais. A maior expressão disso na realidade brasileira é o surgimento de vários partidos políticos (Costa, 2016).

Primeiramente, a União Democrática Nacional (UDN) representava a burguesia industrial e financeira, tendo como liderança o deputado Carlos Lacerda. O interesse era continuar a modernização do Brasil através do capital estrangeiro

(Kang, 2010). Já o Partido Social Democrático (PSD), agregava empresários agrários e outros do ramo da indústria que estavam insatisfeitos com as ideologias da UDN. Jânio Quadros representava a liderança desse partido (Fausto, 2008).

O Partido Trabalhista do Brasil (PTB) expressava um projeto nacionalista de desenvolvimento inspirado nas propostas de Getúlio Vargas, e somava industriais, segmentos operários e populares nacionalistas (Behring; Boschetti, 2011).

Por fim, temos o Partido Comunista do Brasil (PCB), que representava de certa maneira, a classe operária, mas buscava alianças com o PTB em épocas de eleição, com o intuito de estimular um projeto desenvolvimentista para o Brasil nos moldes do capitalismo (Brito; Horta; Amaral, 2001).

O Brasil, a partir da década de 1950, no governo de Juscelino Kubitschek (JK), acelera no sistema de substituição de importações (SI) que fora iniciado por Vargas. Esse modelo tira o país da condição de agrário para se tornar industrial e tecnológico (Kang, 2011).

Durante esse tempo, o Brasil deu um salto enorme na produção de eletrodomésticos e automóveis. Alavanca-se significativamente a economia, mas por outro lado os problemas de desigualdades ainda não estavam resolvidos, principalmente com a falta de políticas para a educação e habitação, visto que 70% da população já morava nas cidades (Araújo, 2003) e (Maricato, 2011).

Segundo Costa (2016), o plano adotado no governo de JK é chamado de *Plano de Metas*. Nessas circunstâncias, o Brasil tinha uma ambição de fazer *crescer 50 anos em 5*. Esse projeto tinha como objetivo acelerar a produção da indústria automobilística, farmacêutica e mecânica por meio do capital estrangeiro, na intenção de que mercado tomasse de conta da economia nacional por meio de vultosos lucros.

Como resultado dessas ações, ocorreu o surgimento de uma grande dívida externa que perduraria por décadas. Farias (2018) afirma que só houve investimento nas grandes cidades brasileiras. Por outro lado, as pessoas que viviam no espaço rural ficavam desassistidas das políticas públicas sociais (Pierucciet al., 1995).

Assim, muitos conflitos foram ocasionados e os/as agricultores/as clamaram por uma reforma agrária, em razão da grande concentração de terras nas

mãos de latifundiários. A partir de 1950, na cidade de São Paulo, berço do desenvolvimentismo, eram criadas as primeiras favelas (Farias, 2018).

Reafirmando os problemas de habitação com o progresso brasileiro, eis o que Maricato (2013, p. 18 e 19) alude:

Em 1950, o processo de industrialização entra em nova etapa. O país passa a produzir bens duráveis e até mesmo bens de produção. No entanto, segundo Celso Furtado, com essa “nova dependência” o centro das decisões é cada vez mais externo ao país e seu epicentro se distancia cada vez mais das necessidades internas. A dependência se aprofunda em relação à fase anterior, e se amplia a inserção subalterna do país na divisão internacional do trabalho.

Segundo Chauí (2013), a história mostrou que o progresso não foi para todos/as. Infelizmente, a maior parte das políticas públicas implementadas no Brasil a partir da década de 1930 vieram para fortalecer o capitalismo emergente através da acumulação de lucros e pela exploração da mão de obra dentro das fábricas. Em outras palavras, na concepção de Araújo (2003), a essência das políticas públicas naquele contexto estava voltada para o desenvolvimento econômico, e nada de desenvolvimento social.

Destarte, a crise de 1929/1932 gerou expressivas consequências em nível mundial, sem desconsiderar as particularidades, a exemplo do Brasil, cujo período despontava a transição de sua estrutura agrária para a industrial. Daí, observamos o agravamento da questão social (Iamamoto, 2008).

Na trilha da história, cabe deslindar, agora, a configuração das políticas públicas durante a ditadura civil-militar, um tempo de retrocesso do Estado social brasileiro, ainda tão frágil quando de suas respostas às reivindicações aos direitos sociais.

Ademais, até então, o vínculo empregatício ainda era o meio principal de acesso a estes, sendo a cidadania algo abstrato, uma vez que estava longe de se materializar universalmente. Qual a perspectiva de proteção social no Estado ditatorial?

### **3.4.3 As políticas públicas sociais entre as décadas de 1960 a 1980: do autoritarismo ao processo de redemocratização**

No final da década de 1960, e nos primeiros anos de 1970, “anos de chumbo” da nossa história, intensificou-se a produção industrial à luz do fordismo<sup>5</sup>, concomitante ao Milagre Brasileiro, o qual se traduz pela expansão da produção do país num ritmo muito intenso, produtos como eletrodomésticos e automóveis para abastecer tanto o mercado interno como o externo (Pierucci *et al.*, 1995).

O fordismo trouxe para o Brasil muitas consequências, no aspecto econômico. Dentre elas, a baixa qualificação da mão de obra, baixos salários, a perda do poder de compra por parte da classe trabalhadora, e o não pagamento dos direitos trabalhistas que foram conquistados em momentos anteriores de nossa história. Em questões salariais, no Brasil, os ganhos dos/as trabalhadores/as foram muito poucos, ao contrário do que ocorrera na mesma época, nos Estados Unidos e na Europa (Santos, 2014).

Mesmo com a intensificação do trabalho, a classe operária brasileira ainda estava muito aquém da aquisição dos bens de consumo, como a casa própria, filhos/as estudando nas universidades e um “fusca” na garagem de casa (Silva, 1994). Em 1966, ocorreu a unificação e uniformização da previdência social para o Instituto Nacional da Previdência Social (INPS). No governo Vargas, não havia ainda uma previdência para todas as classes trabalhadoras (Fico, 2017).

O que existia eram as Caixas de Aposentadoria e Pensão (CAPs) juntamente com os Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAPs) que beneficiavam apenas algumas categorias de trabalho voltadas ao escoamento da produção de mercadorias, como por exemplo, o café. Dentre essas categorias, podemos mencionar: ferroviários e trabalhadores dos portos (Behring; Boschetti, 2011).

Depois dessa unificação, em 1971, outras categorias de trabalho foram agregadas para serem também beneficiadas, como por exemplo, os/as trabalhadores/as rurais por meio do Funrural. Essa ampliação da previdência

---

<sup>5</sup>Sistema de produção industrial em massa (1920-1966). Seu idealizador chama-se Henry Ford, fundador da montadora FORD MOTOR COMPANY, em 1914, nos Estados Unidos. Este movimento representou um marco histórico para a segunda Revolução Industrial. No fordismo, a linha de montagem de automóveis foi desenvolvida com o objetivo de reduzir o tempo de produção e acelerar a chegada dos produtos industrializados mais rápido aos consumidores. Outro ponto importante desse sistema, é a especialização do trabalho: cada um/a se preocupa em produzir uma parte do produto. Em 1936, *Tempos modernos*, um filme com Charlie Chaplin, retrata muito bem esta realidade.

permitia aos/às agricultores/as que pagassem uma pequena taxa na forma de contribuição, e tinham o direito de apenas meio salário mínimo como benefício (Lara; Silva, 2015).

Posteriormente, em 1972, essa previdência se estendeu às trabalhadoras domésticas, e em 1973, aos jogadores de futebol e autônomos. Em 1978, os ambulantes se somaram igualmente à previdência social (Behring; Boschetti, 2011).

Conforme já explicitado, o progresso instalado no Brasil a partir de 1930, trouxe muitas pessoas do campo para viverem nas cidades em busca de emprego. Em 50 anos, de 1920 a 1970, a população brasileira que era praticamente rural, tornou-se urbana (Araújo, 2003).

Sem um plano estratégico, essas cidades aos poucos vão ser tomadas, como dizem Maricato (2013) e Farias (2018), pelo desornamento urbano. Mediante situação, os problemas de urbanização começaram a aparecer, com a proliferação das doenças infecciosas/parasitárias, poluição e a expansão das favelas.

De acordo com Paula (2020), as doenças infecciosas/parasitárias acompanharam o crescimento das cidades. Dentre elas, apontamos: a malária, doença de chagas, hanseníase, tuberculose, coqueluche, tétano, sarampo e disenteria.

Além dessas doenças, outras também foram classificadas como as mazelas da modernidade, tidas como: as enfermidades cardiovasculares, depressão e casos de suicídios. Em 1970, um milhão de crianças morreu por causa das doenças infectocontagiosas (Lara; Silva, 2015).

Diante desse desarranjo das cidades, o governo federal é obrigado a criar uma política nacional de habitação. Em 1964, na gestão de Castelo Branco, é criado o Sistema Financeiro de Habitação (SFH). Nesse mesmo ano, é implementada a Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, que criou o Banco Nacional de Habitação com o intuito de subsidiar casas populares para as famílias de baixa renda, e também alavancar os lucros das empreiteiras do ramo da construção civil (Maricato, 2013).

A respeito dessas políticas de habitação Behring e Boschetti (2011, p. 137) observam:

[...] a ditadura impulsionou uma política nacional de habitação com a criação do Banco Nacional de Habitação (BNH). Aqui, tratava-se de uma estratégia tipicamente Keynesiana de impulsionar a economia por meio do incremento da construção civil na construção de moradias populares. Esse foi um período de forte crescimento das empreiteiras, num contexto de nenhuma

transparência e controle dos gastos públicos, dada a opacidade do Estado ditatorial.

Mesmo diante da ampliação dessas políticas públicas, Iamamoto (2008) confirma que muitas dessas ações foram ineficientes diante da questão social. Vale ressaltar, que o Estado fomentou políticas de privatização de alguns serviços, como por exemplo, os de saúde.

Nos primeiros anos da década de 1970, a economia mundial mais uma vez entra em colapso, e conseqüentemente, o Milagre Econômico também começou a declinar no Brasil, visto que os países centrais capitalistas já não tinham como injetar capital para a nossa economia. Diante desse cenário, romperam-se os “anos de ouro” das políticas públicas durante o regime autoritário (Silva, 1994).

Sobre as conseqüências da crise financeira no cenário internacional e seus efeitos diante do Milagre Econômico, Costa (2016, s. p) observa:

Desse modo, o milagre econômico durante a ditadura militar seguiu o padrão brasileiro de modernização: excludente e selvagem. De arautos do moralismo, da justiça e do desenvolvimento, os militares não passaram de um instrumento nas mãos da elite econômica — do seu estamento — para manter intactos seus interesses e privilégios, [...]

Mediante o fracasso econômico, pairava na população uma grande insatisfação, e nesse cenário, os movimentos sociais ganharam força. O comício na praça da Sé, na cidade de São Paulo, no dia 25 de janeiro de 1984, inaugurava o movimento das *Diretas Já*, que culminaria no tão sonhado restabelecimento da democracia (Menicucci, 2024).

Sendo assim, as *Diretas Já* e as eleições indiretas de Tancredo Neves para presidente da República inauguram a Nova República. Com a morte dele, o vice-presidente, José Sarney, iniciou o governo com uma grande missão de restabelecer a democracia e a ordem econômica no país (Costa, 2016).

O autor continua dissertando que nos anos seguintes, temos pela frente o período de 1980, tido para muitos, como a década perdida. Por outro lado, conforme já apresentado, temos um grande ganho pelo reestabelecimento da democracia através das lutas sociais e a promulgação da Constituição Federal (CF) de 1988, a nossa Carta Cidadã. Essa década de 1980 para o Brasil foi um tempo de muitos ajustes na economia, inclusive com vários planos de salvamento, mas alguns sem

sucesso. Várias foram as tentativas de conter os altos índices inflacionários, pois a cada ano o PIB decrescia, as exportações em queda e as taxas de juro aumentavam vertiginosamente (Boschetti, 2020).

Em 1981, essa taxa de juros atingia um patamar de 19%, e em 1982, saltou para 27%. Em 1985, essa inflação alcançou seus 217,9%. O endividamento público era evidente diante da instabilidade. Diante do exposto, o que vimos foi o desprezo pelo Brasil e dos demais países latino-americanos por parte do mercado europeu. Os fluxos de investimento externo por parte dos países centrais em relação aos países periféricos caíram de 12% para 6%. No Brasil, o investimento caiu de 4,2% para 1% (Behring; Boschetti, 2011).

No quadro sanitário, a partir de 1985, podemos observar a continuidade de algumas políticas públicas que foram iniciadas, durante a ditadura militar, como o Programa de Interiorização das Ações de Saúde e Saneamento (PIASS). Por meio dessas ações, temos a queda da taxa de mortalidade infantil (Bravo, 2000).

Paralelamente, detectava-se o surgimento da Síndrome da Imunodeficiência Humana (AIDS) em alguns grupos específicos, como em homossexuais, e conseqüentemente, a proliferação por todo o país. Nesse período, podemos também constatar epidemias de dengue (Paula, 2020).

Diante do exposto, era de suma importância a discussão de políticas públicas de saúde mais concretas como direito de cidadania. Com essas ideias, fazia-se necessária a criação de um sistema unificado de saúde, a observar o ser humano em sua integralidade, como um todo. Através das boas condições de saúde, as pessoas podiam acessar as outras políticas que eram disponibilizadas (Lara; Silva, 2015).

Em 1986, com a participação de muitas pessoas, acontece a VIII Conferência Nacional de Saúde, que norteou muitas ações que desembocaram posteriormente, na criação do Sistema Único de Saúde (SUS). Nessa conferência, em linhas gerais, deram-se ênfase a três coisas: primeiro, a saúde passa a ser vista como um direito; segundo, a reformulação do Sistema Nacional de Saúde (SNS), e por fim, o seu financiamento (Bravo, 2000).

Nessa reformulação, é gestado o Sistema Único e Descentralizado de Saúde (SUDS), que tinha como objetivo descentralizar os recursos que estavam em poder do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS) e repassar às secretarias estaduais da saúde (Paula, 2020).

No que competia às garantias da previdência, podemos mencionar muitas melhorias para a população, como: ampliação da licença maternidade para quatro meses, incluindo agricultoras e empregadas domésticas; seguro-desemprego; recebimento do salário mínimo integral aos/às trabalhadores/as do campo, visto que no regime autoritário, essa categoria recebia somente meio salário mínimo (Behring; Boschetti, 2011). Tivemos também o direito de pensão aos maridos e companheiros e a redução da idade por tempo de contribuição para as aposentadorias: homens, com 60 anos, e as mulheres, com idade de 55 anos (Silva, 1994).

Também nesse período foi repensado pelos movimentos sociais a garantia dos direitos de proteção às crianças e aos adolescentes, com idade inferior a 18 anos, principalmente a inimputabilidade penal. Já no campo, a tão sonhada reforma agrária não aconteceu, e os ruralistas, grandes proprietários de terras, saíram vitoriosos dessa disputa que perdura até os dias de hoje (Antonio; Nogueira, 2023).

Em suma, as décadas que antecederam o período da redemocratização foram marcadas por momentos de desestabilização na área econômica, e conseqüentemente, na área social, o que marcou de fato, uma grande mobilização por parte da sociedade em busca de seus direitos como garantias universais.

Neste sentido, a discussão de logo mais trata acerca da entrada do Brasil no circuito das políticas neoliberais, com fortes evidências de um Estado mínimo entre ajustar-se e ser ajustado.

#### ***3.4.4 As políticas públicas no circuito do ajuste fiscal: da década de 1990 à primeira década dos anos 2000***

Iniciamos a década de 1990 com uma certa frustração em relação ao que fora conquistado na Constituição Federal de 1988. Nela, lutamos para que os direitos sociais, como saúde, educação, emprego, assistência e habitação fossem para todos/as, fruto de muita luta e mobilização por parte da sociedade brasileira (Alves, 2002).

As reformas, no período pós-constituente, foram esperadas, mas o que vimos, nos anos seguintes, foram contra-reformas por parte do Estado para atender os caprichos da política neoliberal, implementada no Brasil a partir da década de 1990. Nas palavras de Fornazier e Oliveira (2013), pensou-se numa reforma que

não estivesse mais preocupada com as questões sociais, mas numa reforma em prol do mercado.

O Estado, nas palavras do autor e da autora, já não tinha mais a capacidade de gerir seus próprios problemas internos, a não ser partir para as privatizações, vender as estatais para resolver as pendências com a crise que assolava o Brasil desde a década de 1970.

A Constituição Federal para os liberais era vista como atrasada e gastadora. O Brasil, na visão deles, precisava de um novo caminho para a modernização via capital mundial com o mínimo de intervenção por parte do Estado (Miranda, 2001).

Sobre essa lógica capital, eis o que (Behring; Boschetti, 2011, p. 152) dizem:

Observa-se que o centro da “reforma”, na verdade, foi o ajuste fiscal. O “reformismo” neoliberal traz em si uma forte incongruência entre o discurso da chamada reforma e a política econômica. Aqui ocorreu uma espécie de aparente esquizofrenia [...] argumentava-se que o problema estaria localizado no Estado, e por isso seria necessário reformá-lo para novas aquisições, corrigindo distorções e reduzindo custos, enquanto a política econômica corroía aceleradamente os meios de financiamento do Estado brasileiro através de uma inserção na ordem internacional que deixou o país à mercê dos especuladores no mercado financeiro, de forma que todo o esforço de redução de custos preconizados escoou pelo ralo do crescimento galopante das dívidas interna e externa.

Em consonância com o pensamento de Anderson (1995), Carvalho (2002) e Lima e Lima (2018), descrevem que a década de 1990, o Brasil, assim como os outros países da América Latina, adota tardiamente, o modelo econômico neoliberal, adentrando de vez no circuito do capitalismo financeirizado, e tornou-se dependente, ajustado, ajustador e subordinado. Em contrapartida, tivemos uma Constituição que fora construída a partir dos princípios democráticos, mas que de forma tão repentina se moldou também a este Estado ajustador, enfraquecendo de vez nossa jovem democracia (Cardoso, 2008).

O Brasil, na condição de país periférico, é obrigado a fazer ajustes em todas as áreas sociais, como educação, saúde, assistência e economia. Ou seja, reduzir o mínimo em suas políticas públicas para atender a uma agenda econômica, seletiva e excludente, voltada aos interesses da economia mundial (Silva; Costa, 2005).

Ainda sobre o ajuste, vale transcrever Carvalho (2002, s. p.):

Os governos brasileiros condutores do ajuste dentro da agenda de Washington buscam, a qualquer custo, inserir a economia nos circuitos globais, numa inserção submissa e passiva, aceitando as imposições estratégicas dos atores globais, cedendo a pressões, sem preservar espaços de negociação, abdicando, assim, de uma inserção soberana que vislumbra a integração da população brasileira. O Brasil transforma-se, então, num espaço absolutamente livre para o capital especulativo e produtivo. É uma ofensiva do capital que vem desorganizando o trabalho, vulnerabilizando-o, fragmentando a classe trabalhadora e debilitando-lhe a sua organização.

O Brasil se distanciou de sua soberania, cuja integração do povo brasileiro, ao longo da história, nunca se colocou como primordial. A abertura ao capital mundial suscitou a competitividade, tendo em vista a especulação, e enfim, a globalização. Em linhas gerais, ela tornou o trabalho e seus trabalhadores/as desorganizados/as e debilitados/as (Silvato; Araújo Júnior; Shikida, 2013).

Essa competitividade, nas palavras de Araújo (1997), conduziu o Brasil a uma “modernização” que fragmentou/fragilizou a sociedade constituída na articulação entre trabalho, direitos e produção social.

O país, pela lógica do mercado mundial, deve adotar o chamado ajuste seletivo, ou seja: nem todas as regiões vão ser percebidas pelos mesmos prismas. Quer dizer, ao capital mundial, somente interessa as áreas produtivas em conjunto com seus grupos sociais. Esses espaços produtivos e seus grupos sociais são escolhidos pelos atores globais diante do que pode ser ofertado pela “neocolônia”.

O Estado brasileiro, nas palavras de Carvalho (2002), com essa característica de ajustador não prioriza de fato as políticas públicas sociais que são capazes de enfrentar os problemas de desigualdade em prol de um subordinado ciclo desenvolvimentista dos atores globais e seus aliados internos.

Seguindo o raciocínio de Carvalho (2002) e Cardoso (2008), despontou-se um novo modelo de “recolonização”, ou Brasil “modernizado”, reconfigurado na passividade e na invasão das grandes multinacionais europeias e asiáticas, na busca de nossas riquezas e por mão de obra barata. Diante dessa fragilidade, o trabalho tornou-se precarizado, sob as formas das perdas das garantias de trabalho e sem espaços para negociação, como aconteceu nas Leis dos Pobres da Inglaterra.

Ainda sobre esse ajuste, (Behring; Boschetti, 2011, p. 151 e 152) corroboram:

Houve o desmonte [...] e a destruição, [...] numa espécie de reformatação do Estado brasileiro para a adaptação passiva à lógica do capital. Revelou-se, sem surpresas, a natureza pragmática, imediatista, submissa e antipopular das classes dominantes brasileiras. E foram medidas que, em alguns setores, fizeram com que o país evoluísse de forma inercial e, em outros, o fizeram permanecer no mesmo lugar ou até mesmo andar para trás [...]: a ruptura com a heteronomia e com o drama social.

Acerca dessa seleção nos moldes do capital global, tomemos como exemplo, a região Nordeste para as áreas de grande modernização com polos dinâmicos, competitivos e adaptados aos novos modelos tecnológicos impostos pela ordem do capital (Resende *et al.*, 2015).

Esses polos escolhidos pelo mercado são bastante competitivos que têm possibilidade de articulação com os atores globais. Cidades do Nordeste, como Fortaleza, Ceará, recebeu o complexo têxtil e de confecções; Camaçari, na Bahia, ficou com o complexo petroquímico; Carajás, no Maranhão, recebeu o complexo minero – metalúrgico; Petrolina e Juazeiro da Bahia, foram favorecidos com o polo agroindustrial devido o beneficiamento das águas do rio São Francisco (Carvalho, 2002) e (Araújo, 1997).

Por outro lado, outras regiões do semiárido brasileiro foram excluídas desse cenário de crescimento econômico. Sendo assim, o Nordeste brasileiro se configurou como uma região que apresentou riqueza e pobreza concomitantemente. Por um lado, temos um Nordeste próspero, moderno e incluído nos moldes do capital; e por outro lado, um Nordeste bem menor e excluído (Anjos; Carvalho, 2018).

Esse Estado ajustado e ajustador, nas palavras de Cardoso (2008), não prioriza as políticas públicas sociais que sejam capazes de viabilizar a integração dos/as excluídos/as com os setores que foram escolhidos pelo mercado mundial. (Anjos; Carvalho, 2018) ressaltam que ele desiste de enfrentar as matérias que tratavam dos direitos sociais. Assim sendo, os governos de Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso (FHC) foram marcados pelo desmonte do Estado.

As reformas que foram implementadas na década de 1990 nesse Estado de ajuste sob os comandos do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) implicaram em operação de morte das políticas públicas. Os acordos que os governos fizeram com o FMI sempre tiveram como alvo essas políticas. As dívidas quando renegociadas com o

FMI foram firmadas de acordos com a diminuição das políticas públicas. Os governos de FHC são constituídos como uma verdadeira “arquitetura do desmonte social”. Sobre essa “arquitetura”, eis o que Carvalho (2002, s.p) diz:

Indiscutivelmente, o Estado não tem uma política explícita de atuação no social, capaz de enfrentar o agravamento e a complexificação da questão social. O Estado não assume a atuação no social como responsabilidade básica, na perspectiva da inclusão dos excluídos nos mínimos sociais de cidadania. Não investe no social como prioridade, tendo em vista a própria gravidade do quadro social no Brasil do ajuste.

Diante disso, podemos perceber que durante os governos de FHC, a política econômica diminuiu as questões sociais em detrimento ao capital mundial. Nesse estado ajustador, o campo social se configurou como um campo de carência, de caridade solidária da “não política”, campo marginal, indiferente e não acolhedor.

Resumindo: as políticas de direito deram lugar às políticas de assistência. Foi o novo paradigma das políticas públicas. Esse tipo de política do Estado se configurou como práticas assistenciais e não como um direito. Privilegiou-se a extrema fome e não desenvolvimento social (Cardoso, 2008), (Resende *et al.*, 2015) e (Lima; Lima, 2018).

Por meio delas, os serviços se tornaram mercantilizados e a seguridade social ficou reduzida somente aos programas seletivos de combate à pobreza. Nessa incapacidade, o Estado buscou parcerias, ou seja, transferência de responsabilidades e buscou apoio de outros atores sociais, como o mercado e a comunidade (Anjos; Carvalho, 2018).

O Estado passa a ser um parceiro assim como o mercado e a sociedade civil. Como fruto disso, temos a privatização das empresas estatais, ocasionando a mercantilização dos serviços públicos. Outro elemento a ser analisado foi a “ajuda” de empresas por meio da filantropia e Organizações Não Governamentais (ONGs) Montaño (2014).

Muitas ONGs assumiram o papel da prestação de serviços no lugar do Estado. Na área da educação, essas práticas foram muito recorrentes. Muitas escolas receberam projetos voltados à educação por muitas empresas através de estagiários/as e bolsistas.

Os/as colaboradores/as foram tratados/as apenas como pessoas que estavam “dispostas” a ajudar na aprendizagem dos/as estudantes. Eles/as não

possuíam nenhum tipo de vínculo com os órgãos públicos sem nenhum tipo de direito trabalhista, como salários condizentes com o trabalho que exerciam dentro das escolas, férias e décimo terceiro salário.

Assim como o mercado, o Estado também foi provedor da precarização do trabalho. Foi nesse contexto que as privatizações foram encaradas com muita força, com a chamada “democracia de mercado”. Os serviços públicos foram transferidos para as possibilidades de consumo: só se apropria de educação, saúde, transporte, trabalho, moradia digna quem pode pagar (Montaño, 2014).

Nesta trajetória, a entrada dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) na política neoliberal passa a ser caracterizada, notoriamente, pela conciliação entre as políticas de mercado e políticas públicas sociais, num grande esforço de satisfazer os interesses das classes antagônicas.

#### **3.4.5 As políticas públicas nos governos Lula**

As trajetórias das políticas públicas dos governos petistas foram marcadas por dois paradigmas/pontos de tensão, como diz Fagnani (2011) há um embate entre as políticas inspiradas no Estado de Bem-Estar Social e por outro lado, as políticas afirmativas do Estado Mínimo (políticas neoliberais).

Diferentemente dos presidentes anteriores da República, Lula trouxe sobre si as marcas da fome e da miséria ao longo de muitos anos de vida como um retirante nordestino, fugindo da fome para São Paulo, com sua mãe e seus irmãos do interior de Pernambuco.

Diante desse cenário, por ser um presidente de ter vindo das classes menos favorecidas, Lula teve que olhar para as expressões da questão social diferentemente do olhar de seus antecessores, oriundos das classes favorecidas (Ferreira; Lima Júnior, 2014).

Em 2003 Lula, um ex-metalúrgico, assume a presidência da República, com duros desafios para frear a política neoliberal. Para a decepção da classe trabalhadora, a gestão do primeiro governo Lula, foi na verdade, uma continuidade das políticas neoliberais implementadas no Brasil desde a década de 1990 (Abreu; Câmara, 2015).

Dentro do próprio governo, havia uma expressiva ala que defendia a política neoliberal, como por exemplo, os integrantes do Ministério da Fazenda. No

último ano do mandato de FHC, em 2002, a inflação atingia o patamar de 12,5%, e a taxa de juros (Selic) atingia 25%. Em 2001, o risco Brasil (EMBI) era de 861 pontos, e em 2002, saltou para 1445 (Curado, 2011).

No início do governo Lula, o país praticamente não tinha reservas internacionais, eram escassas, atingindo seu menor nível desde o ano de 1994. Como resultado disso, a economia chegava ao mínimo de 2,7% (Fagnani, 2011). Em 2003, ao assumir a presidência da República, o presidente operário recebe o país totalmente quebrado do ponto de vista econômico e com sérias desconfiças em relação ao mercado internacional.

Naquele momento, seria impossível, de imediato, o presidente priorizar a agenda do desenvolvimento social. Seria, portanto, primeiramente, como urgência as políticas econômicas para acalmar os ânimos do mercado. O governo Lula até 2005, passou por muitas turbulências, no campo economia, visto que a recessão era evidente e os limites do desenvolvimento muito mínimos (Almeida, 2011).

Em 2003, o desemprego atingiu o pico de 13,4%, e no ano seguinte, em 2004, o patamar de 11,5% sem muitas mudanças significativas. Em 2005, o nível do desemprego cai para 9,5%. Mediante isso, a agenda das políticas de desenvolvimento social estava muito indefinida perante os grandes problemas econômicos que o Brasil enfrentava (Aguar, 2016).

No final daquele ano, o ministro da Fazenda Antônio Palocci, divulgou um documento cujo teor definia como prioridade para as políticas de desenvolvimento social apenas os programas de transferência de renda aos mais necessitados em oposição às políticas de saúde, educação e habitação, tidas como políticas universais que foram tão bem preconizadas no artigo sexto da Constituição Federal de 1988 (Rodrigues, 2011).

O governo Lula 1, não diferentemente do governo de Fernando Henrique Cardoso, alinhou-se também à política neoliberal, todavia com muitas preocupações voltadas às questões sociais por termos um presidente da República oriundo da classe trabalhadora. De acordo com Maricato (2011), a partir de 2003, vê-se um grande esforço por parte do governo Lula em criar políticas que reduzissem as desigualdades sociais.

Maricato (2011, p. 35 e 36) também disserta sobre os efeitos da chamada redução da pobreza:

[...] entre 2001 e 2008, o número de pobres no Brasil caiu de 57 milhões para menos de 30 milhões de pessoas, o que significa uma queda equivalente a 30% da população para 15,5%. Quanto ao número de indigentes ou pobreza extrema, o número é mais efetivo e caiu de 36 de indivíduos para 12 milhões ou 3,6 milhões de famílias, no mesmo período. Isso significa que a proporção de indigentes que era no começo do período 19,2% da população caiu para 6,5%.

Uma das políticas públicas de vitrine de seu governo foi a de transferência de renda para as famílias mais pobres, como é o caso do *Programa Bolsa Família*. Este programa veio para agregar aos outros programas que foram implementados durante o governo FHC, como o *Bolsa Família*, *Bolsa Alimentação* e o *Auxílio Gás* (Ferreira; Lima Júnior, 2014).

A transferência de renda diminuiu as desigualdades que eram tão alarmantes, nos primeiros anos da década dos anos 2000. Estimou-se que no ano de 2006, metade do governo Lula, o *Programa Bolsa família* já atingia 100% dos municípios brasileiros que fizeram sua adesão. Em termos quantitativos, segundo Ferreira e Lima Júnior (2014) e Ferraz (2009), 47 milhões de brasileiros/as estavam sendo assistidos/as por essa política social.

Em 2008, cinco anos após a implementação do programa, esse índice de pobreza caiu para 4,8%. Diante disso, no mesmo ano, a pobreza diminuiu de 26,1% para 14,1%. Foram dados realmente muito significantes para um Brasil que apresentava muitas desigualdades (Curado, 2011).

É importante ressaltar que esse programa não pode ser compreendido como um programa de cunho Keynesiano, afinal, dentro da política neoliberal, ocorre também políticas assistencialistas. Como prova disso, tivemos esses programas implementados durante os governos de Fernando Henrique Cardoso (Erber, 2011).

De todas as políticas que foram implementadas durante os governos do PT, foi constatado que o *Programa Bolsa Família* foi o de mais notoriedade pelos governos por ter um direcionamento mais voltado diretamente aos pobres (Ferreira; Lima Júnior, 2014) e (Marques; Ximenes; Ugino, 2018).

Segundo Ferreira e Lima Júnior (2014), além do *Programa Bolsa Família*, outra política de muita relevância no governo Lula 1 foi o *Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)*. Esse macro programa que agregava outros dentro de si, deu continuidade, nos governos de Dilma Rousseff. Sua relevância deu-se em detrimento da deficiência em infraestrutura que perseguia o Brasil desde as décadas de 1960 e 1970.

Naquele tempo, havia os I e II Plano Nacional de Desenvolvimento (PNDs), cuja intenção era alavancar a economia brasileira através de recursos da iniciativa privada, estatal e capital estrangeiro. O plano teve boas intenções, porém sem muita efetividade no campo da infraestrutura (Erber, 2011).

Diante dessa defasagem das décadas passadas, o governo Lula procurou investir maciçamente no PAC. Ao longo de quatro anos (2007-2010), estimou-se um gasto de 503,9 bilhões de reais que seriam investidos nas áreas da habitação, energia, saneamento básico, transporte e recursos hídricos: uma verdadeira guinada nessas políticas públicas que tanto o Brasil precisava (Brasil; Capella, 2019).

Nas considerações desse autor e dessa autora, percebe-se que o governo procurou de certa maneira equilibrar suas relações com o mercado, que são as questões voltadas à política neoliberal, sem deixar de atender também as questões sociais.

Em concordância com a reflexão de Maricato (2011), Rodrigues (2011), em 2009, no penúltimo ano de seu mandato, Lula implementou uma das políticas de habitação mais bem-sucedida até hoje, tirando milhares de brasileiros/as das condições inadequadas de moradia: o *Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV)*. Essa política habitacional beneficiou moradias para pessoas que ganhavam até 10 salários mínimos.

Através desse programa, o governo investiu em torno de R\$ 34 bilhões para a construção de 1 milhão de moradias espalhadas por todo o Brasil, fazendo parceria com os estados, municípios, e as empreiteiras do ramo da construção civil, gerando milhares de empregos formais, e aquecendo o setor da construção civil (Abreu; Câmara, 2015).

Durante os governos Lula 1 e 2, houve a criação de 15,3 milhões de empregos. Na interpretação de Ferreira e Lima Júnior (2014), o governo teve muita agilidade em saber conciliar as políticas keynesianas com as políticas neoliberais.

Na área rural, os movimentos sociais ficaram muito insatisfeitos com o governo, visto que as pautas de cunho agrário atenderam somente aos interesses do agronegócio e por medidas compensatórias centradas no *Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF)*. Esse programa foi criado em 1995, durante o governo de FHC.

Tido como programa para o desenvolvimento rural, o PRONAF também abarcou outros programas, como programa de aquisição de alimentos e o seguro da

agricultura familiar. Além desses, destacou-se também o *Programa Garantia-Safra*, que tinha sido criado em 2002, mas fortalecido a partir de 2003 (Fagnani, 2011).

Em 2003, imbuídos pela Constituição Federal, o Brasil presenciou por todos os cantos do país uma onda de fóruns e conferências que discutiram justamente as políticas urgentes para a população. Debates acerca da saúde, educação, habitação e assistência social tiveram muita relevância diante desse cenário que tanto valorizava as políticas de ajuste (Ferraz, 2009).

Em 2004, o Ministério da Saúde implementa o Plano Nacional de Saúde (PNS) para o período de 2004-2007. A centralidade era o aprofundamento do *Programa de Saúde da Família (PSF)*, que se voltava para a atenção básica, a criação do *Programa Farmácia Popular (PFP)*, a reestruturação do *Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU)* e o lançamento do *Programa Brasil Sorridente (PBS)*.

Em 2005, na área da assistência, foi criada a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Com essa Lei, houve a aprovação da nova Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e a criação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Em 2004, houve a preocupação também em revitalizar o Sistema Único de Saúde (SUS) com políticas mais eficazes, tornando-o como uma política de Estado, isto é: permanente.

Na área da educação, o governo Lula teve muitos destaques em termos de investimentos. O próprio presidente da República que não tinha um diploma universitário chegou a afirmar várias vezes que educação não seria gasto, porém investimento (Aguiar, 2016).

A efetivação de muitas políticas educacionais se deu através da elaboração do *Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação*, uma espécie de pacto por parte de todos/as brasileiros/as em prol da melhoria da qualidade da educação. Nesse governo, vale destacar que o ensino superior teve muita relevância com as políticas que propiciaram os/as jovens das famílias mais pobres vagas nas universidades, faculdades, e nos institutos federais (Abreu; Câmara, 2015).

Com esse entendimento, entre os anos de 2003 a 2005, o Ministério da Educação (MEC) definiu algumas prioridades que foram de suma importância para os próximos passos da pasta à luz da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e o Plano Nacional de Educação (PNE) (Fagnani, 2011).

De acordo com Aguiar (2016), em 2007, como um grande salto para a educação, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) dá vez para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), em vigor desde janeiro de 2007.

Esse programa se voltou a revitalizar e fortalecer as políticas por meio de ações mais assertivas para as escolas e salários dignos aos/às professores/as da educação básica.

Vale destacar que muitas dessas políticas contaram com o apoio financeiro do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) aos municípios e estados. A partir de 2006, com a chegada de Guido Mantega ao Ministério da Fazenda, as políticas públicas foram expressivas e os pobres realmente entram na agenda do governo, algo que não se via há 25 anos, (Brasil; Capella, 2019).

Com o advento do PAC, no triênio 2006-2008, o PIB saltou de 2,5% para 5%. Vale destacar que esse percentual de 2,5% já vinha sendo o mesmo desde a década de 1990. Em 2010, último ano do governo Lula 2, o Produto Interno Bruto alcançava seus 7% (Ferraz (2009).

Em linhas gerais, nesses governos de Lula, as políticas públicas que foram implementadas, lograram êxito, de maneira que as condições de vida das pessoas melhoraram significativamente. Entretanto, observou-se ainda que essa agenda de governo demonstrou ser muito propensa às pautas do mercado, em razão de atender os padrões das políticas neoliberais impostas pelo BIRD e FMI.

Marcou-se também com acentuados escândalos de corrupção, mais conhecido como mensalão, no ano de 2005. Além disso, algumas de suas políticas, como o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e o próprio *Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV)* conduziram milhares de brasileiros/as ao endividamento com os bancos públicos.

A seguir, é contextualizado o governo de Dilma Rousseff em relação à implementação ou continuidade das políticas públicas herdadas pelos governos de Lula.

### **3.4.6 As políticas públicas nos governos de Dilma Rousseff**

Nesta segunda parte dos governos do PT, tratamos sobre as políticas públicas durante os governos de Dilma Rousseff, ex-ministra da Casa Civil, e sucessora de Luiz Inácio Lula da Silva. Segundo Boschetti (2013), esse governo caracterizou-se por dar continuidade às políticas, cujas preocupações também estiveram voltadas às políticas sociais e defensora do projeto social-desenvolvimentista.

Ao deixar a presidência da República, Lula tinha uma aprovação de aproximadamente 85% de seu governo perante à nação brasileira, tornando muito fácil a ida de Dilma Rousseff ao Palácio do Planalto (Miani; Oliveira, 2022). Nas palavras de Boschetti (2013), Dilma Rousseff deu muita relevância ao aumento do consumo, tendo como exemplo as políticas de transferência de renda.

Apesar desses avanços, os governos do PT não deixaram de sofrer críticas tanto dos partidos de direita como os partidos de esquerda, na época. Por outro lado, a população tinha muita simpatia com o governo e se sentia representada.

A respeito dessa aceitabilidade por parte do povo brasileiro, eis o que Miani e Oliveira (2023, p.03) dizem sobre os governos do PT:

[...] há um reconhecimento hegemônico na sociedade brasileira - e os indicadores e estatísticas comprovam isso - que os governos petistas promoveram importantes mudanças na realidade social, principalmente, a partir da implantação de políticas públicas com destinação de investimentos nas áreas sociais bem mais significativos do que os praticados por governos anteriores.

De 2011 até o golpe jurídico de 2016, novos programas e novas políticas públicas foram implementadas e outras deram continuidade que já vinham sendo executadas pelos governos de Lula, como o *Programa Bolsa Família*, o *Programa Luz para Todos*, o *Prouni*, o *Programa Brasil Sorridente* e o *Programa Minha Casa Minha Vida*, além de outros (Cornet, 2014).

Nos três primeiros meses de gestão, Dilma Rousseff implantou o *Programa Rede Cegonha*, que dava assistência às gestantes, nutrizes e bebês. A partir de junho de 2011, o governo federal anunciou um enorme programa, o *Plano Brasil Sem Miséria* (Carleal, 2015). Conforme Miani e Oliveira (2023), esse programa

centralizou em três grandes eixos para assim melhor atender o povo brasileiro: a garantia de renda para supressão imediata da extrema pobreza, a melhoria dos serviços de saúde, educação, proteção social, e por último, o fomento da inclusão produtiva para assim aumentar a capacidade de produção das famílias que estavam nos campos e nas cidades.

Para Bastos (2017), na execução desse programa, o governo investiu anualmente em torno de 20 bilhões de reais, de 2011 a 2014 para tirar milhares de brasileiros/as da situação de extrema pobreza. Ainda no seu primeiro ano de governo, Dilma, deu continuidade ao maior programa de habitação que esse país já teve: o *Programa Minha Casa Minha Vida*, criado pelo governo Lula, em março de 2009. A segunda edição desse programa garantiu a entrega de 2 milhões de casas para as pessoas de baixa renda até 2014 (Boito Júnior; Berringer, 2013).

Na área da educação profissional, criou-se o *Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego* (PRONATEC), cujo objetivo era ampliar e democratizar a oferta de cursos profissionalizantes por todo o Brasil. Em linhas gerais, esse programa buscava alargar ainda mais as oportunidades de qualificação profissional aos/às estudantes da rede pública de ensino, trabalhadores/as e beneficiários/as dos programas de transferência de renda (Cornet, 2014).

O programa sofreu duras críticas por ter apresentado interesse ao setor privado, e o governo ter atendido suas demandas. Para Miani e Oliveira (2023), tratava-se de dinheiro público que poderia ter ido para outras políticas da educação.

Na área da saúde, no ano de 2013, foi criado o *programa Mais Médico* com o intuito de levar assistência médica para todos os cantos do país, mesmo naqueles locais de difícil acesso, como nas regiões norte e nordeste. O programa contratou um contingente de médicos estrangeiros para trabalhar por um determinado tempo em postos de saúde das pequenas cidades brasileiras (Bastos, 2017).

Muitos médicos cubanos se candidataram para trabalhar no Mais Médico e por causa disso, o programa sofreu duras críticas por parte dos/as próprios/as médicos/as brasileiros/as e de outros setores da sociedade por acolher médicos estrangeiros sem formação médica dentro do Brasil. Cumpre observar que a questão não foi essa. Os apontamentos negativos se referiram ao país de origem desses médicos: Cuba, um país alinhado com as ideias do Partido dos Trabalhadores (Miani; Oliveira, 2022).

Em 2011, outro programa que mereceu destaque no governo de Dilma Rousseff foi o programa *Ciência sem Fronteiras*. Ele oportunizou a muitos/as discentes de graduação e pós-graduação em nível *stricto sensu* para realizarem pesquisas através de intercâmbio em países de todos os continentes. Contou com a parceria de dois ministérios: o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e do Ministério da Educação (MEC). O programa previa a utilização de 101 mil bolsas para esses/as pesquisadores/as (Carleal, 2015).

No ano de 2016, por meio de um golpe jurídico, Dilma Rousseff deixou a presidência da República. O Brasil se reconfigurou em um cenário autoritário e conservador por um governo ilegítimo, sem a participação popular através do voto.

Diante do que vimos a respeito dos governos de Dilma Rousseff, constatamos que seu governo, assim como no governo de Lula, houve muita preocupação com o desenvolvimento social. A seguir, observaremos o desmonte das políticas públicas durante o governo de Bolsonaro.

### **3.4.7 As políticas públicas no Governo Bolsonaro**

Para Araújo e Carvalho (2021), a chegada de um militar à chefia do poder executivo federal, no ano de 2019, depois de um golpe jurídico e de uma trama pelos juízes e procuradores da operação Lava-jato, encabeçada por Sérgio Moro e Dalton Dallagnol, fez surgir no Brasil a extrema-direita bolsonarista, tendo como expoente o ex-vereador e ex-deputado federal pelo Rio de Janeiro: Jair Messias Bolsonaro.

A figura desse político fluminense, como “líder” dessa nova posição política, conseguiu vencer no segundo turno das eleições presidenciais de 2018, Fernando Hadadd, candidato escolhido pelo do PT, visto que Luiz Inácio Lula da Silva estava inelegível, e preso em Curitiba.

Bolsonaro foi eleito presidente da República com um discurso que ia exterminar de vez com a corrupção no país, que em sua concepção fora uma herança maldita deixada pelos governos petistas.

Nas palavras de Moreira e Carvalho (2020), o governo Bolsonaro foi marcado pela exclusão daqueles/as que estavam nas margens da sociedade. Durante os quatro anos deste governo nefasto, grupos como movimentos feministas, segmentos LGBTQIA+, pessoas com deficiência, povos originários e quilombolas

foram totalmente rechaçados, menosprezados ou até mesmo com a diminuição de suas populações.

Diante do cenário, as políticas públicas do governo Bolsonaro foram encaradas dentro de crises, de incertezas. Essa onda da ascensão de governos de extrema-direita ao poder não estava acontecendo somente na Europa, mas também por toda América Latina, inclusive no Brasil.

Ainda com o suporte dos/as autores/as ora referidos/as, além da aversão a esses grupos de pessoas, foi flagrante também a expropriação de direitos trabalhistas, direitos sociais, direitos individuais e direitos humanos. Foi visível, portanto, fazer valer o Estado mínimo para o social, haja vista desmonte das políticas públicas.

Enquanto nos governos pretéritos, buscava-se por implementação ou ampliação dessas políticas, no governo Bolsonaro, houve, na verdade, uma tentativa, uma luta de se manter pelo menos as que já existiam (Moreira; Carvalho, 2020).

Uma das primeiras medidas mais insensatas de Bolsonaro foi a diminuição do número de ministérios e de secretarias especiais para 22, por meio da Medida Provisória 870 e pelo Decreto 9.660. Nos períodos dos governos do PT, contabilizava-se 32 ministérios, dentre eles, os que já existiam anteriormente e outros criados a partir de Lula, todos com suas respectivas necessidades (Leite; Tubino; Sauer, 2019).

Dentro do Ministério do Meio Ambiente, pautas que tratavam sobre as mudanças climáticas, extrativismo, desenvolvimento rural sustentável, recursos hídricos e desertificação foram totalmente desnecessárias para o governo Bolsonaro. A Agência Nacional das Águas (ANA) foi transferida do Ministério do Meio Ambiente para o Ministério do Desenvolvimento Regional (Leite; Tubino; Sauer, 2019).

Outro órgão a ser extinto foi a Secretaria Especial da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD), que estava vinculada à Casa Civil da Presidência da República. A Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) foi desvinculada e destruída do Ministério da Justiça e transferida também para Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Leite; Tubino; Sauer, 2019). O Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), órgão de muita importância

no combate à fome, criado em 1993, também foi extinto em tão pouco tempo, sem nenhuma explicação por parte do governo.

Diante desses desmontes na área do meio ambiente, observamos que o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento ficou encarregado de muitas competências e entidades. A nomeação do ex-secretário do Meio Ambiente do estado de São Paulo e membro do grupo Endireita Brasil, Ricardo Salles para assumir o Ministério do Meio Ambiente, que representou a força do agronegócio com seus devidos interesses.

No tocante às políticas agrárias, o que presenciamos foi um grande desrespeito aos povos que lutavam por terra e as demandas da agricultura familiar, e aos povos tradicionais, como: indígenas e quilombolas. As lutas que ocorreram nos campos não passaram de “baderna” e foram totalmente criminalizadas dos interesses, frente ao expressivo apoio do agronegócio exportador, da bancada ruralista e da elite do agrário brasileiro (Leite; Tubino; Sauer, 2019).

O governo Bolsonaro sempre apresentou manifestações contrárias aos movimentos sociais, principalmente ao Movimento Sem Terra (MST) e Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST). Todos os atos de manifestações desses movimentos foram tratados pelo bolsonarismo como atos “terroristas”. Aproveitando-se da situação, deputados federais da bancada ruralista logo se encarregaram de demarcar as terras indígenas para novos negócios com o intuito de destruição das matas, rios, nascentes e florestas.

Os povos indígenas foram mais uma vez expulsos de suas terras, e abandonados por meio de políticas ineficientes, como é caso dos povos yanomami, na região amazônica. Cogitou-se logo no início do governo a extinção do Ministério do Meio Ambiente, ficando apenas uma secretaria subordinada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) (Leite; Tubino; Sauer, 2019).

Devido as diversas manifestações contrárias a esta proposta de Bolsonaro, o governo recuou, e o Ministério continuou a existir, mesmo sem as intenções de proteger o meio ambiente. O desmonte de muitas políticas voltadas à educação, deveu-se ao fato de o ministro da Economia, Paulo Guedes, defender o desvinculamento de receitas e despesas por meio de uma emenda constitucional, que em linhas gerais, representou menos recursos para a educação. Essa atitude do ministro deixou governadores e prefeitos muito aflitos, visto que a maioria das despesas desses entes dependiam exclusivamente da União.

Com essa nova “reorganização” do Ministério da Educação, aconteceu a extinção de duas secretarias de grande relevância para as políticas que tratavam das diversidades, inclusão e articulação de ensino. A Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) representou o fim das relações do governo federal com as políticas voltadas à diversidade e inclusão educacionais (Nacif; Silva Filho, 2019).

A outra, a Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (SASE), representou o fim do acompanhamento do PNE (Plano Nacional de Educação). Sem essa secretaria, seria difícil articular as instituições federativas para a construção de caminhos mais sólidos no fortalecimento e melhoria da qualidade da educação brasileira.

Diante disso, eis o que Nacif e Silva Filho (2019, p. 244) afirmam:

Como gestor nacional do sistema de Educação, o MEC ainda não se referiu a questões relacionadas a formação continuada dos professores, ao fortalecimento das redes de ensino, o papel do Plano Nacional de Educação, ao aprimoramento de políticas de acesso, a permanência e indução da qualidade na Educação Superior, a Base Nacional Curricular Comum, entre outras. Essas pautas estratégicas foram substituídas por um debate ideológico permanente e descabido.

Em nome desse debate ideológico, outro desmonte sem precedente foi a paralisação do Plano de Ações Articuladas (PAR). Essa macropolítica sempre teve muita importância para os estados e municípios, pois através dele, as escolas articulariam seus projetos com suas respectivas demandas educacionais, apresentando suas prioridades e ações.

O PAR, nas considerações de Nacif e Silva Filho (2019), foi substituído por outra política que atendesse os interesses do governo. Diante desses acontecimentos, constatamos que quase todas as políticas públicas implementadas pelos governos do PT foram extintas ou modificadas.

Na área da saúde, mesmo vivendo a crise sanitária da pandemia da COVID-19, que resultou na morte de quase um milhão de brasileiros/as. Na verdade, não tivemos políticas de saúde efetivas que pudessem realmente combater o vírus e outras doenças já existentes.

Diante da descrença na ciência, o Brasil foi um dos países que tardiamente comprou vacina para sua população, visto que sempre fomos referência

em campanhas de vacinação. Enquanto isso, dia após dia, aumentava o número de óbitos em relação à pandemia (Bahia; Cardoso, 2019).

As vacinas deixaram de fazer parte do calendário do Ministério da Saúde no controle das doenças que já tinham sido erradicadas décadas atrás. Destacou-se que durante os governos do PT, esse calendário estava atrelado à frequência escolar dos/as alunos/as para o recebimento do Programa Bolsa Família, e agora não estava mais, havendo um total descontrole.

Face ao exposto, houve uma queda nos índices de vacinação não somente contra a COVID-19, mas outras doenças, como: sarampo, gripe e paralisia infantil. Portanto, as políticas de saúde desse governo foram incapazes, na verdade, de reduzir, controlar e eliminar riscos de doenças.

Contextualizar as relações sociais no Brasil desde o século XVI, a começar pela colonização até a contemporaneidade, mostra quão a sua população sofre pela ausência das necessidades sociais num cotidiano de profunda expropriação e exploração, dado pelas péssimas condições de trabalho ou falta deste.

Daí a imprescindibilidade das lutas, que só resultam em direitos, na coletividade, situação comprovada pela história vivida, pressão esta essencial para que o retrocesso não se restabeleça depois de tantos avanços, fato também vivenciado no tempo presente.

Na próxima seção, o enfoque se volta à discussão em torno das políticas públicas de habitação, a começar pelo cenário mundial, e em seguida, pelo contexto brasileiro, e de maneira mais específica, no município de Aquiraz, Ceará.

## 4 AS POLÍTICAS PÚBLICAS HABITACIONAIS: CONSIDERAÇÕES SOBRE UM DIREITO SOCIAL À DERIVA

Na seguinte subseção, a centralidade é o panorama da problemática da moradia mundialmente, de modo a refletir que esta já é uma antiga expressão da questão social e ainda sem a merecida atenção por parte do Estado. Este direito precisa ser garantido, tal qual é expressado pela *Constituição cidadã*.

### 4.1 A questão da moradia na Revolução Industrial

As políticas públicas habitacionais emergiram no final do século XIX para acolher os/as deserdados/as que viviam sob condições inadequadas por toda a Europa e nos Estados Unidos. A conjuntura de moradia se agravou ainda mais nas primeiras décadas do século XX por causa da eclosão da Primeira Guerra Mundial, em 1914, e depois pela Crise de 1929 (Fagnani, 2018).

Nos países como Inglaterra, França e Alemanha, os empecilhos em torno da moradia foram mais evidentes em defluência da Revolução Industrial. Através de equipamentos mais modernos, esta possibilitou a aceleração da produção de bens manufaturados nas fábricas, permitindo que milhares de europeus se inserissem na posição de operários/as assalariados/as (Engels, 2015).

No entanto, vale mencionar que a Revolução Industrial ocasionou certas insatisfações, daí a motivação para os movimentos sociais e trabalhistas irem em busca de melhores condições, conforme contextualizado na seção anterior, e isso tornaram as pautas habitacionais menos importantes, nas greves e nas lutas sindicais (Quinto Júnior, 2003).

Na categoria de empregados/as, muitos/as desses/as trabalhadores/as conseguiram linhas de crédito por meio do Estado para financiar suas moradias, em razão dessas pessoas serem oriundas dos campos (Engels, 2015). Dessa maneira, a industrialização obrigou o Estado a assumir a regulação social para criar cidades com bairros residenciais munidos de transporte, saneamento básico e áreas de lazer, não sendo somente uma responsabilidade do setor imobiliário (Villaça, 1995).

Cumprе observar que a questão espacial dessas moradias estava relacionada à classe social de seus habitantes. As classes alta e média moravam

perto do centro das cidades onde se fixavam seus empregos e acesso aos serviços de saúde, educação e segurança (Quinto Júnior, 2003).

Em contrapartida, os/as operários/as residiam próximo das fábricas para que logo pudessem chegar ao trabalho. Os/as excluídos/as ficavam longe de tudo, isto é: de emprego e dos serviços essenciais (Ferreira, 2005). Esses/as trabalhadores/as moravam em domicílios em péssimas condições de salubridade. Devido aos baixos salários, alguns/algumas nem sequer podiam comprar/alugar uma casa para residir com suas famílias em virtude dos altos preços (Maricato, 2009).

Segundo relatos de Engels (2015), sem saneamento básico, o fedor vindo das casas era insuportável, o que agravava a saúde das pessoas. As doenças e mortes eram muito assíduas, principalmente entre crianças e trabalhadores/as. De 1873 a 1896, o sistema capitalista industrial vive sua primeira crise, denominada como *Grande Depressão*. Como decurso disso, temos o fechamento de milhares de postos de trabalho, e a classe operária não perdeu somente seus empregos, mas também suas moradias, em razão que muitas eram financiadas (Quinto Júnior, 2003).

Perante o desemprego, esses/as trabalhadores/as foram expropriados/as de seus domicílios, de modo que os imóveis foram vendidos novamente para outras pessoas pelo setor imobiliário ou demolidos para a construção de prédios públicos, lojas ou depósitos de mercadorias (Engels, 2015).

Tal qual Maricato (2013), Boschetti (2020) corrobora que as políticas de acesso à habitação no contexto mundial é fruto das nuances do capitalismo. Os/as detentores/as dos meios de produção não estão preocupados/as com o estado de moradia para quem vende a força de trabalho. Suas preocupações se voltam, na verdade, para a superexploração e o superlucro.

A respeito dessas colocações, eis o que Engels (2015, p. 108) diz:

E, enquanto existir o modo de produção capitalista, será loucura querer resolver isoladamente a questão da moradia ou qualquer outra questão social que afete o destino dos trabalhadores. A solução está antes na abolição do modo de produção capitalista, a apropriação de todos os meios de vida e trabalho pela própria classe trabalhadora.

À medida que esses/as trabalhadores/as perderam seus empregos, perderam também suas casas, e conseqüentemente, a dignidade. A relação da moradia sempre esteve atrelada à questão do trabalho. O Estado, para Maricato (2009) é a soma de um poder das classes possuidoras dos meios de produção e de terras contra a classe espoliada: os/as trabalhadores/as.

Raquel Rolnik (2019) reflete em sua obra *Guerra dos Lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*, que estamos diante de um processo global de destruição da ideia de moradia como política social e de direito para transformá-la em mercadoria consumida individualmente.

Na maioria dos casos, a habitação tornou-se mais que uma mercadoria, foi convertida em um ativo financeiro, um veículo através do qual o capital financeiro pode se expandir em setores que investem e apostam em lucros elevados por meio de juros diante do capital investido.

A transfiguração das políticas sociais voltadas ao mercado surgiu especificamente na década de 1970 na Inglaterra com Margaret Thatcher, e Ronald Reagan, nos Estados Unidos com a implementação da agenda neoliberal (Anderson, 1995), (Carvalho, 2002) e (Rolnik, 2019).

Portanto, é no Reino Unido, mas especificamente na Inglaterra que aconteceu o epicentro da formulação das teorias e práticas da transformação da moradia em ativo financeiro, a chamada financeirização por meio de crédito hipotecário (Rolnik, 2019).

A respeito desse paradigma, eis sua interpretação:

A crença de que os mercados podem regular a alocação da terra urbana e da moradia como forma mais radical de distribuição de recursos, combinada com produtos financeiros experimentais e “criativos” vinculados ao financiamento do espaço urbano construído, levou as políticas públicas a abandonar os conceitos de moradia como um bem social e de cidade como artefato público. As políticas habitacionais e urbanas renunciaram ao papel de distribuição de riqueza, bem comum que a sociedade concorda em dividir ou prover para aqueles com menos recursos, para se transformarem em mecanismo de extração de renda, ganho financeiro e acumulação de riqueza. Esse processo resultou na despossessão massiva de territórios, na criação de pobres urbanos “sem lugar”, em novos processos de subjetivação estruturados pela lógica do endividamento, além de ter ampliado significativamente a segregação nas cidades, (Rolnik, 2019, p. 14 e 15).

Essa mudança de paradigma foi global, ou seja, aconteceu em todas as partes do mundo de maneira generalizada, contudo, com suas especificidades nos

aspectos econômicos, políticos e sociais em diferentes ritmos e contextos (Rolnik; Klink, 2011).

A moradia como mercadoria ocorreu como um processo de construção através das políticas neoliberais por um sistema financeiro no sentido de propiciar, fomentar e induzir a compra da casa própria individual por meio do crédito/hipoteca. Essa modalidade anula qualquer outra alternância de apropriação da casa própria (Guerreiro; Rolnik; Toro, 2022).

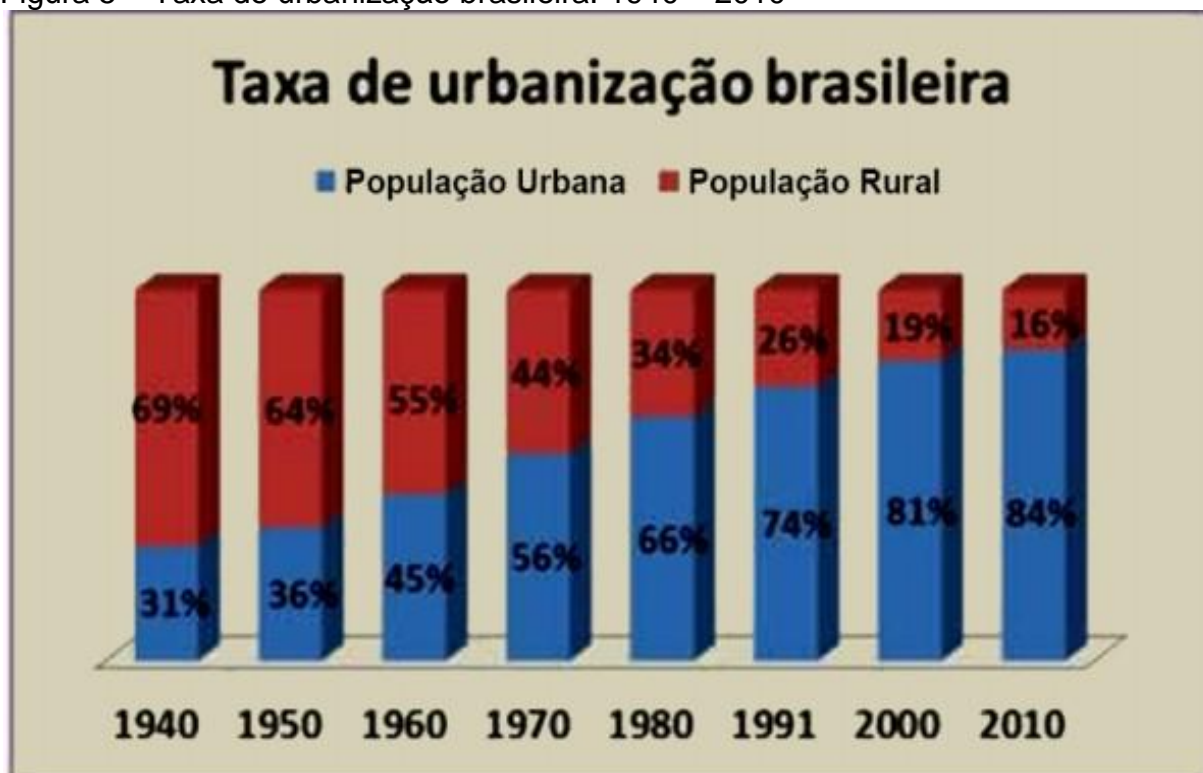
O contexto da luta por habitação desde o século XIX evidenciou as feições de um Estado capitalista, excludente e omissivo com o flagelo daqueles/as que viviam em moradias inadequadas e, portanto, muito mais preocupado em explorar e aumentar seus lucros, situação que se manteve preservada, seja qual fosse o tempo e o espaço, haja vista a natureza da sociabilidade capitalista. Daí a premissa de Marx, “o limite da produção é o lucro dos capitalistas e jamais as necessidades dos produtores”, lembrada por (Behring; Boschetti, 2016, p.131).

Entretanto, conforme foi considerado no decorrer deste trabalho, a totalidade social brasileira abarcou elementos internos e externos do sistema capitalista, na medida que agregava o contexto internacional e segundo os modos de agir inquestionavelmente particulares. Por isso é relevante conhecer a singularidade da formação social brasileira, sob as determinações socioeconômicas, político e culturais do capitalismo mundial, atentando para suas especificidades. E é sob esse raciocínio que é enfatizada a historicização das políticas públicas de habitação implementadas no Brasil.

#### **4.2 Gênese e desenvolvimento da política habitacional brasileira: da Fundação da Casa Popular ao governo Fernando Henrique Cardoso (FHC)**

Segundo Maricato (2013), em 1940, a população urbana brasileira totalizava 26,3%. Em 2000, ela atingiu 81,2%, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em relação ao último censo, no ano de 2022, a população total era composta por 203 milhões de habitantes.

Figura 5 – Taxa de urbanização brasileira: 1940 – 2010



Fonte: IBGE, Censos Demográficos

Desse montante, 124,1 milhões de pessoas moram nas cidades, ou seja: 61%. A região Sudeste, assim como na década de 1950, ainda mantém a maior população do país, o que representa 41,8% da população, isto é: 84,8 milhões de habitantes (IBGE, 2022).

A respeito desses dados, Maricato (2013, p. 16) argumenta:

Trata-se de um gigantesco movimento de construção de cidade, necessário para o assentamento residencial dessa população bem como de suas necessidades de trabalho, abastecimento, transportes, saúde, energia, água etc. ainda que o rumo tomado pelo crescimento urbano não tenha respondido satisfatoriamente a todas essas necessidades, o território foi ocupado e foram construídas as condições para viver nesse espaço.

As políticas públicas sociais de habitação no Brasil se despontaram a partir do processo de industrialização, assim como aconteceu em boa parte dos países capitalistas, como ora exposto. Ao longo de muito tempo, tais políticas não estiveram no radar de muitos governos, o que fez com que se acentuasse ainda mais os déficits de habitação, e, por conseguinte, os problemas da desigualdade urbana (Maricato, 2013) e (Rolnik, 2019).

Nas palavras de Maricato (2009, 2011, 2013) e Rolnik (2019), houve um esforço muito grande por parte dos governos e do setor imobiliário capitalista em esconder os grandes problemas da desigualdade urbana no Brasil, um dos campos mais complexos de planejamento e execução.

As cidades brasileiras são muito desiguais não só em escala mundial, mas também em toda a América Latina. A desigualdade urbana não depende somente da distribuição de renda, mas principalmente da distribuição de cidades planejadas através da multiplicidade de governos em parceria com empresários, bancos e a participação dos movimentos sociais (Maricato, 2009).

A reivindicação é que o Estado deve promover o Bem-Estar dos/as menos favorecidos/as socialmente. Conforme já mencionado, foi somente a partir da década de 1930, que se cogitou a efetivação de políticas públicas de habitação no Brasil face ao processo de industrialização.

Esse mecanismo foi resultante da emergência dos/as trabalhadores/as livres, da proclamação da República e de uma indústria iniciante que procurava se desvencilhar de uma economia agroexportadora para uma economia de produtos manufaturados via modelo de substituição de importações (Furtado, 1995) e (Cardoso, 2008).

De acordo com Behring e Boschetti (2011), as primeiras configurações das políticas habitacionais foram apontadas durante o primeiro governo de Vargas, na década de 1930 via mundo do trabalho formal pelos institutos de previdência.

Em 1930, com a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, muitos/as trabalhadores/as passaram a contribuir com a Previdência Social, e essa contribuição se reverteu em assistência médica e na oferta de moradias via criação de conjuntos habitacionais (Duarte, 2013).

Por outro lado, aqueles/as trabalhadores/as que viviam na informalidade ou na condição de desempregados/as não tiveram o acesso a essas moradias, e assim foram obrigados/as pelo sistema capitalista a viver nas ruas ou se refugiarem nas favelas (Maricato, 2013).

Em 1937, houve a regulamentação da construção de moradias através dos institutos de previdência. Para Bonduki (2008), essa foi a primeira ação por parte do Estado na promoção pública no Brasil, porém ainda sem se tornar uma política universal de habitação.

Ainda no final da década de 1930, na cidade de Recife, uma das três cidades brasileiras com os maiores números de concentração urbana, criou-se um projeto regional de habitação denominado de *Liga de Combate contra Mocambos*, que procurava inibir os assentamentos urbanos informais, a violência e as questões sanitárias. Nesse projeto, foram construídas 1500 casas em forma de conjuntos habitacionais (Botas; Koury, 2014).

Já durante os anos de 1940, no Rio de Janeiro, outra cidade de grande concentração urbana, surgiu um projeto de habitação regional parecido com o de Recife: o *Serviço dos Parques Proletários*, que construiu aproximadamente 1100 moradias (Botas; Koury, 2014).

Em 1946, foi criada a *Fundação da Casa Popular (FCP)*, primeira política de habitação propriamente dita para a população de mais baixa renda que morava nos espaços urbanos, haja vista a grande quantidade de pessoas migrando do campo para as cidades. Entre 1940 e 1950, aproximadamente seis milhões de pessoas saíram dos campos rumo às cidades (Duarte, 2013).

Na década de 1950, perante o crescimento vertiginoso das grandes cidades, São Paulo se deparava com suas primeiras favelas e cortiços, como outras alternativas de moradias. Vale ressaltar que esses/as moradores/as foram os/as mesmos/as trabalhadores/as das fábricas que impulsionaram o desenvolvimento industrial (Farias, 2018).

Maricato (2013) acrescenta que esses/as operários/as não se apropriavam efetivamente de sua produção, quer dizer, esta é a natureza da sociabilidade capitalista – a classe trabalhadora produz coletivamente, mas não se apropria da riqueza de seu trabalho.

Em *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, de Carolina Maria de Jesus, São Paulo é o ícone da exclusão social brasileira. Nessa obra, segundo Jesus (2014), as condições de moradia na favela eram insalubres. Os/as moradores/as não tinham acesso à saúde, assistência, segurança, nem saneamento básico.

Para Farias (2018), em tempos pretéritos, São Paulo registrava 5 (cinco) favelas em sua extensão territorial, visto que para ele, favela é um acontecimento histórico social recente na sociedade paulistana, e posteriormente, por todo o Brasil.

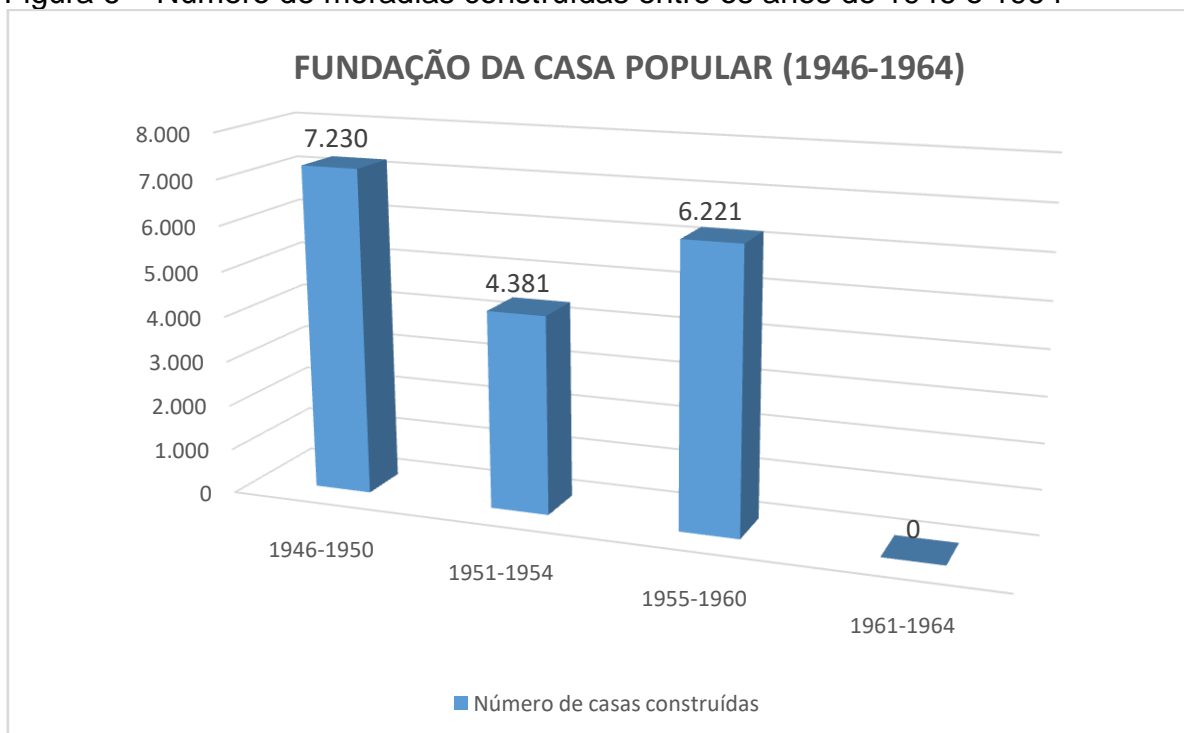
A parceria entre a *Fundação da Casa Popular* e os institutos de previdência alcançou a construção de 142.127 novas moradias entre os anos de

1930 e 1964. Nas palavras de Bonduki (2008), dessas casas, foram incluídos conjuntos habitacionais construídos para locação/aluguel que eram destinados para os/as trabalhadores/as com baixos salários até os grandes investimentos no setor imobiliário que tinham intenções de favorecimento com os fundos previdenciários.

Vale destacar que o trabalho da *Fundação da Casa Popular* de certa maneira procurou contribuir mesmo que de forma mínima na redução dos índices negativos de moradia, chegando a passar por três governos, totalizando na construção de 17.832 moradias (Duarte, 2013).

Foi durante o governo de Dutra (1946-1950) que a *Fundação da Casa Popular* construiu o maior número de casas, num total de 7.320 casas, 4.381 no segundo governo de Vargas (1951-1954) e 6.221 unidades, já na nova capital do Brasil: Brasília, durante o governo de Juscelino Kubitschek (1955-1960). De 1960 a 1964, no período de João Goulart (Jango), nenhuma casa fora construída. Em decorrência da criação do BNH, em 1964, ocorreu sua extinção (Botas; Koury, 2014).

Figura 6 – Número de moradias construídas entre os anos de 1946 e 1964



Fonte: Fundação da Casa Popular: projeto frustrado de construção de uma política habitacional no Brasil. São Carlos: Dissertação de mestrado. EESC - USP.

Por outro lado, os institutos de previdência construíram até 1964 cerca de 31.000 unidades que foram destinadas exclusivamente em forma de aluguel para os/as trabalhadores/as com menor rendimento. Manoel (2004) observa que durante o governo de João Goulart (1961-1964) as políticas de habitação foram completamente retiradas de sua agenda de governo.

A figura 7 retrata a construção de um conjunto habitacional, sob a condução do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI), em Realengo, no Rio de Janeiro, durante a década de 1940. Quanto à localização, ficava próximo à linha férrea e das estações de trem de Realengo e Padre Miguel (antiga Estação Moça Bonita).

A infraestrutura dessas residências continha rede de esgoto. Havia também a oferta de escola, creche, serviço médico, quadra de esportes, igreja e um horto florestal. O conjunto habitacional contabilizava 2.344 unidades entre casas e apartamentos (Bonduki, 2008).

Figura 7 – Construção de moradias populares na década de 1940

**INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS INDUSTRIÁRIOS**  
**CIDADE OPERÁRIA DE REALENGO**  
**MAIS UMA GRANDE OBRA SOCIAL DO GOVERNO**

CLUBE  
 CINEMA  
 CRÉCHE  
 ESCOLA  
 JARDINS  
 PARQUES  
 MERCADO  
 AMBULATORIO  
 JARDIM DE INFANCIA  
 CENTRO COMERCIAL  
 PRAÇA DE ESPORTES  
 REDE DE ESGOTOS  
 ABASTECIMENTO D'ÁGUA

ESTÃO ABERTAS AS INSCRIÇÕES PARA 1.400 CASAS

PROJETO E CONSTRUÇÃO DO I.A.P.I.

TOTAL DE BENEFÍCIOS PAGOS  
 O INSTITUTO CUMPRU COM O SEU PROGRAMA

A 30 METROS DO CENTRO EM TREM ELÉTRICO

INFORMAÇÕES NA CARTERA SOCIALISTA  
 AVENIDA ALVARO DE AZEVEDO, 141 - 19090  
 C.A. - C.A. DE APOSENTADORIA DOS I.A.P.I. - C.A. DE APOSENTADORIA  
 E PENSÕES DOS INDUSTRIÁRIOS - C.A. DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS  
 TRABALHADORES DE SERVIÇOS DOMÉSTICOS - C.A. DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS

Fonte: Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 20 de setembro de 1942, p.23. Edição 222.

Em 21 de agosto de 1964, segundo Behring e Boschetti (2011), instaurou-se o *Plano Nacional de Habitação (PNH)* através da lei nº 4.380, em pleno regime militar, e a partir dele, criou-se o *Banco Nacional de Habitação (BNH)* com o intuito de construir casas para os mais pobres e fomentar a indústria da construção. Fundou-se também o *Sistema Financeiro de Habitação (SFH)*, inicialmente financiado pelo *Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE)*.

Acerca do BNH, Loureiro, Macário e Guerra (2013, p. 8) dizem: “com essa política, o governo pretendia responder e controlar as pressões populares por moradia, pois o déficit habitacional naquele período já era grande e crescia com o processo de urbanização acelerado”.

Ainda nos anos de 1960, em diversos estados, criaram-se as *Companhias de Habitação Popular (COHAB)* que seriam encarregadas de angariar recursos para contratar construtoras para edificação de moradias, e repassá-las por preços bem reduzidos às famílias de baixo poder aquisitivo (Zapelini; Lima; Guedes, 2017).

Com as residências adquiridas, esses/as moradores/as seriam responsáveis pelo pagamento dessas casas em longo prazo. A partir de 1975, famílias que ganhavam acima de 5 salários mínimos também passaram a ser beneficiadas pela COHAB (Botega, 2007).

De 1976 a 1982, o SFH concedeu aproximadamente 400.000 financiamentos, contudo, no total desse montante, apenas 33,5% foram destinados realmente para as pessoas mais pobres, perdendo assim sua função (Santos, 1999). No entendimento de Arretche (2000), o SFH detinha muitas políticas de enfrentamento para aqueles/as que não tinham onde morar, porém muitas delas foram desviadas para quem tinha as forças políticas: a burguesia.

Foi a partir das ações do BNH que as cidades passaram a ter políticas mais direcionadas aos novos padrões de produção. Na década de 1960, as pessoas passaram a ter um padrão de vida diferente, em razão de começarem a adquirir novos eletrodomésticos, como: geladeira, fogão, televisor, automóveis e a construção de casas mais modernas (Behring; Boschetti, 2011).

Nesse período, os projetos arquitetônicos estavam voltados para a modernização das habitações, do tipo verticalização, promovidos principalmente pelos edifícios de apartamentos. As primeiras moradias por meio de apartamentos, datam da década de 1940, na cidade do Rio de Janeiro, no bairro de Copacabana, espaço nobre da elite carioca (Maricato, 2013).

Todavia, foi com o Sistema Financeiro de Habitação (SFH), em 1964, que ocorreu a expansão em larga escala desse tipo de moradia, o que ocasionou, no entendimento de Ribeiro (2015) e Maricato (1987) numa inversão das políticas de habitação, sendo as classes médias e altas mais favorecidas, e os mais pobres sem uma casa para morar.

Diante das evidências, observou-se que o financiamento imobiliário escolheu a posição social e a cor dos/as moradores/as das cidades, tendo como resultado a não democratização do acesso à terra, e conseqüentemente, a moradia (Ribeiro, 2015).

Para a maior parte das pessoas (trabalhadores/as/marginalizados/as) que buscavam uma moradia, o mercado não se abriu, visto que as condições de trabalho ainda eram precárias diante de um setor imobiliário muito exigente para o financiamento da casa própria (Rolnik, 2019).

Além disso, o SFH teve que custear outros serviços, como: saneamento básico, água tratada, transporte e áreas de lazer nos centros urbanos (Furtado, 1995) e (Maricato, 2013).

Com toda essa efervescência no setor imobiliário e na indústria, percebemos um significativo aumento do Produto Interno Bruto (PIB). De 1940 a 1980, alcançamos um PIB de 7%, mas essa renda ainda estava muito concentrada, e aquém de alcançar os mais pobres (Noal; Janczura, 2011).

Durante as décadas de 1970 e 1980, as políticas de habitação foram praticamente esgotadas, apesar de muitas tentativas, em virtude de o Brasil vivia uma grande recessão econômica por causa dos altos índices de inflação (Arretche, 2000).

A década de 1980 foi marcada por um esgotamento do modelo desenvolvimentista com características do regime autoritário que já vinha se arrastando durante as décadas de 1960 e 1970. Como fruto disso e por meio de muita pressão social, temos a luta dos movimentos sociais pelo reestabelecimento da redemocratização (Massoneto, 2006).

Em 1986, o governo Sarney extinguiu o BNH por meio do Decreto nº 2.291 de 21 de novembro de 1986 e transferiu as responsabilidades das políticas de habitação para a Caixa Econômica Federal (CEF) que não tinha nenhuma tradição com a temática (Botega, 2007).

Ao complementarem, Zapelini, Lima e Guedes (2017) informam que durante o governo de Sarney as questões econômicas não melhoram, e os decréscimos econômicos continuaram os mesmos das décadas anteriores. Nesse tempo, a população urbana tinha um percentual de 67,7%.

Ainda de acordo com as considerações de Massoneto (2006), foi nesse cenário que emergiu a Constituição Federal de 1988, um marco decisório na reconstrução de um país democrático, que tinha como pretensões a inclusão social e a diminuição das desigualdades históricas.

Em seu artigo sexto, a Carta Magna preconiza como direitos sociais: a saúde, a educação, a assistência, o trabalho e a moradia. Na área da política urbana, ela trouxe inovações, visto que reconheceu a função social da propriedade como um princípio, bem como os direitos dos ocupantes informais, e com isto, se criou uma base jurídica para a efetivação do direito à cidade e a implementação da chamada agenda da reforma urbana (Rolnik, 2019).

Diante de uma outra perspectiva, não seria somente importante a questão da ordem constitucional para a efetivação da moradia como um direito social, mas acima de tudo, implementar políticas públicas em grande escala, uma condição que não poderia ser realizada com poucos gastos públicos e sem uma reforma radical nas políticas urbanas, em virtude que ninguém poderia ficar sem o direito à moradia digna (Maricato, 2009).

Na análise de Massoneto (2006), um paradoxo se irrompeu, pois, ao passo que a chamada Constituição Cidadã compreendeu a moradia como uma necessidade social. Nesse mesmo momento, o Brasil se deparava com mais uma crise da acumulação capitalista, de modo que o projeto neoliberal foi o caminho escolhido, cuja retração do Estado social é a sua maior expressão, isto é, os gastos públicos são restringidos, ou em outros termos, a classe trabalhadora passou a sofrer e enfrentar um tempo de retrocesso dos direitos sociais e trabalhistas, algo já frágil, mas a redemocratização e o novo texto constitucional sinalizavam mudanças profícuas.

O neoliberalismo nos países periféricos, como é o caso do Brasil descartou a concepção de um Estado varguista que se mostrava ser forte por meio da criação e fortalecimento das empresas estatais. A partir dos anos 1990, tivemos um Estado extremamente vulnerável, incapaz de controlar sua própria política

econômica, sendo totalmente dependente e sustentado no seguinte tripé: liberalização, privatização e desregulação (Maricato, 2009).

Assim, iniciou-se a era de abertura de mercado para o capital estrangeiro se apropriar das riquezas através da implantação das grandes multinacionais. Nesse cenário, as empresas nacionais sem forças para competir perderam gradativamente o nível e o grau de proteção de indústria através dos processos de fusão e aquisições (Gennari, 2001).

Diante do exposto, as empresas multinacionais se expandiram por regiões do Brasil em função da garantia de lucro e a exploração da mão de obra. Como consequência, ocorreu demasiadamente o aumento do desemprego, a falência da indústria de capital, a distribuição do setor produtivo estatal via privatização, o crescimento da dependência externa, a manutenção das desigualdades sociais e regionais (Carvalho, 2002) e (Araújo, 1997).

Como fruto desse modelo político e econômico, alcançamos um país aberto para o capital estrangeiro e ao mesmo tempo impotente/frágil no que diz respeito à implementação de políticas públicas para sua população. Foi nesse cenário que presenciamos uma escassez de políticas de habitação por toda a década de 1990, e nos primeiros anos do século XXI (Araújo, 1997).

A agenda das políticas públicas sociais durante a década de 1990 não foi diferente da década anterior, em razão que tínhamos eleito através do voto direto e legítimo, Fernando Collor de Mello, um representante herdeiro das antigas oligarquias e muito aberto às políticas neoliberais (Maricato, 2011) e (Luciano; Mello, 2019).

No entanto, pelo ponto de vista de Dagnino e Panfichi (2006), é importante enfatizar que a implementação dessa agenda não seria realizada de uma forma passiva, mas com muitos conflitos devido às forças de oposição lideradas pelo Partido dos Trabalhadores e outros herdeiros de partidos comunistas que aumentaram o poder em pleitos municipais em diversas cidades brasileiras, elegendo uma boa quantidade de prefeitos/as.

No campo da moradia, a nova democracia popular impulsionou uma série de ações habitacionais e urbanas dessas cidades com os referidos prefeitos de oposição à agenda neoliberal através da seguinte pauta: o reconhecimento dos direitos dos posseiros, a luta contra a chamada “especulação imobiliária” e a democratização do processo decisório acerca das políticas urbanas (Rolnik, 2019).

Rolnik (2019) continua a comentar que muitas dessas políticas foram desenvolvidas em nível municipal com a participação direta via eleição de conselhos e câmaras populares, orçamento participativo, mutirão e programas de regularização de assentamentos informais.

À vista disso, constatamos que as mudanças substantivas no que diz respeito à urbanização e à habitação trazidas pelas experiências municipais foram muito exitosas, contudo bastante limitadas em decorrência das bases fiscais dos governos locais e pouco apoio do governo federal quanto aos repasses (Dagnino; Panfichi, 2006).

Perante o Estado mínimo para o social, porém máximo para o capital financeiro, as políticas públicas habitacionais foram reduzidas e agravaram-se cada vez mais os problemas de habitação. Em 1990, no governo Collor (1990-1992), como solução, criou-se o Plano de Ação Imediata para Habitação (PAIH) de caráter emergencial para construir 245 mil habitações em 180 dias aproximadamente por meio de empreiteiras privadas (Santos, 1999).

Infelizmente, os prazos e as quantidades de casas não foram cumpridos/as, diminuindo para 210 mil residências, devido os recursos não serem suficientes para a execução do plano. Diante dessa diminuição, o referido governo conduziu 60 milhões de brasileiros/as a viverem em situação de rua. Outro dado alarmante: 52,2% das famílias que recebiam até 2 salários mínimos também se encontravam em déficit habitacional (Botega, 2007).

Durante o governo de Itamar Franco (1992-1994), as políticas de habitação foram transferidas para o Ministério de Bem-Estar Social, todavia continuaram sem muita evidência e foram distribuídas de acordo com o número de habitantes das cidades. Para os municípios com mais de 50 mil munícipes, criaram-se o *Programa Habitar Brasil (PHB)*, e o *Morar Município (MM)* para as cidades com menos de 50 mil habitantes (Zapelini; Lima; Guedes, 2017).

Segundo Noal e Janczura (2011), esse governo destacou-se por haver uma intensa participação de conselhos no planejamento e na execução das políticas públicas sociais.

Estreando sua gestão em 1995, o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) inegavelmente adepto ao projeto neoliberal, haja vista a obediência às devidas orientações do chamado Consenso de Washington, não ofereceu a devida assistência para os mais pobres. Em seus dois mandatos, de 1995 a 2002,

foram criados somente dois documentos destinados às políticas de habitação: a *Política Nacional de Habitação (PNH)*, em 1996 e a *Política de Habitação (PH)*, ações do governo federal, em 1998 (Zapelini; Lima; Guedes, 2017).

Bonduki (2008) escreve que no final dos anos de 1990, observou-se que entre as famílias que recebiam até dois salários mínimos havia um déficit habitacional de 40,9%, enquanto que as famílias que recebiam acima de 5 salários mínimos, a defasagem habitacional era de 26,5%.

Em 2001, é importante frisarmos a aprovação do *Estatuto da Cidade (EC)* depois de longos 13 anos de discussão no Congresso Nacional. Nas palavras de Santoro e Chiavone (2020), a lei trouxe luzes para a efetivação das políticas habitacionais mais assertivas e menos excludentes por meio de instrumentos urbanísticos mais elaborados que permitissem a legalização fundiária e a efetivação social da propriedade.

De acordo com Maricato (2013), Silva (2001) e Bassul (2010), o *Estatuto da Cidade* (Lei n. 10.257/2001) foi o resultado de esforços que foram sendo acumulados ao longo de muitos anos através dos movimentos sociais urbanos que lutavam por distribuição de solo e desenvolvimento das cidades em prol da moradia digna. Isto já acontecia desde 1963, quando se realizou o Seminário Nacional de Habitação e Reforma Urbana, na cidade de Petrópolis, no estado do Rio de Janeiro.

Face ao exposto, faz-se necessário que sejam trazidas algumas reflexões a respeito do contexto do *Estatuto da Cidade*. Inicialmente, aponta-se que suas aspirações despontaram das preocupações com as populações urbanas, quando já na década de 1950, as grandes cidades, principalmente as capitais, já davam futuros sinais de problemas de moradia, como a falta de saneamento, transporte e distribuição de loteamentos, e conseqüentemente, a violência (Bassul, 2010).

Por conseguinte, fazia-se mister criar ações eficientes no combate à desigualdade urbana. Decretado o golpe militar de 1964, todos esses anseios que foram pensados democraticamente a respeito da moradia sucumbiram e daí foram criados o BNH e o SFH, cujas intenções seriam atender os/as deserdados/as da nova sociedade capitalista que não tinham casa para morar (Behring; Boschetti, 2011).

Segundo Brasil (2004), tudo isso não passou de apenas letra morta, visto que foram as classes média e alta que se beneficiaram mais com essas políticas, ficando apenas o mínimo para os mais pobres. Sendo assim, já nos anos de 1970,

começaram as manifestações dos movimentos sociais urbanos que criticavam as migalhas do “Milagre Econômico”, período do questionável “intenso crescimento econômico”, propalado pelo governo, seguido de muita repressão, na primeira metade daquela década (Maricato, 2013).

Em 1979, sob pressão da vontade popular, o Congresso Nacional aprovou a Lei de nº 6.766, que estabelecia as regras para a divisão do solo e a criminalização dos loteamentos ilegais, prática muito corriqueira no estado de São Paulo, naquele período. Em 1983, o presidente João Figueiredo (1979-1984) tomou a iniciativa de enviar também ao parlamento o projeto de lei do Desenvolvimento Urbano, PL 775/83 (Bassul, 2010).

Já em meados dos anos de 1980, com o restabelecimento do processo democrático, as políticas de habitação direcionadas aos mais pobres continuaram a declinar, sem forças para resolver tantos problemas de moradia que aumentavam constantemente (Brasil, 2004).

Durante o governo de Sarney (1985-1989), foi criado o Ministério do Desenvolvimento Urbano (MDU), porém sem muita efetividade. Com o término do regime autoritário, iniciou-se uma discussão sobre as ações de 21 anos do BNH para novos desenhos das políticas de habitação (Maricato, 2013).

No ano de 1986, as cidades retomaram as eleições diretas para prefeitos. Acreditava-se que os 22 anos de opressão seriam uma coisa do passado, mas não foi. O governo engavetou todos os debates em torno do BNH quando exatamente parecia que os movimentos sociais iriam ressurgir e colocar mais uma vez em pauta os impasses de moradia (Ronik, 2019).

Nesse mesmo ano, o banco foi extinto e suas dívidas foram repassadas para a Caixa Econômica Federal (CEF). Nos anos seguintes, o Ministério do Desenvolvimento Urbano (MDU) passou por diversas nomenclaturas e ministros, e por fim, se tornou em uma secretaria com pouca influência nos rumos da questão habitacional no Brasil (Maricato, 2013).

Na prática, as modernas orientações da política econômica não dispensaram a devida atenção às cidades e à moradia como um direito social. Em razão disso, houve o enfraquecimento dos movimentos sociais em virtude da reconstrução de uma nova aliança conservadora em nível nacional com as forças hegemônicas da globalização (Domezi, 2022).

No final da década de 1990, no primeiro governo de FHC (1995-1998) a mando do Fundo Monetário Internacional (FMI) o próprio governo decidiu suspender os investimentos públicos em setores sociais estratégicos como energia e saneamento básico. Os cortes públicos não pararam por aí: houve também a interferência da diminuição no financiamento da moradia para a população mais pobre (Silva, 2001).

Em 1998, o Banco Central (BC) baixou uma resolução ao impor restrições de empréstimos para o governo federal, o que dificultava ainda mais as linhas de crédito para o setor da habitação. Esse empecilho atingia diretamente a população que ganhava menos de 12 salários mínimos, o que na prática, significava 70% da população brasileira, que naquele momento estava impedida de comprar uma casa (Maricato, 2011). Todas essas ações mostraram de fato como o governo de FHC foi tão obediente às subordinações do FMI, tendo como consequências as interferências na gestão das cidades (Bassul, 2010).

Mesmo diante de muito reveses, os movimentos sociais urbanos ainda conseguiram com muita persistência inserir no texto da Constituição Federal de 1988, os artigos 182 e 183 que tratavam sobre o desenvolvimento das funções sociais das cidades e a garantia do bem-estar de seus habitantes por meio do direito à propriedade (Silva, 2001).

Vale destacar que essa conquista não foi tão completa. A questão da propriedade como função social e o desenvolvimento das cidades foram vistos como uma ameaça por muitos parlamentares ligados aos setores imobiliários, dificultando dessarte sua aplicação e a tão sonhada reforma urbana que não se concretizaria (Rolnik, 2019).

Após a promulgação da CF/88, o senador Pompeu de Souza apresentou um projeto de lei para regulamentar os artigos 182 e 183. Nascia assim o PL 5.788/90 e sua tramitação se iniciava do modo leniente. Diante disso, o Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU), que fora criado em 1987, teve a incumbência de continuar na luta pela aprovação do PL (Maricato, 2013).

O fórum com a participação de diversos movimentos sociais urbanos, Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e Comissão Pastoral da Terra (CPT) deu destaque para dois projetos de lei: o *Estatuto da Cidade* e o *Fundo de Moradia Popular (FMP)*. No ensejo, discutia-se uma cidade que respeitasse e garantisse o direito à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte, à

saúde, à educação, à cultura, aos serviços públicos, ao trabalho, ao lazer, para as presentes e futuras gerações (Domezi, 2022).

Face ao exposto, percebeu-se que apesar dos esforços e das lutas, os problemas de moradia não foram amenizados e dessa maneira, a população teria que esperar por mais uma década para ver a regulamentação do capítulo da política urbana dentro da CF/88 (Maricato, 2011).

Em 2001, após anos de espera, o *Estatuto da Cidade* foi sancionado e tornou-se lei em 10 de julho daquele ano. O texto, que está distribuído em 58 artigos fez correções no tocante à distribuição de terras e as formas de aquisição da casa própria (Bassul, 2010) e (Silva, 2001).

O EC chamou a atenção ao afirmar que não bastava somente a aquisição da casa própria como um direito social, mas que fossem garantidos os padrões mínimos de qualidade e habitabilidade das moradias, respeitando os aspectos regionais, climáticos, topográficos e ambientais (Brasil, 2001).

Em outras palavras, o *Estatuto da Cidade* viu as adequações da moradia para além das construções, visto que as casas deveriam ser construídas onde tinha saneamento, serviços de água, luz, transporte e a todos os serviços e bens que o Estado pudesse ofertar (Brasil, 2004).

Outro ponto que o Estatuto alertou foi para a questão da regularização de loteamentos e de espaços públicos que foram ocupados clandestinamente. Como exemplo, temos a cidade de São Paulo, em razão que a maioria das favelas foram construídas em áreas públicas. Esse problema, segundo os apontamentos de Maricato (2011), não foi somente uma questão exclusiva de São Paulo, mas das grandes cidades brasileiras.

Para o Estatuto, regulamentar esses espaços foi o melhor caminho, pois foi o resultado de esforços e investimentos individuais e coletivos. No entendimento de Maricato (2013) e Rolnik (2019), as ocupações ilegais foram fruto da ausência do Estado por meio da ineficiência de políticas públicas sociais de habitação.

De modo geral, percebeu-se que o *Estatuto da Cidade* estava repleto de instrumentos que fizeram um grande esforço para que a história da habitação no Brasil trouxesse traços de que a propriedade é um direito de todos/as e mudanças para o crescimento das cidades tão marcadas pelas desigualdades (Silva, 2001).

Por outro lado, entendeu-se que de fato foi preciso que houvesse esforços coletivos entre municípios, estados e União, na contramão de interesses de

setores imobiliários. Para dificultar ainda mais a aplicabilidade da lei, alguns representantes políticos também fizeram parte dessas atividades do setor imobiliário (Maricato, 2013) e (Rolnik, 2019).

O propósito central desta subseção foi compreendermos que a questão da moradia no Estado brasileiro no decorrer da década de 1930 a 1990 não foi acolhida a fim de sanar devidamente os diversos empecilhos diante da profunda complexidade da questão habitacional, a exemplo da chegada de milhares de pessoas às cidades frente ao processo de industrialização, ocasionando a desigualdade urbana, cada vez mais intensa nos dias em curso. Esta é a centralidade do próximo tópico, ou seja, o contexto das políticas de habitação, no início do século XXI.

#### **4.3 Políticas Federais de Habitação: governos petistas (Lula e Dilma), Temer e Bolsonaro**

Segundo Bonduki (2008), no ano de 2000, o Brasil apresentava uma carência de 6,6 milhões de moradias, sendo 5,4 milhões nos espaços urbanos, e 1,2 milhão nos espaços rurais.

Em percentuais por região, temos o Nordeste com 32% e a região Sudeste com 41%. Vale acentuar que 83,2% do déficit habitacional concentrava-se entre as famílias que ganhavam até 3 salários mínimos.

O autor ainda afirma que nesse tempo, o número de favelas cresceu assustadoramente em função dessa população ter crescido 84%, enquanto a população brasileira aumentou apenas 15,7%. De acordo com Maricato (2011), o Ministério das Cidades herdou do governo FHC 1.800 contratos de obras, resultante de emendas parlamentares da base do governo e constavam como contas “a pagar”.

Como fruto dessa inadimplência, tivemos obras que nem foram iniciadas, nem conclusas, irregulares, ou até mesmo aquelas que foram concluídas, todavia abandonadas. Para tentar resolver esses problemas, não era preciso de imediato criar alguma política paliativa de habitação. Portanto, fazia-se mister um grande estudo não somente a respeito da construção de casas, mas acima de tudo, refletir sobre as questões de solo, localização e mobilidade (Rolnik, 2019).

Diante de tais necessidades, foi criado em 2003 o Ministério das Cidades (MC), tendo como seu primeiro ministro, Olívio Dutra, ex-governador do Rio Grande do Sul e membro do Partido dos Trabalhadores (Maricato, 2011).

Além de Dutra, Ermínia Maricato e Raquel Rolnik, grandes intelectuais com vasta experiência no âmbito das políticas de habitação, tanto dentro do Brasil, como no exterior também participaram desse ministério. A primeira assumiu o posto de Ministra Adjunta e Secretária executiva, enquanto a segunda ficou encarregada da Secretaria Nacional de Programas Urbanos (Brasil, 2004).

Ao assumir a pasta, Olívio Dutra e sua equipe articularam muitas ações para pôr em prática seus projetos. Na área de financiamento, houve um esforço em combinar os recursos do Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS) com outros subsídios, fossem públicos ou privados para aumentar ainda mais os investimentos na área da habitação (Rolnik, 2009).

Em 2004, mediante os problemas de ilegalidade de moradias, foi aprovada a Lei nº 10.391, que estabeleceu segurança jurídica no financiamento das mesmas, seguindo de certa maneira, a lógica de mercado imobiliário, (Brasil, 2004). Conforme analisam Rolnik e Klink (2011), vale observar que as populações mais pobres, diferentemente das elites, moravam nos subúrbios, favelas e cortiços, espaços sem escritura ou sem algum tipo de documento que comprovasse a propriedade da moradia.

Em 2005, o Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou uma resolução que determinava aos bancos que fizessem investimento no financiamento de habitação com recursos captados pela poupança (Maricato, 2006). Outra medida importante foi a aprovação da Resolução nº 460/2005, pelo então Conselho Curador do FGTS que aumentou ainda mais fundos para custear moradias, no atendimento das famílias mais pobres (Bonduki, 2008).

Santos (2019) argumenta que esse conjunto de ações mostrou de certa maneira como o governo do PT tentou sanar os problemas de moradia no Brasil, situação bem diferente dos tempos de outrora. Nessa mesma direção, Maricato (2011), observa que em termos comparativos, no ano de 2002, o Sistema Financeiro de Habitação (SFH) contabilizou a contratação de apenas 25 mil imóveis, na condição de usados/construídos, com um gasto de R\$ 1,4 bilhão, respectivamente. Seis anos depois, em 2008, a quantidade de casas passou para 280 mil, com um gasto expressivo de R\$ 25 bilhões.

Por questões de forças partidárias e apoio político no Congresso Nacional, em 2005, Lula substituiu Olívio Dutra, seu amigo de partido por Márcio Pontes, do Partido Progressista (PP). Essa mudança de ministro do Ministério das Cidades foi o símbolo de uma grande perda de possibilidades de as políticas públicas de habitação continuarem a dar certo (Rolnik, 2019).

Naquele período, muitos/as técnicos/as, como Ermínia Maricato e Raquel Rolnik, que tinham experiência/militância com os movimentos urbanos também deixaram a pasta. No entendimento de Rolnik e Klink (2011), esse Ministério foi encarado como um “balcão de negócio”, desconstruindo na verdade todo um projeto de habitação no Brasil pautado na participação social.

Maricato (2011, p. 43) se pronuncia:

Não se pode afirmar que mantida a equipe inicial do Ministério das cidades o novo paradigma da política urbana fosse alcançada mas, sem ela, certamente, não haveria chances. Não se trata aqui de falta de modéstia, mas sim do reconhecimento da legitimidade dada por muitos anos de militância no chão social das cidades, muitos anos de estudos e debates sobre as especificidades da cidade periférica, e, finalmente, muitos anos de trabalho profissional no setor público priorizando combater a injustiça urbana

A Chegada de Márcio Pontes ao Ministério das Cidades em 2005 foi o retrato fiel da substituição de uma agenda de cunho social para uma agenda direcionada aos interesses de grupos de empresários da construção civil. Como prova disso, tivemos de 2009 a 2010, a diminuição dos recursos para a habitação, passando de R\$ 1 bilhão para R\$ 175 milhões (Maricato, 2006), (Moscarelli; Kleiman, 2017).

O *Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV)* surgiu em meio às turbulências na área econômica em nível internacional diante da crise de 2008. Foi somente a partir de 2007, no segundo mandato de Lula, e com a chegada de Dilma Rousseff à Casa Civil, foi que houve de fato um certo descolamento da agenda neoliberal, e o governo criou políticas com base no desenvolvimento social (Luciano; Mello, 2019) e (Castelo; Brancher; Gonçalves, 2016).

Na verdade, as tomadas de decisões quanto às políticas de habitação não se concentraram somente com o Ministério das Cidades, mas também juntamente com o Ministério da Casa Civil. Foi este ministério que definiu as ações do Plano de Articulação do Crescimento (PAR) (Santos, 2019). Essa macropolítica

teve um orçamento de R\$ 503,9 bilhões para serem distribuídos pelos mais diversos Ministérios do governo. Dentro desse plano, destacou-se o *Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV)*, criado em 25 de março de 2009 (Maricato, 2011).

*OPMCMV* contemplava os seguintes objetivos: estimular a atividade da construção civil e entregar 1 milhão de moradias de interesse social à população de baixa renda em dois anos por meio de linha de crédito, poupança das famílias e outros subsídios da iniciativa privada (Moscarelli; Kleiman, 2017).

De acordo com as observações de Castelo, Brancher e Gonçalves (2016), de 2009 a 2015, período áureo do *PMCMV*, o investimento em contratações para a execução das ações foi na ordem de R\$ 287,8 bilhões. Desse montante, 28,4% foram destinados para as famílias que estavam inseridas na faixa 1, ou seja: aquelas que recebiam até 3 salários mínimos.

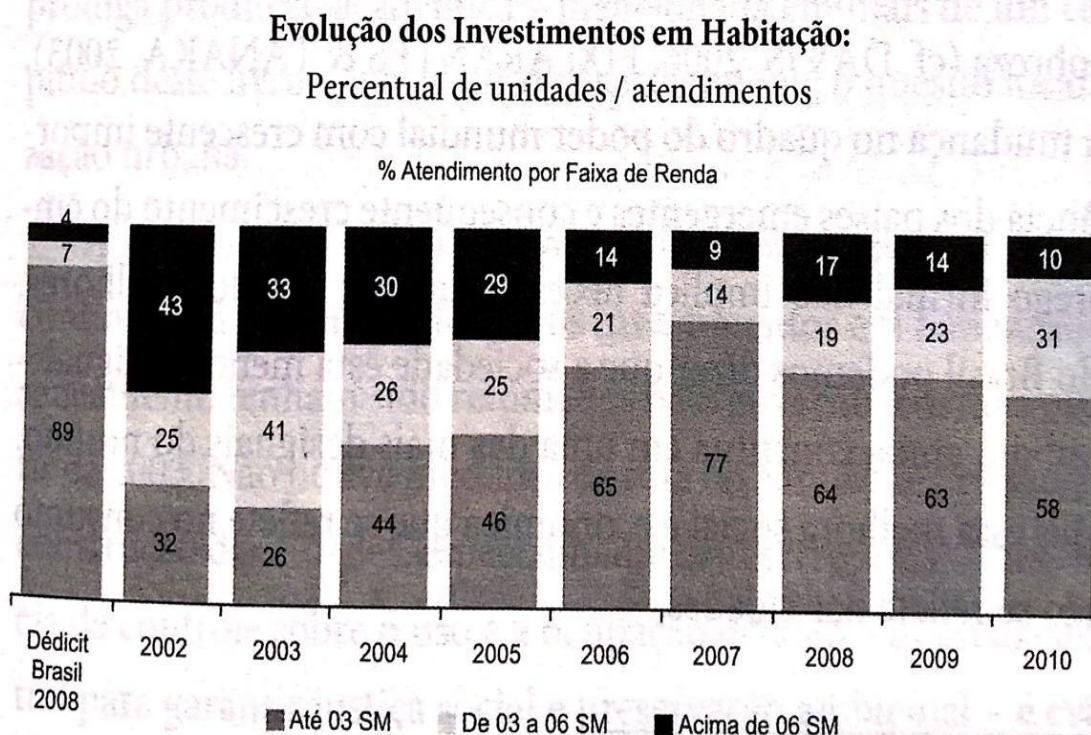
A respeito dessa faixa, os/as beneficiários/as dessas moradias seriam definidos/as pelos prefeitos de suas respectivas cidades com base em cadastros realizados pelas próprias prefeituras.

Sob outra perspectiva, os/as moradores/as seriam obrigados/as a pagar 5% mensalmente da renda familiar à Caixa Econômica Federal, responsável por comprar as unidades das empreiteiras e responsáveis pela construção. *57,4% para a faixa 2: entre 3 a 6 salários mínimos.*

Esses/as beneficiários/as seriam também contemplados/as com os subsídios do governo, porém em menor proporção. As famílias receberiam um subsídio de até 23 mil reais de crédito, cerca de 20% do valor do imóvel, e o restante da dívida paga em parcelas com linhas de crédito com taxas de juros abaixo das condições do setor imobiliário.

Por último, 14,2% para a faixa 3: famílias que recebiam acima de 6 salários mínimos. Os/as beneficiários/as dessa faixa seriam contemplados/as apenas com crédito mais barato e a garantia do Fundo Garantidor da Habitação.

Figura 8 – Evolução dos investimentos em moradias



Fonte: Caixa Econômica Federal (Quadro- Presi de 20/08/10 e Relatório Semanal FIVCMV de 31/08/10) e Ministério das Cidades (OGU 31/08/10). Extraído de Acompanhamento dos Investimentos em Habitação, Ministério das Cidades/Secretaria Nacional de Habitação/Gerência de Gestão, agosto de 2010.

O quadro acima demonstrou, no período de 2002 a 2010, que houve um acentuado investimento em políticas de habitação para as famílias assalariadas. Observou-se um interesse maior por parte do governo Lula em atender as populações mais pobres.

A origem desses recursos seria oriunda do Orçamento Geral da União (OGU), com um valor de R\$ 10,1 bilhões; do setor privado, isto é: do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) um valor de R\$ 42 bilhões; os estados e municípios com uma participação de R\$ 17,7 bilhões, e por último, outro restante do FGTS (Maricato, 2011).

Em convergência com a autora acima, apontamos a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), pois muitos foram os avanços no mercado de trabalho brasileiro nesse tempo, com destaque para as regiões mais pobres do país: Norte e Nordeste (IBGE, 2009).

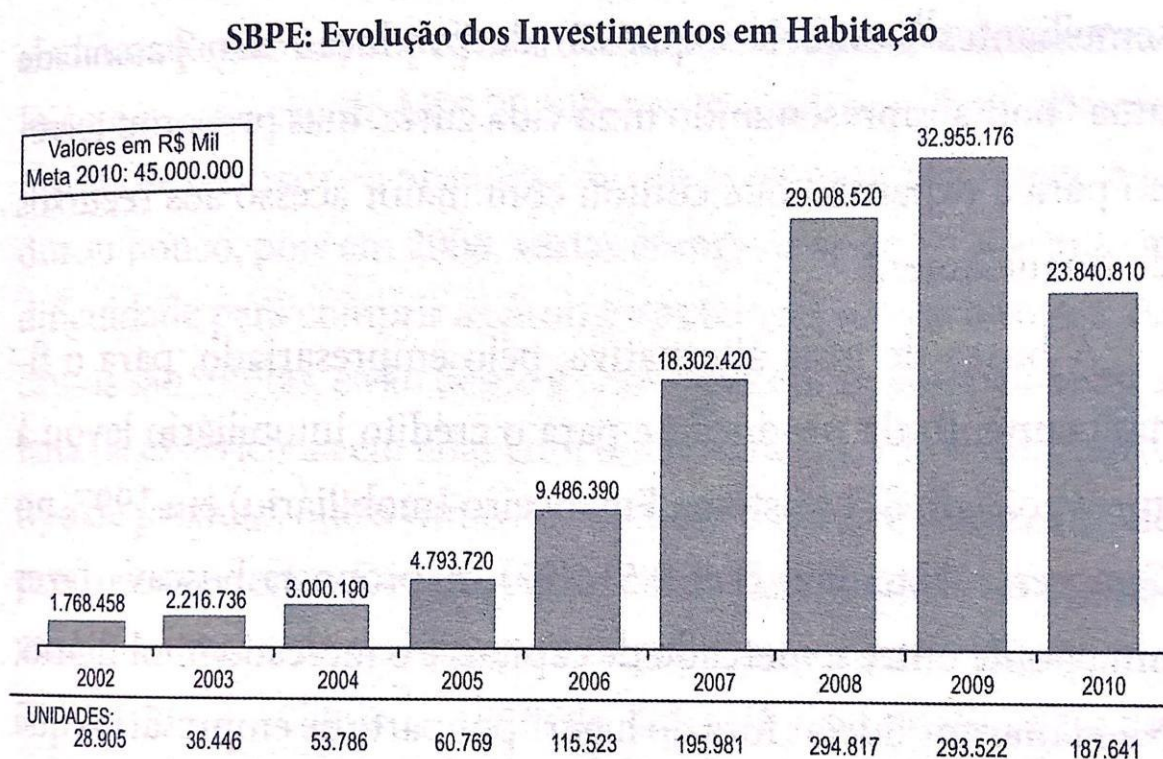
De 2007 para 2008, o número de trabalhadores/as aumentou 2,8%, num total de 92,4 milhões de pessoas por meio do setor da construção civil, com um

crescimento de 14,1%, o que gerou cerca de 900 mil novos postos de trabalho em todo o Brasil (Rolnik, 2019).

A formalização também foi destaque, com ampliação dos/as operários/as com carteira assinada, de 33,1% dos/as ocupados/as, em 2007 para 34,5% em 2008, quer dizer, um acréscimo de 2,1 milhões de pessoas nessa categoria – o que resultou, por exemplo, numa elevação de 5,9% entre os/as contribuintes da Previdência Social (IBGE, 2009).

Nas palavras de Leonardo e Teixeira (2019) e Moscarelli e Kleiman (2017), esse foi o maior programa de habitação que o Brasil já teve, e que deu continuidade por Dilma Rousseff até o golpe jurídico de 2016, e extinto durante o governo Bolsonaro (2019-2022).

Figura 9 – Número de moradias entre os anos de 2002 a 2010



Fonte: Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (SBPE), julho/2010. Extraído de Acompanhamento dos Investimentos em Habitação, Ministério das Cidades/Secretaria Nacional de Habitação/Gerência de Gestão, agosto de 2010.

De acordo com o gráfico acima, já nos primeiros anos do governo Lula, podemos perceber que a quantidade de moradias construídas foi aumentando, e concomitantemente, os respectivos valores em pecúnia.

Cumpra observar que foi somente a partir do ano de 2007 que os números cresceram significativamente, com um decréscimo em 2010, último ano da segunda gestão do governo Lula (Maricato, 2011).

Por fim, constatamos que o *PMCMV* durante os governos do PT trouxe muitos benefícios, dado que esse programa fez a economia circular e ao mesmo a promoção do desenvolvimento social via habitação. Dentre esses benefícios, destacaram-se: R\$ 287,8 bilhões de obras contratadas até 2015, 4,157 milhões de moradias construídas ao longo de sete anos, e, por último, a geração de 5 milhões de empregos, sendo 2,5 milhões de forma direta e 2,5 milhões indiretamente (Santos, 2019). Além do mais, 82,9 % dos subsídios oriundos do Orçamento retornaram aos cofres públicos através de tributos (Castelo; Brancher; Gonçalves, 2016).

Apesar dos avanços elencados, o *PMCMV* também sofreu muitas críticas contundentes, uma vez que a situação das cidades não melhorou significativamente no que concerne à infraestrutura nos últimos 50 anos apesar do êxito dessas políticas. Como pontua Rolnik (2019), houve por parte do setor imobiliário uma preocupação em apenas na edificação dessas moradias, contudo sem um rumo/direcionamento na construção das cidades, especialmente, nas capitais. Foi nítida a ausência de um controle sobre o uso e a ocupação do solo – questão central na promoção da justiça social e na preservação ambiental.

Nesse sentido, Maricato (2013) chama atenção de que no decorrer dos anos, foi muito recorrente nos mesmos estados, nas mesmas cidades e nos mesmos bairros ocorrerem enchentes e desmoronamentos de casas, ocasionando milhares de vítimas fatais e desabrigados/as.

Os dados demonstraram que o *Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV)* foi uma política muito assertiva, pois a população mais pobre teve a oportunidade de acessar uma moradia digna mesmo que fosse por meio de crédito/hipoteca, uma das imposições das políticas neoliberais.

As políticas de habitação entre os anos de 2003 a 2015, mostraram resultados significativos, visto que o *PMCMV* se voltou mais para as populações de baixa renda. Na subseção seguinte, debate-se a persistência da continuidade do *PMCMV*, nos governos subsequentes do PT, enfrentado por Dilma Rousseff.

#### **4.4 Redefinições do *Programa Minha Casa Minha Vida* no governo de Dilma Rousseff: atores/atrizes e interesses**

Na noite de 29 de abril de 2011, depois de muitas discussões a favor e contra, a Câmara dos Deputados por meio da Medida Provisória (MP) nº 514, aprovou a continuidade do *Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV)*, a chamada fase 2, da então presidente da República Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT), que se estenderia até o ano de 2014 (Ramos; Noia, 2016).

Com alta popularidade de seu antecessor, ela usou o *Programa Minha Casa Minha Vida* para ampliar seu capital político e realçar os bons índices de aprovação herdados do governo Lula. Embora o número de contratações e execução de obras tenham sido bem menores em relação à primeira fase, houve centralidade na distribuição de moradias para as pessoas mais pobres até a campanha eleitoral de 2014 (Cardoso; Jaenisch, 2017).

A implementação do *PMCMV 2* foi o símbolo da continuidade do crescimento da construção civil, que se deu por meio da política de expansão de crédito (FGTS/SBPE) quando o mundo vivia a recessão econômica. Nesse período, a atividade imobiliária atingiu o recorde histórico de 9,8% do PIB brasileiro, o que representou mais de 309 mil vagas de emprego (Cardoso; Jaenisch, 2017).

Em 2011, segundo as projeções, foram construídas 400 mil moradias entre casas e apartamentos, e 500 mil estavam em obras. Naquele período, o sonho da casa própria tornava-se cada vez uma realidade para milhares de brasileiros/as. De 2011 a 2014, houve um investimento de 125 bilhões e 700 milhões de reais para a construção de dois milhões de moradias (Gonçalves Júnior *et al.*, 2014).

A respeito da distribuição dessas moradias por faixas, o programa definiu assim: a faixa 1, que abrigava famílias que ganhavam até R\$ 1.600 reais mensais, ficou com o maior percentual, num cálculo de 60%, que em números representou 1,2 milhão de casas/apartamentos. Para a faixa 2, famílias que recebiam até R\$ 3.100 reais mensais, foi destinado 30%, equivalente a 600 mil unidades habitacionais, e os 10% restantes para aquelas que ganhavam até R\$ 5 mil reais mensais (Ramos; Noia, 2016).

Esse percentual de 60% destinado às famílias que se enquadravam na faixa 1, justificou-se pelo fato de que eram elas que mais sofriam com o déficit habitacional, que no ano de 2011, chegou a 70,6%, em termos relativos. Em

números absolutos, no ano de 2011, o déficit de habitação chegava 9,5%, o que representava 5 milhões e 889 mil moradias. No ano seguinte, em 2012, esse número caiu de forma muito lenta, e chegou a 9,1%, ou seja: 5 milhões e 792 mil domicílios (Ramos; Noia, 2016).

Em agosto de 2014, o *PMCMV*, já havia contratado 3,5 milhões de unidades habitacionais, e entregado cerca de 1,7 milhão de casas e/ou apartamentos. De pacote de salvamento das empreiteiras do ramo da construção civil, o programa se transformou na maior política de habitação de todos os tempos, fundamentado em um modelo único de promoção da casa própria via mercado e crédito hipotecário (Rolnik, 2019).

Em 2016, já em seu segundo mandato, a presidente Dilma, no dia 30 de março, lançou a terceira fase do *PMCMV*, já bem perto do fatídico golpe jurídico. A meta, mais uma vez, seria entregar até 2018 mais dois milhões de moradias, mas infelizmente não aconteceu.

Após seu *impeachment*, o Brasil reinaugurou depois de algum tempo, o governo golpista de Michel Temer, até então vice-presidente da República. Nesse novo cenário de incertezas, veremos, na subseção a seguir, de que maneira se sobressaiu o *Programa Minha Casa Minha Vida*, nesses seus sete anos de existência por governos do PT, que sempre representaram as camadas mais pobres da sociedade.

#### **4.5 Governo Temer: direitos a menos refletidos na habitação popular**

No governo Temer, a partir de 2016, a política habitacional voltou a tratar a moradia como ativo financeiro, restrito somente a quem tinha dinheiro, pois cancelou todas as contratações que beneficiavam a população mais pobre do Brasil, mais especificamente os contratos da faixa 1 do *Programa Minha Casa Minha Vida* (*PMCMV*), destinada às famílias com renda inferior a R\$ 1.800 reais (Souza; Lira, 2022).

As autoras ora referidas, mostram o quanto esse governo se posicionou na contramão dos avanços sociais dos últimos anos, haja vista a representação de um grande retrocesso para a área da habitação. Como resultado disso, vimos milhares e milhares de famílias em todo o país à espera de uma moradia. Ao

contrário dos governos do PT, o sonho da casa própria se tornou uma utopia, uma incerteza (Souza; Hoff, 2019).

Todas as contratações de moradia desde a posse de Temer foram centralizadas, nas faixas 2 e 3 do programa, voltadas às famílias com renda bruta de R\$ 2.351,00 a R\$ 6.500,00. Na época, essas duas faixas correspondiam por apenas 16% do déficit habitacional, que era de aproximadamente 6 milhões de moradias, segundo o IBGE (Maricato, 2016).

Esse investimento de habitação para as camadas mais elevadas socialmente veio fomentar a indústria da construção civil e resgatar velhas práticas que eram realizadas durante os governos militares. Em outros termos, os/as que precisavam de moradia, ficavam de fora. Era, portanto, preciso a autorregulação do mercado imobiliário (Maricato, 2016).

Como prova disso, foi a ampliação das linhas de crédito para imóveis de alto padrão, aumentando o teto do valor dos imóveis financiados pela caixa de R\$ 1,5 milhão para R\$ 3 milhões. Desta maneira, o governo reafirmou que a moradia era de exclusividade para quem podia pagar (Souza; Lira, 2022).

Perante o cenário, movimentos urbanos se reorganizaram nos anos seguintes para que as contratações da faixa 1 fossem retomadas do *Minha Casa Minha Vida* para atender aqueles/as que mais precisavam, como: os/as sem teto, e as pessoas que não tinham condição nenhuma de ter uma moradia, a não ser através de um programa social do governo (Maricato, 2016).

Naquele período, outro fator agravante foi o aumento do desemprego, e conseqüentemente, milhares de trabalhadores/as perderam o poder de compra, não tendo desta maneira a mínima condição de pagar um aluguel. Como “opção”, as pessoas tiveram que viver jogadas meio das ruas, em ocupações irregulares, de aluguel para quem podia pagar, ou em casas de favor. No governo Temer, os mais pobres tinham que escolher entre o valor do aluguel ou a comida dentro do prato (Souza; Hoff, 2019).

A respeito disso, eis o que se afirma:

Além da usual falta de interesse em investir nas camadas mais pobres da população, havia ainda a reconhecida tendência mercadológica de investir em terra mais barata para a construção desse tipo de moradia. Essas terras ficam normalmente afastadas da malha urbana e do centro das cidades, carentes de infraestrutura e de serviços públicos. [...]Esse tipo de

empreendimento acaba por intensificar o fenômeno da segregação urbana trazendo novos problemas sociais (Souza; Hoff, 2019, p. 10).

Em conluio com a Câmara dos Deputados, houve a preocupação de se criar estratégias econômicas, também conhecidas como contrarreformas. A primeira realizada pela necropolítica<sup>6</sup> do governo Temer foi a Proposta de Emenda à Constituição (PEC), nº 241/2016, aprovada em 15 de dezembro de 2016 (Emenda Constitucional nº 95), que afetou bruscamente na queda do quadro social, atingindo diretamente os grupos mais vulneráveis. Nesse contexto, o governo brasileiro transgrediu literalmente o direito humano à moradia adequada (Souza; Lira, 2022).

Diante do que foi apresentado nesse governo, a redução do Estado na execução de políticas públicas foi uma grande preocupação pelos diversos movimentos sociais, e partidos de oposição, principalmente em relação aos *deficits* habitacionais (Souza; Hoff, 2019).

A seguir, na direção da perversidade da extrema direita, é contextualizada a descaracterização do *Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV)* em um dos piores governos depois do processo de redemocratização.

#### **4.6 Os tons de cinza do *Programa Casa Verde e Amarela* no governo Bolsonaro**

Após as eleições de 2018, o governo federal demorou aproximadamente uns 18 meses para inventar um programa habitacional que tirasse de circulação o *Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV)*, a maior política de habitação dos governos do PT, e quem sabe do Brasil.

Depois do golpe, no ano de 2016, que representou a retirada de Dilma Rousseff da Presidência, o governo Temer deu prosseguimento ao *PMCMV*, mas totalmente descaracterizado, sem a devida preocupação de subsidiar moradia para os mais pobres, como vimos anteriormente.

Em meio a um cenário de embates ideológicos, finalmente o *Programa Minha Casa Minha Vida* foi substituído pelo *Programa Casa Verde e Amarela*

---

<sup>6</sup>Em linhas gerais, o termo necropolítica foi designado pelo filósofo camaronês Achille Mbembe ao afirmar que é a utilização do poder político e social para determinar quem pode viver e quem deve morrer em uma sociedade. Ela é o exercício do necropoder, ou seja: a capacidade de estabelecer o paradigma com base no qual são criados métricas aceitáveis para tirar vidas e controlar os corpos de pessoas. No Brasil, temos como exemplos da necropolítica a prática da violência policial nas favelas, e a diminuição/extinção das políticas públicas. Além de matar, alarga ainda mais as desigualdades.

(PCVA), por meio da Medida Provisória (MP) de nº 996, em 25 de agosto de 2020. No ano seguinte, com aprovação do Congresso Nacional, a MP foi transformada na Lei nº 14.118, de 12 de janeiro de 2021 (Ramos, 2023).

Já desde sua implementação, o PCVA não passou de uma sequência de tons de cinza, porque transformou-se em uma cortina de fumaça que camuflou em detalhes a institucionalização de mecanismos de espoliação e expropriação do direito à moradia dos mais pobres, nos espaços urbanos (Balbim, 2020).

Sobre isto, eis o que Ramos, em sua dissertação de Mestrado, aponta:

Já nos eventos de lançamento, o Governo Federal deixou claro que o foco da provisão habitacional, principal iniciativa do extinto MCMV, não seria a população mais pobre. O Ministro do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho, afirmou que não seriam lançados novos empreendimentos para o Grupo 1 do programa (que abrange as famílias de menor renda), pontuando que o Casa Verde Amarela seria focado na conclusão das obras já em andamento enquanto novos recursos destinados às faixas de menor renda seriam direcionados às ações de melhorias habitacionais em moradias já existentes (Ramos, 2023, p. 116).

Um dos pontos divergentes ao *Programa Minha Casa Minha Vida* foi a retirada de entidades da sociedade civil, sobretudo vinculadas aos movimentos populares por moradia e pelas famílias auto-organizadas. Este pensamento afastou de vez a política de moradia popular de uma proposta que se fundamentava nas premissas do direito à cidade (Câmara, 2023).

Diante disso, o PCVA não levou em consideração as atuais e históricas mazelas e distorções de quem morava nos espaços urbanos, sem dar ouvidos aos movimentos sociais, técnicos/as, acadêmicos/as, ONGs, sindicatos e setores do poder público, ou seja, sem debate e participação popular, como fizeram com o PMCMV (Balbim, 2020).

De uma maneira muito bem articulada, a expropriação da moradia com as falsas ilusões da tão sonhada casa própria não passava realmente de uma farsa. Segundo o programa, o governo afirmava que tinha a pretensão de atingir pelo menos um milhão de pessoas que estava de fora do sistema financeiro de habitação, num total de 1,6 milhão de famílias de baixa renda “beneficiadas” com contratos de crédito imobiliário até 2024 (Ramos, 2023).

Esses contratos, na verdade, não significaram em aquisição de moradias, pois se tratava apenas de um contrato de “melhoria da habitação”, como, por

exemplo, um simples reboco de parede da casa ou a regularização fundiária (Câmara, 2023).

Vale mencionar que o *PCVA* foi criado em meio a grande crise da pandemia da Covid-19. Nesse tempo tenebroso de nossa história, além de quase um milhão de mortos, milhares de brasileiros/as também foram demitidos/as de seus empregos e, conseqüentemente, a perda da manutenção de suas famílias com as despesas de moradia, saúde, alimentação e educação (Zacharias, 2022).

Como resultado disso, houve um aumento significativo de pessoas em situação de rua. Por todas as cidades brasileiras, fossem grande, média ou pequena, era visível milhares de famílias inteiras embaixo de viadutos, pontes e semáforos, com mensagens estampadas em pedaços de papelão com as seguintes frases: “estou com fome” ou “estou no meio da rua”.

Em 2019, 174.766 pessoas viviam em situação de rua no país. Em setembro de 2022, esse número saltou para 213.371 e houve, portanto, um acréscimo de aproximadamente 38 mil pessoas sem teto, e sem a mínima preocupação por parte do governo.

No *Programa Casa Verde e Amarela*, o que vimos foi a venda da ideia de uma realidade patriota através do verde e amarela, mas que de fato, pintada em diversos tons de cinza com sinais expressivos da desigualdade urbana.

Na seguinte subseção, o foco são os novos rumos do *PMCMV*, que durante o governo Bolsonaro foi decretado como falido.

#### **4.7 A retomada do *PMCMV* no governo Lula 3: quais perspectivas?**

Em 2023, depois de 13 anos afastado da política, o presidente Lula subiu pela terceira vez a rampa do Palácio do Planalto em um cenário completamente polarizado com a extrema-direita brasileira, representada pelo bolsonarismo e, infelizmente, com expressivo apoio da população.

Depois do fatídico *Programa Casa Verde e Amarela (PCVA)*, a Medida Provisória (MP) de nº 1.162, de 14 de fevereiro de 2023, retomou o *Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV)*, na tentativa de mais uma vez garantir moradia digna às pessoas mais pobres (Balbim, 2023).

Em reparação às duas fases anteriores, o programa procurou ajustar algumas de suas ações que foram alvo de críticas. Em seu art. 13, a MP previu a

inserção dos equipamentos públicos e espaços para atividades comerciais, pois se tratava sobre a qualidade das moradias (Câmara, 2023).

A respeito de repasses, a MP ainda inseriu a parceria público-privado para a ampliação de moradias para aquelas pessoas que não estavam enquadradas no faixa 1 do programa. O Instituto de Pesquisa Aplicada (IPEA) também apontou alguns avanços na MP, dentre eles destacaram-se: novas linhas de atendimento, o reconhecimento ampliado do interesse social e a concepção de moradia.

Vale destacar ainda, neste pacote de melhorias, a prioridade de atendimento às mulheres responsáveis por suas famílias, somada às prioridades para idosos/as, famílias em situação de risco, vulnerabilidade, emergência climática, além das populações de rua (Balbim, 2023). Diante dessas reformulações, o que constatamos foi um *PMCMV* mais sensibilizado e direcionado aos/às mais necessitados/as, um dos objetivos principais desde a sua criação.

Ainda no cenário brasileiro, para falar do local, cabe agora, apresentar o *Programa Aluguel Social (PAS)*, única política de habitação no município de Aquiraz.

#### **4.8 A política habitacional em Aquiraz, Ceará: Programa Aluguel Social (PAS)**

A Política habitacional em Aquiraz denominada *Programa Aluguel Social (PAS)* surgiu devido ao desabamento parcial de um prédio de quatro andares que se chamava condomínio Alto da Prainha, rua Lauro Távora, 722, abandonado e invadido, na localidade da Prainha, distrito-sede, uma região praiana, no dia 21 de fevereiro de 2014, há exatamente 11 anos com mais de 60 famílias que não tinham onde morar, conforme a figura 10.

Figura 10 – Edifício Alto da Prainha



Fonte: G1 CE

Vale destacar que nesse período, a cidade já tinha um plano local de interesse de habitação social no quesito construção de moradia pelo *Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV)*. No desastre, morreram duas crianças: um menino com 5 anos de idade e outro com 10, ambos irmãos, conforme o relato da ex-secretária de Trabalho e Assistência Social, no período do acidente.

Segundo informações da época, o desastre se deveu porque o piso do 4º andar cedeu e as lajes desmoronaram até chegar ao local onde as crianças estavam brincando: o térreo, antes do 1º andar. A perícia averiguou que o imóvel apresentava muitas rachaduras, infiltrações e inapropriado para moradia.

Após o episódio, logo de imediato, a Prefeitura se preocupou em alojar todas as famílias temporariamente na Creche da Prainha, e na Escola Municipal de Ensino Fundamental Rita Paula, enquanto tramitava na Câmara Municipal a lei de habitação para abrigar legalmente essas pessoas

Corridos 20 dias após o desabamento, foi aprovada por unanimidade na Câmara Municipal a Lei nº 1.081/14, de 13 de março de 2014, que criou e definiu os critérios, diretrizes e procedimentos para a concessão do Aluguel Social, como política institucionalizada.

Segundo a Secretária de Trabalho e Assistência Social (STAS) da época, quando a lei foi criada, as famílias recebiam uma espécie de *voucher* no valor de R\$ 200,00 mensalmente para o pagamento do aluguel válido por um ano, prorrogável por mais um, de acordo com as necessidades específicas. Devido a urgência, esses/as desabrigados/as podiam morar na casa de algum parente e usar o valor do benefício para auxiliar nas despesas do imóvel que passaram a ocupar.

Atualmente, a situação não é mais desse jeito. Para o beneficiamento do Programa, as famílias precisam alugar uma casa, entregar o contrato de locação e recibo de quitação mensal do aluguel, conforme definem a lei e o Decreto, mediante um relatório técnico, que é elaborado pelas assistentes sociais do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) ou pelas técnicas da Coordenadoria de Habitação Municipal.

Ainda importa mencionar que na atual gestão municipal, o *Programa Aluguel Social* (PAS) foi regulamentado através do Decreto nº 010/2022, de 08 de fevereiro de 2022. Por meio dele, houve uma correção do valor para R\$ 400,00 mensais às famílias, em razão de sempre haver mudanças nos indicadores econômicos do mercado imobiliário, conforme artigo 7º do mesmo.

Mediante necessidade, os/as beneficiários/as podem requerer o benefício de acordo com o Art. 2º da Lei nº 1081, de 13 de março de 2014, de acordo com as seguintes situações:

- I – por motivo de riscos naturais ou ocupação de áreas de preservação ambiental, e que sejam inseridas em projetos de reassentamentos;
- II – nos casos decorrentes de desocupação de áreas públicas de interesse do município e moradias submetidas a riscos insanáveis, iminentes ou desabamento;
- III – nos casos de reconstrução de imóvel em situação de risco estrutural ou geológico, quando esta medida for declarada necessária pelos órgãos competentes e havendo absoluta impossibilidade de acomodação em casas de parentes;
- IV – nos casos de catástrofe ou calamidade pública, hipótese em que o Programa do Aluguel Social poderá, excepcionalmente, ser disponibilizado sem comprovação de tempo mínimo de moradia no município, sendo, porém, obrigatória a apresentação de Relatório de Vistoria Técnica e Social e comprovação de posse do imóvel em situação de risco estrutural ou geológico;
- V – quando verificada situação de alta vulnerabilidade social decorrentes de violência no âmbito familiar e situação de pobreza;
- VI – casos de saúde grave, que necessite de um ambiente salubre, de caráter emergencial.

Reitero que a maior parte dessas informações a respeito da política habitacional de Aquiraz foram obtidas através da ex-secretária da STAS, que com muitos detalhes falou desse contexto quanto ao trabalho de articulação no atendimento às famílias desabrigadas.

Suas informações foram muito pertinentes para a produção do contexto da política, visto que trouxeram muitos detalhes até então desconhecidos. Segundo Rodrigues (2016), trazer o contexto da política que está em estudo, é de suma importância para o entendimento de quem faz pesquisa no método avaliação em profundidade, foco desse Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas.

Conforme vimos no art. 2º do PAS, há uma exposição de quem poderá requerer o programa, mas em nenhum dos seis incisos se menciona a questão do direito para famílias com filhos/as matriculados/as nas escolas da rede pública de Aquiraz.

Destarte, trago como sugestão a revisão do programa para uma possível prioridade de inserção de estudantes com suas famílias que residem em moradias inadequadas, como é o caso do Gaipó.

Ressaltamos que nestes onze anos de *Programa Aluguel Social*, os problemas de moradia ainda são muito recorrentes, visto que o município não dispõe de um programa/política que enfrente, consistentemente, os problemas de habitação, como por exemplo, o *Programa Minha Casa Minha Vida* (PMCMV).

De acordo com a Secretaria de Trabalho e Assistência Social (STAS), no ano de 2023, 107 famílias moravam em casas de taipa<sup>7</sup>, nas mais diversas condições de insalubridade, como a ausência de esgoto adequado, coleta de lixo, banheiro e água tratada. Diante do exposto, constatamos que há uma expressiva fragilidade, a exemplo da falta de registros por parte da Prefeitura Municipal de Aquiraz quanto à sua política de habitação.

Face a tal conjuntura, podemos inferir que é inadmissível para um município com a extensão territorial indicada, bem como o número de habitantes, apresentar em seus dados apenas 107 nestas condições. Tendo em vista minha experiência de 17 anos na docência, na educação básica no município, foi possível verificar diversas situações de extrema pobreza com muitos/as estudantes que

---

<sup>7</sup>Tipos de moradias bastante comuns, na região Nordeste durante as décadas de 1980, 1990 e que persistem ainda existirem, atualmente. Essas moradias são construídas à base de: barro batido, pedaços de tijolos brancos e galhos finos (varas).

vivem em casebres/moradias paupérrimas, e quem sabe, até piores do que as condições do barraco de Carolina Maria de Jesus.

Os/as moradores/as dessas casas de taipa revelaram características bem semelhantes com o perfil de Carolina de Jesus. Quanto ao gênero, 70% desses moradores foram mulheres, solteiras e não alfabetizadas. Sobre a raça, o relatório apontou que 45% desses/as ocupantes se declararam como negros/as, 40% como pardos/as e apenas 15% brancos/as. A favela tem cor e é negra!

No que se refere ao mercado de trabalho, os homens e as mulheres se declararam como autônomos/as e desempregados/as, a maioria tem seu sustento através dos Programas de Transferência de Renda, como o *Programa Bolsa Família (PBF)* e o *Benefício de Prestação Continuada (BPC)*, conforme se constou na base de dados da Secretaria de Trabalho e Assistência Social (STAS), no ano de 2023.

Sobre as condições de morarem em casas de taipa, a maior parte desses/as moradores/as informaram que não gostavam dessas moradias por causa da falta de conforto, segurança, de acesso aos serviços públicos e ausência de privacidade. São moradias que, de uma maneira geral, possuem apenas um ou dois cômodos para quatro, cinco ou seis pessoas.

Quanto às condições de saneamento básico, as casas apresentaram situações de muita calamidade, deixando seus/as moradores/as às mais diversas intempéries, como doenças e alagamento em tempos chuvosos.

Com relação ao banheiro, os dados mostraram o seguinte: dessas casas, 47,5% possuem banheiro; 28% possuem apenas o vaso sanitário e fica do lado exterior da casa; 18% dessas casas, não possuem banheiro e, seus/suas domiciliados/as foram obrigados/as a fazer suas necessidades fisiológicas nos banheiros dos/as vizinhos/as ou despejar os dejetos em valas e/ou aterros, e 6,5% dessas pessoas não informaram se tinham ou não banheiro em suas casas.

Acerca do esgotamento sanitário, quase metade dessas casas ainda utilizavam fossa do tipo rudimentar, e uma boa parte usava a fossa séptica. Outras, entretanto, até agora utilizam a vala “a céu aberto”. O abastecimento de água é realizado da seguinte maneira: 55% captam a água por meio de cacimba/poço; 17,5% através de chafariz; 24,5% da rede pública, que é a Companhia de Água e Esgoto do Estado do Ceará (CAGECE); 2% não informaram nada, e 1% por outros meios.

Quanto ao tratamento dessa água, algo que nos chamou muito atenção foi o fato de 62 pessoas informarem que a utilizam sem um tratamento adequado. Apenas 1 pessoa filtrava a água; 02 ferviam; 40 utilizavam a água de forma tratada, e 02 pessoas não responderam.

Decorridos quase 65 anos de *Quarto de despejo*, observamos que as condições dos/as moradores/as negros/as e pardos/as dessas casas de taipa, no município de Aquiraz continuam do mesmo jeito em que viveu Carolina de Jesus, haja vista esses espaços não receberem os serviços de saúde, alimentação, saneamento básico, e principalmente moradia.

A falta de amparo estatal ainda é muito nítida, visto que são realidades apenas separadas pelo tempo, mas tão semelhantes quando se fala da escassez das políticas públicas sociais, com a diferença de que na década de 1960, a assistência social como política de seguridade, inexistia, consolidada tão somente em 1988, com a “Constituição cidadã”. Portanto, a vida nos mostra que a lei por si não basta.

Como resultado dessa omissão, o racismo ambiental mata a cada uma hora e meia uma pessoa negra por doenças, como: diarreia, malária, verminoses e outras oriundas da insalubridade nas casas expostas por falta das políticas públicas em seus territórios. Além disso, a violência policial é muito grande, pois o próprio Estado e a mídia reproduzem a imagem de que a favela é moradia e esconderijo de bandido (Silva *et al.*, 2019).

Por outro lado, esta mesma mídia esconde a omissão estatal, em virtude que, na maioria da vezes, nesses ambientes não há escolas, não há bibliotecas, serviços de saúde e nem espaços de lazer (Sanches; Belmont, 2023). Ainda vale dizer que frequentemente a tortura, o desaparecimento, a prisão e a morte de jovens negros/as e pobres ocorrem dentro das favelas.

Segundo Alves e Meda (2018); Maricato (2011) e Campos Filho (2010), as condições inadequadas de moradia vão muito além da estruturas de uma casa. A não disponibilidade dos serviços públicos, como: saúde, educação, segurança, lazer e assistência tornam, sobremaneira, uma moradia inadequada.

Além disso, um outro ponto importante é a questão do direito de posse da casa de forma legal por meio de um registro para que futuramente não se tenha problemas de despejo. No que concerne à questão da insegurança da moradia, Rolnik (2019, p. 151-152) argumenta:

Fundamentalmente, a insegurança da posse é uma questão de economia política – Leis, instituições e processos de tomada de decisão relacionados ao acesso e ao uso da moradia e da terra são atravessados pelas estruturas de poder existentes na sociedade. Assim, tanto as formas de gestão do solo como as estratégias de planejamento urbano têm uma enorme incidência sobre as possibilidades de acesso – ou bloqueio – à terra urbanizada para os moradores de menor renda. É o interior desta trama jurídico-administrativo que se tecem os mecanismos de inclusão/exclusão na cidade.

Em tempos de exclusão, preconceito, racismo e misoginia, a moradia também precisa ser estendida aos grupos vulneráveis da sociedade, como idosos/as, mulheres, crianças, pessoas com deficiência, vítimas de desastres naturais, povos indígenas, comunidades quilombolas e grupos LGBTQIA + (Silva *et al.*, 2019).

Não menos importante é a localização, haja vista que as casas precisam ser construídas perto do desenvolvimento econômico, como trabalho, espaços de lazer e de sociabilidade com oferta de praças e parques para a prática de esportes e atividades físicas (Alves; Meda, 2018).

Dados encontrados em *site* do governo federal<sup>8</sup> apontaram que na cidade de Aquiraz há um déficit de 3.810 residências mais 1.274 em situação de precariedade, sem as mínimas condições de habitação. Vale frisar que neste *site* não há informações a respeito do ano da divulgação destes dados.

Nas considerações de Guerreiro, Rolnik e Toro (2022), na América Latina, entre as décadas de 1950 e 1960, 20% da população morava de aluguel. No Brasil, de 2000 a 2020, em torno de 23% da população vive desse mesmo jeito.

Em termos comparativos, no município de Aquiraz, não conseguimos informações a respeito do percentual de famílias que moram de aluguel atualmente. Em 2023, em uma visita que fiz à Secretaria de Trabalho e Assistência Social (STAS), informaram-me que o *Programa Aluguel Social* tem um limite de apenas 100 famílias beneficiadas, visto que seu custeio provém de fundos próprios da gestão municipal.

O enfretamento dos problemas de moradia através da concessão do aluguel aos mais pobres mostra a fragilidade do Estado perante a sua responsabilidade de garantir os direitos sociais, ao passo que o mercado imobiliário é fortalecido.

---

<sup>8</sup>Disponível em: (<https://antigo.mdr.gov.br>). Acesso em: 12 de setembro de 2024.

Trata-se de uma nova onda de financeirização da moradia, cujo epicentro é a moradia de aluguel. Há um novo tipo de locador, geralmente corporativo e ligado a gestores de ativos financeiros transnacionais, que passou a controlar um grande volume de casas ou apartamentos para locação em várias cidades (Rolnik, 2019, p. 385).

Nas palavras de Rolnik (2019), a transformação da moradia, que é um direito social, torna-se em serviço por parte do Estado em conluio com o mercado e se denomina como “financeirização”. Nesse novo paradigma, ocorre o abandono/esquecimento das políticas públicas em que a habitação é um bem social, parte fundamental de todos que habitam a cidade como distribuição de riqueza.

A habitação se tornou um meio de acesso à riqueza entre os grandes empresários. Em outros termos, a casa se transformou em um capital fixo, cujo valor baseia-se na expectativa de gerar lucros e sempre na visão do aumento de preços desses imóveis (Rolnik, 2019).

Postas essas questões sobre o contexto de criação da política habitacional de Aquiraz, é oportuno conhecer o papel dos movimentos sociais como uma expressão para provocar o Estado na implementação das políticas públicas sociais de habitação.

#### **4.9 Os movimentos sociais na defesa das políticas de habitação**

No Brasil, a partir da década de 1970, em pleno regime civil militar apareceram os primeiros movimentos sociais, nos bairros das periferias da megalópole São Paulo, berço do desenvolvimentismo e com acentuadas marcas de desigualdades (Oliveira, 1999), (Gonh, 1991) e (Domezi, 2022).

Nesses bairros periféricos, com o esteio da Igreja Católica através das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e sob a inspiração da Teologia da Libertação<sup>9</sup>, concentravam-se associações comunitárias, pequenos grupos políticos, representantes de operários/as das fábricas, movimentos culturais, jovens e mães com filhos/as desaparecidos/as da ditadura e agremiações estudantis (Domezi, 2022).

---

<sup>9</sup> Linha de pensamento teológica cristã que coloca no centro de suas discussões a libertação de homens e mulheres oprimidos/as pelo sistema capitalista. Em certas situações, envolve análises socioeconômicas. Sua atuação se concentra mais na América Latina, desde os anos de 1960, logo após o Concílio Vaticano II. Têm-se como os defensores dessa corrente teológica Gustavo Gutiérrez, Leonardo Boff e os jesuítas Juan Luis Segundo e Jon Sobrino, que popularizaram a seguinte frase: “opção preferencial pelos pobres”.

Tais movimentos denominados como urbanos reivindicavam a regularização dos loteamentos clandestinos para a construção de casas para as pessoas mais pobres que vinham de todos os cantos do Brasil, principalmente do Norte e do Nordeste em busca de melhores condições de vida (Bonduki; Bonduki, 1982) e (Maricato, 2013).

Naquele tempo, a cidade de São Paulo se encontrava em tamanha expansão, e conseqüentemente, o encarecimento assustador de lotes urbanos, o preço do aluguel e transporte. Em decorrência, os/as migrantes foram morar em favelas. A partir dos anos de 1970, ano após ano, essa população tão marginalizada e oprimida crescia em torno de 30% (Domezi, 2022).

Também havia outros movimentos que lutavam por escolas/creches para os/as filhos/as desses/as trabalhadores/as e por serviços e bens de saúde (Oliveira, 1999).

É importante que, na fase entre 1970 e 1978, enquanto a repressão militar impedia qualquer ação de peso dos operários das fábricas com suas organizações, os bairros da periferia tornaram-se espaço de resistência e articulação de um movimento social embrionário, de crescente resistência. Inúmeros núcleos de trabalhadores passaram a reunir-se nas casas e em sacristias de igrejas, numa conscientização cada vez maior que fazia rejeitar o clientelismo e o autoritarismo do Estado (Kowarick e Bonduki, 1994, p. 157-158).

A grande perseguição do regime militar causou consideravelmente desinteresse pela inserção de muitos militantes na política partidária, mas em oposição eram nesses movimentos sociais que essas pessoas encontravam forças pela ampliação da vida democrática ao constituírem formas de associativismo e comunitarismo, ou seja: a possibilidade da criação de novas maneiras de organização em sociedade (Oliveira, 1999) e (Sader, 1988).

Essas vontades populares buscavam primeiramente o direito de ter direito, pois era bastante perceptível a omissão do governo. Para os movimentos, a autonomia e auto-organização eram coisas inegociáveis por uma sociedade mais justa e fraterna (Neaer; Silva; Tatagiba, 2018).

A respeito dessas colocações, Jacobi (1983, p.150) afirma:

Nesse contexto o Estado desempenha papel fundamental no processo espoliativo, em decorrência da orientação excludente da política de investimentos públicos, tornando-se gradativamente o principal responsável pela precariedade da população que cada vez mais é relegada a uma

situação de "moradores subalternos, sem direito ao usufruto das benesses da urbanização.

À vista disso, as forças políticas acreditavam que haveria um contingente de marginalizados/as e/ou excluídos/as perante tantas pressões, todavia aconteceu o contrário, pois através do espírito coletivo, foram as classes populares que tiveram maior visibilidade/notoriedade e continuaram a lutar ardentemente pelo reconhecimento de maneira legítima e mais participação na implementação das políticas públicas (Oliveira, 1999).

Ao complementarem, Sader (1987) e Gonh (2011), argumentam que a classe trabalhadora começou a se afastar da imagem de submissão e se afirmar com imposições mais críticas e contundentes em prol das causas trabalhistas. Pequenos atos e manifestações foram se tornando mais frequentes frente à institucionalidade estatal e a classe trabalhadora passou a ser vista como um grupo de resistência, de autonomia e de criatividade.

Foi a partir de 1976 que esses movimentos se fortaleceram nos mais diversos bairros da cidade de São Paulo, e por todo o estado com diferentes formas de organização. No final dessa década, era muito nítido o confronto entre opressores (máquina pública) e oprimidos/as (movimentos populares) (Carlos; Dowbor; Albuquerque, 2021).

Conseqüentemente, o governo uniu suas forças para conter esses grupos subversivos, porém, concomitantemente, houve uma certa preocupação em atender algumas demandas desses movimentos sociais, isto é: uma espécie de negociação entre ambas as partes (Barcelos; Pereira; Silva (2017) e (Oliveira, 1999).

Diante de tal correlação de forças, é oportuna a afirmação de Behring e Boschetti (2011) que as políticas públicas sociais foram e são fruto do engajamento coletivo da classe trabalhadora, cujo êxito não depende a partir de uma simples vontade governamental. No decorrer da história, as pressões populares via movimentos sociais sempre fizeram parte para que o Estado pudesse ser mais efetivo no atendimento das necessidades da população (Caldart, 2001).

Na concepção de Duhram (1984), esse processo de negociação entre Estado e os movimentos sociais é uma forma de legitimação dos movimentos. Destarte, no entendimento de Gonh (2011) e Neaer; Silva e Tatagiba (2018), os movimentos sociais criaram mecanismos de planejamento e implementação das políticas públicas sociais pelo estado capitalista, quer dizer, sem a capacidade de

negá-lo, sem anarquismo, em razão que se faz necessário, ora implementando os bens e serviços coletivos, ora reafirmando a escassez.

Como já mencionado, os movimentos populares tiveram grande influência das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), movimento este que não se contentava com as injustiças sociais (Domezi, 2022). Muitos bispos e padres se uniram às CEBs para a emancipação social das pessoas frente as opressões.

Religiosos como o dominicano frei Betto e Leonardo Boff foram referências na Teologia da Libertação na luta pela libertação dos/as mais necessitados/as (Domezi, 2022). Bispos como Dom Cláudio Hummes e Dom Paulo Evaristo Ars foram personalidades de expressiva relevância em relação às causas sociais durante o regime militar (Ars, 2022).

Acerca do engajamento de Dom Cláudio Hummes, em meados da década de 1970, quando ainda bispo da diocese de Santo André, no ABC Paulista, abriu as portas da igreja para acolher os/as operários/as da região que desafiaram a ditadura militar e iniciaram a maior greve em prol de melhores condições de trabalho, desde o golpe de 1964 (Coutinho; Castilho, 2018).

Com este gesto, seu apoio às causas trabalhistas foi fundamental para novas perspectivas da classe trabalhadora. Foi a partir desse movimento grevista que Dom Cláudio Hummes começou a ter contato com o movimento sindical de Santo André, que tinha como liderança o metalúrgico Luiz Inácio da Silva, período em que o bispo se aproximou das ideias revolucionárias da Teologia da Libertação (Coutinho; Castilho (2018).

Dom Paulo Evaristo Ars, conhecido como o “bispo das periferias” por sua vez, foi um religioso muito atuante junto às populações de rua, setores empobrecidos pelas desigualdades e presos em condições degradantes. Ficou à frente da Arquidiocese metropolitana de São Paulo entre os anos de 1970 e 1998. Ao renunciar ao cargo episcopal por questões canônicas, o cardeal Ars deixou como herança um grande legado de luta e resistência urbana (Domezi, 2022).

A intensificação do trabalho do “bispo das periferias” teve muita visibilidade nos arredores da cidade de São Paulo com o movimento chamado de *Operação Periferia*, responsável por construir milhares de casas, visto que naquele tempo a desigualdade urbana era imensa e o Poder Público se mostrava ineficiente perante a situação (Martins, 1994).

A *Operação Periferia*, na concepção do cardeal, seria uma igreja em devir, ou seja: uma igreja em movimento que saia de si e ia ao encontro dos/as mais necessitados/as (Ars, 2022).

Sobre esse movimento, Domezi (2022, p.78) analisa:

De fato, a Igreja da Operação Periferia é aquela que se desloca para as periferias geográficas e existenciais e se insere na realidade cotidiana dos excluídos, oprimidos e sofredores; que atua em parceria com as organizações e as pessoas solidárias com os pobres; que assume a defesa dos direitos humanos a ponto de sofrer difamação, perseguição, repressão militar e até martírio.

A praça da Sé, mesmo com todo aparato militar repressor, não impedia a coragem de muitas comunidades com os múltiplos movimentos transformadores encorajados pelas CEBs, principalmente as marchas urbanas periféricas. Entre as décadas de 1970 e 1980, o espaço foi palco de grandes manifestações populares, como por exemplo, o grito pelas *Diretas Já* (Gonh, 1991).

Com o apoio da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), no ano de 1983, foi criada a Pastoral da Criança, fundada por Zilda Ars Neumann, médica pediatra, sanitarista e irmã de Dom Paulo Evaristo. Esse movimento teve muita importância no combate à mortalidade infantil e serviu de modelo para a criação de muitas políticas de saúde em anos posteriores (Neumann, 2006).

O trabalho de Zilda Ars pelas causas sociais foi focado na prevenção e mobilização social que serviu de exemplo para programas governamentais. A Pastoral da Criança, no entendimento de Andrade e Mello (2004), conseguiu levar para a opinião pública a evidência da exclusão e da desigualdade de milhares de meninos e meninas, durante a década de 1980.

Além de oferecer assistência através do voluntariado, a Pastoral da criança sempre cobrou do Poder Público políticas eficientes de assistência e de saúde. Programas como *Bolsa Família* e o *Benefício de Prestação Continuada(BPC)* surgiram a partir de muitas ações efetivas da Pastoral (Andrade; Mello, 2004).

Em 1984, foi criado o *Programa de Assistência Integral à Saúde da Criança (PAISC)* e já na década de 1990, o *Programa de Saúde da Família (PSF)* e o *Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS)*, em virtude de milhares de crianças que nasciam com paralisia infantil, sem contar com números alarmantes de desnutridos/as (Brasil, 2018).

É importante mencionar que os movimentos sociais não apareceram somente nas periferias das cidades, mas também nos campos, pois havia muita insatisfação por parte de trabalhadores/as rurais que não possuíam terra para plantar nem para produzir (Comparato, 2001) e (Leite; Dimenstein, 2010).

Assim, surgiu o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que se formou a partir de uma reunião de vários movimentos populares que lutavam e promoviam acepções de terras nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul, na primeira metade da década de 1980 (Caldart, 2001).

Oficialmente, o MST foi fundado em janeiro de 1984, na cidade de Cascavel, Paraná, e hoje, decorridos 41 anos de sua existência, está presente em 23 estados do Brasil. Esse movimento rural se apresentou como um novo ator político mesmo que muitas de suas ações já não seriam tão originais do ponto de vista da praticidade, e foi extremamente organizado e aliado a vários segmentos da sociedade civil (Comparato, 2001).

Daí, emergem novas configurações de reivindicação social voltadas à distribuição de terras. Estima-se que o MST possui aproximadamente em torno de 350 mil famílias assentadas e 70 mil famílias em acampamentos, num total de 1,5 milhão de pessoas (Leite; Dimenstein, 2010).

É importante lembrar que o MST não foi e nem será o único movimento por luta de terras na história do Brasil. Anteriormente, outros grupos tiveram destaque, como: Ação das Ligas Camponesas, na década de 1960, no estado de Pernambuco e cercanias. Há registros também do movimento de Canudos, ocorrido no final do século XIX, concentrado no estado da Bahia (Comparato, 2001).

Ao contrário da filosofia do MST, os líderes desses movimentos eram animados por questões messiânicas/místicas, e almejavam mais por um retorno ao passado do que por uma transformação do presente. Nas palavras de Caldart (2001), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra é uma instituição que tem como principal adversário o governo federal, e não os grandes proprietários de terra.

Dados apresentados por Fernandes (1999), mostram que o MST foi responsável por apenas um terço das ocupações de terras realizadas no Brasil desde 1996. Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, o movimento tomou proporções significativas nacionalmente, como veremos posteriormente.

Em 1994, ainda no governo de Itamar Franco, as informações sobre o MST eram monitoradas por um “gabinete de crises”, ligado ao Gabinete de Segurança Institucional (GSI) da Presidência da República. Nesse gabinete, eram registrados frequentemente o número de áreas ocupadas, os acampamentos e as escolas de formação de militantes (Comparato, 2001).

Entre 1994 e o os anos 2000, dois acontecimentos fizeram com que o governo concentrasse ainda mais suas atenções para o movimento: o *Massacre de Eldorado dos Carajás*, que aconteceu em 17 de abril de 1996 e a *Marcha a Brasília*, realizada em fevereiro de 1997 (Leite; Dimenstein, 2010).

Em 1996, o governo ainda não tinha sequer assentado uma família. Nesse tempo, 80% da população brasileira almejava a reforma agrária, em razão dos conflitos de terra serem muito frequentes. Mesmo assim, o governo continuou a desacreditar no movimento e usou a mídia como aliada para desqualificá-lo perante a sociedade, e desta maneira, o MST foi entendido como um grupo subversivo, de invasores de terras, de marginais e anarquistas (Caldart, 2001).

Mesmo tendo anunciado a reforma agrária e mais diálogo com o movimento em sua campanha eleitoral, Fernando Henrique Cardoso não deu tanta relevância para a gravidade do *Massacre de Eldorado dos Carajás*, em que 19 militantes foram brutalmente assassinados pela polícia militar do Estado do Pará (Comparato, 2001).

Com a chegada de FHC à Presidência da República, no ano de 1995, observou-se o aumento do número de cadeiras ocupadas por fazendeiros que foram eleitos deputados federais e senadores, no Congresso Nacional, a chamada *bancada ruralista*, cuja intenção era barrar a realização da reforma agrária (Leite; Dimenstein, 2010).

Esses parlamentares tinham preocupações exclusivas para as políticas agrárias que liberavam o uso desenfreado de fertilizantes e agrotóxicos para aumentar ainda mais os lucros do agronegócio, sem as devidas preocupações com o meio ambiente e o domínio de terras (Caldart, 2001).

Diante do exposto, notou-se ainda mais que a política agrícola do país inviabilizava de todas as maneiras a produção de alimentos dos/as pequenos/as produtores/as e/ou agricultores/as. Atualmente, a agricultura comercial ocupa cerca de 85% das terras brasileiras para a produção exclusiva de milho, soja, cana de açúcar e pecuária (Dalmagro; Ferreira, 2023).

No Brasil, desde seu processo de colonização, a distribuição de terras sempre foi um impasse. Em 1850, criou-se a Lei de Terras e tornou a terra como uma mercadoria, impedindo que os mais pobres, como os/as ex-escravizados/as pudessem tê-la para morar e produzir (Comparato, 2001).

No século XX, a situação ainda foi pior durante o período da ditadura civil militar, pois foi decretado que toda terra devoluta, isto é, improdutiva, deveria ser devolvida ao Estado, mas quem dizia isso seria um juiz, e geralmente esse magistrado era um latifundiário ou tinha relações com grandes fazendeiros, e de forma fácil essas terras seriam distribuídas para quem ele quisesse (Caldart, 2001).

Nas considerações de Leite e Dimenstein (2010), o MST apareceu com o intuito de aplicar a Constituição Federal de 1988, especificamente o artigo nº 184, quando diz que a terra tem que ser produtiva e não pode ser objeto de especulação imobiliária. A terra, segundo a Carta Magna tem que cumprir seu papel social: produzir, tornar-se produtiva e a garantia do direito à propriedade.

Existem muitas críticas ao MST, contudo, é ele quem mais produz alimentos orgânicos, respeito ao meio ambiente e implementa em suas escolas a pedagogia de Paulo Freire, tendo como fundamento a obra *Pedagogia do Oprimido*, que reconhece a necessidade de se fazer a luta com o povo e seus sonhos com a construção de um mundo mais fraterno (Dalmagro; Ferreira, 2023).

A partir de 2003, com a chegada de um presidente de esquerda à presidência da República, notou-se uma acentuada escuta e participação de membros dos mais diversos movimentos sociais, como: ambientalistas, urbanos e sindicais na composição de seus ministérios (Ramalho; Rodrigues, 2018).

A nomeação de Marina da Silva, militante em defesa da floresta Amazônica, como ministra do Meio Ambiente representou a ocupação de cargos importantes a ambientalistas dentro de seu ministério (Carlos; Dowbor; Albuquerque, 2021).

De modo similar, a nomeação de Olívio Dutra como ministro das Cidades foi o símbolo da criação de um canal de acesso para os movimentos de reforma urbana no do governo federal. A exemplo dessa abertura, temos Ermínia Maricato e Raquel Rolnik, ambas oriundas de movimentos populares urbanos da cidade de São Paulo, desde a década de 1970 (Maricato, 2011).

É importante destacar que ao longo dos governos Lula, as ideias desses movimentos incomodaram parlamentares que faziam oposição, justamente por

defenderem a implementação de mais políticas públicas sociais para os mais pobres (Rodrigues, 2012).

Como o governo precisava de uma frente ampla para governar, muitos representantes desses movimentos tiveram que deixar seus cargos. Como já mencionado, a troca de ministros do Ministério das Cidades do Partido dos Trabalhadores (PT) para o Partido Progressista (PP) em julho de 2005 representou o distanciamento e o enfraquecimento desses movimentos dentro do governo por uma agenda mais voltada para o mercado imobiliário, visto que as moradias deixaram de ser um direito social para se tornar uma mercadoria (Maricato, 2011) e (Rolnik, 2019).

Com o golpe de 2016 que configurou a saída de Dilma Rousseff da presidência da República, a correlação de forças para os movimentos populares se agravou ainda mais (Neaer; Silva; Tatagiba, 2018).

A partir dos governos golpistas de Temer e de Bolsonaro, notou-se fortes evidências da extinção ou diminuição desses grupos que já se encontravam tão fragilizados. De 2019 a 2022, a expurga de seminários, fóruns e conselhos que eram promovidos por secretarias dos Ministérios da saúde, educação e meio ambiente foi maciça em prol de uma agenda retrucada e negacionista (Medeiros, 2020).

Diante do exposto, cabe, na próxima seção, expor as respostas dos objetivos, conectadas com a dimensão teórica e a pesquisa documental, contempladas nas seções anteriores.

## 5 ENTREMORADIAS INADEQUADAS E O DESEMPENHO ESCOLAR: AS VOZES VELADAS FACE A UMA REALIDADE PUJANTE

Na presente seção, reitero que meus objetivos de pesquisa foram: foi avaliar os efeitos da fragilidade das políticas públicas de habitação no desempenho escolar de estudantes que vivem em moradias inadequadas no município de Aquiraz (CE); caracterizar as condições de moradia de estudantes do povoado de Gaipó e suas vivências escolares e familiares; relacionar as condições de moradia e o desempenho escolar à luz da realidade dos/as discentes e avaliar o *Programa Aluguel Social (PAS)* em face aos resultados da pesquisa, haja vista a ausência de políticas habitacionais efetivas no povoado do Gaipó.

Quanto aos/às interlocutores/as, são jovens bastante tímidos/as, entretanto, dispuseram-se pela primeira vez em suas vidas através de entrevistas semiestruturadas relatar suas histórias. Nestas interlocuções, foi comovente ouvir acerca de seus sentimentos em torno de viverem em casas inadequadas, o que reflete a ausência de uma política de habitação, esta, uma necessidade básica, contudo, algo tão distante, que é vista como um sonho.

Ademais, foram registrados os relatos do desempenho escolar, como também as falas da coordenadora pedagógica da instituição escolar onde esses/as discentes estudam. Embora já apresentadas/os com maiores informações na seção 2, convém lembrar quem são como mostra o Quadro 1.

Quadro 1 – Participantes da pesquisa

<b>Nome</b>	<b>Idade</b>	<b>Cor</b>	<b>Série do ensino fundamental/ensino superior</b>
Alberto	15 anos	Parda	8º ano
Baltazar	14 anos	Parda	9º ano
Belchior	14 anos	Parda	8º ano
Gaspar	14 anos	Parda	9º ano
Guadalupe	13 anos	Parda	8º ano
Marluce	63 anos	Parda	Pedagogia com especialização em Administração escolar

Fonte: Quadro elaborado pelo Autor.

Assim, convém agora, à luz das perspectivas da Pedagogia Histórico-Crítica e da Avaliação em Profundidade, responder aos objetivos em função das categorias determinantes contempladas não só nas vozes dos sujeitos, mas também nos seus silêncios e no próprio território onde vivem: *condições de moradia, políticas públicas e necessidades básicas*.

### 5.1 Condições de moradia

A escolha da comunidade do Gaipó surgiu a partir de um documento intitulado *Base de Dados Habitação – Casas de Taipa*, que tive acesso, no ano de 2023, fornecido pela Secretaria de Trabalho e Assistência Social (STAS) da Prefeitura Municipal de Aquiraz. Por meio dele, já era possível perceber os problemas de moradia que a cidade enfrentava, principalmente nos lugares mais longínquos.

Neste, Aquiraz contabilizava 21 comunidades com a existência de casas de taipa, num total de 107. O povoado do Gaipó, situado na comunidade de Cajueiro do Ministro era uma dessas localidades que ainda tinha cinco das referidas moradias.

Ao chegar lá, em novembro de 2024, para a realização das entrevistas, constatei que a quantidade dessas residências já havia reduzido em relação aos números do relatório da STAS. Atualmente, são apenas duas dessas casas de dois senhores idosos. Uma delas, pertence ao avô de uma jovem que mora perto da casa de Baltazar, e a outra, é do ex-marido de Joaquina, como veremos mais adiante.

Entretanto, isto não significava que o problema de moradia tinha se resolvido no Gaipó de um ano para o outro. Na realidade, o que constatei foram construções totalmente desordenadas, umas em cima das outras, e sem um planejamento arquitetônico.

Antes da pandemia da COVID-19, havia pela comunidade em torno de 8 casas de taipa, mas durante o acometimento da doença, o governo federal auxiliou milhares de famílias com o *Programa Auxílio Emergencial*.

A partir de março de 2020, os efeitos da pandemia foram severos, de modo a aprofundar ainda mais as desigualdades frente a fragilidade das ações do governo federal para o enfrentamento dos impactos da COVID-19, em meio à obediência de uma agenda negacionista (Martins, 2022).

Ao contrário de muitos países da Europa e da Ásia, não tivemos um plano eficiente de combate à doença, através de ações sanitárias. A aquisição das vacinas só ocorreu muito tempo depois, e sob pressão de parlamentares, magistrados e a população. Como resultado dessa ação, o Brasil contabilizou quase um milhão de pessoas mortas pelo vírus (Millen, 2022).

A principal medida adotada foi o *Auxílio Emergencial* por meio do pagamento de nove parcelas, entre os meses de abril a dezembro do corrente ano, sendo cinco parcelas no valor de R\$ 600,00 e de R\$ 1.200,00 para as famílias monoparentais, isto é, de famílias formadas por apenas um/a único/a provedor/a e os/as filhos/as (Ramos; Timóteo, 2023).

As demais, de setembro a dezembro, sofreram alterações nos valores anteriores. Por isso, quem recebia R\$ 600,00, passou a receber R\$ 300,00 e quem ganhava R\$ 1.200,00, obtinha R\$ 600,00. Assim, decorreu a primeira fase dessa política. Vale destacar que não havia, portanto, um controle de beneficiários/as do referido programa (Ramos; Timóteo, 2023).

Diante do cenário pandêmico, Joaquina e outras pessoas da comunidade foram beneficiadas pelo *Auxílio Emergencial*, e com este dinheiro começaram a construir suas casas de alvenaria, porém ainda muito pequenas para muitas pessoas. Por lá, pela questão da escassez de moradia, duas ou três famílias tinham o hábito de compartilhar uma mesma residência.

Com os olhos marejados, Joaquina me falou que seu maior sonho seria ver cada filho/a em sua casa, posto que moravam em uma casa com dois cômodos, sem conforto e sem privacidade. A prefeitura sempre soube do problema, porém nunca houve efetivação da política habitacional por lá.

Seus/as filhos/as nem sequer possuíam um terreno disponível para a construção dessas casas. Os casais da comunidade não têm privacidade: dormem juntos com seus/suas filhos/as em um mesmo quarto.

Uma das filhas de Joaquina, relatou que a casa dela era composta de: uma sala, uma cozinha e dois quartos muito pequenos. Em um deles, dormiam seus dois filhos mais velhos, e no outro, dormiam o marido em uma cama de solteiro, e ela com os outros dois filhos menores na cama de casal. Ao amanhecer, ela me disse que ficava totalmente indisposta para os afazeres domésticos, e as crianças iam para a escola debilitadas, sonolentas por não terem tido um bom descanso à noite.

Além da falta de moradia, outro problema agravante é a falta d'água que perdura desde quando Joaquina veio morar na comunidade. Os/as moradores/as nunca tiveram um chafariz, entretanto, falta de pedido não foi.

A água, um bem tão precioso para as necessidades básicas dos seres humanos, infelizmente ainda não está ao alcance de milhares de brasileiros/as. Ao observar os depoimentos de Joaquina sobre a falta d'água no Gaipó, não podemos deixar de mencionar que esta realidade é praticamente idêntica ao que foi vivido na favela do Canindé.

Carolina de Jesus (2014) conta que lá, como havia precariedade dos serviços básicos, como água e luz, muitos/as exploradores/as se aproveitavam da situação para extorquir praticamente quem já vivia em situação de miserabilidade. A distribuição da água acontecia de forma coletiva, e todos/as moradores/as pagavam uma espécie de taxa ao senhor Orlando, um chantagista que se dizia ser o encarregado da água

No barracão, assim como Carolina definia sua moradia, não havia água encanada. Ela chegava à favela por meio de uma encanação que desembocava em uma única torneira para todas as pessoas. Por causa disso, as filas eram enormes e quem quisesse garantir suas latas d'água teria que chegar muito cedo à torneira (Farias, 2018).

Sobre a disponibilidade de conseguir água na favela, Carolina enfatiza: “deixei o leito as 6 e meia e fui buscar água. [...] Atualmente é difícil para pegar água, porque o povo da favela duplicou-se. E a torneira é só uma” (Jesus, 2014, p. 109). No Canindé, a água era muito disputada, e servia muitas vezes de motivo para briga entre os/as vizinhos/as.

Como as latas eram pesadas, geralmente quem ia buscar água para as necessidades de casa eram os homens, mas Carolina fazia este trabalho braçal, justamente por não ter um companheiro. Para poder pegar água suficientemente, Carolina, às vezes, já nas primeiras horas do dia, estava na fila à espera d'água. De todos os seus afazeres do dia a dia, esse era o seu primeiro trabalho, frequentemente.

Na comunidade do Gaipó, para resolver esse empecilho, as famílias por iniciativa própria construíram 10 cacimbas em suas casas. Perguntei se a água que bebiam passava por algum tratamento, e me disseram que não. O único tratamento

que ela recebe antes de ser ingerida era coar com um pano fino para “sair” as impurezas.

A água era meio turva, e, portanto, inapropriada para o consumo humano, mas era a única que se tinha para beber e lavar roupa. Segundo Joaquina, a prefeitura nunca fez um trabalho de análise para observar as condições dessa água. Fui dar uma caminhada por alguns quintais e percebi que construíram as cacimbas muito perto das fossas, sem o devido respeito ao limite de distância, que é em torno de 15 metros, de acordo com as orientações dos profissionais da saúde.

Sobre a questão da água, a única ação da prefeitura foi a instalação de uma caixa d'água de plástico com a capacidade de 1000 litros para abastecer toda a comunidade, e isto não demorou muito. Essa água vinha de um sítio vizinho, que logo se acabava, e com o passar do tempo começou a ficar suja, e como consequência, as pessoas ficaram doentes.

Figura 11 – Cacimba de Joaquina



Fonte: Francisco Odenir Monteiro de Oliveira (22/08/2024).

Quanto ao recolhimento do lixo, a coleta acontecia por meio de um caminhão da prefeitura, às sextas-feiras. Os/as moradores/as disseram que em um

único dia da semana era insuficiente para a retirada de todos os resíduos. Como alternativa, constatei que toda a comunidade jogava o lixo ao ar livre em frente à casa de uma das filhas de Joaquina. Outras pessoas utilizavam a queimada como solução mais rápida.

Figura 12 – Lixo jogado em um terreno na localidade



Fonte: Francisco Odenir Monteiro de Oliveira (22/08/2024).

A ausência de uma política pública de habitação mencionada pela comunidade do Gaipó, só traz a confirmação da necessidade urgente da criação de uma política permanente de habitação, visto que no município de Aquiraz muitas famílias ainda vivem em condições de extrema pobreza.

Informações divulgadas pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FVG IBRE), mostraram que em 2021, o Brasil registrava 19,2 milhões de pessoas que viviam em situação de extrema pobreza. Segundo o instituto, são apontadas na linha da extrema pobreza, pessoas que se sustentam com uma renda mensal domiciliar *per capita* abaixo de R\$ 209,00.

Assim sendo, é mister que o Estado como provedor de oportunidades e garantias crie mecanismos reais de implementação e execução das políticas públicas sociais por meio da intersetorialidade, fazendo com que haja mais comunicação entre os diversos setores da sociedade (Nascimento, 2010).

Ainda no que se refere à moradia, esses/as discentes viviam em casas de alvenaria, isto é, residências construídas à base de tijolo furado, areia grossa e cimento, porém, algumas muito pequenas, sem ventilação, com rachaduras, sem piso, sem reboco, e banheiros inapropriados, conforme presenciei. Pelos padrões convencionais e tamanho das famílias, eram domicílios inadequados (Kohara, 2009), (Maricato, 2011) e (Rolnik, 2019).

Naquele lugar menosprezado, parecia que não era do interesse de ninguém em saber quantas pessoas tentavam sobreviver ali todos os dias. Quanto às famílias, mulheres e homens ainda muito novos/as se “juntam”, e talvez sem um planejamento familiar adequado, tinham muitos filhos/as. Como exemplo dessa realidade, tínhamos a família de Guadalupe. Eis um espaço que faz lembrar a canção de Bezerra da Silva (1992) *Eu sou favela*, ao denunciar que “nunca teve assistência social”.

Para melhor nitidez da pesquisa, eu precisava do quantitativo dessas famílias, e para mim, somente o posto de saúde poderia passar algum relatório ou dados estatísticos.

A respeito dessa informação, a própria unidade de saúde mostrou-se relutante para informar, haja vista o silêncio como resposta por duas vezes. Na primeira tentativa, logo após a qualificação, fui em busca da agente de saúde que atendia os/as moradores/as de lá. Disse-me que mostraria, mas não foi o que aconteceu. Seu celular emudeceu.

Da segunda vez, mandei mensagem para a enfermeira coordenadora do posto de saúde, todavia mais uma vez resposta omitida. Depois de praticamente uns quatro meses em busca dessa informação, e sob a orientação de uma assistente social do próprio município, fui encontrá-la na Base de Dados do Cadastro Único, na data de 13 de março de 2025, às 10 horas e 07 minutos da manhã, e lá dizia que o Gaipó possui um quantitativo de 30 famílias.

Após cada entrevista, eu perguntava às mães e/ou a avó dos/as discentes se poderia tirar algumas fotos das casas para ilustrar melhor a pesquisa e todas concordaram. Com esta permissão procurei ter muito cuidado para não as expor.

A seguir, evidenciei algumas fotografias das condições de moradia de Baltazar, Belchior, Gaspar, Alberto e Guadalupe.

Na figura 13, mostrei um pouco a frente e o lado esquerdo da casa de Baltazar. Ela possuía uma pequena área construída com pedaços de madeira e telhas arranjadas por sua mãe e pelo seu padrasto. Como a casa era muito pequena, alguns objetos da família eram guardados em malas do lado de fora.

Figura 13 – Alpendre da casa de Baltazar



Fonte: Francisco Odenir Monteiro de Oliveira (07/11/2024, às 10 horas e 42 minutos).

Ao lado da janela, encontravam-se algumas coisas acumuladas, como pneu velho, aro de bicicleta enferrujado e roupas estendidas em cordões de punhos de rede. Quanto ao seu tamanho, a casa possuía aproximadamente uns quatro metros de largura por dez metros de comprimento, dividida da seguinte maneira: uma sala, dois quartos, uma cozinha e um banheiro que ficava do lado de fora.

Acerca de sua moradia, assim falou o rapaz:

Eu me sinto incomodado dentro de casa porque ela é muito pequena para nós. Às vezes, quando tenho alguma tarefa da escola para fazer, não consigo realizar porque a zoadá é muito grande. Minha mãe fica direto brigando com meus irmãos, e assim, perco a concentração. Eu durmo num quarto muito apertado com meu irmão, e no outro, dormem minha mãe, meu padrasto, meu irmão e minha

irmã. À noite, aqui tem muita muriçoca. A casa é baixa demais. Não temos ventilador. Pela manhã, eu acordo muito cansado. Parece que não dormi. Fico com dor de cabeça (Baltazar, 14 anos, 2024).

Era perceptível que toda a família não conseguia dormir tranquilamente. Sabe-se que o sono é muito importante na recomposição das energias para uma vida saudável. Além do mais, a privacidade dentro dessa casa parecia que não existia, principalmente para o casal.

Na figura 14, apresentei a frente da casa. Nota-se que a parte superior não estava rebocada, nem pintada. Já o telhado possuía bastante telhas velhas, sustentadas por estacas finas, sendo um risco eminente de desabamento, visto que a madeira estava comprometida. Essa parte da casa tinha muita utilidade pela mãe de Baltazar: estender outras roupas.

Figura 14 – Frente da casa de Baltazar



Fonte: Francisco Odenir Monteiro de Oliveira (07/11/2024, às 10 horas e 45 minutos).

Frequentemente, a indisposição e o cansaço mental faziam parte da vida desse estudante como ele mesmo falou. Ao ser perguntado sobre o entendimento da expressão “casa digna”, foi um dos que não soube responder de imediato à pergunta. Através de alguns exemplos mencionados por mim, falou-me que por casa digna era simplesmente ter um espaço com tranquilidade onde se sentia bem e feliz com sua família.

As próximas fotografias (figuras 15 e 16) são da casa de Gaspar e de dona Dina, sua avó. Na primeira, o espaço era denominado como sala/cozinha. Nela, observei os móveis e utensílios muito simples: uma mesa de madeira ao centro, um televisor de tubo fixado na parede, e ao fundo, uma mesinha com um fogão de duas bocas, tendo embaixo um botijão de gás e um caixote de madeira que servia para guardar pimenta, colorau, alho e sal.

Figura 15 – Parte interna da casa de Gaspar



Fonte: Francisco Odenir Monteiro de Oliveira (28/11/2024, as 10 horas e 37 minutos).

Era assim que o jovem descrevia seu domicílio:

*Minha casa é de tijolo, mas está toda rachada, com o piso quebrado, tomada de cupim, insetos, teto velho, e sem segurança. Quando saio de casa para a escola, fico pensando na minha avó a tarde inteira porque ela fica sozinha. Tenho medo que alguém lhe faça mal. Não me sinto bem morando aqui. Gostaria muito de morar em outro lugar. A casa está se desmanchando (Gaspar, 14 anos, 2024).*

Depois dessa sala/cozinha, tinha-se o quarto onde dormiam os dois: ele, na cama, e ela, na rede. O referido cômodo não tinha ventilação e cheio de muriçoca. O único ventilador que tinha queimou, e a avó naquele momento, estava sem condições para consertar ou comprar outro. Desse jeito, tinham noites de sono

indesejáveis. Assim como Baltazar, Gaspar me disse que de vez em quando acordava com muito sono, sem disposição para os afazeres domésticos e escolares.

Na segunda, tentei enfatizar a situação do banheiro. Como se verifica, não havia uma porta para que se tivesse privacidade/intimidade pelo/a usuário/a. Infelizmente, o que se tinha era um pano fino. Ele ficava dentro de casa, bem perto da cozinha. No Gaipó, pelo o que constatei, todos os banheiros das casas dos/as entrevistados/as não possuíam porta. Nestas condições, estavam propensos à disseminação de doenças para seus/suas moradores/as.

Figura 16 – Banheiro da casa de Gaspar



Fonte: Francisco Adams Monteiro de Oliveira (2024/04/21, às 10 horas e 40 minutos).

Acerca dessa situação de miserabilidade, no território do Gaipó, Gaspar reverberou:

*Ah, para mim, uma moradia digna é tudo o contrário do que vivo aqui todos os dias embaixo deste teto com minha avó. (...) Infelizmente, as moradias no Gaipó são desse jeito há muito tempo e ninguém faz nada. Tem hora que a gente pensa que a casa vai desabar sobre nós. (...) A angústia é enorme e não sabemos o que fazer (Gaspar, 14 anos, 2024).*

Ao fazer a análise desse discurso, observei que as palavras desse rapaz eram muito carregadas de significados, da mais intensa indignação por viver naquelas condições de exclusão.

Ainda sobre seu modo de vida, Gaspar me questionou:

*Por que outros/as jovens de minha idade podem ter uma casa decente para morar com sua família e eu não posso? Por que no Gaipó não há realmente um campo ou quadra para os/as adolescentes e as crianças poderem brincar? Por que não posso sair aos finais de semana para passear com minha avó? Por quanto tempo terei que morar nesta casa com ela? (Gaspar, 14 anos, 2024).*

A reclamação legítima de Gaspar era muito bem expressa no *funk* *Eu só quero é ser feliz* (1995) de Cidinho e Doca quando cantam [...] *enquanto os ricos moram numa casa grande e bela, o pobre é humilhado, esculachado na favela* [...] Quer dizer, visivelmente, os lugares periféricos são onde se localizam as habitações das pessoas pretas e sujeitas a todo tipo de humilhação. O povoado do Gaipó se mostrou como um exemplo dessa desigualdade social que teima em naturalizar que a favela é preta!

Segundo o Censo de 2022, a população das favelas tinha um percentual de 72,9% entre pardos/as e negros/as. Historicamente, ela é estigmatizada pela mídia tradicional. Ao contrário disso, há um grande esforço por parte dos movimentos negros, e mídias comunitárias pela busca permanente da valorização de suas identidades através da arte, como: o teatro, o cinema, e a música, como ora representado pelo *funk*.

O que existe em vigência é um projeto por parte das empresas midiáticas, e como exemplo, tem-se a Rede Globo de Televisão, que vende uma pseudo imagem da emancipação dos grupos minoritários, dentre eles, a negritude jovem e as mulheres. Por meio dela, a nova narrativa liberal é muito evidente. Procura-se fazer a renomeação do termo favela para comunidade. Nessa mudança, meio que num “passe de mágica”, as pessoas afetadas pela miséria, pela violência e os tais “direitos culturais e identitários”, dão a entender que houve um real progresso social (Souza, 2021).

Diante da indignação a respeito do seu local de moradia, acredito que a fala de Gaspar era uma voz solitária no meio da juventude do povoado. Já os/as demais entrevistados/as, sentiam-se “tranquilos/as”, naquele cenário de exclusão social.

A respeito desse sentimento de “tranquilidade”, vale enfatizar que não se tratava de uma acomodação, mas uma revolta silenciada. Conforme já apontado,

eram discentes muito tímidos/as, haja vista a quietude em alguns momentos, as bocas emudeceram, todavia, as expressões faciais falavam daquela situação de abandono e precariedade.

Nas próximas fotos, o destaque se voltou ao quarto de Alberto, seu local de “repouso” compartilhado com seu irmão Carlinhos todas as noites. Sua casa não era tão bem dividida para o tamanho de sua família. Havia partes que eram rebocadas, e outras, não. O piso era constituído de um cimento liso. Seu tamanho era de aproximadamente uns quatro metros de largura por doze metros de comprimento. Ela estava dividida assim: uma área, uma sala, dois quartos, uma cozinha e um banheiro que ficava na parte externa.

Na figura 17, tinha-se uma cama com um colchão rasgado e bastante velho, danificado pelo tempo. Sobre este móvel, havia uma rede, e do lado um guarda-roupa.

Figura 17 – Quarto de Alberto - I



Fonte: Francisco Odenir Monteiro de Oliveira (05/12/2024, às 11 horas e 19 minutos).

Além disso, foi interessante observar que Alberto usava um colchão de berço como travesseiro, e o lençol era feito de pedaços de rede. A cama, como se

viu, não tinha sequer uma colcha para proteger o corpo de microrganismos (fungos). Alberto me falou que sentia muita coceira nas costas ao se levantar pela manhã.

Na figura 18, procurei também dar visibilidade à cama de Carlinhos, que não era tão diferente da de Alberto. Em seus pés, existia um ventilador, que segundo o adolescente, estava quebrado, e por causa disso, durante à noite, o quarto ficava muito quente, cheio de muriçoca, e eles não podiam dormir tranquilamente.

Figura 18 – Quarto de Alberto - II



Fonte: Francisco Odenir Monteiro de Oliveira (05/12/2024, às 11 horas e 22 minutos).

Essa cama não tinha colcha nem travesseiro. O irmão de Alberto costumava se enrolar durante à noite também com pedaços de rede. Na casa de Joaquina as redes de dormir eram reaproveitadas por toda a família. Do pano grande, se fazia um lençol, como vimos, e dos punhos, faziam-se cordões para estender roupa, conforme notei na casa de Leninha, sua filha.

No outro quarto, dormiam sua mãe e sua irmã. Já seu pai dormia na sala. À noite, quando ele ou o irmão precisava ir ao banheiro, era preciso passar pelo quarto da mãe, pela sala e abrir a porta da cozinha para chegar até lá. Era uma situação bastante delicada, segundo Alberto.

Sua fala refletia, sobremaneira, a interferência das péssimas condições de moradia na sua vida estudantil e, não menos preocupante e constrangedor, era a

autoculpabilização, como se a dificuldade para estudar fosse tão somente uma questão dele.

*Tem dia que só me levanto porque minha mãe me chama “para mim” dar de comer aos bichos dela. Sinto muitas dores de cabeça. Acho que vou “mim” consultar no posto de saúde. Aqui em casa, já muito cedo tem barulho de gente querendo conversar com ela ou comprar alguma coisa. Isto incomoda a gente. Não me sinto bem para fazer nada. Das vezes que “os professor passa” dever, eu não faço porque não penso direito. Acho que sou “burro” para estudar (Alberto, 15 anos, 2024).*

Vale dizer que a culpabilização da vítima é um discurso funcional ao Estado neoliberal, uma vez que ratifica que cada pessoa é responsável por si, ou nos termos de Alcântara (2023), esvaziam-se as perspectivas coletivas diante da ascensão das ideias liberais, fortalecedoras do individualismo e, esta fala de Alberto “acho que sou burro para estudar” é complicada, pois leva a mascarar a totalidade de uma realidade concreta e ainda pode sustentar a desobrigação do Poder Público, visto que foi colocada como uma questão individual.

As palavras de Alberto reafirmaram a análise de Kohara (2009) em sua tese de doutorado a respeito da grande relação do desempenho escolar com a moradia inadequada. Conforme Alberto expôs, uma noite mal dormida acarretava problemas físicos e mentais.

Portanto, é muito simplório e sem a densidade necessária, julgarmos seu desempenho somente dentro da escola, além de causar um certo conforto nos/as agentes educacionais. Deste modo, o que esta pesquisa propôs foi enxergá-lo em sua totalidade, ou nos termos de (Saviani; Duarte, 2021), atentar para a formação *omnilateral*, quer dizer, a totalidade da vida não se restringe apenas ao ambiente escolar. Fora da escola, os/as estudantes possuem seus laços afetivos, sejam em família ou em outro grupo social, assim como o local onde vivem.

Mediante essa perspectiva, reverbero como professor e pesquisador que o baixo desempenho escolar de Alberto, na disciplina de Matemática é uma situação que extrapola sim, os muros escolares. Infelizmente, suas condições de moradia não lhe permitiam como exercícios domésticos, a disciplina, nem tampouco a concentração em seus afazeres da escola (Souza, 2021).

As figuras 19, 20 e 21 são da casa de Guadalupe, uma das moradias que mais me chamou a atenção pelo fato de ser a menor de todas, e abrigava uma grande família com sete pessoas.

Figura 19 – Sala da casa de Guadalupe



Fonte: Francisco Odenir Monteiro de Oliveira (12/12/2024, às 10 horas e 41 minutos).

Nessa primeira imagem, destaquei a sala da casa, um espaço sem muita presença de luz solar, com apenas uma cadeira plástica, e sobre ela, sacos e mochilas com as roupas de toda a família. Era também sobre esta cadeira que ela e seus irmãos guardavam o material escolar.

Como se pode ver, o cômodo não era rebocado, e o que fizeram foi apenas passar uma demão de tinta cor branca. O piso, como em outras residências, foi feito de cimento fino, e cheio de emendas.

A figura 20 revelou as condições do banheiro da casa. Aquilo causou em mim um enorme mal-estar, fiquei sem palavras para descrever o cenário que vi na moradia daquela jovem.

Figura 20 – Banheiro da casa de Guadalupe



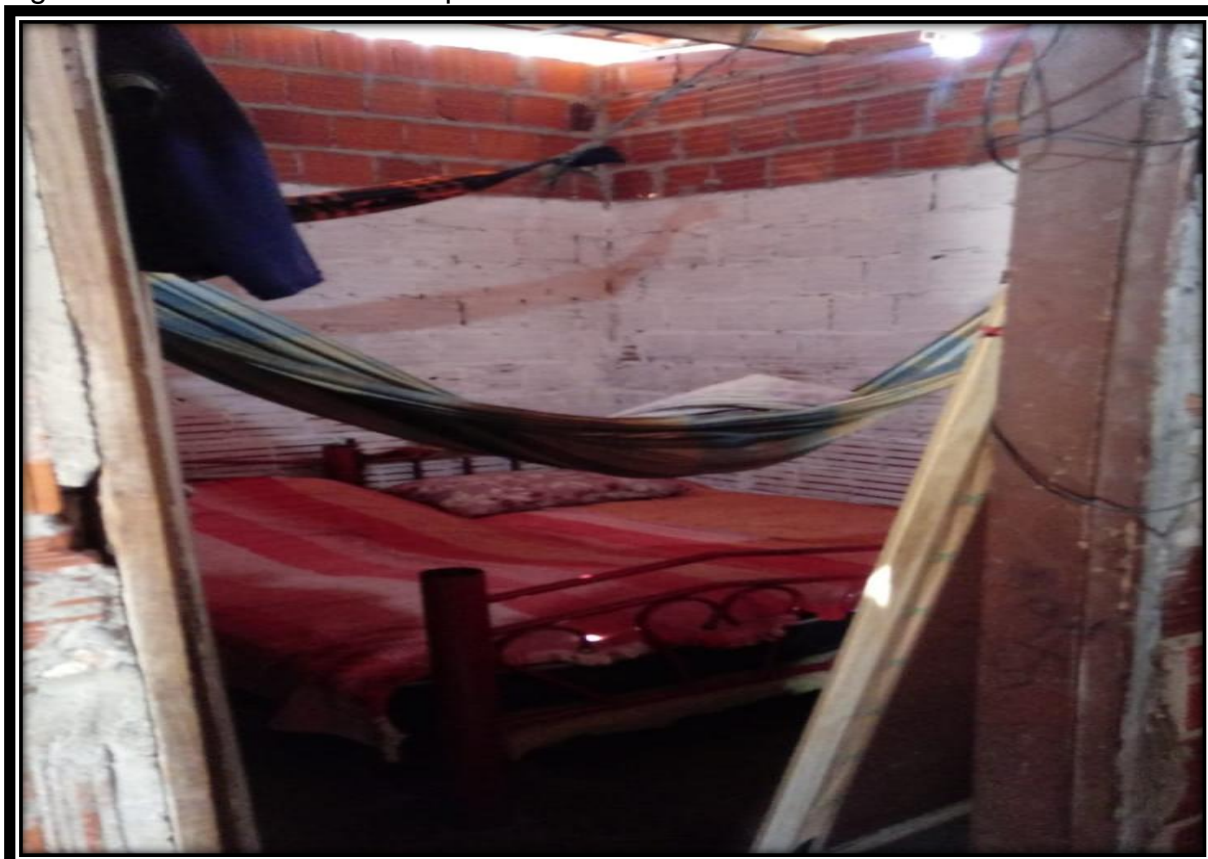
Fonte: Francisco Odenir Monteiro de Oliveira (12/12/2024, às 10 horas e 43 minutos).

Diante da fotografia, o que se podia ver era um banheiro bastante disforme, em razão de estar sem porta, vaso sanitário já velho, sem tampa, e nada de higienização. Ao seu lado, continha um garrafão pet de água com capacidade para 20 litros. Isso implicava que naquela casa não havia também água encanada.

Ainda sobre o banheiro, o piso era feito de cimento, mas estava todo quebrado e afundando. Como se constatava, suas paredes estavam rebocadas, porém danificadas, sujas, velhas e com buracos. Quanto à sua localização, ficava entre o quarto e a sala.

Na figura 21, destaquei o quarto onde Guadalupe, sua mãe e seus quatro irmãos dormiam.

Figura 21 – Quarto de Guadalupe



Fonte: Francisco Odenir Monteiro de Oliveira (12/12/2024, às 10 horas e 45 minutos).

Ao olhar esta fotografia, nota-se que o quarto era inconsistente em sua estrutura. Possuía aproximadamente uns três metros quadrados. Nele, não havia porta, e em seu interior, não existia reboco. Em uma parte da parede, deram uma demão de tinta cor branca. Assim como a sala, era muito escuro.

Nessa situação, mesmo durante o dia, era preciso que uma lâmpada estivesse acesa constantemente para clareá-lo, e os fios da energia elétrica ficavam expostos. Por esta imagem, observava-se que a casa era baixa, que a tornava muito quente.

Roberto dormia na sala. Já Guadalupe, seus irmãos e sua mãe, dormiam no quarto apertadíssimos/as, um/a sobre o/a outro/a. Ela e um irmão “repousavam” em redes, e os/as demais, na cama.

Como resultado, tinha-se um sono muito conturbado. Assim como nas outras casas, na moradia da estudante não havia privacidade para ninguém, nem sequer para realizar as necessidades fisiológicas por causa da estrutura do banheiro, conforme mostrado.

A luz solar chegava muito pouco devido a um muro alto erguido por um vizinho. Ela só tinha uma porta e uma janela. Durante o tempo que passei lá, senti muito calor. Imagine quem vive ali todos os dias. Quanto aos cômodos, restringia-se apenas à sala da foto, local da interlocução, banheiro, um quartinho e corredor que servia como cozinha.

De tamanho, o domicílio media aproximadamente uns sete metros de comprimento por três metros de largura.

Lamentou, com razão, sobre o seu sono:

*Aqui onde durmo com minha mãe e meus irmãos é muito quente. Tem noite que “as muriçoca” faz zoadá nos meus ouvido”, e não consigo nem cochilar. Sinto a picada delas embaixo da minha rede. Dá uma raiva muito grande, mas não posso fazer nada. Meu pai disse que ia queimar “uns pano” pra espantar elas, mas não fez ainda. Além “dessas nojenta”, tem o som alto do vizinho. A gente não tem ventilador (Guadalupe, 13 anos, 2024).*

Ao ser abordada sobre o significado da expressão “casa digna”, respondeu que não sabia o que isso queria dizer, mas gostaria de aprender. Através de exemplos, ela entendeu que, por casa digna, poderia ser uma moradia grande, pintada, com piso, ventilada e um quarto só para ela.

A figura 22 é o registro da casa de seu avô, ex-marido de Joaquina, bem ao lado da sua. Ela era uma das casas de taipa que ainda existia no Gaipó, já bem velha por sinal. Ele morava sozinho e Guadalupe sempre ia lá todos os dias para deixar comida e outras coisas.

Figura 22 – Casa do avô de Guadalupe



Fonte: Francisco Odenir Monteiro de Oliveira (12/12/2024, às 10 horas e 50 minutos).

As figuras 23 e 24 são da casa de Belchior. Na época da construção, seu pai não tinha dinheiro para fazer do jeito que a família desejava. Sua mãe me falou que se sentia feliz naquela casa mesmo ao ser pequena, baixa, e com piso grosso.

Figura 23 – Frente da casa de Belchior



Fonte: Francisco Odenir Monteiro de Oliveira (29/03/2025, às 09 horas e 55 minutos).

Na figura 24, vemos o piso do corredor. A respeito do tamanho da moradia, tinha-se de largura uns quatro metros por oito de comprimento. Tanto na parte inferior quanto em seu interior, ainda não estava rebocada, existia apenas uma pintura de tinta cor branca por cima do tijolo, e não havia portas nos quartos.

Figura 24 – Parte interna da casa de Belchior



Fonte: Francisco Odenir Monteiro de Oliveira (29/03/2025, às 09 horas e 54 minutos).

Belchior tinha seu próprio quarto. Pelo o que vi, sala e cozinha não se separavam. O quarto de seus pais ficava depois dessa sala/cozinha. Ele, assim como os/as outros/as interlocutores/as, dizia que não tinha pretensão de sair do Gaipó, mesmo ao perceber que por lá ainda lhe faltasse muita coisa para ter uma vida decente.

Incomodava-se com aquela condição de miséria do povoado, mas achava que não podia fazer muita coisa como morador. Disse-me que não esperava pelas benesses da Prefeitura. Só havia promessas, e nada mais.

O rapaz não tinha o hábito de sair de casa, inclusive, aos finais de semana com o pai e a mãe quando aparecia alguma oportunidade para tomar pelo menos um sorvete em Pindoretama. Preferia ficar em casa sozinho assistindo televisão ou a ver alguma coisa no seu celular.

Fora as estruturas físicas das moradias, também foi constatado que esses/as interlocutores/as pouco acessavam ou quase não utilizavam outros

serviços públicos, pois estavam muito aquém da cultura, do lazer, da segurança, do abastecimento de água tratada, do tratamento de esgoto, da limpeza urbana e do manejo de resíduos.

Depois de todas essas observações a respeito da condição de moradia dos/as estudantes, infere-se que a pobreza não é apenas o fato do modelo socioeconômico que se configura na atualidade. Ela está conjuntamente contextualizada a partir do território, no modelo espacial, isto é, como se homens e mulheres fossem condenados/as a viver para sempre num lugar caracterizado pela miserabilidade, pela política da ausência (Santos, 2023b).

As periferias, na lógica do capitalismo financeiro global, como é o exemplo do Gaipó, são construídas no processo de urbanização das cidades marcadas por ausência e deficiência desses serviços (Santos, 2023a). Entende-se também como periferia aquilo que está distante do que é central e rico, onde moram as elites, sendo também um espaço marcado por lutas, por poesia e riqueza cultural (Santos, 1993).

Ao verificar eco na fala de Santos (2023b), durante as interlocuções, tive a curiosidade em conversar com os/as moradores/as, e desses diálogos, extraí que alguns/algumas já se acostumaram com essa condição de exclusão social, principalmente no quesito moradia, com exceção de Gaspar.

Para aquele povo, o verbo esperar não fazia mais sentido conjugá-lo, estava obsoleto. Por lá, a única pessoa que ainda acreditava em mudanças era Joaquina. Relatou-me que não deixava de ter fé no ser humano, pois um dia talvez ainda poderia vir alguém que pudesse mudar aquela realidade.

Ao ouvir o relato dessa mulher, lembrei-me das palavras de Carolina Maria de Jesus, quando de sua afirmação de que os políticos iriam extinguir as favelas. Ela sempre nutria a esperança de que a sua vida poderia melhorar por meio da ação política, e esse pensamento/reflexão está muito ligado/a à fala de Joaquina.

Estas duas realidades só estão separadas pelo tempo, mas que são bem atuais, pujantes no que se refere à implementação de políticas públicas para as pessoas excluídas e marginalizadas (Nakasone; Silva, 2023).

Diante dessa realidade, atravessada de histórias de vida tão cheias de agruras, especificamente nos lugares periféricos, há um projeto político sentenciado que impede o reconhecimento social de classe/raça dos/as excluídos/as e marginalizados/as, cuja punição são os piores empregos, moradias insalubres,

baixos salários, morte e violência, principalmente com os/as negros/as, denominado de racismo ambiental (Souza, 2021).

No suporte em Santos (1993), espaço/território é uma relação social, e como materialidade, é produtor/criador de pobreza via modelo socioeconômico que torna seus/suas moradores/as distantes do centro/sede.

No Gaipó, evidenciou-se de maneira muito nítida que a materialidade de sua pobreza se faz justamente porque as políticas que ali chegam são parcas diante das necessidades. Por todos os lados, eu vi apenas o mínimo ou quase nada de educação, saúde, segurança, trabalho, previdência, proteção às crianças, e principalmente moradia.

Esta realidade nos remete à canção “*Moamba*” (1961), de Carolina Maria de Jesus, quando afirma: *eu não tenho casa nem comida para comer [...]*. O nome da música é uma metáfora da condição de miséria, exclusão e marginalização da autora, em razão de o termo significar qualquer produto ou coisa que está fora da legalidade.

## 5.2 Desempenho escolar

Quando se imagina acerca do que é escasso para o Brasil avançar e se tornar de fato o “país do futuro”, é quase unânime a resposta por nós brasileiros/as que o caminho mais viável, seja realmente a educação (Souza, 2024).

Eu, como professor da educação básica, reafirmo que um país que investe muito pouco, ou quase nada em suas redes de ensino, quiçá só por um fenômeno muito inusitado, irá conseguir se tornar uma nação próspera e desenvolvida. No Brasil, por muito tempo, a elite sempre pensou que dinheiro aplicado em educação seria gasto, mas que na verdade, é um grande investimento para a ascensão dos/as menos/as favorecidos/as.

Esta reflexão tem lógica porque no mundo contemporâneo, a maneira por excelência de ascensão social das pessoas se faz por meio do conhecimento adquirido ao longo da vida acadêmica. Portanto, para nós, educadores/as acreditamos que todas as esperanças sejam depositadas em uma educação de qualidade, conforme apresenta o art. 3º, inciso IX, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

À luz da Pedagogia Histórico-Crítica, compreendo o desempenho escolar numa visão mais ampla, ou seja, para além da aquisição/apropriação do conhecimento que a escola transmite. Neste pensamento contra-hegemônico e emancipatório, o desempenho escolar é constituído a partir de um processo crítico, numa tomada de consciência. Nestas condições, os/as estudantes sabem se posicionar diante das adversidades impostas pela sociedade (Saviani, 2021b) e Freire (2011).

Nesse viés, o desempenho escolar tende a superar a visão tradicionalista e tecnicista da educação. Por excelência, a escola tem que promover a aquisição dos conteúdos científicos, filosóficos e artísticos adquiridos para que seus/suas educandos/as possam compreender as estruturas condicionantes e, assim, transformá-las. Desta maneira, conclui-se que a educação deve ser pensada como um projeto de emancipação humana, e não apenas como uma preparação para o mercado de trabalho (Saviani; Duarte, 2021).

Todavia, o que temos como certeza é que uma grande parte das escolas públicas brasileiras enfrenta sérios problemas de infraestrutura e metodologias ineficientes que afetam diretamente no desempenho escolar dos/as educandos/as, principalmente aqueles/as oriundos/as das camadas mais pobres, destituídos/as de suas necessidades básicas, como a alimentação, vestuário, saúde e moradia (Saviani; Duarte, 2021).

E nestas condições apresentadas pelos autores, há uma relação do desempenho escolar desses estudantes com suas moradias. Diante das constatações *in loco*, digo que eles/elas em sua maioria estão configurados/as numa estrutura de famílias do tipo desorganizada, pois entende-se que esta configuração é marcada pelo desarranjo da vida econômica e sociocultural de seus membros (Souza, 2024).

Verifiquei que os/as interlocutores/as mesmo em conclusão ou já perto do término do ensino fundamental (8º e 9º anos) não possuíam uma rotina de estudo dentro de casa, nem tampouco existia uma cobrança efetiva por parte dos/as pais/mães para que tivessem gosto/prazer pelos estudos ou melhor dizendo, inexistia uma consciência crítica sobre a imprescindibilidade de uma formação de qualidade na vida de seus/suas filhos/as.

Nestas casas, não visualizei a devida importância dos livros. Por lá, o que acontecia de fato era a luta pela sobrevivência, a busca do “pão” todos os dias. Para eles/elas, “estudo” mesmo somente no período das avaliações escolares.

Quanto à ausência dessa rotina de estudo, justificou-se pelo fato de viverem em um ambiente onde o silêncio e a concentração não têm espaço. Dentro dessas casas, as coisas estavam fora de lugar. Rotina de estudo requer disciplina, foco, determinação e ambiente sereno (Kohara, 2009).

A respeito disso, confirma-se: “... sem ritmo regular de vida doméstica, sem um ambiente seguro e protegido, não poderia haver uma rotina para as lições de casa ou para a dedicação a qualquer outra atividade...” (Souza, 2024, p. 237).

A respeito desse assunto, muito retraída e cabisbaixa, Guadalupe desabafou:

*Como posso ter uma rotina de estudo dentro de casa se “as coisa”daqui não têm lugar certo? “Vê aí” onde “fica as nossas roupas”. Tudo aqui é desse jeito. Tenho que me acostumar com o barulho do som dos vizinhos. Aqui em casa tem dia que a situação é muito difícil quando meu pai não consegue trabalho (Guadalupe, 13 anos, 2024).*

Já no ambiente escolar, me relataram que não conseguiam muito se reter para ouvir as explicações dadas pelos/as professores e, achavam que a escola não era atraente porque tinha muita bagunça e brigas constantemente. Pelo o que observei, tanto os/as interlocutores/as quanto pais/mães não a depositavam muita confiança. Afirmaram que era uma raridade frequentar as aulas em uma semana ininterruptamente.

A respeito da infrequência escolar, Baltazar afirmou:

*Eu sempre falto à escola às quintas-feiras porque não tenho muito interesse pelas aulas de educação física, pois sempre estou indisposto para realizar os exercícios físicos. Além do mais, de vez em quando fico doente. Lá na escola, não tenho muitas amizades e prefiro mesmo ficar no meu “lugar”. Tem gente na escola que não gosta de mim porque moro no Gaipó. Acho que estudo para “ser alguém na vida”, mas na verdade, não sei bem como será meu futuro (Baltazar, 14 anos, 2024).*

Constatou-se o preconceito por residirem no Gaipó. Quando se dizia que moravam no povoado, gestos e falas preconceituosas eram marcantes entre as pessoas, inclusive na própria escola. A respeito desse preconceito, dois aspectos foram considerados: primeiramente, a condição de classe, ou seja, por serem

pessoas muito pobres. Joanhina chegou a me confessar que quando ia à sede de Aquiraz resolver algo pessoal ou da família, percebia a maneira estranha como a tratavam por não saber “falar direito” nem se vestir bem. Se ia falar com alguém, já imaginavam que era para pedir alguma coisa.

Na escola, Alberto e Belchior estudavam na mesma sala, e já observaram que das vezes que o transporte escolar chegava atrasado, algumas pessoas falavam assim com desdém: “o pessoal do Gaipó já está chegando”.

Em agosto de 2024, quando comecei a falar para alguns/algumas colegas de profissão que minha pesquisa seria lá, já diziam que eu tinha muita coragem, pois ali era um lugar bastante perigoso. Até me aconselharam a não levar nenhum pertence de valor quando eu fosse para as entrevistas.

Para falar a verdade, logo mesmo no início, confesso que tive sim, um certo receio, mas com o passar do tempo, vi que aquelas falas não passavam de preconceito do lugar, reação essa também sentida por mim. Contudo, ir para o campo, constatei que eram pessoas pobres, cujas necessidades básicas eram sonhos, lutavam pela sobrevivência todos os dias por meio de muito trabalho braçal.

Quanto ao segundo aspecto, era notório o racismo ambiental. As pessoas de outras localidades, inclusive do próprio Cajueiro do Ministro não tinham o costume de andar pelo Gaipó porque achavam que era um lugar inóspito, desprezível.

Eu mesmo experienciei essa indiferença das profissionais da saúde (agente de saúde e enfermeira) que prestavam “assistência” por lá. Os círculos de amizade dos/as estudantes restringiam-se somente aos/às próprias adolescentes dali. “Fora daqui, era difícil arranjar alguma amiga”, disse Guadalupe.

Sobre essa questão, Carolina de Jesus passou praticamente toda sua vida a sofrer por ser negra, pobre e morar na favela. No Canindé, os/as moradores/as eram tratados/as como porcos.

Eis a denúncia da catadora escritora:

Quando estou na cidade tenho a impressão que estou na sala de visita com seus lustres de cristais, seus tapetes viludos, almofadas de sitim. E quando estou na favela tenho a impressão que sou um objeto fora de uso, digno de estar num quarto de despejo [...] Devo incluir-me, porque eu também sou favelada. Sou rebotalho. Estou no quarto de despejo, e o que está no quarto de despejo ou queima-se ou joga-se no lixo (Jesus, 2014, p. 37).

Diante dos eventos presenciados no campo em comparação à segregação socioespacial com a favela do Canindé, exposta em *Quarto de despejo*, Gaipó apresentava diversas semelhanças, o que me levou a refletir tão morosas e de efetividade questionável são as políticas habitacionais. Ainda que no tempo de Carolina de Jesus inexistisse a *Constituição Cidadã*, o tempo de hoje mostra que não houve avanço: a vida indigna, face a ausência do direito básico da moradia é expressão no Gaipó.

Retomando ao problema das faltas escolares, atualmente, é exigido por parte da escola uma frequência escolar de no mínimo 75% para os/as educandos/as de 6 a 18 anos incompletos. Como todas as mães eram beneficiárias do *Programa Bolsa Família*, havia uma certa preocupação por parte delas no bloqueio do benefício, em razão que este dinheiro era essencial na alimentação da família, e para a compra de material escolar.

Quanto às dificuldades nas disciplinas do currículo escolar, as falas foram unânimes ao afirmarem que não se dão muito bem em Língua Portuguesa e Matemática. Por serem tímidos/as, tinham muita vergonha de tirar as dúvidas com seus/suas professores/as e, assim, restavam-lhes a certeza de uma aprendizagem insatisfatória e/ou notas baixas.

A propósito, eis a fala de Belchior: “Tenho muita vergonha de fazer alguma pergunta para minha professora de Matemática. Acho que ela e meus colegas pensam que sou “burro” (Belchior, 14 anos, 2024).

Ao ouvir estes relatos, infiro que a Pedagogia Histórico-Crítica trouxe novas considerações acerca do desempenho escolar para quem pretende compreendê-lo para além dos muros escolares, como é o caso dessa pesquisa. Não restam dúvidas que essa proposta pedagógica considera a escola como o espaço por excelência para a assimilação/aquisição dos conteúdos, o chamado conhecimento sistematizado (cultura letrada). Contudo, admite-se o cenário das contrariedades de vida dos/as estudantes (Saviani; Duarte, 2021).

A Pedagogia Histórico-Crítica faz um esforço para compreender a educação como um processo material-histórico a partir da existência de cada estudante em sua singularidade (Saviani, 2021b). Do ponto de vista material, a tendência chama a atenção para afirmar que todos nós carecemos de materialidade, aquilo que possa satisfazer as necessidades humanas, ou seja, que não se assimila conteúdo em sala de aula com barriga vazia, nem tão pouco fatigado/a ou com sono

por causa de uma noite mal dormida por residir em uma moradia inadequada (Kohara, 2009), (Alves; Meda, 2018) e (Saviani, 2021b).

Em consonância com esses apontamentos, Marluce afirmava com muita tristeza:

*[...] A nossa escola, como já falei, recebe uma “clientela” muito diversificada de todas as comunidades que aqui já foram mencionadas em perguntas anteriores. Diante disso, temos alunos que sobrevivem exclusivamente do Bolsa Família, de pais desempregados que fazem “bicos”, outros de reciclagem e até mesmo catadores de lixo aqui na CE 040. No turno da manhã, é muito recorrente observarmos todos os dias alguns estudantes que passam mal em sala de aula. Quando a gente pergunta o que está acontecendo, dizem que não tomaram café pela manhã antes de vir para a escola... (Marluce, 63 anos, 2025).*

E os exemplos da não materialidade no ambiente extraescolar não paravam na fala da coordenadora pedagógica. Ela mais emocionada ainda, e já com a voz quase embargada, relatou:

*Na parte da tarde, acontece a mesma coisa: muitos vêm para a escola sem ter almoçado. Na maioria das vezes, a alimentação escolar é a única refeição do dia para muitos estudantes. Eles gostam demais da comida daqui, e repetem de duas a três vezes. É muita fome, minha gente! O nosso envolvimento com essas questões é tão grande que às vezes, adoecemos. É impossível não nos envolvermos numa situação dessa. De vez em quando, arranjamos roupas usadas, material de higiene e calçados para doarmos aos mais necessitados. É o que a escola pode fazer (Marluce, 63 anos, 2025).*

Na análise do discurso, não é preciso que se chegue ao término do texto oral para se buscar um sentido. Ele se constrói em cada palavra, cada frase, cada gesto do/a interlocutor/a durante a entrevista, é o que percebi na fala da coordenadora pedagógica.

Neste caminho de muitas descobertas, o/a pesquisador/a precisa encarar a língua como um instrumento vivo em transformação através de um encandeamento de situações cotidianas, e não como uma estrutura, um sistema fechado, e cheio de regras. Em outras palavras, o discurso é múltiplo e variado (Orlandi, 2009).

As considerações de Marluce evidenciavam que a Pedagogia Histórico-Crítica é histórica porque entende que um/a estudante carrega sobre si todo um contexto de vida, a começar pela família e o lugar onde vive, sejam marcados/as pela abundância ou pela ausência (Saviani, 2021b).

Destarte, não faz o menor sentido emitirmos um parecer negativo a respeito da aprendizagem sem a compreensão do cenário de suas vidas que foram marcadas desde o nascimento pela política do muito pouco ou do quase nada. Esta é a nova impressão do desempenho escolar desses/as discentes que agora tenho depois da pesquisa.

### **5.3 A ausência de uma política pública de habitação no território do Gaipó: conexões com *quarto de despejo*.**

Durante a pesquisa, procurei informações que tratassem a respeito das origens do povoado do Gaipó, e as histórias de vida dos/as primeiros/as habitantes, porém nada de registro. Portanto, tudo o que foi escrito aqui sobre o território, partiu das falas de Joaquina, uma das primeiras moradoras, conforme já mencionado, e dos/as próprios/as estudantes.

Quanto à etimologia da palavra, também nenhum vestígio. Ao navegar pelo *Google*, encontrei o vocábulo Igapó, bem semelhante a Gaipó, que em tupi-guarani significa “rio de raízes” ou “floresta de raiz”. Igapó, aqui no Brasil, é um termo usado para designar florestas que foram inundadas por águas escuras da Amazônia. Acredito que o povoado nunca passou por algum tipo de enchente para ter este nome. Talvez o colocaram de forma aleatória.

A respeito de uma política pública de habitação permanente para o Gaipó, até agora não foi pretensão de nenhum governo. Segundo Joaquina, quando ela chegou à localidade, na década de 1980, havia somente moradias de taipa ou palha. Quanto às primeiras, eram construções à base de varas de madeira, pedaços de tijolo branco, tranças de carnaúba, prego e barro batido, feitas pelos/as próprios/as moradores/as em forma de mutirão.

Como naquele tempo depósito de material de construção era raro e dinheiro não se tinha, as pessoas conseguiam esses materiais através de doações ou retiravam da própria natureza, como fazia meu avô materno.

Ao analisar os relatos sobre essas construções, lembro que os barracos da favela do Canindé, onde morava Carolina de Jesus, foram construídos de forma bem parecida, afinal a morosidade das políticas públicas para as pessoas negras se tornou atemporal, neste país. Carolina Maria de Jesus, grávida de seu filho João

José, teve também que construir sozinha sua “casa” com as sobras de madeira de uma construção da velha igreja de Nossa Senhora do Brasil (Farias, 2018).

No estado brasileiro, os impasses de moradia ainda estão atrelados à posse da terra e à condição financeira das pessoas. Por via de regra, na lógica capitalista, a concessão de linhas de crédito para aquisição de residências tem como um dos quesitos a garantia do emprego formal (Maricato, 2011).

Como vimos nos achados da pesquisa, todos os/as pais e mães dos/as estudantes, além de não terem escolaridade, viviam na informalidade, e na minha compreensão, isto é uma das maneiras de materialidade da negação do direito à moradia.

O próprio *Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV)*, a maior política de habitação permanente dos governos do PT, só disponibiliza em alguns casos o benefício para a compra de imóvel àquelas pessoas que trabalham formalmente, ou seja, que têm um emprego de carteira assinada (Castelo; Bracher; Gonçalves, 2016).

A faixa 1, que é destinada à população mais pobre tem como público as pessoas que ganham até 3 salários mínimos. Nestas condições, qual é o/a morador/a do Gaipó que pode adquirir uma casa?

Conforme já mencionado na subseção 4.8, a única política de habitação em Aquiraz é o *Programa Aluguel Social (PAS)*, e aqui teço algumas críticas. Na primeira, amparo-me no segundo eixo da avaliação em profundidade, proposta por Rodrigues (2008, 2016), em que um de seus eixos é a análise de contexto da formulação da política/programa.

Na época, no ano de 2014, o *PAS* foi totalmente destoante da política nacional de habitação (*PMCMV*). Enquanto o *Programa Minha Casa Minha Vida* buscava por garantir o direito à moradia de forma permanente, a política de Aquiraz tirava esse direito porque concedia e concede até hoje apenas o aluguel por um período de um ano ou caso necessário, a renovação de acordo com as especificidades das famílias elencadas anteriormente.

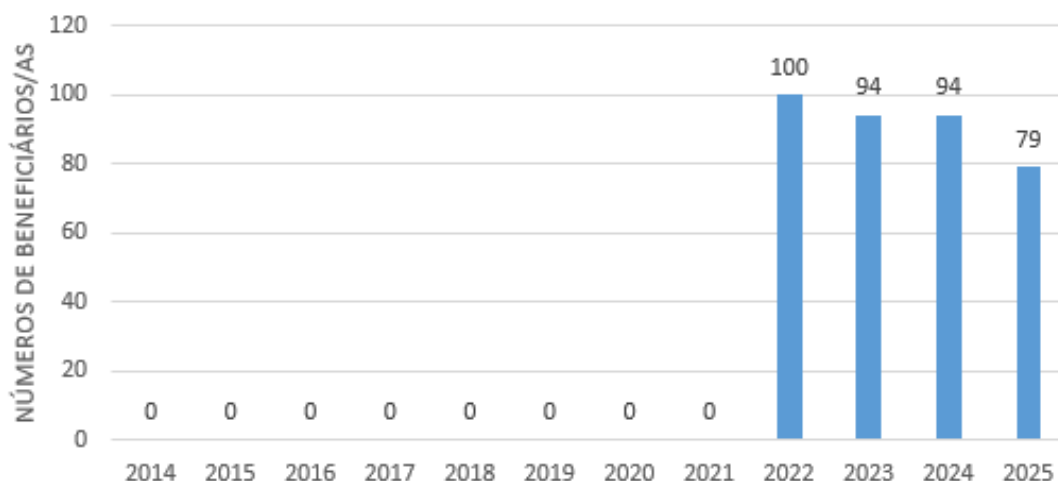
Ao presenciar esta maneira de se fazer política de habitação no município, compreendo que estas práticas neoliberais caminham na contramão do art. 6º da Constituição Federal de 1988, quando ratifica que a moradia e a assistência aos/às desamparados/as são direitos sociais (Oliveira; Alcântara, 2024).

Outra crítica tem como esteio o quarto eixo da avaliação em profundidade, o qual contempla o espectro temporal e territorial, mas especificamente, dou destaque para a questão do território, o chamado raio de atuação desse programa (Rodrigues, 2008).

De uma forma generalizada, o *Programa Aluguel Social* fica muito centrado nas localidades mais próximas da sede, e as demais, que são distantes ficam à deriva, sem o devido amparo ou como alternativa outra política, e de preferência, uma permanente. No Gaipó, mesmo com toda esta realidade de moradias inadequadas, por lá, nunca se foi feito nada para amenizar os impasses de habitação, conforme mostrou a investigação.

Em termos comparativos entre *Programa Aluguel Social (PAS)* e *Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV)*, foi sugerido a criação de uma tabela comparativa desses dois programas habitacionais analisados, mas devido a falta de algumas informações mais precisas sobre o PAS, não tive como fazer. Em seu lugar, apresento dois gráficos, conforme veremos a seguir.

Figura 25 – PROGRAMA ALUGUEL SOCIAL (PAS) – 2014-2025



Fonte: Secretaria de Trabalho e Assistência Social (STAS)

Em busca de todos os anos (2014-2025) e número de beneficiários/as desse programa, informaram-me na STAS que as devidas informações estavam incompletas, sendo apenas possível a disponibilidade dos anos de 2022, 2023, 2024 e 2025. Perguntei o porquê dessa lacuna, porém a servidora que me atendeu não soube esclarecer.

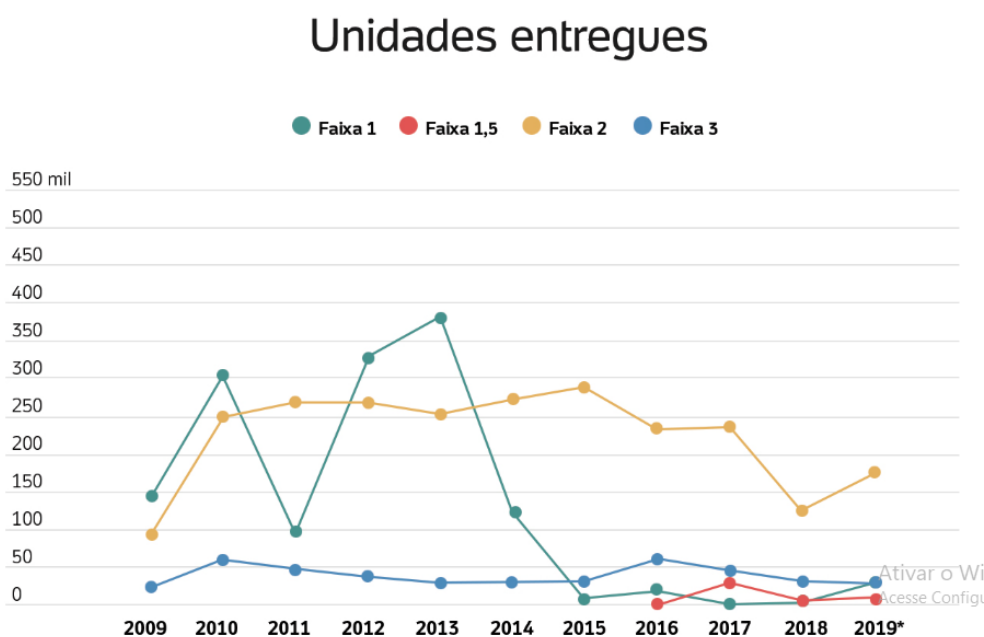
Quanto ao número de beneficiários/as, observa-se que de 2014, ano de criação do programa até 2021, não há os devidos registros. Em 2022, o total de famílias beneficiadas chegou a quantidade de 100, e decrescendo nos anos seguintes. Em 2023 e 2024, foram 94 famílias, e neste ano de 2025, num total de 79 famílias.

Sobre o objetivo do PAS, consta-se na lei que ele procura atender as famílias mais pobres do município que foram privadas de suas moradias, cujo núcleo seja composto de crianças, idosos/as e pessoas com deficiência. Ressalta-se que pelo número de habitantes existentes em Aquiraz que ultrapassa a 80.000, o alcance do programa ainda é muito insignificante.

A respeito do PMCMV, todas as informações foram obtidas através do site do Uol que tratava de uma matéria exclusiva sobre os dez anos do programa (2009-2019). Essa matéria veiculou no ano de 2019, com o seguinte título: “*Minha casa perto do fim?*”.

A seguir, há um gráfico denominado de *unidades entregues* de maio de 2009 a julho de 2019, último ano do programa.

Figura 26 – Moradias entregues pelo PMCMV entre os anos de 2009 e 2019



Fonte: site do Uol

A distribuição das moradias foi dividida por faixas da seguinte maneira: 1; 1,5; 2 e 3. Observa-se que a faixa 1,5 foi criada no segundo governo de Dilma

Rousseff para atender as famílias que tinham um limite de renda no valor de R\$ 2.600,00 mensais. As demais faixas, já foram mencionadas, na seção 4 dessa dissertação. Em suma, o gráfico apontou que nesses dez anos, 4,3 milhões de moradias entre casas e apartamentos foram entregues aos/às brasileiros/as.

O contexto de negação das políticas sociais no povoado de Joaninha, mas especificamente as políticas de habitação, é muito similar e amiudado com a situação brasileira do final do século XIX. Antes disso, as terras sempre estiveram concentradas nas mãos de uma pequena elite (Nakasone; Silva, 2023).

Em 1850, foi criada a Lei de Terras, que dava o direito da terra de forma legal somente através da compra. Após esta data, gerou-se uma discussão: quem poderia realmente possuir terras? Nesse período, o Brasil ainda vivia sua forma sangrenta e cruel de mercantilização de corpos escravizados, sendo, portanto, um enorme contingente de pessoas negras que não podia comprá-las, em virtude de suas vidas ainda pertencerem a terceiros (Nakasone; Silva, op. cit).

A partir de 1888, a Lei Áurea “libertou” essas pessoas negras sem nenhuma ajuda de seus antigos senhores, e ainda mais, sem o amparo do Estado. Na verdade, o Poder Público nunca se preocupou em criar políticas públicas para acolher esses grupos que até hoje se perpetuam nas periferias das cidades brasileiras (Souza, 2021).

É justamente nesses lugares, que residiram e residem negros/as, pardos/as com baixa escolaridade, desempregados/as ou trabalhadores/as informais. A cada ida ao Gaipó, inferi que os/as moradores/as faziam questão de mostrar as mazelas da localidade, assim como fazia Carolina Maria de Jesus quando alguém chegava à favela para visitaçãõ.

Ainda acerca do território, e à luz do quarto eixo da avaliação em profundidade (AP), evidencio o descaso e o abandono que encontrei, além das moradias inadequadas. Na última entrevista, ao sair dali, vi algumas crianças que brincavam embaixo de uma mangueira em frente à casa de Baltazar.

Foi neste espaço sujo e fedido que elas “escolheram” para seus momentos de diversão/lazer. Inocentemente, estavam nuas e dividiam aquele ambiente com porcos, cavalos, cachorros e gatos, bastante propenso aos mais diversos tipos de doenças.

Bem perto delas, esses animais faziam suas necessidades fisiológicas. No meu entendimento, aquela cena parecia que se tornava muito comum no dia a dia daquele povo. Na verdade, ninguém se importava mais.

Pessoas iam e viam e não falavam nada. Ao vir seus brinquedos, percebi que eram carrinhos, bonecas, bolas e bicicletas. Quando não estavam velhos/as demais, estavam quebrados/as. É o que tinham para brincar.

Nesses lugares, as crianças usavam da criatividade para suas brincadeiras. Geralmente, brincavam com brinquedos arranjados por seus pais ou que criavam a partir de outros objetos encontrados no meio da rua. O ato de brincar é um momento mágico durante a infância. Essas brincadeiras também fizeram parte do universo dos/as filhos de Carolina Maria de Jesus.

Sobre a ludicidade em *Quarto de despejo*, a catadora de papel narra:

Chamei o Senhor Ireneo Venancio da Silva para fazer um balanço para os meninos. Para ver se eles permanece no quintal para os vizinhos não brigar com eles [...] Quando retornei, o Senhor Ireneo estava terminando o balanço. Fiz alguns reparos e ele terminou. Os meninos deu valor ao balanço só na hora. Todos queriam balançar ao mesmo tempo! (Jesus, 2014, p. 18-19).

Na figura 27, registrei este espaço que me trouxe muitos questionamentos. Havia acúmulo de lixo no canto do muro e a presença de outras coisas que talvez ninguém utilizasse mais.

Figura 27 – Espaço de lazer no Gaipó II



Fonte: Francisco Odenir Monteiro de Oliveira (12/12/2024, às 11 horas e 02 minutos).

Como estava no período da safra da manga, as frutas também eram um perigo eminente para essas crianças, pois poderiam cair em suas cabeças e machucá-las. Quando eu estava na casa de Joaquina, dava para se escutar o barulho das frutas ao caírem no chão.

Outra situação bastante chocante em relação ao território, era a quantidade de lixo espalhada pelos becos. Era sujeira por todos os lados. Ao andar entre as casas, senti odores muito fortes. Cotidianamente, colocavam-no em frente às residências ou em terrenos baldios.

Joaquina me disse que o caminhão da Prefeitura passava uma vez por semana para o recolhimento. De maneira inadequada, os/as próprios/as moradores/as o jogavam por tudo o que era canto. Mal sabiam que com esta ação prejudicavam a própria saúde.

A figura 28exibe o que era jogado a céu aberto. Eu fiquei estarecido com a cena.

Figura 28 – Terreno baldio no Gaipó



Fonte: Francisco Odenir Monteiro de Oliveira (12/12/2024, às 10 horas e 55 minutos)

Pela imagem, podemos observar restos de roupa, entulho, e um vaso sanitário quebrado em duas partes. Ao fundo, várias sacolas plásticas cheias de lixo. Este montante ficava bem perto da casa de Guadalupe, a uns quinze metros. Falaram-me às escondidas que até animal morto era jogado ali. Quando algum/a morador/a fazia isto, a podridão tomava de conta do lugar.

Ultimamente, com a decorrência das chuvas, a situação da estrada piorou substancialmente. O acesso ao povoado estava muito comprometido. Dessa forma, não havia quem quisesse transitar por ali. Vários buracos se abriram, e era muita água correndo por ela. É o que mostra a figura 29.

Figura 29 – Estrada do Gaipó



Fonte: Francisco Odenir Monteiro de Oliveira (29/03/2025, às 10 horas e 38 minutos)

A mãe de Belchior me falou que a ambulância da Prefeitura parou de passar. Se alguém da localidade precisava desse transporte tão importante na condução de adoentados/as, tinha que ir a pé até a pista, estivesse bom ou não de saúde porque ela não ia até lá.

Nestas circunstâncias, existia uma certa parte da estrada que os/as estudantes precisavam tirar as sandálias/sapatos, para poderem passar. Ao meio-dia, que era o horário que saiam de casa para pegar o transporte escolar, a água estava muito quente. Como consequência, quase todos/as estavam gripados/as com muita tosse e cansaço.

O vizinho de Belchior disse que foi à Prefeitura falar das condições da estrada, e prometeram que iriam mandar uma equipe para consertá-la, mas até o presente momento da pesquisa, ninguém apareceu para solucionar aquele problema. E assim entra ano, sai ano, e tudo continua do mesmo jeito.

Na última subseção desta dissertação, procurei transcrever com muita fidelidade os sonhos dessas vozes silenciadas em meio às incertezas de uma

sociedade que ainda trata pessoas negras como seres inferiores na condição de bandidos/as e vagabundos/as.

#### **5.4 Sonhos de um povoado: nada além das necessidades básicas**

Não diferentemente da realidade de exclusão que se foi evidenciado em *Quarto de despejo*, o sonho do povoado do Gaipó era ser colocado justamente na agenda de qualquer governo, seja ele municipal, estadual ou federal com as devidas políticas públicas sociais para que se tivesse o mínimo de dignidade.

Das inúmeras necessidades materiais, os clamores por moradia foram comungantes entre os/as estudantes e seus familiares, que se tornaram aspecto central das narrativas, pois já eram décadas nesta situação de miserabilidade.

Dos raros momentos em que tive a sós com Joaquina, esta relatou-me por algumas vezes, que seu maior sonho seria um dia poder ver seus/suas filhos/as e netos/as morando em uma casa decente com sala, quarto, cozinha e banheiro.

Durante todo o processo da investigação, era impossível dissociar a realidade do Gaipó com os relatos de vivência de Carolina de Jesus, conforme diversas vezes relacionados ao longo deste trabalho. No dia 19 de julho de 1955, às 7 horas da manhã, ela assim desabafou: “[...] Estou residindo na favela. Mas se Deus me ajudar hei de mudar daqui. Espero que os políticos estingue as favelas [...]” (Jesus, 2014, p. 20).

É muito gritante, no ano de 2025, já quase 70 anos passados, a utopia dessa mulher ainda persistir nos lábios das pessoas que habitam o povoado. Ao comparar essas circunstâncias em épocas tão diferentes, percebo que no Brasil, há uma reprodução bastante extensa com novas máscaras da forma como é tratada a população negra que vive nas periferias das cidades (Souza, 2021).

Na minha conversa com Alberto, ele falou do sonho de se ter água encanada em sua casa para que pudesse tomar banho de chuveiro:

*Aqui em casa, todos os dias, vejo o sofrimento da minha mãe ao ter que puxar e carregar água da nossa cacimba para encher as vasilha. Ela me disse que o cansaço já tomou conta de sua vida. De noite, sente muita dor nos braços. A água que a gente bebe não é boa como a da escola. Acho legal a água sair pela torneira. Um dia quero ver isto aqui em casa (Alberto, 15 anos, 2024).*

A perplexidade mais uma vez tomou conta de mim, pois em pleno século XXI, a localidade do Gaipó, cidade de Aquiraz, bem pertinho de Fortaleza, seus/suas moradores/as ainda não podiam se apropriar adequadamente da água, bem esse que é tão essencial na vida de qualquer ser humano, independentemente da classe social que ocupa.

Ao ouvir isto, lembrei-me mais uma vez de Carolina Maria de Jesus ao dizer que precisava acordar de madrugada para pegar uma fila na favela e ficar à espera de água por uma torneira que era disponibilizada para os/as moradores/as.

No dia 20 de julho de 1955, Carolina dissertou: “deixei o leito as 4 horas para escrever. Abri a porta e contemplei o céu estrelado. Quando o astro-rei começou despontar eu fui buscar água. Tive sorte! As mulheres não estavam na torneira. Enchi minha lata e zarpei. (...)” (Jesus, 2014, p. 21).

Ainda sobre a questão da moradia, Guadalupe, assim como qualquer adolescente de sua idade, tinha vontade de ter um quarto, e organizá-lo do seu jeito. Neste cômodo, queria também uma cama, um guarda-roupa e uma penteadeira para pentear seus longos cabelos.

Os/as adolescentes relataram que almejavam uma praça e uma quadra/campo de futebol para que pudessem brincar e conversar durante à noite. Como vimos, o atual espaço de lazer é muito precarizado, sem as mínimas condições de salubridade. No Gaipó, quando escurece, as pessoas ficam dentro de suas casas e ninguém sai para canto nenhum.

Para Gaspar, neto de dona Dira, um mercadinho seria muito bem-vindo, até porque quando alguém quer comprar algum gênero alimentício é a maior dificuldade. Por lá, pouquíssimos moradores/as tinham transporte para se deslocar até Pindoretama ou Aquiraz.

Outro desejo muito citado nas falas dos/as interlocutores era a questão da segurança. Joanhina me disse que de vez em quando havia assaltos na estrada. Se algum/a morador/a precisasse sair durante à noite para algum lugar, era o maior perigo. Belchior me falou que a polícia mal aparecia. Só ia mesmo quando tinha briga.

Eu mesmo quando ia para lá, ficava com receio ao chegar à estrada que dava acesso ao povoado. Antes da qualificação, já quase à noite, no dia 21 de outubro de 2024, tive que ir lá tirar umas fotos, e senti essa sensação de insegurança.

Pela ausência constante do essencial dentro de casa, percebi que os/as discentes tinham muita pressa em arranjar um emprego para ajudar seus familiares. A prova disso era que nenhum/a mencionou na questão de se inserir na universidade. Para eles/elas, “terminar os estudos” se limitava apenas à conclusão do ensino médio.

E para terminar com a lista desses “sonhos”, pais e mães desses/as jovens possuíam o desejo de entrar no mercado de trabalho com carteira assinada. As mães me disseram que eram muito gratas ao *Programa Bolsa Família*, mas devido ao custo de vida, havia momentos em que as coisas ficavam muito difíceis quando seus maridos não estavam fazendo os “bicos”.

No Gaipó, “minha grande escola”, as aprendizagens se deram por meio das vivências da negação de direitos básicos das crianças, jovens, adultos/as e idosos/as que formam aquela realidade de exclusão e marginalização. Ao observar tais circunstâncias, sem o mínimo de conforto e sem segurança, eu me perguntava da seguinte maneira: como é possível ainda permitirmos uma situação de tanta miserabilidade? Por que as políticas públicas para estas pessoas eram tão vagarosas perante os clamores?

Neste contexto, pude constatar empiricamente, que o desempenho escolar rompeu outras instâncias, e não somente restrito ao espaço físico da escola, como se pensava por aí. Além disso, pude também compreender, bem melhor ainda, que cada educando/a era um ser em si, ou seja: individualizado, nutrido/a de suas histórias e materialidade (Saviani, 2021b).

Naquele ambiente de ausência material permanente, aquelas pessoas para mim, foram verdadeiras mestras, jamais as esquecerei. A cada entrevista, a cada conversa com algum/a morador/a, era sempre um novo aprendizado.

Assim como Carolina Maria de Jesus, Joaninha, em sua simplicidade, me ensinou que é preciso a busca constante da persistência todos os dias da nossa existência, e não abandonar nossos anseios e objetivos, ou nas palavras de Heráclito de Éfeso, "nada é permanente, exceto a mudança".

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A moradia digna, conforme menciona o art. 6º da Constituição Federal é um direito social, direito este que fora assegurado pacificamente em nível nacional e internacional. Contudo, o que vemos é a sua negação a grandes contingentes populacionais no Brasil, sobretudo para os segmentos mais pobres, o que denota uma profunda desigualdade.

Em uma abordagem crítica, o impasse brasileiro no campo da habitação emerge a partir da formação sócio-histórica, com suas condicionantes estruturais que intensificam propositalmente a precarização da vida de determinados grupos sociais, acima de tudo das pessoas pardas/negras, como é a situação do povoado do Gaipó. Logo, a análise da questão da moradia deve ser entendida em uma interpretação bem mais abrangente da formação do espaço urbano e do capitalismo.

A respeito da elaboração de legislações no que se refere à moradia, o Brasil é uma referência, inclusive para outros países. Estas Leis, como sabemos, foram feitas por meio de muitas lutas dos movimentos sociais populares em oposição aos braços de ferro do Estado ao longo de muitos anos, no cenário brasileiro.

Agora, cabe, uma revisitação aos objetivos propostos nesta dissertação. Entre objetivo geral e específicos, foram quatro. Quanto ao geral, foi avaliar os efeitos da fragilidade das políticas públicas de habitação no desempenho escolar de estudantes que vivem em moradias inadequadas no município de Aquiraz (CE).

No tocante aos específicos, o primeiro, foi caracterizar as condições de moradia de estudantes do povoado de Gaipó (Aquiraz, CE), e suas vivências escolares e familiares. Encontrar essa resposta me provocou uma perplexidade, pois jamais pensei que um lugar como aquele pudesse ter tanta pobreza em decorrência da morosidade das políticas públicas, principalmente a habitação.

Gaipó, nas palavras de Joanhina, era um território que desde há bastante tempo, as pessoas sempre moraram em casas insalubres, sem o mínimo de conforto e segurança. Talvez se não fosse pela ajuda dos/as próprios/as moradores/as, muitos/as ainda viviam em casas de taipa. Mesmo assim, constatei duas moradias desse tipo.

Quanto ao segundo objetivo – relacionar as condições de moradia e o desempenho escolar à luz da realidade dos/as discentes, ele foi respondido com

riqueza de detalhes, graças aos/às discentes e a coordenadora pedagógica da escola cujas interlocuções não apenas permitiram responder aos questionamentos, mas também me fizeram enxergar para além do que é posto, do empírico.

Eu, na condição de investigador, por meio da pesquisa de campo, compreendi que os fenômenos existentes no Gaipó são realidades que nos causa indignação diante da maneira como aquelas pessoas são tratadas e vistas pelo município de Aquiraz (CE).

Sobre o desempenho escolar, como professor, sempre acreditei este extrapolava o chão da sala de aula, mas que precisava estudar profundamente a realidade como foi o caso dessa pesquisa. Agora, sim diante do que encontrei no campo, e dialogando com a literatura, ratifico que os fatores externos, como as péssimas condições de moradia, interferem, inegavelmente, na aprendizagem dos/as estudantes.

O terceiro e último objetivo da pesquisa, que diz respeito a avaliar o *Programa Aluguel Social (PAS)*, traz à tona o grande problema da falta de moradia, no município de Aquiraz.

Para mim, o resultado deste objetivo apresentou uma certa complexidade, em virtude de os/as discentes não serem beneficiados/as pelo referido programa precário de moradia, que não a torna permanente, como deveria ser, pelo menos, o *Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV)*.

Aquiraz, como uma das cidades mais bem desenvolvidas do estado do Ceará, precisa urgentemente rever sua política de habitação para que possa de fato garantir moradia decente às pessoas mais necessitadas. Infelizmente, esta é a dura realidade do Gaipó.

Mesmo diante da falta de moradia e de outras necessidades materiais, percebi o grande sentimento de pertença daquela gente ao povoado. Joanhina me falou que jamais sairá dali. No meu entendimento, Gaipó era o seu nada e seu tudo, concomitantemente. Os/as estudantes com exceção de Gaspar, querem construir suas histórias de vida também ali, assim como seus pais a construíram. A insistência que fazem é justamente serem lembrados/as pela gestão municipal como pessoas que precisam de moradia digna, lazer, saúde, segurança, educação e trabalho formal.

Com a realização deste trabalho, pude entender que os/as moradores/as eram ávidos/as por visibilidade, pois sempre faziam questão de relatar um pouco de

suas vidas diante de tanto abandono e esquecimento. A cada quinta-feira, logo após as entrevistas, Joaquina fazia questão que eu passasse em sua casa para compartilhar comigo um pouco dos sofrimentos que perduravam em existir no Gaipó. Esta atitude de relatar as mazelas do lugar também era uma marca muito presente em Carolina de Jesus quando alguém visitava a favela do Canindé.

Durante a pesquisa de campo, desafios que encontramos pelo caminho são mais evidentes. Sob orientação do MAPP, tais obstáculos demandam propostas de intervenção por parte do/a pesquisador/a ao término de seu mestrado. Dito de outra forma, a intenção é alterar a vida vivida, pois ao nos alinharmos a uma perspectiva crítica, não basta conhecer a realidade, mas também transformá-la.

Nessa direção, socializarei esta pesquisa no dia 12 de junho de 2025, na 5ª formação continuada para professores/as das turmas de 5ª ano, que acontece mensalmente, na Secretaria Municipal da Educação de Aquiraz (SME). A ideia é fazer com que os/as docentes se sintam mais sensibilizados/as, a fim de refletirmos que o desempenho escolar ultrapassa os muros escolares e, a partir daí, será propício, coletivamente, lançarmos sugestões pertinentes para a elaboração de um projeto em torno desse problema tão sentido pela comunidade escolar. E, depois de pronto, apresentaremos à rede socioassistencial e intersetorial.

No município de Aquiraz existe uma queixa muito grande entre nós educadores/as quanto ao trabalho das secretarias. Percebemos, como agentes públicos, a falta de um diálogo, uma parceria mais efetiva, na resolução dos problemas dos/as estudantes fora do espaço escolar. Geralmente, quando a educação precisa de algum dos serviços de saúde, como: psicólogo/a, neuropediatra e/ou fonoaudiólogo/a, tais serviços, praticamente não são ofertados pelos órgãos competentes.

Portanto, a justificativa do produto se volta a aproximar essas secretarias para que possam realizar um trabalho eficiente no atendimento integral desses/as estudantes que tanto aguardam pela assistência das políticas públicas. Além dessa socialização da pesquisa, como primeiro produto, um segundo produto também foi sugerido em decorrência de sua relevância.

A proposta de produção de um documentário audiovisual emerge a partir dos achados da pesquisa. Ela revelou não apenas aspectos individuais da trajetória de vida de Baltazar, Belchior, Gaspar, Alberto e Guadalupe, mas também a

complexidade das relações entre o direito à moradia, as condições sociais e o desempenho escolar.

Diante disso, o documentário surge como uma ferramenta potente de sensibilização, conscientização e mobilização social. Registrar essas realidades não apenas em textos escritos, mas também através da linguagem audiovisual, que permitirá ampliar o alcance da discussão promovendo reflexões junto à comunidade, aos gestores públicos e aos movimentos sociais.

O foco central será a articulação entre o direito à moradia digna e os impactos na trajetória educacional dos/as educandos/as do Gaipó.

➤ **Eixos temáticos do documentário**

O documentário poderá se organizar a partir de três eixos principais, entrelaçados com os relatos dos/as participantes.

➤ **Eixo 1: direito à moradia e dignidade**

A moradia como direito fundamental e sua ausência como fator limitador do desenvolvimento humano. As condições precárias das habitações no Gaipó: ausência de água encanada, vulnerabilidade econômica e insegurança alimentar. O legado intergeracional da pobreza e o esforço das famílias para manterem a dignidade, apesar das adversidades. Exemplo: o relato de Belchior sobre a dificuldade de sua mãe em comprar alimentos básicos e o sonho de uma casa ampliada e confortável.

➤ **Eixo 2: impacto das condições de vida na educação**

Os desafios enfrentados pelos/as estudantes: longos percursos a pé sob o sol ou chuva, transporte escolar inadequado, riscos de assaltos. A precariedade das vias e o isolamento geográfico como fatores que dificultam a frequência escolar, a importância do afeto e do apoio familiar na continuidade dos estudos, mesmo em meio às privações. Exemplo: a trajetória de Baltazar até a CE 040 para pegar o transporte escolar todos os dias enfrentando riscos e desconfortos.

➤ **Eixo 3: a busca por políticas públicas e mobilização comunitária**

A necessidade de políticas públicas efetivas de habitação (como o *Programa Minha Casa Minha Vida*) ou a urgência de incluir o Gaipó como prioridade no *Programa Aluguel Social (PAS)*.

Estratégias de mobilização social: Como transformar o documentário em instrumento de pressão política e de conscientização comunitária? Exemplo: a

possibilidade de apresentar o documentário em audiências públicas, fóruns municipais e espaços escolares como forma de reivindicação.

➤ **Formato e metodologia do documentário**

Duração aproximadamente de 20 a 30 minutos.

Formato: entrevistas com os/as participantes da pesquisa e seus familiares; imagens do cotidiano no Gaipó, (as casas, o caminho para a escola, o chafariz improvisado, registros das condições das estradas e do transporte escolar).

Narração: uma costura reflexiva entre os relatos com contextualização sobre direitos humanos, políticas públicas e educação.

Finalização: apresentação de propostas e recomendações concretas para a prefeitura de Aquiraz e demais órgãos responsáveis. Como convencer a prefeitura de Aquiraz a priorizar o Gaipó em uma política de habitação permanente?

O documentário pode ser uma estratégia essencial para:

- Dar visibilidade às necessidades locais, demonstrando de forma humanizada as consequências da negligência do poder público;
- Apontar dados qualitativos e relatos de vida que reforcem a urgência de ações integradas nas áreas de habitação, transporte e educação;
- Fortalecer a mobilização comunitária, gerando o apoio da população e pressionando os gestores municipais;
- Criar um canal de comunicação direta por meio da exibição do documentário em eventos públicos, redes sociais e canais institucionais.

Além disso, articulação com movimentos sociais, associações comunitárias e conselhos e direitos poderá ampliar a força da reivindicação.

➤ **Potenciais produtos derivados**

- Exibição em escolas e universidades como material pedagógico;
- Encaminhamento ao Ministério Público e ao Conselho Tutelar para reforçar denúncias e pedidos de providência;
- Distribuição nas redes sociais, alcançando outras comunidades em situação similar, e fortalecendo a rede de solidariedade;
- Produção de um relatório técnico, complementando documentário com dados da pesquisa e sugestões de políticas públicas.

A proposta de produção de um documentário não é apenas um produto final da pesquisa, mas um instrumento político e pedagógico que pode contribuir

para transformar a realidade do Gaipó. O direito à moradia quando negado, impacta diretamente no direito à educação e à cidadania. Dá voz a Baltazar, Belchior, Gaspar, Alberto e Guadalupe é também denunciar as ausências do Estado e propor caminhos possíveis.

Estilo: documentário humanizado com foco nos relatos de vida, imagens do cotidiano e articulação com dados sobre direitos sociais.

➤ **Título provisório: “Gaipó: moradia, educação e resistência”**

Por fim, vale destacar que esta caminhada me proporcionou a produção de muitos conhecimentos/saberes que não servirão somente para o ofício do magistério, mas também à minha vida pessoal, haja vista a complexidade do tema, pois as políticas públicas perpassam por todas as áreas, seja educação, meio ambiente, segurança, moradia, trabalho, dentre outros.

Por isso, é fundamental enfatizar a importância deste Mestrado, de modo a considerar a indivisibilidade entre teoria e prática, compreensão valiosa quando se acredita na educação como instrumento para *Ser Mais*, conforme nos ensinou o patrono da educação brasileira.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Cilair Rodrigues de; CÂMARA, Leonor Moreira. O orçamento público como instrumento de ação governamental: uma análise de suas redefinições no contexto da formulação de políticas públicas de infraestrutura. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 49, n. 1, p. 73-90, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/>. Acesso em: 13 mai. 2024.
- ADORNO, Theodor. **Dialética negativa**. Trad. Marco Antônio Casanova. Rio de Janeiro: Jorge. Zahar, 2009.
- AGUIAR, Vilmar. Um balanço das políticas do governo Lula para a educação superior: continuidade e ruptura. **Rev. Sociol. Polit.**, [s.l.], v. 24, n. 57, p. 113-126, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/>. Acesso em: 11 fev. 2024.
- ALCÂNTARA, Adriana de Oliveira. **Velhice, cuidado e cuidadora**: afinidades e particularidades nas políticas públicas argentinas, uruguaias e brasileiras. Curitiba: CRV, 2023.
- ALMEIDA, Sílvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Polén, 2019.
- ALMEIDA, Wellington Lourenço de. A estratégia de políticas públicas em direitos humanos no Brasil no primeiro mandato Lula. **Rev. Katál.**, Florianópolis, v. 14, n. 2, p. 230-238, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/>. Acesso em: 10 fev. 2024.
- ALVES, Fernando de Brito; MEDA, Ana Paula. A proteção do direito à moradia adequada e sua importância para o desenvolvimento infantojuvenil na perspectiva dos direitos de personalidade. **Revista Jurídica Cesumar**, [s.l.], v. 18, n. 1, p. 181-207, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.17765/2176-9184.2018v18n1p181-207>/. Acesso em 15 mar. 2023.
- ALVES, Giovanni. Trabalho e sindicalismo no Brasil: um balanço da crítica da “década neoliberal” (1990-2000). **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, n. 19, p. 71-94, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/>. Acesso em: 15 mai. 2024.
- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. *In*: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 9-23. Disponível em: <https://www.unirio.br/>. Acesso em: 15 jan. 2023.
- ANDRADE, Diogo de Calasans Melo. Historicidade da propriedade privada capitalista e os cercamentos. **História: Debates e Tendências**, [s.l.], v. 18, n. 3, p. 408-419, 2018. Disponível em: <https://www.seer.upf.br/>. Acesso em: 25 jan. 2024.
- ANDRADE, Raquel Dully; MELLO, Débora Falleiros de. Organizações sociais e instituições governamentais: perspectivas de parceria na atenção à saúde da criança através dos voluntários e da pastoral da criança. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, [s.l.], v. 40, n. 1, p. 93-97, 2006. Disponível em: <https://www.ee.usp.br/>. Acesso em: 25 ago. 2024.

ANJOS, Renata Lima dos; CARVALHO, Rejane Gomes. A reprodução das desigualdades regionais no contexto do “novo desenvolvimentismo”. *In: XXIII ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA*, 2018, Niterói. **Anais [...]**. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2018. Disponível em: <https://www.sep.org.br>. Acesso em: 05 abr. 2024.

ANTONIO, Stefany dos Santos; NOGUEIRA, Ione da Silva Cunha. A construção de uma nação educadora: a alfabetização de crianças, jovens e adultos na ditadura civil militar. **Revista Eletrônica Trilhas da História**, Três Lagoas, v. 13, n. 25, p. 316-333, 2023. Disponível em: <https://www.periodicos.ufms.br/>. Acesso em: 05 jun. 2024.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. Ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

AQUIRAZ, Prefeitura Municipal. **Decreto Municipal nº 010/2022 de 08 de fevereiro de 2022**. Aquiraz: PMA, 2022.

AQUIRAZ, Prefeitura Municipal. **Lei Municipal nº 1081 de 13 de março de 2014**. Aquiraz: PMA, 2014.

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. As políticas públicas no Brasil: heranças, tendências e desafios. *In: SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos. (org.). Políticas Públicas e Gestão*. Rio de Janeiro: FASE, 2003.

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. Herança de diferenciação e futuro de fragmentação. **Revista Estudos Avançados**, [s.l.], v. 11, n. 29, p. 7-36, 1997. Disponível em: <https://www.scielo.br/>. Acesso em: 05 mar. 2024.

ARAÚJO; Maria do Socorro Sousa; CARVALHO, Alba Maria Pinho de. Autoritarismo no Brasil do presente: bolsonarismo nos circuitos do ultraliberalismo, militarismo e reacionarismo. **Katálysis**, [s.l.], v. 24, n. 1, p. 146-156, 2021. *DOI: https://doi.org/10.1590/1982-0259.2021.e75280*. Acesso em: 10 mai. 2023.

ARRETICHE, Marta. **Estado federativo e políticas sociais: determinantes da descentralização**. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

ARS, D. Paulo Evaristo. **Brasil: nunca mais**. 41. Ed. Petrópolis: Vozes, 2022.

BAHIA, Lígia; CARDOSO, Artur Monte. Saúde em tempos de hiperajuste fiscal, restrição à democracia e obscurantismo. *In: CARLEIAL, Liana; BAHIA, Lígia; COSTA, Lucia Cortes da; POCHMANN, Márcio. (org.). Brasil incertezas e submissão?* São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2019. Disponível em: <https://www.fpabramo.org.br/>. Acesso em: 03 abr. 2024.

BALBIM, Renato Nunes. Os tons de cinza do Casa Verde e Amarela. **Le monde diplomatique Brasil**, [s.l.], v.28, n. 215, 2020. Disponível em: <https://www.diplomatique.org.br/>. Acesso em: 22 jan. 2025.

BALBIM, Renato Nunes. **O MCMV voltou: tons de cinza do CVA ao policromatismo das pautas identitárias, quais revisões e possibilidades a MP nº 1.162 e suas 253**

emendas anunciam? Brasília: Ipea, 2023. Disponível em: <https://www.repositorio.ipea.gov.br/>. Acesso em: 03 abr. 2025.

BARCELOS, Márcio; PEREIRA, Matheus Mazzilli; SILVA, Marcelo Kunrath. Redes, campos, coalizões e comunidades: conectando movimentos sociais e políticas públicas. **BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, São Paulo, n. 82, p. 13-40, 2017. Disponível em: <https://www.bibanpocs.emnuvens.com.br/>. Acesso em: 22 ago. 2024.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 1. ed. São Paulo: Edições 70, 2015.

BASSUL, José Roberto. **Estatuto da cidade**: a construção de uma lei. São Paulo: Ministério das Cidades: Aliança das Cidades, 2010. Disponível em: <https://www.citiesalliance.org/>. Acesso em: 31 ago. 2024.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. Ascensão e crise do governo Dilma Rousseff e o golpe de 2016: poder estrutural, contradição e ideologia. **Revista de Economia Contemporânea**, [s.l.], v. 21, n. 2, p. 1-63, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/>. Acesso em: 30 mar. 2024.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social**: fundamentos e história. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. Serviço Social e política social: 80 anos de uma relação visceral. *In*: SILVA, Maria Liduína de Oliveira e (org.). **Serviço Social no Brasil**: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo. São Paulo: Cortez, 2016.

BOITO JUNIOR, Armando; BERRINGER, Tatiana. Brasil: classes sociais, neodesenvolvimentismo e política externa nos governos Lula e Dilma. **Revista de Sociologia e Política**, [s.l.], v. 21, n. 47, p. 31-38, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/>. Acesso em: 28 fev. 2024.

BONDUKI, Nabil. Política habitacional e inclusão social no Brasil: revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula. **arq.urb**, n. 1, p. 70-104, 2008. Disponível em: <https://www.revistaarqurb.com.br/>. Acesso em: 17 jun. 2024.

BONDUKI, Raquel; BONDUKI, Nabil. Periferia da grande São Paulo, Reprodução do espaço como expediente de reprodução da força de trabalho. *In*: MARICATO, Ermínia (org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. 2. ed. São Paulo: Alfa-ômega, 1982.

BOSCHETTI, Ivanete Salete. **Limitações do estado social capitalista contemporâneo**: expropriações, acumulação, exploração e violência. **Journal of Management e Primary Health Care**, [s.l.], v. 12, p. 1-13, 2020. Disponível em: <https://www.jmphc.com.br/>. Acesso em: 29 jan. 2024.

BOSCHETTI, Ivanete Salete. **Supressão de direitos no capitalismo**: uma forma contemporânea de expropriação? Niterói: UFF: NIEP-Marx, 2017. Disponível em: <https://www.conecta.parque.ufrj.br/> Acesso em: 03 jan. 2024.

BOSCHETTI, Ivanete. Política de desenvolvimento econômico e implicações para as políticas públicas. **Ser social**, Brasília, v. 15, n. 33, p. 355-365, 2013. Disponível em: <https://www.periodicos.unb.br/>. Acesso em: 20 jan. 2024.

BOTAS, Nilce Cristina Aravecchia; KOURY, Ana Paula. A cidade industrial brasileira e a política habitacional na era Vargas (1930-1954). **Urbana**, [s.l.], v. 6, n. 8, 2014. Disponível em: <https://www.periodicos.sbu.inicamp.br/>. Acesso em: 20 ago. 2024.

BOTEGA, Leonardo da Rocha. De Vargas a Collor: urbanização e política habitacional no Brasil. **Espaço Plural**, [s.l.], v. 8, n. 17, p. 65-72, 2000. Disponível em: <https://www.e-revista.unioeste.br/> / Acesso em: 15 jun. 2024.

BRASIL, Felipe Gonçalves; CAPELLA, Ana Claudia Niedhardt. Agenda governamental brasileira: uma análise da capacidade e diversidade nas prioridades em políticas públicas no período de 2003 a 2014. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, São Paulo, v. 24, n. 78, 2019. Disponível em: <https://www.periodicos.fvg.br/>. Acesso em: 09 mar. 2024.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República: 2016. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). / Acesso em: 14 mai. 2023.

BRASIL. **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001**. Estatuto da Cidade. Brasília: Casa Civil, 2001. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/>. Acesso em: 15 ago. 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Casa Civil, 1996.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política de Atenção Integral à Saúde da Criança**: orientações para implementação. Brasília: Fio Cruz, 2018. Disponível em: <https://www.portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/>. Acesso em: 25 ago. 2024.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Política Nacional de Habitação**. Brasília: MCID, 2004. Disponível em: <https://www.gov.br/>. Acesso em: 09 jun. 2024.

BRAVO, Maria Inês Souza. Política de Saúde no Brasil. **Serviço Social e Saúde**: formação e trabalho profissional, 2000. Disponível em: <https://www.escoladesaude.pr.gov.br/>. Acesso em: 06 jun. 2024.

BRITO, Fausto; HORTA, Cláudia Júlia Guimarães; AMARAL, Ernesto F. L. **A urbanização recente no Brasil e as aglomerações metropolitanas**. [s.l.]: OSF, 2001. Disponível em: <https://osf.io/preprints/osf/>. Acesso em: 25 maio. 2024.

CALDART, Roseli Salete. O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo. **Estudos Avançados**, [s.l.], v. 15, n. 43, p. 207-224, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/>. Acesso em: 22 ago. 2024.

CÂMARA, Maria Gabriela Anacleto Phaelante da. **ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE PROGRAMAS DE HABITAÇÃO**: Programa Minha Casa Minha Vida e

Programa Casa Verde e Amarela sob uma perspectiva jurídica. 2023. 57f. TCC (Graduação em Direito) - Centro de Ciências Jurídicas, UFPB, Santa Rita, 2023. Disponível em: [Disponível em: https://www.repositorio.ufpb.br/](https://www.repositorio.ufpb.br/). Acesso em: 01 abr. 2025.

CAMPOS FILHO, Candido Malta. **Reinvente seu bairro: caminhos para você participar do planejamento de sua cidade**. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2010.

CARDOSO, Adauto Lucio; JAENISCH, Samuel Thomas. Mercado imobiliário e política habitacional nos governos de Lula e Dilma: entre o mercado financeiro e a produção habitacional subsidiada. *In: XVII ENANPUR, 2017, São Paulo. Anais [...]*. São Paulo: ENANPUR, 2017. Disponível em: <https://anais.anpur.org.br/>. Acesso em 03 abr. 2025.

CARDOSO, Gil Célio de Castro. **A atuação recente do Estado no Desenvolvimento Recente do Nordeste**. Natal: EDUFRN, 2008.

CARDOSO, Gil Célio de Castro; CRUZ, Danielle Maia; BEZERRA, Gabriella Maria Lima (org.). Avaliação de Políticas Públicas: Perspectivas Contra-Hegemônicas no Século XXI. *In: I JORNADA CEARENSE DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 2020, Fortaleza. Anais [...]*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2020.

CAREGNATO, Rita Catarina Aquino; MUTTI, Regina. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Texto Contexto Enferm**, Florianópolis, v. 15, n. 4, p. 679-684, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/>. Acesso em: 05 out. 2023.

CARLEIAL, Liana Maria da Frota. Política econômica, mercado de trabalho e democracia: o segundo governo de Dilma Rousseff. **Estudos avançados**, [s.l.], v. 29, n. 85, p. 201-214, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/>. Acesso em: 20 mar. 2024.

CARLOS, Euzeneia; DOWBOR, Monica; ALBUQUERQUE, Maria do Carmo. Efeitos de movimentos sociais no ciclo de políticas públicas. **Caderno CRH**, Salvador, v. 34, p. 1-23, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/>. Acesso em: 21 ago. 2024.

CARVALHO, Alba Maria Pinho de. Estado e políticas sociais no Brasil contemporâneo. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 6, n. 1, p. 41-65, 2002. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/26475/>. Acesso em: 25 abr. 2023.

CASTELO, Ana Maria; BRANCHER, Marco; GONÇALVES, Robson. A contribuição do Minha Casa, Minha Vida: estudo da FGV aponta os impactos positivos do programa na economia brasileira. **Conjuntura da construção**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 7-10, 2016. Disponível em: <https://www.periodicos.fgv.br/>. Acesso em: 09 jun. 2024.

CIDINHO; DOCA. **Eu só quero é ser feliz**. Rio de Janeiro: Som Livre, 1995. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JXqE5A1Vwcg>. Acesso em: 28 mar. 2025.

CHAUÍ, Marilena. **Manifestações ideológicas do autoritarismo brasileiro**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, Fundação Perseu Abramo, 2013. 294 p.

COMPARATO, Bruno Konder. A ação política do MST. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 15, n. 4, p. 105-118, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/>. Acesso em: 17 ago. 2024.

CORNET, João Marcelo Conte. A política externa de Dilma Rousseff: contenção na continuidade. **Revista Conjuntura Austral**, [s.l.], v. 5, n. 24, p. 111-150, 2014. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/>. Acesso em: 15 abr. 2024.

COSTA, Frederico Jorge Ferreira. Algumas reflexões sobre as contradições do capitalismo contemporâneo. *In*: NETO, Eneas Arrais; FERNANDES, Manuel José Pina; FELISMINO, Sandra Cordeiro. (org.). **Trabalho e educação face à crise global do capitalismo**. Fortaleza: LCR, 2002.

COSTA, Marcos. **A história do Brasil para quem tem pressa**: dos bastidores do descobrimento à crise de 2015 em 200 páginas! Rio de Janeiro: Valentina, 2016.

COUTINHO, Dolores Pereira Ribeiro; CASTILHO, Maria Augusta de. Fundo de greve: experiência de solidariedade e resistência de homens e mulheres metalúrgicos no ABCD paulista, nos anos 1970-1980. **Revista NUPEM**, Campo Mourão, v. 10, n. 19, p. 109-123, 2018. Disponível em: <https://www.periodicos.unespar.edu.br/>. Acesso em: 23 ago. 2024.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CURADO, Marcelo. Uma avaliação da economia brasileira no Governo Lula. **Economia & Tecnologia**, Curitiba, v. 7, 2011. Disponível em: <https://core.ac.uk/>. Acesso em: 25 mar. 2024.

DAGNINO, Alberto J. Olvera Evelina; PANFICHI, Aldo. (org.). **A disputa pela construção democrática na América Latina**. Campinas: Paz e Terra, 2006.

DALMAGRO, Sandra Luciana; FERREIRA, Poliana Garcia. A atualidade do movimento dos trabalhadores sem terra: 40 anos de história, luta e formação. **Trabalho necessário**, [s.l.], v. 21, n. 46, 2023. Disponível em: <https://www.periodicos.uff.br/>. Acesso em: 22 ago. 2024.

DANTAS, Carolina Vianna. Mobilização negra nas primeiras décadas republicanas. *In*: DANTAS, Carolina Vianna; MATTOS, Hebe; ABREU, Martha. (org.). **O negro no Brasil**: trajetórias e lutas em dez aulas de história. 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaios sobre a sociedade neoliberal. Tradução de Mariana Echalar. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DOMEZI, Maria Cecília. Dom Paulo Evaristo Ars e a operação periferia. **Revista de Cultura Teológica/Especial Dom Paulo Evaristo Ars**, São Paulo, p. 77-93, 2022. Disponível em: <https://www.pucsp.br/>. Acesso em: 17 ago. 2024.

DRAIBE, S. M. As políticas sociais brasileiras: diagnósticos e perspectivas. *In*: IPEA/IPLAN. **Para a década de 90**: prioridades e perspectivas de políticas públicas. 4. ed. Brasília: IPEA/IPLAN, 1990.

DUARTE, Maurizete Pimentel Loureiro. O governo Vargas e as primeiras tentativas do estado na provisão de habitação popular. *In*: XVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2013, Natal. **Anais** [...]. Natal: ANPUH, 2013. Disponível em: <https://www.snh2013.anpuh.org>. Acesso em: 27 ago. 2024.

DURHAM, Eunice Ribeiro. Movimentos sociais: a construção da cidadania. **Novos estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 10, 1984.

DYE, T. **Understanding public policy**. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall. 1984.

ENGELS, Friedrich. **Sobre a questão da moradia**. tradução de Nélio Scheider. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

ERBER, Fábio S. As convenções de desenvolvimento no governo Lula: um ensaio de economia política. **Revista de Economia Política**, [s.l.], v. 31, n. 1, p. 31-55, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/>. Acesso em: 02 mar. 2024.

EVARISTO, Conceição. **Olhos d'água**. Rio de Janeiro: Pallas, 2014.

FAGNANI, Eduardo. A política social do Governo Lula (2003-2010): perspectiva histórica. **Texto para discussão**, Campinas, n. 192, p. 1-29, 2011. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/>. Acesso em: 15 mar. 2024.

FAGNANI, Eduardo. Política Habitacional. *In*: GIOVANNI, Geraldo Di; NOGUEIRA, Marcos Aurélio. (org.). **Dicionário de Políticas Públicas**. 3. ed. São Paulo: UNESP, 2018.

FAGNANI, Eduardo. População e bem-estar social: 40 anos de ausência de política nacional de habitacional popular (1964-2002). **MultiCiência**: população, bem-estar e tecnologia, Campinas, n. 6, 2006.

FAGNANI, Eduardo; GOMES, Gerson; MELLO, Guilherme. **Crescer e Distribuir é possível!** Confrontando a narrativa golpista sobre a economia e o PT. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2022. Disponível em: <https://www.fpabramo.org.br/>. Acesso em: 23 mar. 2024.

FARIAS, Tom. **Carolina**: uma biografia. Rio de Janeiro: Malê, 2018.

FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. 3. ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis, Vozes, 1999.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. 5. ed. São Paulo: Biblioteca Azul, 2008.

FERRAZ, Max Benjoi. Retomando o debate: a nova política industrial do governo Lula. **Planejamento e políticas públicas**, [s.l.], n. 32, p. 227-263, 2009. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/> Acesso em 24 fev. 2024.

FERREIRA, Jessé Gomes; LIMA JÚNIOR, Francisco do O' de. Políticas públicas no período Lula: um olhar em busca de elementos Keynesianos. **Revista de Economia Regional, Urbana e do Trabalho**, [s.l.], v. 3, n. 2, p. 51-59, 2014. Disponível em: <https://www.periodicos.ufrn.br/>. Acesso em: 14 fev. 2024.

FERREIRA, João Sette Whitaker. **A cidade para poucos: breve história da propriedade urbana no Brasil**. In: SIMPÓSIO "INTERFACES DAS REPRESENTAÇÕES URBANAS EM TEMPOS DE GLOBALIZAÇÃO", 2005, Bauru. **Anais [...]**. Bauru: UNESP e SESC, 2005. Disponível em: <https://www.edisciplinas.usp.br/>. Acesso em: 14 jun. 2024.

FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 5-74, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/>. Acesso em: 29 mai. 2024.

FORNAZIER, Armando; OLIVEIRA, Ana Luíza Matos de. O ideário neoliberal no Brasil na década de 1990 e suas implicações no trabalho e nos setores produtivos. **Revista Oikos**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 87-111, 2013. Disponível em: <https://www.cloudfront.net/>. Acesso em: 15 mai. 2024.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FREIRE, Vanessa Miranda; SANTOS, Miguel Rosa dos. O trabalhador e a sua luta na Revolução Industrial Inglesa – 1760 a 1865. **Revista Gestão e Tecnologia**, Goiania, v.1, n. 34, 2022. Disponível em: <https://www.faculdadedelta.edu.br/>. Acesso em: 25 nov. 2023.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**. 23 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1984.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1995.

GADOTTI, Moacir. **Qualidade na educação: uma nova abordagem**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2010.

GENNARI, Adilson Marques. Globalização, neoliberalismo e abertura econômica no Brasil nos anos 90. **PESQUISA & DEBATE**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 30-45, 2001. Disponível em: <https://www.revistas.pucsp.br/>. Acesso em: 01 set. 2024.

GOMES, Laurentino. **1822**: como um homem sábio, uma princesa triste e um escocês louco por dinheiro ajudaram D. Pedro a criar o Brasil, um país que tinha tudo para dar errado. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

GOMES, Laurentino. **Escravidão – volume 1**: Do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares. Rio de Janeiro: Globo livros, 2019.

GONÇALVES JÚNIOR, Carlos Alberto; DUTRA, Ricardo de Lemos; LOPES, Ricardo Luís; RODRIGUES, Rossana Lott. O impacto do Programa Minha Casa, Minha Vida na economia brasileira: uma análise de insumo-produto. **Ambiente Construído**, Porto Alegre, v. 14, n. 1, p. 177-189, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/>. Acesso em: 04 abr. 2025.

GONH, Maria da Glória. **Movimentos sociais e lutas pela moradia**. São Paulo: edições Loyola, 1991.

GONH, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, [s.l.], v. 16, n. 47, p. 333-361, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/> Acesso em: 15 ago. 2024.

GONZAGA, Luiz; TEIXEIRA, Humberto. **Asa Branca**. [s. l.: s. n.], 1947. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HkGmS3ARluE>. Acesso em: 25 mar. 2025.

GUERREIRO, Isadora de Andrade; ROLNIK, Raquel; TORO, Adriana Marín. Gestão neoliberal da precariedade: o aluguel residencial como nova fronteira de financeirização da moradia. **Cad. Metrop.**, São Paulo, v. 24, n. 54, p. 451-475, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/>. Acesso em: 02 jul. 2024.

GUSSI, Alcides Fernando. Outros epistemologias e metodologias: a experiência do Mestrado de Avaliação de Políticas Públicas. **Revista Aval**, [s.l.], v. 2, n. 16, p. 169-183, 2019. Disponível em: <https://www.repositorio.ufc.br/>. Acesso em: 09 jun. 2023.

GUSSI, Alcides Fernando; OLIVEIRA, Breyner Ricardo de. Políticas públicas e outra perspectiva de avaliação: uma abordagem antropológica. **Desenvolvimento em Debate**, [s.l.], v. 4, n. 1, p. 83-101, 2016. Disponível em: <https://www.revistas.ufrj.br/>. Acesso em: 22 jun. 2023.

HARVEY, David. **Para entender o capital**. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HUBERMAN, Leo. **História da Riqueza do homem**. Tradução de Waltensir Dutra. 16. ed. São Paulo: Zahar editora, 1936.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Mundialização do capital, “questão social” e Serviço Social no Brasil. **Revista em Pauta**; teoria social e realidade, [s.l.], n. 21, p. 117-140, 2009. Disponível em: <https://www.publicacoes.uerj.br/>. Acesso em: 30 mai. 2024.

IANNI, Octávio. **Raças e classes sociais no Brasil**. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Brasiliense, 1987.

IBGE. **Pesquisa Nacional Cidades e Estados**. Brasília: IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ce/aquiraz.html>. Acesso em 03 fev. 2024.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. Mais moradias e melhores condições. Brasília, DF: IBGE, 2009. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 31 mai. 2024.

IPEA. **Bolsa Família 2003 – 2010: avanços e desafios**. Brasília: IPEA, 2010.

JACOBI, Pedro. Movimentos populares urbanos e resposta do Estado: autonomia e controle vs. cooptação e clientelismo. *In*: BOSCHI, R. R. **Movimentos coletivos no Brasil urbano**. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1983.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. 10. ed. São Paulo, Ática, 2014.

JESUS, Carolina Maria de. **Moamba**. RCA Victor, 1961. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=t3dzlAr4euo>. Acesso em: 29 mar. 2025.

KANG, Thomas Hyeono. Descentralização e Financiamento da Educação Brasileira: uma Análise Comparativa, 1930-1964. **Estudos Econômicos**, [s.l.], v. 41, n. 3, p. 573-598, 2011.

KILOMBA, Grada. **Memórias de Plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KOHARA, Luiz Tokuzi. **Relação entre as condições da moradia e desempenho escolar: estudo com crianças residentes em cortiços**. 2009. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

KOWARICK, Lúcio; BONDUKI, Nabil. Espaço urbano e espaço público: do populismo à redemocratização. *In*: KOWARICK, Lúcio (org.). **As Lutas Sociais e a Cidade**. 2. ed. São Paulo: passado e presente, 1994.

LARA, Ricardo; SILVA, Mauri Antônio da. A ditadura civil-militar de 1964: os impactos de longa duração nos direitos trabalhistas e sociais no Brasil. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 122, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/>. Acesso em: 25 mai. 2024.

LEITE, Acácio Zuninga; TUBINO, Nilton Luís Godoy; SAUER, Sérgio. Políticas públicas para a terra e território: um olhar prospectivo sobre os próximos quatro anos no campo brasileiro. *In*: CARLEIAL, Liana; BAHIA, Lígia; COSTA, Lucia Cortes da;

POCHMANN, Márcio. (org.). **Brasil incertezas e submissão?** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2019. Disponível em: [https:// www.fpabramo.org.br/](https://www.fpabramo.org.br/). Acesso em: 19 mar. 2024.

LEITE, Jáder Ferreira; DIMESTEIN, Magda. Movimentos Sociais e Produção de subjetividade: o MST em perspectiva. **Psicologia & Sociedade**, [s.l.], v. 22, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/>. Acesso em: 22 ago. 2024.

LEONARDO, Vera Sirlene; TEIXEIRA, Marco Antonio Carvalho. Relações intergovernamentais nas políticas públicas: uma análise da implementação do Programa Habitacional brasileiro Minha Casa Minha Vida (PMCMV). **Revista Estudos e Pesquisas em Administração**, [s.l.], v. 3, n. 1, p. 15-32, 2019. Disponível em: <https://www.periodicos.unb.br/>. Acesso em: 19 jun. 2024.

LIMA, Érica Priscilla Carvalho de; LIMA, Elaine Carvalho de. Problemática Regional Recente: disparidades espaços-territoriais da indústria nos estados do Nordeste. **Geografia em questão**, [s.l.], v. 11, n. 1, p. 9-28, 2018. Disponível em: <https://www.e-revista.unioeste.br/>. Acesso em: 12 abr. 2024.

LOUREIRO, Maria Rita; MACÁRIO, Vinícius; GUERRA, Pedro. **Democracia, arenas decisórias e políticas públicas: o programa minha casa minha vida**. Rio de Janeiro: Ipea, 2013. Disponível em: <https://www.repositorio.ipea.gov.br/>. Acesso em: 19 jun. 2024.

LUCIANO, Francispaula; MELLO, Marcelo de. A questão da moradia na redemocratização do estado brasileiro. **Élisée, Rev. Geo. UEG**, Porangatu, v.8, n.2, p. 1-20, 2019. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/> Acesso em: 19 jun. 2024.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Nova Cultural, 1982.

MARCONDES, Nilsen Aparecida Vieira; BRISOLA, Elisa Maria Andrade. Análise por triangulação de métodos: um referencial para pesquisas qualitativas. **Revista Univap**, São José dos Campos, v. 20, n. 35, 2014. P. 201-208, Disponível em: <https://revista.univap.br/index.php/revistaunivap/article/view/228/210>. Acesso em: 30 set. 2023.

MARICATO, Ermínia. **A política habitacional do regime militar**. Petrópolis: Vozes, 1987.

MARICATO, Ermínia. Autoconstrução, a arquitetura possível. In: MARICATO, Ermínia. (org.). **A Produção Capitalista da Casa (e da Cidade) no Brasil Industrial**. São Paulo, Alfa-Ômega, 1982.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. 7. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

MARICATO, Ermínia. **O impasse da política urbana no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2011.

MARICATO, Ermínia. O Ministério das Cidades e a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano. **Políticas Sociais – acompanhamento e análise**, [s.l.], v. 12, p. 211-220, 2006. Disponível em: <https://www.repositorio.ipea.gov.br/>. Acesso em: 24 jul. 2024.

MARICATO, Ermínia. Por um novo enfoque teórico na pesquisa sobre habitação. **Cadernos metrópole 21**, [s.l.], p. 33-52, 2009. Disponível em: <https://www.revistas.pucsp.br/>. Acesso em: 14 jun. 2024.

MARICATO, Ermínia. Cortes no Minha Casa, Minha Vida vão estimular precarização da moradia. **Revista Carta Capital**, [s.l.], 2016. Disponível em: <https://ihu.unisinos.br/>. Acesso em: 04 abr. 2025.

MARQUES, Rosa Maria; XIMENES, Salomão Barros; UGINO, Camila Kimie. Governos Lula e Dilma em matéria de seguridade social e acesso à educação superior. **Revista de Economia Política**, [s.l.], v. 38, n. 3, p. 152, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/>. Acesso em: 13 mar. 2024.

MARQUEZ, Nakita Ani Guckert; GODOY, Dalva Maria Alves. Políticas públicas para educação de jovens e adultos: em movimento e disputa. **Rev. Ed. Popular**, Uberlândia, v. 19, n. 2, p. 25-42, 2020. Disponível em: <https://www.seer.ufu.br/>. Acesso em: 13 jun. 2024.

MARTINS, Alexandre Andrade. Repensar a bioética: os desafios éticos da saúde global em tempos de Covid-19. In: TRANSFERETTI, José Antonio; ZACHARIAS, Ronaldo. (org.). **Ética teológica e pandemias: entre a razão e a urgência social**. São Paulo: Paulus, 2022.

MARTINS, Heloisa Helena Teirxeira de Souza Martins. **Igreja e movimento operário no ABC**. São Paulo: Hucitec, 1994.

MARX, Karl. **O capital**. 11. ed. São Paulo: Difel, 1987.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Cortez, 1998.

MASSONETTO, Luís Fernando. **O direito financeiro no capitalismo contemporâneo: a emergência de um novo padrão normativo**. 2006. 145f. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

MEDEIROS, Alexsandro Melo. O Direito à Propriedade em Locke. **Sabedoria Política**. [s.l.], 2020. Disponível em: <https://www.sabedoriapolitica.com.br/>. Acesso em: 18 jan. 2024.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Movimentos sociais no governo Bolsonaro. **Revista da ANPEGE**, [s.l.], v. 16, n. 29, p. 490-521, 2020. Disponível em: <https://www.ojs.ufgd.edu.br/>. Acesso em: 24 ago. 2024.

MENICUCCI, Eleonora. 1964-2014: 60 anos do golpe civil-militar. **Revista Teoria e Debate**. [s.l.], Fundação Perseu Abramo, Edição especial, 2024. Disponível em: <https://www.teoriaedebate.org.br/>. Acesso em: 05 jun. 2024.

MIANI, RozinaldoAntonio; OLIVEIRA, Gabriela da Costa. As políticas sociais do governo Dilma Rousseff retratadas por meio da charge na imprensa sindical. *In: IV CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL*, 2022, Londrina. **Anais** [...]. Londrina: UEL, 2022. Disponível em: <https://www.anais.uel.br/>. Acesso em: 01 abr. 2024.

MILLEN, Maria Inês de Castro. Repensar as relações: a urgência de superar o analfabetismo afetivo. *In: TRANSFERETTI, José Antonio; ZACHARIAS, Ronaldo. (org.). Ética teológica e pandemias: entre a razão e a urgência social*. São Paulo, Paulus, 2022.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, S. F. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 25. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MIRANDA, José Carlos. **Abertura Comercial, Reestruturação Industrial e Exportações Brasileiras na Década de 1990**. Brasília: Ipea, 2001. Disponível em: <https://www.portalantigo.ipea.gov.br/>. Acesso em: 01 abr. 2024.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

MOREIRA, Carlos Américo Leite; CARVALHO, Alba Maria Pinho de. Avaliação de políticas públicas no Ceará: avanços, desafios, perspectivas. *In: CARDOSO, Gil Célio de Castro; CRUZ, Danielle Maia; BEZERRA, Gabriella Maria Lima. (org.). Avaliação de políticas públicas: perspectivas contra-hegemônicas no século XXI*. Fortaleza: Imprensa Universitária UFC, 2020. Disponível em: <https://www.repositorio.ufc.br/>. Acesso em: 20 jun. 2023.

MORUS, Thomas. **Utopia**. [s.l.]: Edição Ridendo Castigat Mores, 2001.

MOSCARELLI, Fernanda; KLEIMAN, Mauro. Os desafios do planejamento e gestão urbana integrada no Brasil: análise da experiência do Ministério das Cidades. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, [s.l.], v. 9, n. 2, p. 157-171, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/>. Acesso em: 15 jun. 2024.

NACIF, Paulo Gabriel Soledade; SILVA FILHO, Penildon. A educação brasileira na mira do obscurantismo e Estado mínimo. *In: CARLEIAL, Liana; BAHIA, Lígia; COSTA, Lucia Cortes da; POCHMANN, Márcio. (org.). Brasil incertezas e submissão?* São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2019. Disponível em: <https://www.fpabramo.org.br/>. Acesso em: 26 mar. 2024.

NAKASONE, Pedro Egídio; SILVA, Marília Gabriela Alves da. Os novos quartos de despejo e a mercantilização do direito à moradia. **Publ. UEPG Appl. Soc. Sci.**, Ponta Grossa, v. 31, p. 1-14, 2023. Disponível em: <https://www.revistas2.uepg.br/>. Acesso em: 23 fev. 2025.

NASCIMENTO, Sueli do. Reflexões sobre a intersectorialidade entre as políticas públicas. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 101, p. 95-120, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/>. Acesso em: 23 ago. 2023.

NEAER, Abers Rebeca; SILVA, Marcelo Kunath; TATAGIBA, Luciana. Movimentos sociais e políticas públicas: repensando atores e oportunidades. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 105, p. 15-46, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/>. Acesso em: 19 ago. 2024.

NEUMANN, Zilda Ars. Conhecimento e solidariedade que geram inclusão social – o caso da Pastoral da Criança: relato de experiência. **Inclusão Social**, Brasília, v. 1, n. 2, p. 88-91, 2006. Disponível em: <https://www.revista.ibict.br/> Acesso em: 23 ago. 2024.

NOAL, EdnilsonBolson; JANCZURA, Rosane. A política nacional de habitação e a oferta de moradias. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 10, n. 1, p. 157-169, 2011.

OLIVEIRA, Andréa Cristina de Jesus. Movimentos sociais urbanos: um breve histórico. **Cadernos de Campo**, [s.l.], n. 6, p. 9-25 1999. Disponível em: <https://www.periodicos.fclar.unesp.br/>. Acesso em: 15 ago. 2024.

OLIVEIRA, Francisco Odenir Monteiro de; ALCÂNTARA, Adriana de Oliveira. Considerações acerca da Política Habitacional em Aquiraz-Ceará: conexões com quarto de despejo: diário de uma favelada, 2024, UFPI. **ANAIS [...]. SINESPP**, v. 5, n. 5, 2024. Disponível em: <https://www.sinespp.ufpi.br/> Acesso em: 15 jan. 2025.

OLIVEIRA, Sheila; MONTEFUSCO, Carla. “Qualquer semelhança não é mera coincidência”: a trajetória das políticas sociais, da Lei dos pobres à contemporaneidade. **Sociedade em Debate**, Pelotas, v. 23, n. 2, p. 26-54, 2017. Disponível em: [https://www.revistas.ucpel.edu.br /](https://www.revistas.ucpel.edu.br/). Acesso em: 28 out. 2023.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 8. ed. Campinas: Pontes, 2009.

PAUGAM, Serge (coord.). **A pesquisa sociológica**. Tradução de Francisco Moras. Petrópolis: Vozes, 2015.

PAULA, Éder Mendes de. Saúde e doença: a resistência médica durante a ditadura militar na revista saúde em debate (1977). **História Debates e Tendências**. Passo Fundo, v. 20, n. 1, 170-183, 2020. Disponível em: <https://www.seer.upf.br/>. Acesso em: 02 jun. 2024.

PAULO NETTO, José. **Capitalismo monopolista e serviço social**. São Paulo: Cortez, 2017.

PEREIRA, PotyaraAmazonaida Pereira. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. *In*: BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine Rossetti; SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos; MIOTO, Regina Célia Tamaso. (org.). **Política Social no Capitalismo: Tendências Contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2008.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. **Política social: temas e questões**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

PIERUCCI, Antonio Flavio de Oliveira *et al.* **O Brasil republicano: economia e cultura (1930-1964)**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

POLETO, Salua Kairuz Manoel. **Fundação da Casa Popular (1946-1964): projeto frustrado de construção de uma política habitacional no Brasil**. 2004. 231f. Dissertação (Mestrado em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo) - Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2004.

QUINTO JÚNIOR, Luiz de Pinedo. Nova legislação urbana e os velhos fantasmas. **Estudos Avançados**, [s.l.], v. 17, n. 47, p. 187-196, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/>. Acesso em: 13 jun. 2024.

RAMOS, Jefferson da Silva; NOIA, Anagye Cássia. A Construção de Políticas Públicas em Habitação e o Enfrentamento do Déficit Habitacional no Brasil: uma análise do Programa Minha Casa Minha Vida. **Revista Desenvolvimento em questão**. [s.l.], ano 14, n. 33, p. 65-105, 2016. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/>. Acesso em: 13 mar. 2025.

RAMOS, José Ramiro Esteves. **Casa verde amarela: uma avaliação política do Programa**. 2023. 150 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas/CCSO) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2023. Disponível em: <https://tedebc.ufma.br/>. Acesso em: 04 abr. 2025.

RAMOS, Mirian de Freitas da Silva; TIMÓTEO, Geraldo Márcio. Dimensionalidades da pobreza e extrema pobreza no contexto brasileiro: uma análise a partir da teoria social crítica. **REVISTA CADERNO**, Curitiba, v.20, n.5, p. 1050-1073, 2023. Disponível em: <https://www.ojs.studiespublicacoes.com.br/>. Acesso em: 29 set. 2024.

RESENDE, *et al.* Brasil: dez anos da política nacional de desenvolvimento regional. **Boletim regional, urbano e ambiental**, São Paulo, v. 11, p. 29-35, 2015. Disponível em: <https://www.repositorio.ipea.gov.br/>. Acesso em: 28 mar. 2024.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. **Dos cortiços aos condomínios fechados: as formas de produção de moradia na cidade do Rio de Janeiro**. 2. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. Disponível em: <https://www.observatoriodasmeteropolis.net.br/>. Acesso em: 27 ago. 2024.

RODRIGUES, Arlete Moysés. A política urbana no governo Lula. **Ideias**, Campinas, v. 2, n. 2, p. 61-80, 2013. Disponível em: <https://www.periodicos.sbu.unicamp.br/> / Acesso em: 16 fev. 2024.

RODRIGUES, Cibele Maria Lima. Os movimentos populares e o fetiche da participação no governo Lula. **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 4, n. 7, p. 178-197, 2012. Disponível em: <https://www.periodicos.ufsc.br/>. Acesso em: 24 ago. 2024.

RODRIGUES, Lea Carvalho. Método experiencial e avaliação em profundidade: novas perspectivas em políticas públicas. **Desenvolvimento em debate**. [s.l.], v. 4, n. 1, p. 103-115, 2016. Disponível em: <https://www.revistas.ufrj.br/>. Acesso em: 15 jun. 2023.

RODRIGUES, Lea Carvalho. Propostas para uma avaliação em profundidade de políticas públicas sociais. **Aval: revista de Avaliação de Políticas Públicas**, Fortaleza, v. 1, n. 1, p. 7-15, 2008. Disponível em: <https://www.repositoriouiufc.br/>. Acesso em: 24 ago. 2023.

ROLNIK, Raquel. Democracia no fio da navalha: Limites e Possibilidades para a Implementação de uma Agenda de Reforma Urbana no Brasil. **Estudos Urbanos e Regionais**, [s.l.], v. 11, n. 2, p. 31, 2009. Disponível em: <https://www.rbeur.anpur.org.br/>. Acesso em: 04 jul. 2024.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos Lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

ROLNIK, Raquel; KLINK, Jeroen. Crescimento Econômico e Desenvolvimento Urbano: Por que nossas cidades continuam tão precárias? **Novos Estudos**, [s.l.], n. 89, p. 89-109, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/>. Acesso em: 12 jul. 2024.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores na grande São Paulo (1970-1980)**. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

SANCHES, Ana; BELMONT, Mariana. Racismo Ambiental como uma violência colonial: um enfrentamento urgente e coletivo! **Revista Diálogos socioambientais: racismo ambiental**. [s.l.], v. 6, n. 17, p. 6-8, 2023. Disponível em: <https://www.periodicos.ufabc.edu.br/>. Acesso em 12 set. 2024.

SANTORO, Paula Freire; CHIAVONE, João de Araújo. Negócios de impacto e habitação social: uma nova fronteira do capital financeirizado? **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v. 22, n. 49, p. 683-704, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/>. Acesso em: 02 jul. 2024.

SANTOS, André de Melo. Ditadura Militar e Organização do Trabalho no Brasil. **Revista Espaço Livre**, [s.l.], v. 9, n. 18, p. 34-43, 2018. Disponível em: <https://www.redelp.net/>. Acesso em: 22 mai. 2024.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Seis razões para pensar. **Lua Nova: revista de cultura e política**, [s.l.], v. 54, p. 13-23, 2001.

SANTOS, Cláudio Hamilton. **Políticas Federais de Habitação no Brasil: 1964/1998**. Brasília: IPEA, 1999. Disponível em: <https://www.repositorio.ipea.gov.br/> Acesso em: 16 jun. 2024.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: HUCITEC, 1993.

SANTOS, Milton. **A natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2023.

SANTOS, Milton. **Pobreza Urbana**. 3. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2023.

SANTOS, Renato Abramowicz. Na cidade em disputa, produção de cotidiano, território e conflito por ocupações de moradia. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v. 21, n. 46, p. 783-806, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/>. Acesso em: 09 jul. 2024.

SAVIANI, Demerval. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007. 473p.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações**. 12. ed. Campinas: Editora Autores Associados, 2021.

SAVIANI, Dermeval; DUARTE, Newton. **Conhecimento Escolar e Luta de Classes: a pedagogia histórico-crítica contra a barbárie**. 1. ed. Campinas: Autores Associados, 2021.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

SILVA, Bezerra da. **Eu sou favela**. RCA Record, 1992. Disponível em [https://www.youtube.com/watch?v=nEyc7-\\_MIs](https://www.youtube.com/watch?v=nEyc7-_MIs). (3:25). Acesso em 27 mar. 2025.

SILVA FILHO, Adauto Lopes da. O aspecto alienado da atividade produtiva: negação historicamente construída. *In*: ARRAES NETO, Enéas; FERNANDES, Manuel José Pina; FELISMINO, Sandra Cordeiro. (org.). **Trabalho e educação face à crise global do capitalismo**. Fortaleza: LCR, 2002.

SILVA, Eliane Lopes da; COSTA, Lucia Cortes da. O desemprego no Brasil na década de 1990. **Emancipação**, [s.l.], v. 5, n. 1, p. 9-36, 2005. Disponível em: <https://www.diolnet.unirioja.es/>. Acesso em: 30 mai. 2024.

SILVA, Elizabeth Bortolaia. Pós-fordismo no Brasil. **Revista de Economia Política**, v. 14, n. 3, p. 449-462, 1994. Disponível em <https://www.scielo.br/>. Acesso em: 19 mar. 2024.

SILVA, Gabriella Santos da; CARVALHO, Pietra Barbosa de; SILVA, Leidiane Lopes da; SCUDDER, Priscila de Oliveira Xavier. Racismo ambiental em “quarto de despejo”: percepção de favela por uma poeta negra no século XX. *In*: I COLÓQUIO INTERNACIONAL: RACISMO AMBIENTAL, ECOLOGIA, EDUCAÇÃO E

INTERCULTURALIDADE, 2019, Rondonópolis. **Anais [...]**. Rondonópolis: Observatório: Poder, Cultura e Contemporaneidade. 2019. Disponível em: <https://www.even3.com.br/>. Acesso em 12 set. 2024.

SILVA, José Borzacchiello da. O Estatuto da Cidade e a reforma urbana no Brasil. **Revista GEOUSP**, [s./], n. 10, 2001. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/>. Acesso em: 31 ago. 2024.

SILVA, Letícia Batista; CAMPOS, Daniel de Souza. Formação social e histórica brasileira: pequenos excertos sobre racismo e dependência. *In*: SOUSA, Adrianycy A. Silva de; OLIVEIRA, Ana Cristina de; SOUZA, Giselle. (org.). **Duras vidas severinas: realidade brasileira e serviço social**. Uberlândia: Navegando publicações, 2023. Disponível em: <https://www.editoranavegando.com/>. Acesso em: 30 jan. 2024.

SILVANATO, Márcio Antonio; ARAÚJO JÚNIOR, Ari Francisco de; SHIKIDA, Cláudio D. Crescimento Pró-Pobre no Brasil: uma avaliação empírica da década de 1990. **Revista Gestão e Políticas Públicas**, [s./], v. 3, n. 1, 2013. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/>. Acesso em: 02 jun. 2024.

SOUSA, Vladinise Pinheiro de. **As trajetórias de jovens em situação de pobreza na Universidade: Uma avaliação de Política de Cotas na Universidade Federal do Ceará**. 2020. 201f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências Agrárias, Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas. Fortaleza, 2020. Disponível em: <https://www.repositorio.ufc.br/>. Acesso em 07 mai. 2023.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão de literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/>. Acesso em: 30 abr. 2023.

SOUZA, Jessé. **Como o racismo criou o Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2021.

SOUZA, Jessé. **A ralé brasileira: quem é e como vive**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2024.

SOUZA, Mariana Barbosa de; HOFF, Tuize, Silva Rovere. O governo Temer e a volta do neoliberalismo no Brasil: possíveis consequências na habitação popular. Urbe. **Revista Brasileira de Gestão urbana**, [s./], v. 11, p. 1-14, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/>. Acesso em: 04 abr. 2025.

SOUZA, Thaíse Ariane Pereira de; LIRA, Terçalia Suassuna Vaz. A OFENSIVA NEOLIBERAL NO CONTEXTO PÓS-GOLPE DE ESTADO NO BRASIL: implicações à política de habitação de interesse social. **Qualitas Revista Eletrônica**, [s./], v. 23, n. 1, p. 20-40, 2022. Disponível em: <https://www.revista.uepb.edu.br/>. Acesso em: 04 abr. 2025.

TENÓRIO, Jerfeson. **O avesso da pele**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

TORRES JÚNIOR, Paulo; GUSSI, Alcides Fernando; SILVA, Paulo Júnior Barbosa da; NOGUEIRA, Tiago Amorim. Avaliar em Profundidade: Dimensões Epistemológicas, Metodologias e Experiências Práticas de uma Nova Perspectiva de Avaliação de Políticas Públicas. **Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais**, [s.l.], v. 5, n. 2, p. 147-170, 2020. Disponível em: <https://www.periodicos.ufpb.br/>. Acesso em 07 jun. 2023.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. *In*: NUNES, Edson de Oliveira (org.). **A aventura sociológica**. Objetividade, paixão, improviso e método de pesquisa social. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

VILLAÇA, Flávio. A crise do planejamento urbano. **São Paulo em perspectiva**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 45-51, 1995. Disponível em: <https://www.produtos.seade.gov.br/>. Acesso em: 13 jun. 2024.

YAZBECK, Maria carmelita. Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de enfrentamento. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 110, p. 288-322, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/>. Acesso em: 15 mai. 2024.

ZACHARIAS, Ronaldo. Repensar a educação: uma proposta na contramão de processos de desumanização. *In*: TRANSFERETTI, José Antonio; ZACHARIAS, Ronaldo. (org.). **Ética teológica e pandemias: entre a razão e a urgência social**. São Paulo: Paulus, 2022.

ZAPELINI, Marcello Beckert; LIMA, Jéssica Gomes; GUEDES, Mariana Correia. Evolução da Política Habitacional no Brasil (1967-2014): Uma Análise de Equilíbrio Pontuado. **Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, [s.l.], v. 6, n. 3, p. 153-174, 2017. Disponível em: <https://www.periodicos.ufba.br/>. Acesso em: 25 jun. 2024.

**APÊNDICE A – IDENTIFICAÇÃO E PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS/AS  
ESTUDANTES RESIDENTES DA COMUNIDADE DO GAIPÓ, AQUIRAZ, CEARÁ**

1. Sexo:
2. Naturalidade:
3. Idade:
4. Cor:
5. Série do ensino fundamental:
6. Ano de ingresso na escola:
7. Turno em que estuda:
8. Como se desloca até a escola?
9. Qual é o tempo que leva até lá?
10. Você passa por alguma dificuldade para chegar até a escola?
11. O tipo da sua moradia é:  
a) alvenaria (tijolo) b) taipa (barro e madeira) c) madeira d) outra:\_\_\_\_\_
12. Com quem você mora atualmente?
13. Bairro/município de residência:
14. Grau de escolaridade dos/as genitores/as e/ou outros:
15. Quem trabalha na sua casa?
16. Ocupação do pai e/ou da mãe e/ou outros:

## **APÊNDICE B – ENTREVISTAS COM OS/AS ESTUDANTES**

### **I. SOBRE MORADIA**

1. Como avalia suas condições de moradia?
2. Sua casa é pequena ou grande para o tamanho de sua família?
3. Sempre morou na comunidade do Gaipó?
4. O que gostaria que tivesse no lugar onde mora?
5. Qual é o cômodo de sua casa onde costuma dormir?
6. Todas as noites, consegue dormir tranquilamente?
7. Pela manhã, ao acordar, como se sente?
8. Se sua família tivesse outra casa em outro lugar, continuaria morando no Gaipó?  
Se não, me fale os motivos.
9. Ao chegar da escola, o que faz em sua casa?
10. Diariamente, tem alguma rotina de estudo dentro de casa? Se sim, relate.
11. Percebe alguma dificuldade para realizar as atividades escolares que são passadas para serem feitas em casa? Se sim, diga.
12. Colabora nos afazeres de casa? Se sim, diga quais são.
13. Dentro de sua casa, as pessoas têm o costume de adoecer? Se sim, diga quais são as doenças.
14. No lugar onde mora, há espaço de lazer? Se sim, relate.
15. No seu entendimento, o que significa ter uma casa digna para morar?

### **II. AMBIENTE ESCOLAR**

1. Costuma frequentar a escola todos os dias?
2. Ao chegar à sala de aula, como se sente para os estudos?
3. Das vezes que falta à escola, quais são os motivos?
4. Como é sua relação com os/as colegas e professores/as?
5. Já se sentiu excluído/a por algum motivo de seus/suas colegas e docentes?
6. Quando há realização de trabalhos em equipes, como é o seu relacionamento com os/as outros/as estudantes?
7. Qual a opinião de seus pais sobre a escola onde estuda?
8. Quando há reunião na escola para as famílias, seus pais/responsáveis comparecem?

### **III. DESEMPENHO ESCOLAR**

1. Como é a sua concentração durante as aulas?

2. Qual a sua opinião sobre os estudos? Para que servem?
3. Como percebe sua aprendizagem em relação aos/as colegas de sala?
4. Como você percebe a participação dos/das professores/as e da gestão da escola estão em sua aprendizagem?
5. Como acontece por parte dos seus pais/responsáveis o acompanhamento dos seus estudos?
6. O que entende por desempenho escolar?
7. Em algum momento, já pensou em desistir de estudar? Se sim, quais foram as razões?

#### **IV. AMBIENTE FAMILIAR**

1. Como é sua relação com seus familiares?
2. Nos finais de semana, costumam passear para algum lugar?

**APÊNDICE C – ENTREVISTA COM A COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA DA  
ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL MARIA SOARES DE  
FREITAS**

1. De que maneira acontece o trabalho da coordenação pedagógica no tocante à aprendizagem dos/as discentes desta escola?
2. Há quanto tempo exerce esta função em sua carreira profissional? E aqui na escola?
3. Durante o ano de 2024, a escola tem sofrido algum tipo de violência, como por exemplo, briga interna ou atos de vandalismo?
4. Dentro do Projeto Político Pedagógico (PPP), qual é o papel de destaque para o desempenho escolar, haja vista o papel da instituição em garantir a aprendizagem de seus/suas discentes?
5. Os/as professores/as desta instituição de ensino são efetivos/as ou temporários/as?
6. Qual é a frequência de rotatividade desses/as professores/as na escola? Eles/as permanência por muito tempo trabalhando na escola?
7. O que a Secretaria Municipal da Educação de Aquiraz (SME) tem feito para a colaboração da formação continuada dos/as professores/as?
8. Ao observar o desenvolvimento pleno, a escola exerce algum tipo de parceria com outras secretarias do município (saúde, assistência, habitação) que possa auxiliar os/as estudantes mais pobres? Se sim, aponte.
9. A escola desempenha um trabalho específico de visitas às casas (famílias) dos/as educandos/as que apresentam baixos níveis de desempenho escolar? Se sim, mencione-o.
10. Como a escola avalia o interesse das famílias na aprendizagem dos/as discentes?
11. Ao detectar problemas de desempenho escolar, quais as ações assertivas a realizadas para a permanência na escola?
12. Quais mecanismos pedagógicos são usados pela escola para a verificação do desempenho escolar?
13. De que formas são levadas em consideração as condições socioeconômicas?
14. Qual é a periodicidade da verificação do desempenho escolar? Quais disciplinas são avaliadas pelos/as professores/as? E por que estas?

15. A escola tem criado algum instrumental de avaliação para que os/as estudantes também possam avaliar o trabalho da gestão escolar e dos/as docentes? Se sim, qual/quais?

16. Ao detectar empecilhos de aprendizagem dentro de sala de aula, qual é o olhar pedagógico desses/as professores/as para seus/suas discentes?

17. A escola tem considerado os fatores externos, como a ausência dos serviços de saúde, assistência e moradia na interferência do desempenho escolar?

18. A escola sabe informar se há discentes que moram em casas inadequadas? Se sabe, tem acionado o Poder Público?

## APÊNDICE D – TERMO DE CONSENTIMENTO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS  
MESTRADO PROFISSIONAL EM AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Título do estudo: Avaliação da Política Pública de Habitação no município de Aquiraz (CE): entre as condições de moradia e o desempenho escolar, à luz de *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, de Carolina Maria de Jesus

---

Pesquisador Responsável: **Francisco Odenir Monteiro de Oliveira**

---

### TERMO DE CONSENTIMENTO

O/A Senhor/a está sendo convidado/a a participar de uma pesquisa. Por favor, leia este documento com bastante atenção antes de assiná-lo. Caso haja alguma palavra ou frase que não consiga entender, converse com o pesquisador responsável pelo estudo para esclarecê-lo/a.

A proposta deste termo de consentimento é explicar tudo sobre o estudo e solicitar a sua permissão para participar do mesmo.

O objetivo desta pesquisa é avaliar os efeitos da fragilidade das políticas públicas de habitação no desempenho escolar de estudantes que vivem em moradias inadequadas no município de Aquiraz (CE) com o intuito de responder aos seguintes objetivos específicos:

- Caracterizar as condições de moradia de estudantes do povoado de Gaipó, (Aquiraz, CE), e suas vivências escolares e familiares;
- Relacionar as condições de moradia e o desempenho escolar à luz da realidade dos/as discentes;
- Avaliar o *Programa Aluguel Social (PAS)* em face aos resultados da pesquisa, haja vista a ausência de políticas habitacionais efetivas no povoado do Gaipó.

Se o/a senhor/a aceitar participar da pesquisa, os procedimentos envolvidos em sua participação são os seguintes: responder às perguntas de maneira simples e de forma leve; permitir a gravação em prol que não se perca

nenhuma informação e ficar bem à vontade com o intuito de tornar o momento agradável.

Sua participação na pesquisa é totalmente voluntária, ou seja, não é obrigatória. Caso o/a senhor/a decida não participar, ou ainda, desistir de participar e retirar seu consentimento durante a pesquisa.

Não está previsto nenhum tipo de pagamento pela sua participação na pesquisa e o/a senhor/a não terá nenhum custo com respeito aos procedimentos envolvidos.

Solicitamos sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área da educação e publicar em revista científica nacional e/ou internacional. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo absoluto, bem como em todas fases da pesquisa.

Caso o/a senhor/a tenha mais dúvidas, poderá entrar em contato com o pesquisador responsável Francisco Odenir Monteiro de Oliveira, pelo telefone (85) 992118400, ou pelo e-mail: [monteiroodenir@gmail.com](mailto:monteiroodenir@gmail.com)

---

Rubrica do pesquisador

---

Rubrica do participante/responsável

## Declaração de Consentimento

Concordo em participar do estudo intitulado: Avaliação da Política Pública de Habitação no município de Aquiraz (CE): entre as condições de moradia e o desempenho escolar, à luz de *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, de Carolina Maria de Jesus

---

---

<hr/> <b>Nome do participante ou responsável</b> <hr/> <b>Assinatura do participante ou responsável</b>	<b>Data:</b> ____/____/____
--	--------------------------------

<hr/> <b>Assinatura do Pesquisador</b>	<b>Data:</b> ____/____/____
--	--------------------------------